

RALED

Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso
Revista Latinoamericana de Estudos do Discurso
Latin American Journal of Discourse Studies

VOL. 25(2) 2025

ISSN 24479543



“O luar sob o olhar sanguinário do vigia” – Fotografia, Brasil. 2019 | **Rafael Monteiro de Carvalho**

Apresentamos o volume 25 (2) da Revista Latinoamericana de Estudos do Discurso ainda vivenciando os efeitos da crise climática em todo o mundo, a guerra no Leste Europeu, os ataques genocidas no Oriente Médio, além das ofensivas geopolíticas de Donald Trump que afetam o comércio e a migração, principalmente nos países da América Latina e Caribe, gerando um ambiente internacional bastante volátil. Na evidente necessidade de tentarmos construir um mundo mais sustentável, informamos que a COP 30 será realizada na cidade de Belém, Pará, em novembro, pela primeira vez no Brasil e na Amazônia. São muitos os desafios em torno dos compromissos com as metas da ciência climática, mas também será uma excelente oportunidade de amplificar as vozes das populações amazônicas nas discussões globais, de forma a debater soluções possíveis, adequadas, éticas e justas dos impactos socioambientais.

Ainda que a conjuntura sociopolítica e cultural aponte para todas essas adversidades, conflitos e tensões, para nossa Associação, o ano de 2025 foi muito importante e festivo porque marcou os 30 anos de fundação da ALED. No XVI Congresso Latinoamericano de Estudos do Discurso, cujo tema central foi a *resistência*, permitiu-nos problematizar e refletir não só sobre os embates discursivos, digitais e não digitais, mas também os avanços e os retrocessos socioculturais e políticos em lutas por equidade social, justiça socioambiental. Pesquisas sobre o discurso da extrema-direita e os desafios para as democracias, narrativas de resistência, políticas de pós-verdade nos discursos políticos, desinformação, Fake News e comunicação digital, movimentos sociais, poder e ideologias foram brilhantemente apresentadas e debatidas durante a realização do evento. O congresso presencial foi marcado pelos encontros e reencontros afetivos, pelos abraços e sorrisos de pessoas que vieram de vários países: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, República Dominicana, Uruguay, Venezuela, França, Inglaterra, Espanha e Portugal. Foram 555 trabalhos inscritos, acrescidos de 66 ouvintes, em um total de 621 participantes. 100 estudantes de graduação da UFMG trabalharam cuidadosamente e afetivamente como monitores no congresso.

Com a arte “O luar sob o olhar sanguinário do vigia” do fotógrafo brasileiro Rafael Monteiro de Carvalho, abrimos este volume; a foto apresenta paradoxos desde a concepção até o resultado final. Ao contrário da rotina não programática do resultado fotográfico na Observação de Aves, essa foto foi planejada. A serenidade transmitida pela ave de rapina não explicita que o momento é de predação e caçada. O ponto de fuga da imagem exige uma leitura apurada: no primeiro plano a silhueta da ave, no segundo plano, a nuvem que rodeia a lua e no terceiro plano, uma super lua.

Tal como o olhar vigilante da ave, Teun van Dijk, em entrevista concedida à Gisele Azevedo Rodrigues, nos mostra os principais traços dos discursos produzidos pelos grupos políticos de extrema direita, em especial aqueles marcados pelo populismo e forte polarização ideológica. Em **Discursos da extrema direita e sociocognição: uma entrevista com Teun van Dijk nos 30 anos da Associação Latino-America de Estudos do Discurso**, o pesquisador afirma que não é possível descrever uma única ideologia de determinado grupo político de direita ou de esquerda, mas sim o conjunto de ideologias do grupo no contexto do país, da cultura e das relações sociais em que está

inserido. E, para estudar esse conjunto de ideologias, é preciso analisar como elas se materializam nas atitudes das pessoas em relação aos diferentes temas sociais e políticos que estão no centro do debate público. Ocorrendo aí a luta ideológica.

O volume 25 (2) reúne, assim, 12 artigos de pesquisa, 1 entrevista e 2 resenhas, com a divulgação de estudos desenvolvidos no Brasil, Chile, México, Equador, Argentina e Peru em consonância não só com a linha editorial da revista, mas também com temas sensíveis e necessários à compreensão da vida social contemporânea.

Em **Acerca de la metáfora EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA en el discurso jurisdiccional: una mirada desde la Lingüística Cognitiva**, Mariana Cucatto, desde Argentina, analisa como o uso do padrão metafórico – PROCESO JUDICIAL É UMA GUERRA, evidencia o processo judicial como um confronto complexo entre pessoas com interesses opostos e também como determinadas motivações sociopragmáticas tornam possível constatar um “pensamento metafórico”, relacionado com “rotinas comunicativas” próprias da administração da justiça. María Eugenia Flores, desde México, em **Algunos rasgos del discurrir político mexicano: una mirada desde el análisis del discurso**, analisa como as características e as manipulações, através do discurso político mexicano, são realizadas e afetam o destino do país; e explica como a persuasão opera por meio de um discurso nem sempre explícito para toda a sociedade. Do Peru, Eliana Alejandra Quijandria Cayo compartilha os resultados da pesquisa **Análisis de los discursos publicitarios dirigidos a los emprendedores peruanos desde de los elementos de la semiótica social**. A pesquisa concluiu que a representação do empreendedor peruano, em anúncios audiovisuais dirigidos aos empreendedores no Peru, após a pandemia da COVID-19 (2020-2023), continua associada a estereótipos raciais e socioeconômicos, sustentando a normalização do esforço excessivo do empreendedor em situações em que se evidenciam a autoexigência e a desigualdade social. Em **Análisis del ethos tecnocrático y la evocación del pasado en el discurso de Noboa y González en el debate presidencial de Ecuador 2023**, Hernán Pillajo Borja; Galo Váscquez Merino, Jenny Zavala Enríquez, Christian Miranda Gaibor mostram que a candidata da Revolução Cidadã, González, centrou sua narrativa em seu partido e na figura de Rafael Correa, apelando para um retorno ao passado. Por sua vez, Noboa adotou uma retórica tecnocrática, destacando o eu como enunciador e projetando referências ao futuro. O esquema actancial revela que González buscava comunicar uma história, enquanto Noboa se distanciava dos aspectos dramáticos tradicionais. Do Chile, Nicole Aguilera Barrientos, Pablo Segovia Lacoste compartilham os resultados do estudo **“Nos vamos a convertir en Chilezuela”: un análisis discursivo**, cujo objetivo é analisar o tratamento e desenvolvimento do termo Chilezuela nos meios de comunicação e redes sociais através da análise de certas construções discursivas, a fim de dar conta das diferentes atualizações do sentido de noção no discurso. A metodologia é de carácter qualitativo-interpretativo com um corpus composto de noventa textos de diversos gêneros discursivos selecionados a partir do critério de momento discursivo (Moirand, 2018). A partir de uma perspectiva da análise multimodal em diálogo com os estudos discursivos críticos, feministas e das visualidades punk, Andrea Vásquez Ahumada e Elba Cervántes López, desde México, divulgam os resultados da pesquisa **Calle no me calles: análisis multimodal del discurso feminista y sus visualidades punk en el centro histórico de Puebla**.

Em **O discurso na cidade: As relações de poder-ação nas matérias sobre o Setor de Diversões Sul de Brasília**, José Ronaldo Kizam, Viviane Vieira, a partir da Análise de Discurso Crítica (Fairclough 2003; Vieira; Resende 2016; Vieira 2019, 2022), investigam como discursos particula-

res atuam na dimensão constitutiva social das territorialidades urbanas e das identidades socioculturais que compõem as cidades. No artigo **Cientista é a mãe: redes sociais e efeitos de memória sobre o trabalho científico da mulher mãe**, Lígia Mara Boin Menossi de Araújo, Luciana Carmo-na Garcia observam não só a construção de regularidade e a retomada de pré-construídos em torno de estereótipos do fazer científico mas também um jogo de forças na memória sob o choque do acontecimento quando há a irrupção de acontecimentos singulares que fogem à proposição de uma certa estereotipia da cientista mãe das áreas das STEMs, Em **Os 10 anos da Lei de Cotas no discurso jornalístico: o que a Folha pensa?**, Danielle de Oliveira apresenta o resultado de uma investigação sobre o discurso relativo à Lei de Cotas, no webjornal Folha de S. Paulo, em 2022, quando a Lei completou 10 anos, a partir dos Estudos Críticos do Discurso, principalmente a abordagem sociocognitiva proposta por Teun van Dijk (1995, 2009, 2021, entre outros). Aline Milena Borges da Silva e Everton Henrique Souza-Silva, em **A palavra alheia frente à objetividade jornalística: análise da incorporação de discursos sobre o 8 de janeiro em uma manchete digital brasileira**, analisam a incorporação do discurso alheio em uma manchete jornalística digital sobre o 8 de janeiro no Brasil, aplicando os pressupostos da Análise Dialógica do Discurso (ADD). Em **Crianças invisíveis: uma análise das vozes silenciadas à luz das teorias de Bakhtin e Fairclough**, Rogéria fatima Madaloz, Joice Nara Rosa Silva, Sirlei de Lourdes Lauxen, Carla Rosane da Silva Tavares Alves, Antonio Escandiel de Souza, Brasil estudam as influências nas vozes infantis advindas de interações com comunidades, famílias e sistemas sociais, destacando a perspectiva da criança em situação de rua como exemplificação da complexidade dessas vozes, no filme Crianças Invisíveis. Maria Eduarda Noronha Gonçalves e João Paulo Lima Cunha apresentam os resultados do estudo **Modos de Operação da Ideologia na multimodalidade da Feira da Mulher Empreendedora de Tauá**. A partir da Análise Crítica do Discurso e da Semiótica Social, analisaram 12 cartazes de divulgação da FeMET, publicados na página oficial da Prefeitura do Município de Tauá, no Sertão dos Inhamuns, no Ceará.

Por fim, o volume 25 (2) compartilha duas interessantes resenhas. Helena Sarmento Barros e Viviane Cristina Vieira resenham a obra *Etnografia digital: um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais* de autoria conjunta de um grupo de mulheres que se nomeiam Coletiva Ciborga (2022). E Claudia Castro resenha o livro publicado por Teresa Oteíza, em 2023: *What to Remember, What to Teach. Human Rights Violations in Chile's Recent Past and the Pedagogical Discourse of History*, University of Toronto Press.

A equipe RALED aproveita para informar à comunidade que, durante a Assembleia da ALED, na ocasião do XVI Congresso Latinoamericano de Estudos do Discurso, em Belo Horizonte, Brasil, decidiu-se que: (1) após manuscrito, aprovado, e publicado, o/a/e autor/a/e deverá contribuir com a emissão de dois (2) pareceres, e (2) só serão aceitos manuscritos enviados por sócios/as/es da ALED, que não estejam inadimplentes. Desejamos, então, uma excelente leitura e que nos ajudem compartilhando os textos aqui divulgados.

Maria Carmen Aires Gomes e Maria Cristina Arancibia

Brasília, Brasil



**Discursos da extrema direita e sociocognição:
uma entrevista com Teun van Dijk nos 30 anos da
Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso**

*Discourse of the Radical Right and social cognition:
interview with Teun van Dijk on the 30th anniversary
of the Latin American Association for Discourse Studies*

GISELE AZEVEDO RODRIGUES

ORCID: 0000-0002-0920-8081

Universidade de Brasília

Brasil

TEUN A. VAN DIJK

ORCID: 0000-0001-5394-2630

Centre of Discourse Studies

Espanha

Recibido: 8 de septiembre de 2025 | Aceptado: 2 de octubre de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.05-16

RESUMO

Nesta entrevista, Teun van Dijk comenta as motivações para a criação da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED), que completa 30 anos em 2025; descreve os principais traços dos discursos produzidos pelos grupos políticos de extrema direita, em especial aqueles marcados pelo populismo e forte polarização ideológica; e apresenta atualizações em suas teorias sobre ideologia e sociocognição. A entrevista foi concedida a Gisele Azevedo Rodrigues no dia 24 de julho de 2025, em Barcelona, Espanha.

PALAVRAS CHAVE: *Discurso. Cognição. Sociedade. Política. Manipulação. Polarização.*

RESUMEN

En esta entrevista, Teun van Dijk comenta las motivaciones para la creación de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED), que cumple 30 años en 2025; describe las principales características de los discursos producidos por los grupos políticos de extrema derecha, especialmente aquellos marcados por el populismo y una fuerte polarización ideológica; y presenta actualizaciones en sus teorías sobre ideología y sociocognición. La entrevista fue concedida a Gisele Azevedo Rodrigues el 24 de julio de 2025, en Barcelona, España.

PALABRAS CLAVE: *Discurso. Cognición. Sociedad. Política. Manipulación. Polarización.*

ABSTRACT

In this interview, Teun van Dijk comments on what motivated the creation of the Latin American Association for Discourse Studies (ALED), which celebrates its 30th anniversary in 2025; describes the main characteristics of the discourse produced by far-right political groups, especially those marked by populism and strong ideological polarization; and presents updates to his theories on ideology and sociocognition. The interview was conducted by Gisele Azevedo Rodrigues on July 24th, 2025, in Barcelona, Spain.

KEYWORDS: *Discourse. Cognition. Society. Politics. Manipulation. Polarization.*

Teun, muito obrigada por esta entrevista, que ganha ainda mais importância no ano em que a Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso completa 30 anos. Você poderia nos falar um pouco sobre o que o motivou a propor, juntamente com Adriana Bolivar, a criação da Aled em 1995?

Durante a minha trajetória, tive a oportunidade de visitar os países da América Latina para dar aulas e participar de congressos, o que me fez conhecer muitos pesquisadores da região. Nos anos 1990, durante uma conversa com Adriana Bolivar, da Universidade Central de Venezuela, comentei sobre uma realidade que acabou motivando a nossa iniciativa: as pessoas da América Latina estavam lendo muito mais coisas de autores da França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos que de seus próprios países. Eu achava estranho o fato de que pesquisadores latino-americanos não conheciam uns aos outros mas conheciam muito bem os trabalhos de europeus e norte-americanos em estudos do discurso.

Decidimos, então, criar uma associação de pesquisadores na América Latina que pudesse dar mais visibilidade aos estudos do discurso produzidos em espanhol e português, de forma que os colegas da região se conhecessem melhor e olhassem um pouco mais para a sua própria realidade. Colocamos a ideia em prática e, em 1995, aconteceu em Caracas, na Venezuela, o primeiro encontro da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso. Ficamos muito felizes porque, já na primeira reunião, estiveram presentes representantes de universidades de vários países. Desde então, a Aled promoveu, a cada dois anos, encontros alternados na Argentina, Chile, Brasil, México, Colômbia e República Dominicana. Há hoje uma comunidade grande de pesquisadores latino-americanos que se conhecem, publicam juntos e recorrem uns aos outros em suas investigações na área dos estudos do discurso. Isso é muito valioso e excepcional.

Há alguma iniciativa parecida em outra região do mundo?

Quase vinte anos depois da criação da Aled, comentei com colegas na Espanha sobre a importância de existir na Europa uma associação que reunisse estudiosos do discurso. Em 2013, foi criada, em Sevilha, a Associação de Estudos do Discurso e Sociedade, da qual sou um dos sócios fundadores. A associação recebe contribuições em várias línguas, o que é muito bom. Mas é diferente da Aled, que tem um foco dirigido para uma região específica. E disso eu me orgulho bastante: ter criado, juntamente com Adriana, uma associação com olhar latino-americano para os estudos do discurso, que diversifica as reflexões para além do pensamento de pesquisadores europeus e norte-americanos.

Nos seus estudos sobre discurso e poder, você sempre teve um olhar atento para os problemas sociais da América Latina, não é mesmo?

Sim, sempre tive interesse em estudar as relações sociais e políticas na América Latina durante as minhas pesquisas sobre discurso e abuso de poder. Primeiro escrevi livros sobre discurso e racismo e, mais recentemente, me dediquei ao estudo do discurso antirracista e abolicionista especificamente no Brasil, que resultou em outra publicação.

Falando em publicações, eu gostaria que você comentasse sobre o seu último livro, *Discourse and Ideologies of the Radical Right*, publicado pela editora da Universidade de Cambridge no fim de 2024. Logo na introdução, você anuncia que decidiu atualizar a sua teoria multidisciplinar sobre ideologia. O que o fez propor essa revisão teórica?

Fazia tempo que queria publicar um novo livro sobre ideologia, pois o primeiro que escrevi sobre o tema foi publicado em 1998, portanto já há bastante tempo. Eu propus – e continuo propondo – que a ideologia precisa ser estudada em uma perspectiva multidisciplinar que tenha como base a cognição social, em diálogo com a linguística, com a ciência política, com as ciências sociais em geral. O que trouxe de novidade em 1998 foi a noção de que a ideologia tem duas dimensões: uma cognitiva e outra discursiva. Do ponto de vista cognitivo, para mim é claro que a ideologia está na cabeça das pessoas, não existe fora como algo pronto. É um fenômeno mental. No entanto, não é algo individual. É algo compartilhado. Não existe uma ideologia pessoal, no meu entendimento. A ideologia é fruto da cognição social e existe em um contexto marcado por relações sociais que envolvem pertencimento a grupos e disputas de poder. Para ser estudada, é preciso que se observe a identidade e o conjunto de crenças, normas, valores, ações e objetivos comuns às pessoas de cada grupo que participa dessas disputas. A atualização teórica que faço agora está em propor que, além desses componentes mais gerais e abstratos da ideologia, é preciso estudar as atitudes dos membros dos grupos em relação a temas concretos específicos, como imigração, aborto, porte de armas, eutanásia e tantos outros que costumam dividir opiniões. A luta ideológica se desenrola no bojo das atitudes das pessoas em relação aos diferentes assuntos sociopolíticos, ou *issues*, em inglês.

O que exatamente levou à observação das atitudes como forma de estudar a ideologia?

Nos últimos anos, eu me debrucei bastante sobre os discursos dos grupos que apoiam Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e o partido Vox na Espanha. Percebi que esses grupos não têm uma ideologia única. Eles têm ideologias, no plural, que variam de acordo com o país e com a cultura. Esse conjunto de ideologias, que chamo de *cluster*, não é exatamente igual para todo grupo de extrema direita. Em países mais católicos como o Chile, por exemplo, os partidos de extrema direita posicionam-se radicalmente contrários ao aborto. No entanto, em países como Suécia e Holanda, onde o aborto é mais socialmente aceito, a extrema direita não costuma “levantar a bandeira” antiaborto, pois isso não funciona como apelo para mais votos. O mesmo vale para temas como eutanásia e união homoafetiva, entre outros, nos países onde já estão mais pacificados entre a população. Eu me dei conta, então, de que não é possível descrever uma única ideologia de determinado grupo político de direita ou de esquerda, mas sim o conjunto de ideologias do grupo no contexto do país, da cultura e das relações sociais em que está inserido. E, para estudar esse conjunto de ideologias, é preciso analisar como elas se materializam nas atitudes das pessoas em relação aos diferentes temas sociais e políticos que estão no centro do debate público. É aí que ocorre a luta ideológica.

Você poderia falar um pouco mais sobre como se dá a combinação de ideologias nos diferentes grupos políticos?

A mistura de ideologias, ou *cluster*, ocorre tanto nos partidos de direita quanto nos de esquerda. A base ideológica das pessoas de esquerda, por exemplo, costuma reunir valores relacionados ao socialismo, ao ecologismo e ao feminismo, entre outros. Mas interessa saber como essas ideologias são aplicadas na forma de atitudes concretas. Quando pessoas de esquerda escolhem se posicionar a favor de uma reforma tributária que favoreça a distribuição de renda, combatem o desmatamento desregrado ou cobram mais vagas de trabalho para as mulheres, elas estão tomando atitudes que revelam um pouco da sua forma de enxergar o mundo, bem como as necessidades e anseios do grupo ao qual pertencem. Suas ideologias se manifestam por meio de atitudes como essas. Mas é claro que as atitudes das pessoas de esquerda podem variar de acordo com a história, cultura e realidade socioeconômica da região onde elas vivem, pois nem sempre será preciso lutar pelas mesmas coisas. O mesmo vale para as pessoas de direita.

Voltando à segunda dimensão da ideologia que mencionei como uma das bases da minha teoria multidisciplinar, chegamos ao seu componente discursivo. As atitudes que decorrem das ideologias materializam-se todas na forma de discursos produzidos nas diferentes práticas sociais onde se dá a disputa de poder entre os grupos. É como eu disse no meu último livro: a principal expressão das ideologias e atitudes são os discursos produzidos e compartilhados pelos seus respectivos grupos no exercício de suas escolhas e ações; e é também por meio desses discursos que as ideologias e atitudes são adquiridas ou transformadas pelos membros dos grupos. Analisar esses discursos é a nossa tarefa como pesquisadores no campo da ciência crítica.

Quais ideologias ficam mais explícitas nos discursos dos grupos de extrema direita que você analisou?

Eu penso que os grupos de extrema direita se apresentam como reacionários porque, de fato, eles desejam se colocar como uma reação a certas mudanças que vêm reconfigurando as relações sociais e políticas em muitos lugares do mundo desde os anos 1960. Entre essas transformações, estão aquelas que são fruto dos movimentos antirracistas, feministas e pacifistas e da luta pela garantia dos direitos civis, da equidade e dos direitos humanos em geral. Nos anos 1980, o discurso reacionário ganhou força nos Estados Unidos com Ronald Reagan e na Inglaterra com Margaret Thatcher, entre outros países, tendo como foco a defesa da liberdade econômica e a busca de crescimento econômico em detrimento de certas conquistas sociais obtidas com os movimentos das décadas anteriores. A partir dos anos 2000, esse discurso conservador começou a passar por radicalizações, até que a extrema direita se configurou da forma como vemos hoje nos Estados Unidos, na Espanha, no Brasil, na Argentina, na Hungria e em tantos outros países onde a elite econômico-financeira quer conter o avanço das mudanças trazidas pelos movimentos revolucionários dos anos 60 e 70 porque se sente ameaçadas por elas.

Essa elite, então, sem querer disputar com outros grupos os privilégios que sempre teve historicamente, constitui-se como grupo político adversário de imigrantes, pessoas negras, mulheres, pessoas gays e demais grupos minorizados que vinham conquistando mais direitos e tendo mais acesso

a recursos materiais e simbólicos nas últimas décadas. Chamada de “*illiberal*”, a extrema direita mundial não tem muitas propostas originais. O projeto comum é se opor a essas conquistas liberais dos últimos 50 ou 60 anos (aqui é preciso não confundir “conquistas liberais” com o que no Brasil é chamado de pauta liberal, como a defesa do livre mercado e da redução do Estado, associada aos grupos do espectro político de direita). Nos países onde a esquerda está no poder, os “iliberais” se reúnem em grupos de oposição que se radicalizam contra as políticas progressistas do governo. Nos países onde os avanços liberais já estão institucionalizados em políticas públicas consensuadas, a extrema direita costuma se voltar com mais atenção e intensidade para pautas de cunho nacionalista.

Nesse cenário, o tema “imigração” acaba sendo uma preocupação frequente entre todos os grupos de extrema direita, em maior ou menor proporção. A xenofobia, que é uma forma de racismo, soma-se ao nacionalismo exacerbado e resulta no nativismo, que é um traço ideológico predominante desses grupos em muitos países da Europa e nos Estados Unidos. Em termos práticos, essa combinação de ideologias resulta na atitude de rejeitar veementemente a presença de imigrantes e refugiados nos territórios nacionais. A forma como essa atitude racista-xenófoba-nacionalista se materializa em discursos nas diferentes práticas sociais precisa estar na pauta de quem estuda ideologia e abuso de poder.

Nos debates legislativos no Brasil, os temas “liberdade” e “igualdade” têm sido cada vez mais mencionados pelos grupos de extrema direita como pautas urgentes. Deputados e senadores de partidos mais conservadores consideram que qualquer iniciativa reguladora do Estado sobre as atividades econômicas atenta contra as liberdades individuais. Eles também entendem que pautas afirmativas de inclusão, como as que garantem cotas de vagas na universidade e em concursos públicos para grupos minorizados, vão contra o princípio da igualdade. É possível dizer que a extrema direita se apropriou de pautas que sempre foram caras aos grupos de esquerda para tratá-las de maneira distorcida e oportunista?

Este é mesmo um fenômeno interessante, que não acontece só no Brasil. Quando estudei os discursos racistas na Inglaterra, há mais de trinta anos, percebi que os políticos conservadores chamavam de “esquerda louca” o grupo que defendia pautas afirmativas de inclusão, alegando que elas atentavam contra os princípios da igualdade e da liberdade. O mesmo aconteceu depois na Espanha e em vários outros países. Mais recentemente, durante a pandemia da Covid-19, vimos a anticiência e o negacionismo serem praticados por vários governos de extrema direita, que ignoraram a necessidade de isolamento social antes da chegada de uma vacina e, em seguida, combateram a obrigatoriedade de imunização da população sob a alegação de que essas medidas violariam o direito à liberdade individual.

Especificamente quanto ao conceito de liberdade de expressão, penso que há um abuso na forma como tem sido utilizado pela extrema direita, que não compreende que se trata, politicamente, de uma noção filosófica nascida no século XVIII para descrever o direito do cidadão de se manifestar e lutar contra a opressão das monarquias autoritárias. Tratava-se do direito de ser livre para combater os abusos do rei. E, agora, um grupo de políticos está tratando o tema às avessas, ma-

nipulando o conceito de liberdade de expressão no imaginário das pessoas para naturalizar ofensas, calúnias, desinformação e outros abusos em discursos de deslegitimação contra grupos adversários.

Para os representantes da extrema direita, o direito à liberdade de expressão deve ser o direito de dizer qualquer coisa, inclusive o que contraria as leis, sem que sofram qualquer punição. Ao evocarem esse direito como legítimo, adotam uma estratégia de preservação da face na interação, já que a defesa da liberdade como valor universal sempre soará bem para a audiência. O que esta audiência não percebe, muitas vezes, é que os políticos de extrema direita acabam defendendo, na verdade, o direito de produzir discursos racistas, sexistas, homofóbicos e discriminatórios em geral, abusando do poder de acesso privilegiado ao discurso público que lhes é conferido pelo voto popular. A liberdade de expressão acaba sendo, para esses políticos, o direito de abusar do poder contra pessoas que não têm poder, exatamente o contrário do que buscavam as revoluções liberais do século XVIII na defesa da liberdade.

Você defende, no seu último livro, que o populismo não é uma ideologia, mas sim uma estratégia discursiva adotada pelos diferentes grupos políticos na disputa pelo poder. Poderia falar um pouco sobre isso?

Sim. Apesar de haver uma vasta literatura que associa populismo a um traço ideológico de certos partidos ou movimentos políticos, eu entendo que não se trata de uma ideologia, mas sim de estruturas discursivas que semanticamente polarizam a definição de povo como bom e de elite política e econômica como má. Retoricamente hiperbólicos, são discursos que rivalizam “nós” contra “eles” por meio de generalizações e afirmativas que não comportam meio termo ou relativizações: aquele que não compartilha das mesmas ideologias e objetivos é tratado como adversário. É o que faz Donald Trump, por exemplo, ao descrever políticos de esquerda como inimigos do povo e imigrantes como terroristas, entre outras definições carregadas de estereótipos e preconceitos. Embora defenda os interesses dos mais ricos em um modelo neoliberal e elitista de Estado, o seu discurso tem sido construído sempre de forma a parecer que defende o povo. Então, isso para mim é uma estratégia discursiva, e não uma ideologia. Na verdade, em vários momentos da História, políticos de direita e de esquerda já fizeram uso dessa estratégia para conseguir votos. Mas, na História mais recente, candidatos da extrema direita têm recorrido ao discurso populista de forma muito recorrente.

Ao descrever o populismo como estratégia discursiva, você comenta que nem toda palavra terminada com o sufixo “ismo” é necessariamente uma ideologia. Cita como exemplo o caso de “autoritarismo”, que é uma forma de governo baseada no uso da força e que pode ser adotada por diferentes grupos ideológicos. Na sua visão, é possível definir como ideologia aquilo que no Brasil é chamado “bolsonarismo”?

Penso que não. O que se chama de bolsonarismo no Brasil e de trumpismo nos Estados Unidos são formas datadas de nomear as ideologias da extrema direita. São ideologias que existem há muito tempo na História e se manifestam na forma de discursos populistas que parecem defender o povo

mas que, na verdade, estão a serviço das elites. Seria o mesmo que chamar o nazismo de “hitlerismo”. É preciso dar o nome certo às coisas para que todos saibam exatamente o que elas são.

A que fatores você atribui a adesão de um número cada vez maior de pessoas à extrema direita em várias partes do mundo?

É uma questão complexa, mas acho que posso citar alguns fatores. A extrema direita, ao defender os interesses das elites, naturalmente conta com muito dinheiro para financiar as suas ações. Então, a sua comunicação é sempre bem pensada, diversificada e articulada. O seu discurso populista é extremamente manipulador: joga com as emoções das pessoas por meio da polarização e do medo, aponta culpados para os seus problemas, promete soluções messiânicas e utiliza argumentos falaciosos. Esse tipo de estratégia tem ainda mais sucesso em contexto de crise econômica generalizada, desemprego, imigração em massa e ameaças de guerra, quando as pessoas, ao se sentirem mais vulneráveis, ficam também mais suscetíveis a manipulações. Somado a isso, há o fator religioso. Quando o Estado e a política não atendem às necessidades mais básicas das pessoas, entra a igreja para oferecer conforto e explicações maniqueístas sobre a realidade. Esse cenário é um terreno fértil para a doutrinação ideológica e moral. O ser humano é capaz de matar milhares de pessoas por questões religiosas, é uma coisa terrível. A religião acaba alienando muita gente da realidade. Então, acho que tudo isso favorece o crescimento da extrema direita.

Você acha que a comunicação da esquerda está falhando?

Sim, visivelmente. Eu não saberia apontar soluções ao certo, mas acho que a esquerda poderia ter uma comunicação mais articulada e propositiva, especialmente nas redes sociais. O movimento da extrema direita de demonizar a esquerda é muito forte. Não vejo uma reação à altura.

Qual a sua avaliação sobre as disputas identitárias que se desenrolam no contexto das lutas ideológicas?

A teoria da identidade social começou a se desenvolver nos anos 1970 na Inglaterra, com Henri Tajfel, autor da psicologia social. Ele estudou as circunstâncias nas quais as pessoas se percebem como indivíduos ou como membros de um grupo. A partir daí, várias disciplinas começaram a considerar a importância das identidades sociais no estudo das relações sociais. No contexto das lutas sociais, a busca por direitos incorporou o conceito de identidade de grupo, e passou a se falar mais fortemente em direitos das mulheres, direitos das pessoas negras, direitos das pessoas gays etc., como forma de garantir que os grupos fossem mais ouvidos a partir de suas reivindicações específicas, apresentadas por seus próprios membros. Nesse contexto, é claro que eu acho que o chamado “lugar de fala” é importante e precisa ser respeitado, porque ninguém melhor que uma pessoa do próprio grupo para falar de suas necessidades e desejos. É fato que uma pessoa de fora jamais terá o mesmo olhar e as mesmas experiências.

No entanto, o que eu acho complicado é a tendência de alguns de invalidar ou mesmo interditar a fala de quem, mesmo não pertencendo ao grupo, se manifesta em sua defesa ou formula pensamentos que envolvem seus interesses. Eu, como homem branco do norte da Europa, não iria ficar feliz se, depois de mais de cinquenta anos escrevendo contra o racismo, discriminação e abuso de poder, tivesse o meu trabalho descredibilizado por causa da minha identidade. Sinceramente, acredito que a minha empatia, solidariedade e anseio por transformação da realidade são um bom motivo para o meu engajamento em lutas como essa. Acho que o reconhecimento do lugar de fala das pessoas de um grupo não deveria anular ou diminuir automaticamente a validade do que dizem as pessoas de outros grupos.

Outro ponto sobre o identitarismo é o risco de fragmentação. É claro que existe a interseccionalidade nas relações sociais e isso é uma coisa muito séria. Mulheres negras têm problemas muito diferentes dos problemas das mulheres brancas, por exemplo. Pessoas pobres imigrantes têm muito mais dificuldades em conseguir emprego que pessoas pobres nacionais. Sabemos que as identidades sociais se atravessam e as particularidades de cada grupo nesse cruzamento precisam ser observadas, pois suas histórias e vivências são únicas. No entanto, quando um grupo específico desconsidera ou minimiza as necessidades do outro e os dois grupos entram em disputa, as causas centrais que os unem muitas vezes podem ficar em segundo plano no discurso, e a sua batalha comum contra grupos adversários maiores pode sair prejudicada. Em outras palavras, entendo que as lutas identitárias interseccionais são necessárias, mas não deveriam provocar a divisão dos grupos a ponto de esvaziar ou atrapalhar a sua luta geral contra o machismo, contra a misoginia, contra as desigualdades sociais e contra toda forma de abuso de poder. É preciso cuidado em cada contexto de luta.

O modelo de análise sociocognitiva do discurso que você apresenta pressupõe que a relação entre discurso e sociedade é sempre mediada por representações mentais que operam no processo de produção e compreensão de sentido. Nessa abordagem, têm especial importância os modelos de situação e os modelos de contexto que as pessoas armazenam na memória a partir de suas experiências individuais nas interações sociais e na relação com o mundo exterior. Você fala disso há mais de 40 anos e só mais recentemente a neurociência tem se dedicado ao tema com profundidade, a partir do avanço nos exames de imagem funcionais que permitem analisar a fisiologia do pensamento, da linguagem e da comunicação. Durante esse tempo, você sentiu necessidade de atualizar algum dos conceitos que sustentam o seu modelo de análise sociocognitiva do discurso?

Estou preferindo retomar a noção de “modelo de situação”, que eu trouxe em 1983 com Walter Kintsch no livro *Strategies of Discourse Comprehension*, para descrever especificamente o processo cognitivo responsável pela representação mental de um evento ou situação que experienciamos. Em muitos livros que escrevi depois, eu me referi a essa representação como “modelo mental”, mas o termo passou a ser usado de forma muito genérica pelas diferentes disciplinas que estudam linguagem, discurso e comunicação, bem como pela psicologia, pelos estudos organizacionais e pela ciência da computação. Então, prefiro descrever mais precisamente como modelo

de situação a representação mental que armazenamos das nossas experiências pessoais. Este é um processo que nos permite fazer abstrações, generalizações e categorizações e, a partir disso, compreender discursos sobre eventos ou situações que não chegamos a vivenciar. Os modelos de situação que representam no cérebro as nossas experiências pessoais nos permitem construir e validar conceitos gerais que partilharmos com as pessoas do nosso grupo – a nossa comunidade epistêmica – a respeito do que há no mundo.

Deixe-me dar um exemplo: se vou à praia e mergulho no mar Mediterrâneo, essa experiência pessoal fica armazenada como um "modelo de situação" em minha memória episódica (ou autobiográfica), que é parte da minha memória de longo prazo. Eu ativo esse modelo sempre que falo sobre a experiência com outras pessoas e sempre que tenho a chance de voltar a nadar na praia. Isso me faz consolidar a representação mental do que é a situação "mergulho no mar". Sempre que alguém me contar ter mergulhado no mar, não importa onde, eu saberei do que se trata. A partir do armazenamento das minhas experiências pessoais na memória, sou capaz de produzir abstrações que formam a representação mental de conceitos gerais compartilhados. É isso que me permite compreender histórias que não vivi, porque, ao ouvi-las, aciono a representação desses conceitos e os modelos de situação relacionados a eles.

É claro que as pessoas também podem construir modelos de situação e adquirir conceitos gerais a partir da leitura de livros na infância e de conversas com os pais e cuidadores. Mas isso nunca será o mesmo que aprender com a experiência corporal concreta de ir à praia e sentir a textura da areia, a luz do sol e a temperatura da água do mar. As experiências sensoriais contribuem para codificar os modelos de situação no cérebro de forma mais rica e completa. São exatamente essas experiências que os computadores não podem ter. Por isso, acho que a inteligência artificial será sempre limitada. Mas essa é outra história, assunto para outra entrevista.

A novidade que estou acrescentando à teoria sobre os modelos de situação é que passo a considerar a emoção como parte indissociável das nossas experiências individuais. Nesse sentido, estou me aprofundando em pesquisas que me permitam entender melhor como as emoções vividas durante eventos e situações diversas impactam a construção das suas respectivas representações mentais e o processo de recuperação das memórias armazenadas. Em breve terei algo mais consistente escrito sobre o tema.

Outra atualização na teoria apresentada no livro de 1983 diz respeito à consideração do conceito de "modelo de contexto", que não chegou a ser mencionado à época. Este modelo é a representação mental da situação de comunicação em que se dá a interação social. Importam, então, o propósito dos atos de fala, a identidade e o papel dos atores sociais, o conhecimento presumido dos destinatários a respeito dos tópicos do discurso e o estilo do texto quanto ao nível de formalidade, entre outros elementos que, como esses, relacionam-se em grande parte ao gênero discursivo.

Responsáveis por controlar os aspectos pragmáticos do discurso, os modelos de contexto também ficam armazenados na nossa memória de longo prazo. Assim, quando produzimos um discurso, além do modelo de situação, também acionamos o modelo de contexto mais adequado à interação social correspondente, adaptando o conteúdo e a forma do que desejamos dizer em função das suas características. Se eu tiver a minha bicicleta furtada, por exemplo, vou narrar o evento em um boletim de ocorrência policial e em uma conversa informal com um amigo de maneiras completamente diferentes. Nesses momentos, precisarei acionar modelos de contexto distintos, que me permitirão escrever ou falar da maneira mais apropriada para cada propósito da comunicação.

Esses modelos de contexto são importantes porque a sua aplicação particular interfere no sucesso ou insucesso da estratégia discursiva. E isso, no fundo, tem a ver também com disputa de poder.

Como você enxerga o futuro dos estudos críticos do discurso? Como provocar a mudança social tão desejada pelos analistas do discurso?

Estamos falando de uma disciplina acadêmica, então nosso alcance como pesquisadores junto à sociedade é naturalmente limitado. No entanto, acho que temos um papel muito importante na educação das pessoas. Porque todos os movimentos que buscam mudança social têm a ver com discurso. Política é discurso. Mídia é discurso. Toda manipulação também é discursiva. As pessoas precisam ser educadas de forma que sejam capazes de fazer esse tipo de análise e compreensão crítica da realidade. E isso deve começar nas escolas. Então, nós, que estamos na universidade, precisamos formar professores da educação básica de forma que possam levar os estudos críticos do discurso para as suas salas de aula. Produzir pesquisas com nossos pares é importante. Mas também temos o dever de nos voltarmos para os professores que de fato educam as crianças e os jovens, contribuindo para que estejam aptos a ensinar que nem tudo é o que parece.

Muitíssimo obrigada, Teun.

Referências bibliográficas

- VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. 1983. *Strategies of Discourse Comprehension*. London: Academic Press.
- VAN DIJK, T. A. 1998. *Ideology: A Multidisciplinary Approach*. London: Sage Publications
- VAN DIJK, T. A. 2008. *Racismo e Discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto.
- VAN DIJK, T. A. 2021. *Discurso Antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas*. São Paulo: Contexto.
- VAN DIJK, T. A. 2024. *Discourse and Ideologies of Extreme Right*. Cambridge: Cambridge University Press

GISELE AZEVEDO RODRIGUES. Mestre e doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa Discurso e Sociedade; jornalista; licenciada em Letras-Português; psicopedagoga especializada em Alfabetização e Letramento; psicomotricista.

E-mail: gisele.edu@outlook.com

TEUN A. VAN DIJK. Professor Doutor aposentado da Universidade de Amsterdã e da Universidade Pompeu Fabra, fundador e diretor do Centre of Discourse Studies, em Barcelona. Sua obra constitui-se como um dos pilares teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Crítica (ADC). Entre as suas numerosas publicações, destacam-se as dedicadas às relações entre discurso e cognição, discurso e ideologia, discurso e poder, discurso e mídia, discurso e racismo e discurso e movimentos sociais. Van Dijk também é editor dos periódicos *Discourse & Society*, *Discourse Studies* e *Discourse & Communication*.

E-mail: vandijk@discourses.org



**Acerca de la metáfora EL PROCESO JUDICIAL
ES UNA GUERRA en el discurso jurisdiccional:
una mirada desde la Lingüística Cognitiva**

*Regarding the metaphor, A JUDICIAL
PROCESS IS A WAR in court discourse:
a Cognitive Linguistics perspective*

MARIANA CUCATTO

ORCID: 0000-0003-2447-1571

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Universidad Nacional de La Plata (UNLP)

Argentina

Recibido: 29 de abril de 2024 | Aceptado: 5 de mayo de 2024

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.17-38

RESUMEN

A partir del marco teórico-metodológico de la Lingüística Cognitiva, este trabajo tiene como propósito estudiar la metáfora conceptual EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA, considerándola un “patrón metafórico”, esto es, un esquema de conceptualización recurrente, presente en el discurso jurisdiccional. Para ello, desde una perspectiva cualitativa, se analizan ejemplos extraídos de una muestra intencional de sentencias emitidas por diferentes órganos jurisdiccionales de la provincia de Buenos Aires (Argentina). Se pretende mostrar cómo el empleo de este patrón metafórico pone en evidencia: 1) una forma de concebir el proceso judicial como un complejo enfrentamiento entre personas con intereses contrapuestos –en el que cada participante quiere hacer prevalecer el suyo–; y, 2) determinadas motivaciones socio-pragmáticas que hacen posible constatar un “pensamiento metafórico”, relacionado con “rutinas comunicativas” propias de la administración de justicia.

PALABRAS CLAVE: *Metáforas. Proceso judicial. Guerra. Sentencias. Rutinas comunicativas.*

RESUMO

A partir do marco teórico-metodológico da Lingüística Cognitiva, este trabalho tem como propósito estudar a metáfora conceitual O PROCESSO JUDICIAL É UMA GUERRA, considerando-a um “padrão metafórico”, isto é, um esquema de conceituação recorrente, presente no discurso jurisdiccional. Para isso, desde uma perspectiva qualitativa, analisam-se exemplos extraídos de uma amostra intencional de sentenças emitidas por diferentes órgãos jurisdicionais da província de Buenos Aires (Argentina). Pretende-se mostrar como o emprego deste padrão metafórico põe em evidência: 1) uma forma de conceber o processo judicial como um complexo confronto entre pessoas com interesses contrapostos - no qual cada participante quer fazer prevalecer o seu; e 2) determinadas motivações socio-pragmáticas que tornam possível constatar um “pensamento metafórico”, relacionado com “rotinas comunicativas” próprias da administração de justiça.

PALAVRAS CHAVE: *Metáforas. Processo judicial. Guerra. Sentenças. Rotinas comunicativas.*

ABSTRACT

This work aims to study the conceptual metaphor that A JUDICIAL PROCESS IS A WAR, using the Cognitive Linguistics theoretical and methodological framework. We consider this expression as a “metaphorical pattern”, i.e., a recurring conceptualization scheme, which can be found in court discourse. To do this, we will analyze intentionally-sampled examples taken from sentences passed by various courts in and for the Province of Buenos Aires (Argentina), following a qualitative perspective. We aim at showing how the use of this metaphorical pattern highlights:

1) a way of understanding court proceedings as a complex battle between people having opposing interests, in which each party wishes to prevail; and 2) particular socio-pragmatic motivations that allow us to identify a form of "metaphorical thought" connected to "communicative routine" inherent to judicial.

KEYWORDS: *Metaphors. Judicial process. War. Sentences. Communicative routines.*

Introducción

Las metáforas no son solo una cuestión de lenguaje, sino que constituyen un mecanismo cognitivo que hace posible establecer vínculos entre dominios del sistema conceptual, de manera tal que las personas puedan conceptualizar el mundo y otorgar un sentido metafórico a su experiencia social (Lakoff 1993). Este trabajo forma parte de una investigación más amplia en la que exploramos, desde la perspectiva teórico-metodológica de la Lingüística Cognitiva, especialmente, desde la teoría de la metáfora conceptual (Lakoff y Johnson 1980; Lakoff 1993, 2008; Evans y Green 2004; Kövecses 2009, 2010, 2015; Soriano, 2012; Gibbs 2017), el rol que ocupan las metáforas en el discurso jurisdiccional, en particular, las metáforas orientadas a conceptualizar distintos aspectos vinculados con el proceso judicial.¹

El proceso judicial es entendido como un conjunto de actos llevados a cabo por los/as magistrados/as y por las partes, cuya finalidad es resolver un conflicto de intereses mediante una sentencia definitiva, la cual debe ser una derivación razonada del derecho vigente en aplicación a las circunstancias comprobadas de la causa. En este sentido, para que una sentencia definitiva –la que cierra un proceso judicial– no sea arbitraria y, por ende, nula, debe estar razonablemente fundada, esto es, apoyada en “motivos” o argumentos relativos a las normas jurídicas aplicables a los hechos conducentes, aducidos y probados por las partes. El proceso judicial es un método que permite aplicar las normas jurídicas estatales para la composición pacífica de los conflictos de intereses (SOSA 2018). A lo largo de un proceso judicial, las personas que intervienen no solo tienen que enfrentarse con situaciones, fenómenos y conceptos de gran nivel de abstracción, sino que también deben sostener sus posiciones, sus puntos de vista, confrontar con otros; y, en el caso de los/as jueces/zas, estos/as deben motivar sus decisiones y hacerlas comunicables. Como consecuencia, resulta evidente que se puedan establecer asociaciones entre el dominio fuente de la guerra y el dominio meta del proceso judicial. Por esta razón, en este artículo abordamos la metáfora conceptual “el proceso judicial es una guerra” como un “patrón metafórico” presente en el discurso jurisdiccional, esto es, como un esquema recurrente que se repite, en forma productiva, una y otra vez en las sentencias judiciales. Desde un enfoque cualitativo, a partir de ejemplos Extraídos de un corpus de sentencias proferidas por diferentes órganos jurisdiccionales de la provincia de Buenos Aires (Argentina), estudiamos el patrón metafórico “el proceso judicial es una guerra” a fin de analizar cómo el dominio origen de la guerra es empleado por los/las operadores/as judiciales para representar metafóricamente el proceso judicial, dando origen a numerosas expresiones lingüístico-metafóricas vinculadas con el lenguaje bélico. Además, mostramos que dicho patrón pone de manifiesto determinadas motivaciones socio-pragmáticas que hacen factible constatar un “pensamiento metafórico” en el que se concibe,

1 Esta contribución se enmarca en dos proyectos de investigación: a) “En torno a las metáforas conceptuales en el lenguaje jurisdiccional: una mirada desde la lingüística cognitiva”, dirigido por la Dra. Mariana Cucatto, Proyecto de Investigación y Desarrollo, financiado por la Universidad Nacional de La Plata (UNLP); b) “Las metáforas en las sentencias judiciales: lenguaje, conceptualización y comunicación. Una aproximación desde la Lingüística Cognitiva”, financiado por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina.

comprende y razona el proceso judicial como un complejo enfrentamiento de intereses contrapuestos en el que nadie desea ser derrotado. Asimismo, consideramos que ese modo de pensar metafórico, a su vez, refleja un modo de actuar, esto es, “rutinas comunicativas” propias de la administración de justicia (CUCATTO 2023). Para poder alcanzar nuestro propósito, este artículo se estructura de la siguiente manera: luego de esta introducción, se expone el marco teórico (1), se presenta el marco metodológico y el corpus de trabajo (2); después, se analizan ejemplos extraídos de ese corpus, con el objetivo de establecer de qué forma se reconoce en las sentencias el patrón metafórico “el proceso judicial es una guerra” (3); como cierre, se ofrecen algunas consideraciones finales (4).

1. Marco conceptual

En esta contribución, centramos nuestro interés en las metáforas bélicas destinadas a conceptualizar el proceso judicial. Langacker entiende por “conceptualización” la habilidad que hace posible construir cognitivamente una misma situación de diferentes maneras; en efecto, cuando se elige una expresión o construcción determinada, un/a hablante interpreta la situación concebida de cierta manera, es decir, selecciona una imagen particular (entre una variedad de alternativas) para estructurar su contenido conceptual con fines expresivos (Langacker 1987: 110). De este modo, las personas disponemos de diversos medios para representar una misma situación. La diversidad de medios con la que contamos para elaborar las escenas es lo que se conoce, en Lingüística Cognitiva, como operaciones o procesos de conceptualización o estructuración conceptual –*construal*– (Langacker 2008, 2015). Entre esos procesos de conceptualización la metáfora ocupa un lugar relevante.

Desde un enfoque cognitivo, las metáforas constituyen potentes mecanismos de la cognición que intervienen en forma activa y creativa en la construcción dinámica del significado y operan en las más diversas dimensiones del quehacer humano (Lakoff y Johnson 1980; Lakoff 1993, 2008; Ibarretxe-Antuñano y Cadiero 2019; Ibarretxe-Antuñano y Valenzuela 2021; Cucatto y Rojas 2024). Para Lakoff y Johnson (1980) a través de las metáforas comprendemos conceptos de un dominio de la experiencia apoyándonos en conceptos que pertenecen a otro dominio, el cual nos resulta más familiar y concreto. En efecto, más allá de un uso dado por la función poética en discursos como el literario, la metáfora “impregna la vida cotidiana, no solamente el lenguaje, sino también el pensamiento y la acción (Lakoff y Johnson 1980: 39) y hace posible entender y experimentar una cosa en términos de otra (Lakoff y Johnson 1980: 41). Conforme a esto, la metáfora es un proceso mental en el que se conceptualiza un dominio en términos de otro, mediante una proyección, correlación o *mapping* entre esos dominios: desde el dominio conceptual de origen o fuente –más concreto y accesible a nuestra experiencia física o social– hacia el dominio conceptual de destino o meta –más abstracto y que requiere ser explicado– (Lakoff y Johnson 1980, 1999; Johnson 1987; Lakoff 1987, 1993; Croft y Cruse 2004; Dirven y Verspoor 2004; Evans y Green 2004; Kövecses 2010, 2015; Soriano 2012). Bajo esta perspectiva, en este trabajo partimos de una caracterización de la metáfora como proyección entre dominios conceptuales, que se manifiesta por medio de expresiones lingüísticas.

A modo ilustrativo, veamos el breve ejemplo “el recurrente *atacó* la resolución”, en el que podemos identificar la metáfora EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA, puesto que se lleva

a cabo una proyección o mapeo de determinados rasgos desde el dominio origen de la guerra –en este caso, el ataque– al dominio meta el proceso judicial. Lakoff y Johnson (1980) categorizan esta metáfora conceptual como “estructural”, ya que es un tipo de metáfora que organiza una actividad o concepto en términos de otro, y su función radica en permitir la comprensión de un dominio de la experiencia a partir de otro dominio. Tal como advertimos más adelante, esta metáfora conceptual opera como un “patrón metafórico”, esto es, un esquema recurrente, presente en el lenguaje jurisdiccional –más específicamente, en las sentencias– a la hora de conceptualizar el conflicto de intereses que se pone en juego en un proceso judicial.

Ahora bien, sabemos que durante los procesos de conceptualización los parámetros contextuales poseen un importante rol. En relación con las metáforas es factible identificar aquellas que predominan en determinados entornos socio-culturales y, en estos, su nivel de convencionalidad (Lakoff 1993; Lakoff y Johnson 1999; Steen 2011; Kövecses 2015; Gibbs 2017). En un ámbito especializado como la administración de justicia puede distinguirse lo que Kövecses llama “presión de coherencia”, es decir, las personas que participan en un intercambio comunicativo intentan ser coherentes con distintos aspectos contextuales, tales como el entorno físico y el contexto cultural y social (2009: 18). Dicha “presión de coherencia” provoca que los/as operadores/as judiciales empleen reiteradamente formas de comunicar legitimadas por una tradición judicial, con el propósito de lograr cierto éxito comunicativo. Estas formas se instauran como modelos que, como el patrón metafórico EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA, se repiten una y otra vez en las distintas actuaciones que se desarrollan dentro de un proceso judicial. En este orden, este patrón integra un “escenario metafórico” (Musolff 2016) que facilita la comprensión, en tanto hace posible evidenciar sus raíces discursivas, culturales e históricas como comunidad (2016: 30) y constituye una herramienta fundamental en el discurso intergrupar (Bowdle y Gentner 2005).²

En nuestra propuesta podremos constatar que este patrón metafórico EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA, vigente en el ámbito de la práctica jurisdiccional, pone al descubierto determinadas motivaciones socio-pragmáticas, que dan cuenta de “rutinas comunicativas” o formas de actuar, las cuales nos hablan de lo que hemos denominado una “mentalidad o cultura jurídica” atravesada por el apego a la norma y el respeto a la tradición (Cucatto 2018, 2021).

Puntualmente, en cuanto a la discursividad jurídica, las metáforas han sido estudiadas por diversos/as autores/as, quienes las consideran herramientas presentes en los textos judiciales, en particular, en las sentencias (Winter 2003; Berger 2004; Malem 2006; Perenboom 2007; Bazzanella, Morra y Rossi 2008; Jumanca 2013; González Zurro 2015; Vegara Fabregat y Mancilla 2017; Melo de Souza y Fontenelle Carneiro 2020; Santos 2021). No obstante, desde una visión tradicional de la metáfora, se recomienda, en algunas ocasiones, evitar su uso, en especial, en las sentencias (Malem 2006: 63). También hallamos posiciones más conciliadoras, como la de Peerenboom, que reconoce que las metáforas pueden “arrojar luz sobre el desarrollo legal o sobre algún aspecto particular de este” (2007: 341), pero que, a veces, pueden resultar algo simplifica-

2 Debemos señalar que en esta contribución no abordamos este patrón metafórico desde la perspectiva del análisis crítico de la metáfora, de ahí que no desarrollemos los planteos de autores como Chilton (2004), Charteris-Black (2004), Koller (2014), Musolff (2016), Hart (2018), entre otros.

doras; o la de Calvo (1980), quien distingue la existencia de metáforas lexicalizadas o creativas en el lenguaje jurídico-administrativo, a pesar de que este tiende a ser objetivo, serio y carente de ornamentos (213).

Al respecto, estimamos que, hasta nuestra investigación, no se han llevado a cabo estudios sistemáticos sobre el rol de la metáfora en la variedad rioplatense del lenguaje jurídico, y es por esa razón que centramos nuestro interés en el género discursivo tal vez más representativo de la práctica jurisdiccional: la sentencia judicial.

2. Marco metodológico y corpus

Como se ha fundamentado en el apartado anterior, apreciamos que la Lingüística Cognitiva, especialmente la teoría de la metáfora conceptual, otorga un aparato teórico-metodológico consistente para cumplir con el objetivo que guía nuestra investigación: establecer las formas en las que se manifiesta en las sentencias el patrón metafórico: EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA.

Nuestra investigación se encuadra en una metodología cualitativa, dado que evaluamos que este enfoque “hace posible reconstruir la realidad, tal como la observan los actores de un sistema social previamente definido” (Hernández, Fernández-Collado y Baptista 2006: 9) y privilegia la consideración de las personas, sus puntos de vista, los significados que estas construyen en relación con sus acciones, experiencias, esto es, a partir de sus propias prácticas (Hernández, Fernández-Collado y Baptista 2006; Vasilachis 2006).

A fin de conformar el corpus para este trabajo, accedimos a la base de datos JUBA,³ que reúne sentencias de distintas instancias, fueros y departamentos judiciales de la provincia de Buenos Aires (Argentina),⁴ con el propósito de estudiar aquellas metáforas en las que se toma el dominio origen de la guerra para conceptualizar el dominio meta PROCESO JUDICIAL, a partir del análisis de las expresiones lingüísticas en que se manifiestan las proyecciones entre ambos dominios.

En esta dirección, se decidió elaborar un campo semántico, vinculado con el dominio origen de la guerra, que tuviera en cuenta expresiones lingüísticas que fueran candidatas a ser empleadas metafóricamente por los/as operadores/as judiciales, por ejemplo, *combate, batalla, defensa, ataque, estrategia, táctica, embate, estocada, trampa, proteger, custodiar, perder, ganar*, etc. Dicho campo semántico se confeccionó a partir de un previo acercamiento exploratorio a sentencias correspondientes a ese territorio argentino, a efectos de detectar aquellas expresiones lingüísticas que remiten al patrón metafórico bajo estudio.⁵

3 Base de jurisprudencia, Suprema Corte de Justicia, provincia de Buenos Aires. Disponible en <https://juba.scba.gov.ar/Busquedas.aspx>.

4 Nos gustaría aclarar que las sentencias utilizadas son documentos disponibles públicamente en la base de datos JUBA, algunas anonimizadas -por afectar la intimidad de las partes o de terceros- y otras con indicación de la identidad de las personas involucradas.

5 Por otra parte, la pertinencia de estas expresiones candidatas fue revisada por los/as operadores/as judiciales y lingüistas que forman parte de nuestro equipo de investigación.

Teniendo en cuenta esas expresiones candidatas, se llevaron a cabo las búsquedas en la base de datos JUBA. De las sentencias obtenidas, se procedió posteriormente a su lectura detenida, para diferenciar los usos no metafóricos de los metafóricos –por ejemplo, “arma de fuego” / “igualdad de *armas*” – y descartar los primeros.

Luego, se conformó una muestra intencional de 50 sentencias,⁶ las que debieron incluir el abanico de expresiones lingüísticas contenidas en el campo semántico que orientó nuestra búsqueda. Cabe aclarar que se seleccionaron esos “decisorios” –sentencias– porque los consideramos representativos a los fines de ejemplificar cómo se evidencia en las sentencias el patrón metafórico el PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA. Vale especificar que en nuestra investigación entendemos por “patrón metafórico” a aquel esquema de conceptualización recurrente, mediante el cual los/as magistrados/as configuran el material lingüístico y le imprimen una forma proyectiva-metafórica (Cucatto 2023).

A continuación, se realizó el análisis de las expresiones lingüísticas metafóricas halladas en las sentencias, con el objeto de detectar la red de correspondencias conceptuales que se establecen entre el dominio fuente guerra y el dominio meta PROCESO JUDICIAL; al mismo tiempo se identificaron las correlaciones existentes entre el patrón metafórico PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA con las motivaciones socio-pragmáticas puestas en juego en esos usos metafóricos, en relación con un modo de “pensamiento metafórico” y las “rutinas comunicativas” involucradas.

3. El patrón metafórico EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA en el lenguaje jurisdiccional

En este apartado presentamos algunos fragmentos textuales correspondientes a las sentencias que conforman nuestro corpus, a fin de analizar cómo el dominio origen de la guerra es empleado por los/as operadores/as judiciales para conceptualizar el proceso judicial, generando así una rica variedad de expresiones lingüístico-metafóricas vinculadas con el lenguaje bélico.⁷

De esta forma, dicho análisis pone en evidencia ciertas motivaciones socio-pragmáticas que reflejan “rutinas comunicativas” –formas de actuar– propias del ámbito de la administración de justicia. Igualmente, observamos que la selección de metáforas bélicas revela un “pensamiento me-

6 Un muestreo intencional es “aquel en el que todos los elementos muestrales de la población son seleccionados bajo estricto juicio personal del investigador” (Namakforoosh 2002: 189). Tal como sostiene afirma Izcará Palacios, “el método cualitativo, haciendo uso del muestreo intencional (no probabilístico) pretende profundizar en aspectos concretos de la realidad social, a través de la interpretación y análisis de los discursos de los actores sociales, sin perseguir la generalización de los resultados a la población general en términos de error calculable estadísticamente (2007: 21-22).

7 Aquí es importante señalar tres cuestiones: 1) los ejemplos han sido trabajados en su formato original, incluso con sus eventuales errores gramaticales, ortográficos o de tipeo; 2) las expresiones verbales metafóricas analizadas están indicadas en cursiva; 3) la información entre paréntesis corresponde a la identificación de la sentencia: tribunal emisor (con siglas), departamento judicial de origen (con siglas), número de expediente, fecha de emisión, carátula y página.

tafórico” marcado por el apego a la norma y a la tradición (Cucatto 2023), en el que se concibe, entiende y razona el proceso judicial como un complejo enfrentamiento de intereses contrapuestos, donde nadie desea ser derrotado.

Veamos un primer ejemplo ilustrativo en el que el juez votante, a través de la voz de un reconocido penalista argentino, define el proceso judicial –un “proceso penal”– como una “*lucha*” o “*combate*”, en el cual se enfrentan las personas –“proceso de partes”– con “intereses *contrapuestos*”. Ese enfrentamiento, en el que cada participante quiere hacer prevalecer su propio interés, no es físico sino verbal –y predominantemente argumentativo–⁸, de allí que sea representado metafóricamente como una “*batalla* intelectual”:

(1) Un proceso penal de tales características como el que nos rige no significa otra cosa que un proceso de partes, esto es, en palabras de Maier, un procedimiento de “*lucha*” o “*combate*” –en el caso de nuestra civilización actual, una *batalla* intelectual– entre los representantes de cuanto menos dos intereses *contrapuestos*.

(TC0004 LP 76889, 27/09/2016, “G., N. M. s/ Recurso de Casación”: 4)

Además, es importante señalar que en las sentencias hemos encontrado variadas y abundantes expresiones con un significado similar a “guerra”,⁹ lo cual demuestra la productividad de este dominio de origen a la hora de conceptualizar la compleja dinámica que se establece en un proceso judicial. Entre esas expresiones encontramos, por ejemplo, *lucha*, *combate*, *batalla*, *contienda*, traba de la *litis*,¹⁰ *litigio*, *pleito*, *conflicto*, *controversia* o *pugna*:

(2) En el supuesto que se considera, se observa que de momento, no existe *contienda* alguna que deba resolver la Corte en los términos del art. 161 inc. 2 de la Constitución de la Provincia.

(SCBA LP 125350, 18/02/2022, “D.C.Y.E. c/ I. H. s/ Protección contra la violencia familiar”: 1)

(3) Además, se ha dicho que temáticas esenciales son aquéllas que hacen a la estructura de la traba de la *litis* y que conforman el esquema jurídico que el fallo debe atender para la solución del *litigio* y no las que las partes consideren como tales.

(SCBA LP 127200, 24/11/2023, “F. R. E. C/ U. Y. V. S/ incidente de alimentos”: 2)

8 En nuestra investigación hemos podido evidenciar que el dominio fuente de la guerra es también uno de los más utilizados por los/as operadores/as judiciales para conceptualizar la argumentación/motivación en las sentencias: LA ARGUMENTACIÓN/MOTIVACIÓN EN LAS SENTENCIAS ES UNA GUERRA. Un desarrollo detenido de este tema no forma parte y excede los objetivos de este trabajo.

9 Destacamos que la expresión “guerra” no se encuentre usada metafóricamente en ninguno de esos fallos, sí en expresiones no metafóricas como “arma de guerra”.

10 Según el Diccionario Panhispánico del Español Jurídico (DPEJ) la unidad terminológica “traba de la *litis*” significa: “Efecto procesal que se produce con la contestación de la demanda o bien con la preclusión del término para hacerlo, quedando así fijado el objeto de proceso durante las sucesivas fases ulteriores del mismo. Disponible en <https://dpej.rae.es/lema/traba-de-la-litis>

(4) Es en particular quien dirige el *pleito* con el fin de procurar a su cliente aquel bien de la vida que su demanda propicia. El cliente del profesional es -normalmente- desconocedor del campo científico y técnico del abogado.

(CC0202 LP 126660, 17/03/2020, “P. D. D. C. C/ L. A. Y O. s/daños y perjuicios responsabilidad profesional: 7).

(5) Es dable recordar que esta Suprema Corte ha sostenido en reiteradas oportunidades que los jueces están en condiciones de pronunciarse sobre el contenido de la relación procesal sólo mientras se mantenga un interés real [...] Es decir, que exista un *conflicto* a dirimir, causa o *controversia*; extremo inherente al ejercicio válido de la función judicial.

(SCBA LP 77173, 29/11/2023, “Carátula: Safi, Amalia Rocío y otros c/ Municipalidad de Mar Chiquita s/ Inconstitucionalidad Ordenanza N° 37/2021”: 2)

(6) Tal planteo fue resuelto en forma negativa por el “a quo” mediante la afirmación de que dicha posibilidad no se encuentra prevista legalmente, pero soslayando que en caso se encontraban –y se encuentran– en *pugna* dos bloques de derechos de raigambre constitucional, pertenecientes a las partes en *conflicto*.

(TC0003 LP 110332, 05/05/2022, “Romero, Manuel s/Recurso de Casación interpuesto por particular damnificada”: 5)

Sin embargo, es dable aclarar que, en el ámbito del Derecho Procesal, muchas de estas expresiones metafóricas son unidades terminológicas con un significado y alcance definido. Alvarado Velloso (2010) distingue:

- 1) *conflicto*: choque intersubjetivo de intereses “por desconocimiento o violación de un precepto que preordena una conducta que en los hechos no se cumple” (p.10);
- 2) *litigio*: afirmación hecha por el demandante de que existe un conflicto (no hay proceso sin litigio, pero puede haber proceso sin conflicto);
- 3) *controversia*: afirmación de ciertos hechos por el demandante y su negación/desconocimiento por parte del demandado.

3.1. *Campo de batalla, ámbito, terreno*

En las resoluciones analizadas, hemos detectado que el patrón metafórico EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA interacciona con otro patrón, que en nuestra investigación hemos llamado EL PROCESO JUDICIAL ES UN TERRITORIO. En este marco, el proceso judicial es concebido como un *campo de batalla*, el *ámbito de un pleito* o un *terreno* en el que *se combate*:

(7) El proceso contencioso no es un *campo de batalla* en que sean permitidos todos los medios útiles para triunfar, sino un trámite legal.

(CC0002 LP 59162, 26/11/2002, “D.E.F.A. c/C.M.M. s/Divorcio”: 5)

(8) Toda otra potestad que rige el *ámbito de un pleito*, se ejerce conforme a las leyes procesales que reglamentan su ejercicio.

(CC0102 MP 166602, 28/02/2019, "Filmar S.A. c/ Wierna, Alberto Enrique y otros/ daños y perjuicios: 8)

(9) La prueba de la simulación es indirecta, de indicios, de conjeturas y es ésta prueba la que *hiere* a fondo la simulación porque la *combate* en el mismo *terreno*.

(CC0103 LP 252062, 06/08/2009, Carballo, Alicia Beatriz y otros c/Cejas, Emma Teresa s/simulación: 6)

Así, el proceso judicial es conceptualizado como un *campo de batalla* en el que la jurisdicción no debe permitir que las partes empleen “todos los medios útiles para triunfar”, sino solo los legales (7), puesto que este *ámbito de un pleito* (8) está regido por los códigos procesales “que reglamentan su ejercicio” (8) y, por ende, está fuertemente normativizado.

3.2. *Litigantes, ataques y defensas*

En un proceso judicial, como en toda contienda, se producen acciones de ataque y defensa. En el transcurso de un proceso judicial, las partes involucradas son *litigantes*, que intentan hacer valer sus derechos –“ser oídos con las debidas garantías por un tribunal competente” (10)–, a fin de satisfacer sus intereses por sobre los de otros/as. Esta *pugna* de derechos (6) e intereses hace que esas personas se *defiendan, ataquen o confronten* entre sí:

(10) Los *litigantes* [deben] ser oídos con las debidas garantías por un tribunal competente, independiente e imparcial

(SCBA LP, 124796, 22/09/2021, “Hurtado, Claudio Andrés contra Sony Argentina S.A. y otros s/ despido y cobro de pesos”: 7)

(11) De ahí que la existencia de “causa” presupone la de “parte”, esto es, la de quien reclama o se *defiende*, y, por ende, la de quien se beneficia o perjudica con la resolución dictada finalmente en el proceso.

(SCBA LP, 77283, 23/06/2023, “Albano, Judith Mabel c/ Caja de Seguridad Social para Veterinaria de la Prov. de Bs. As”: p.14)

(12) En este punto parece necesario recordar que ningún derecho es absoluto y el derecho de *defensa* no es la excepción.

(CC0102 MP 166602, 28/02/2019, "Filmar S.A. c/ Wierna, Alberto Enrique y otros/ daños y perjuicios: 8)

El “derecho de *defensa*” (10) es una unidad terminológica, cuyo significado consiste en que los/as justiciables tienen derecho a ser escuchados por la jurisdicción y obtener una respuesta, acorde al ordenamiento jurídico. Es un derecho constitucional que abarca a todos/as los/as *litigantes*. Con todo, ya en el ámbito del derecho procesal, es posible distinguir roles, “parte[s]”

(11): a) el sujeto activo que es aquel que, movido por un interés, pide la protección judicial de lo que considera es su derecho –es “quien reclama” (11)–; y, b) el sujeto pasivo que es aquel que se ve afectado si se hace lugar al pedido del primero –es quien “*se defiende*” (11) contra el que reclama –.

Ahora bien, para defenderse, durante el transcurso de un proceso judicial en ocasiones es necesario realizar un *confronte*, un *ataque*, o bien a la pretensión de otro *litigante*, o bien a una decisión judicial previa. Este *ataque* tiene que ser “hábil”, “directo” y, para ser efectivo, tiene que estar basado en “pilares jurídicos”(14):

(13) En efecto, se advierte que el impugnante *ataca* la decisión de la Cámara que declaró inconstitucional el segundo párrafo del art. 70 de la ley 13.133, pero no funda correctamente su posición en un *confronte* directo entre esta cláusula legal y determinados preceptos de la Constitución local.

(SCBA LP, 75445, 25/08/2021, “Wal Mart Argentina S.R.L. c/ Municipalidad de José C. Paz s/ Pretensión anulatoria”: 3)

(14) Con tal proceder, la impugnante ha desinterpretado el contenido de lo resuelto sin realizar un *ataque* hábil sobre los pilares jurídicos que lo fundamentan.¹¹

(SCBA LP, 125828, 10/08/2022, “Ecurra, Daniela Susana c/ Novoa, Fernanda y otro-a s/ daños y perjuicios: 2)

Incluso, en esta dinámica de ataques y defensas, se constata que, a diferencia de una situación en que las partes en conflicto solo puedan defender “por mano propia” lo que consideran sus derechos, los/as jueces/zas, en el marco de un ordenamiento jurídico estatal, son concebidos como sujetos, terceros imparciales, que se encuentran “*enfrentados* a la tarea de dilucidar el *litigio*”, ya que es su “deber” legal (art. 3 del Código Civil y Comercial de la Nación –CCCN–; art. 34 inc. 4 y art. 163 inc. 6 del Código Procesal Civil y Comercial de la Provincia de Buenos Aires –CPCCBA–). En el marco de un proceso judicial y porque así lo disponen las normas jurídicas vigentes, los/as jueces/zas son los que tienen la responsabilidad de poner fin a un conflicto; esta necesidad jurídica a la que estos/as se encuentran ceñidos es un deber que no pueden soslayar y constituye para ellos ciertamente un desafío:

(15) El hecho de que se hubiera incurrido en faltas de este tipo nunca exime a los jueces (*enfrentados* a la tarea de dilucidar el *litigio* que se hubiera originado) de hacer una reconstrucción integral de todo lo sucedido.

(SCBA LP, 101691, 11/03/2009, “de Luca, Carmenla y otro c/Transporte Nueva Chicago C.I.S.A. y otros/Daños y perjuicios: 9)

11 Si bien no es objeto de este estudio, podemos identificar también el patrón metafórico: EL PROCESO JUDICIAL ES UNA CONSTRUCCIÓN, por ejemplo, “pilares” en (14).

3.3. Estrategias y tácticas

En el lenguaje bélico-militar la estrategia se define como el “arte de dirigir las operaciones militares”,¹² con el propósito de obtener la victoria sobre el enemigo; la estrategia atañe tanto a la planificación como a la conducción de las campañas bélicas. En cuanto a la táctica, esta se relaciona con la ejecución de los planes militares, la forma de “disponer, mover y emplear la fuerza bélica para el combate”.¹³

EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA, en el que las personas que participan en él, diseña[n]¹⁴ *estrategia[s]* jurídicas, por ejemplo, el abogado de parte es responsable de “dirig[ir] el *pleito* con el fin de procurar a su cliente aquel bien de la vida que su demanda propicia”(16), para lo cual tiene que conocer las normas y la jurisprudencia, que indican cómo se debe proceder:

(16) El abogado es quien diseña la *estrategia* jurídica del caso que presenta o *defiende*, sabe de las opiniones doctrinales y jurisprudenciales, y es quien conoce las normas procesales que ordenan el modo en que los asuntos deben ser llevados. Es en particular quien dirige el *pleito* con el fin de procurar a su cliente aquel bien de la vida que su demanda propicia.

(CC0001 64139, 25/09/2007, “Klimko, Ana c/Díaz, Carlos Alberto s/Daños y perjuicios”: 2)

No obstante, más allá de un buen plan, se requiere desplegar una *táctica* de *embate* adecuada, con el propósito de vencer al adversario y “recorrer con éxito”¹⁵ el proceso judicial:

(17) Tan esquivada *táctica* de *embate*, sabido es, no alcanza a abastecer la carga técnica que debe insoslayablemente observar quien pretende recorrer con éxito la vía extraordinaria.

(SCBA LP, 06/11/2019, “Daix, Isaac José contra Gorosito, Mónica Beatriz. Daños y perjuicios”: 5)

3.4. Movimientos bélicos tácticos

En el proceso judicial, como en la guerra, las tácticas se traducen en movimientos concretos, por ejemplo, *embate[s]* (17); incluso se aspira a “dar la *estocada* final” y que la aplicación precisa de la ley pueda “*fulmina[r] el ataque*”:

(18) Y vuelvo sobre el punto para dar la *estocada* final a las pretensiones.

(SCBA LP, 121639, 27/05/2015, “Altuve, Carlos Arturo -Fiscal-. Recurso extraordinario de inaplicabilidad de ley”: 3)

12 Diccionario de la Lengua Española (DRAE). Disponible en <https://dle.rae.es/estrategia?m=form>

13 DRAE. Disponible en <https://dle.rae.es/t%C3%A1ctico?m=form>

14 En esta sentencia es posible reconocer otro patrón metafórico presente en el lenguaje jurisdiccional: EL PROCESO JUDICIAL ES UN DISEÑO”.

15 En (17) “*recorrer / vía*” nos remite otro patrón metafórico: EL PROCESO JUDICIAL ES UN CAMINO.

(19) Norma que aplicada al presente caso *fulmina* el *ataque* recursivo, pues no se ha demostrado siquiera una presunción contraria a la pretensión portada en demanda.

(CC0000 NE, 10651, 06/04/2017, “Harretche Hector Martin c/Pedroza Juan Manuel y otros/daños y perjuicios: 4)

Otros movimientos bélicos consisten en: invadir –por ejemplo, el Poder Judicial puede llevar a cabo “la *invasión* de las facultades propias” de otros Poderes del Estado–; “colocar[se] en *retaguardia*”; *esquivar* la norma por error u omisión:

(20) En segundo término, denuncia la violación a la garantía de “juez natural” por parte del tribunal revisor y la *invasión* de facultades propias del legislador provincial en infracción al sistema republicano de gobierno por parte de esta Suprema Corte.

(SCBA LP, 134121, 18/04/2022, “Avalos, Matias Ezequiel s/ recurso extraordinario de inaplicabilidad de ley: 3)

(21) La previsibilidad debida sobre sus efectos posibles –a veces casi ciertos– no tiene que llegar al punto de colocar en *retaguardia* las declaraciones de inconstitucionalidad en casos y cuestiones en los que, *esquivarlas* u omitirlas, equivale a interpretar la Constitución laxitud.

(SCBA LP, 62961, 01/07/2004, “Federación de Educadores Bonaerenses D.F. Sarmiento (FEB) c/Dirección General de Cultura y Educación s/Amparo”: 35)

En adición, también pueden reconocerse otros movimientos como, por ejemplo, el del demandante al *atrincherarse* en fundamentos que, bajo ciertas premisas, el órgano judicial de la instancia anterior había juzgado como nimios (22); o el de una de las partes al buscar/encontrar *aliados* (no *adversarios*) procesales –otros/s *litisconsortes* (23)–:¹⁶

(22) Partiendo de tales premisas, juzgó la conducta del actor de *atrincherarse* en esa nimiedad como fundamento de una impugnación de asamblea.

(SCBA LP, 110634, 07/08/2013, “Chimondeguy, Juan Carlos c/Pucará S.A. s/Nulidad de Asamblea”: 4)

(23) El proceso se escinde en otros tantos contradictorios de parejas distintas, en los cuales cada *litisconsorte* puede encontrarse ya como *aliado* ya como *adversario* de cada uno de los otros.

(SCBA LP, 99578, 18/06/2014, “Ubaldi, Pablo contra Telefónica de Argentina S.A. Salarios”: 5)

Además, en una guerra, las personas enfrentadas pueden apelar a ardidés o buscar sorprender al enemigo, con el objeto de salir victoriosas; del mismo modo, en un proceso judicial las partes

16 Según DPEJ, el término *litisconsorcio* significa: “Pluralidad de partes que intervienen en el proceso desde su inicio, como actores o demandados, para ejercitar o serles reclamada una pretensión que les afecta directa o indirectamente”. Disponible en: <https://dpej.rae.es/lema/litisconsorcio>. El carácter metafórico del término proviene de su etimología: *litis* (litigio, conflicto), *con* (junto) y *sors* (suerte); confróntese Vescovi (1984: 171).

ponen en práctica *artimañas* (24), *celadas* (25) o *emboscadas* (26) para lograr sus objetivos, más allá de que con esos comportamientos pueda verse comprometida la “buena fe procesal y la garantía de *defensa*” (25), con las consecuencias negativas que ese intento podría acarrear para los/as *litigantes*:

(24) Fácil *artimaña* para evitar una eventual pedido de nulidad de testamento el recurrir a la vía alternativa de la escritura de donación.

(CC0001 ME 109570, 08/11/2005, “Frusti, Nélida y Frusti, Delia c/Burgos, José s/Nulidad de acto jurídico: 8)

(25) En otras palabras, el accionado ha tendido una verdadera *celada*, con severo compromiso de la buena fe procesal y de la garantía de la *defensa*.

(SCBA LP, 96140, 17/06/2009, P., M. G. c/M. G., J. M. s/Reconocimiento de filiación paterna extramatrimonial: 13)

(26) No puede afirmarse que la *defensa* se haya visto obligada a aventurar discusiones que no le fueran planteadas, ello ante la eventualidad de que el tribunal sentenciador decidiera apartarse hacia una calificación más gravosa, vale decir no ha sido *emboscada* en su tarea.

(SCBA LP, 126435, 16/08/2017, “Silva Miguel Angel, Moreno Carlos Fabian, Lopez Luciano Mario Leonel, Juarez Carlos Jordan s/ recurso extraordinario de inaplicabilidad de ley: 7)

No solo una parte puede correr el riesgo de perder el juicio como consecuencia de las *artimañas*, *celadas* o *emboscadas* puestas por la parte adversaria, pues podría suceder –y no es tan infrecuente– que la derrota pueda deberse a un cambio sorpresivo del criterio que venían sosteniendo los/as mismos/as jueces/zas en otros casos semejantes, erigiéndose entonces ese cambio en una verdadera *trampa mortal*:

(27) Como sostuve en el aludido precedente el proceso no puede resultar una *trampa mortal* para las partes y si los jueces modifican su propia doctrina legal -como es lícito y saludable que lo hagan cuando nuevas reflexiones aconsejan tal proceder- deben contemplar los efectos que tal rotación de los ejes origina a las situaciones particulares sometidas a su decisión

(SCBA LP, 63380, 29/06/2011, “Monteodorisio, Elsa y otros c/Municipalidad de General Pueyrredón s/Demanda contencioso administrativa”: 8)

3.5. *Daños, lesiones y heridas*

Las personas acuden a un proceso judicial porque consideran que sus derechos han sido lesionados. Según el CCCNA “hay daño cuando se lesiona un derecho o un interés no reprobado por el ordenamiento jurídico, que tenga por objeto la persona, el patrimonio, o un derecho de incidencia colectiva” (art. 1737). Desde esta perspectiva, las personas, cuando afirman tener un derecho o interés afectado ilícitamente, es decir, cuando afirman haber sufrido un “hecho *dañoso*” (28), pueden presentarse ante la jurisdicción, para lograr alguna clase de reparación, recomposición o resarcimiento:

(28) No obstante, en el caso del abogado, el problema resulta mucho más complejo, atento a que el factum sindicado como *dañoso* es un hecho científico o técnico, cuyo dominio pertenece al profesional y no al cliente.

(CC0001 64139, 25/09/2007, “Klimko, Ana c/Díaz, Carlos Alberto s/Daños y perjuicios”: 2)

Ahora bien, como consecuencia de las acciones de defensa y ataque, tal como sucede en una guerra, durante un proceso judicial se generan *daños*, *lesión*[es], se *hiere* o se es herido. Ahora bien, a diferencia de lo que sucede en los enfrentamientos bélicos, más allá de que durante el proceso judicial se busque dañar o lesionar al enemigo, nunca son lícitas las situaciones de hostilidad que provoquen alguna *lesión* a los derechos del debido proceso y del derecho de *defensa* de las partes intervinientes en el juicio” (29), esto es, que comporten “la *violación* de un trámite esencial que *hiere*” el debido proceso (30):

(29) Las dos últimas intervenciones de la Cámara [...] ponen en evidencia una flagrante *lesión* a los derechos del debido proceso y del derecho de *defensa* de las partes intervinientes en el juicio, los que se encuentran *amparados* por los arts. 18 de la Constitución nacional, 15 de la Constitución provincial y 8 y 25 de la Convención Americana de Derechos Humanos.

(SCBA LP, 119794, 11/04/2018, “Franciulli, Juan Manuel contra Bernabé, Sebastián y otro. Daños y perjuicios”: 4)

(30) Corresponde anular de oficio dichas diligencias y lo actuado en consecuencia, ya que se presenta una situación excepcional de incompatibilidad con el debido proceso derivada de la *violación* de un trámite esencial que *hiere* irremediablemente al mismo.

(SCBA LP, 75687, 20/08/2008, “s/Violación”: 4)

3.6. *Custodiar, proteger, amparar, tutelar*

Como antes mencionamos, se acude a la justicia ante la vulneración de los derechos; es la jurisdicción la que debe asegurar un debido proceso o proceso justo. En este marco, los/as magistrados/as son concebidos/as como los/as responsables de *amparar* (29) *custodiar*, *proteger* y *tutelar* un “bien jurídico [...] que *lesiona*” las normas y *violenta* los “derechos fundamentales” de las personas:

(31) Se trata de *custodiar* y *proteger* un bien jurídico relevante funcionalmente ligado a la *protección* del ambiente. De suerte que su afectación o desconocimiento *lesiona* el art. 41 de la Constitución nacional.

(SCBA LP, 75276, 24/06/2020, “Mancuso, Antonio c/ Organismo Provincial para el Desarrollo Sostenible OPDS s/ amparo”: 9)

(32) La nulidad ha de estar dirigida a *tutelar* a aquel *litigante* cuyos derechos fundamentales fueron *violentados*.

(CC0102, 172400, 15/03/2022, “Mendoza Marta y ot. c/ Rendina Claudia Elsa y ot. s/ daños y perjuicios: 34)

EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA, pero no una sin reglas ni principios durante su desarrollo. Si bien existen tratados y memorandos internacionales que de alguna manera intentan humanizar las guerras a través del control del empleo de determinados tipos de armas, del tratamiento de los prisioneros, etc., un proceso judicial, para ser válido, debe ser un debido proceso y para que exista un debido proceso, ciertas reglas y principios deben ser rigurosamente respetados, no cabe cualquier hostilidad. Es más, a diferencia de una guerra, durante el proceso judicial la jurisdicción debe asegurar que los *litigantes* estén en “igualdad de armas”,¹⁷ principio a través del cual se representa metafóricamente que los jueces/as deben *tutelar* a las partes para que tengan las mismas posibilidades, paridad de medios de ataque y de defensa, en cuanto a las facultades y cargas de alegación, prueba e impugnación:

(33) Destaco que este modo de regular el asunto no es caprichoso, sino que descansa sobre algunas razones de peso. Una de ellas, tal vez la más importante, es la que sostiene el doctor Hitters en la causa C.98.837 (sent. del 2-VII-2010): *tutelar* el principio de igualdad de *armas* en el proceso p. 10

(SCBA LP, 97160, 18/08/2010, “Hornos, Gabriela Graciela c/Mercado de Valores s/Nulidad de convenio”: 10)

3.7. *Ganar o perder*

Como afirmamos al inicio de este trabajo, el proceso judicial es entendido como un conjunto de actos llevados a cabo por el/la juez/a y por las partes, cuyo propósito es resolver un conflicto de intereses mediante la aplicación de la ley a través de una sentencia definitiva. En este sentido, EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA en el que, luego de la emisión de una sentencia, va a haber ganadores/*gananciosos* (34) y perdedores/“parte *vencida*”/“*litigante*[s] *perdidoso*[s]” (35), quienes, según exista o no una instancia judicial superior, podrán solicitar la revisión de esa sentencia, esto es, “*alzarse contra* el decisorio” (34), con la aspiración de llegar a una sentencia definitiva a su favor, que ponga fin a esa *controversia*:

(34) En el caso en estudio, los demandados resultaron *gananciosos* en la instancia anterior (fs. 629/634). En virtud a ello, éstos carecían de interés *para alzarse contra* el decisorio, pues obtuvieron lo que deseaban, que se haga lugar a sus *defensas*.

(CC0202 LP, 127482, 01/09/2020, “Locio Sonia Beatrizc/ B.,M.N. y otros/acción de despojo”: 15)

(35) En lo que refiere al agravio de las costas, hemos dicho que el artículo 68 del Código de Procedimientos adopta el denominado principio objetivo de la *derrota*, conforme el cual es la

17 Según DPEJ, la unidad terminológica “igualdad de *armas* procesales” significa: “Principio que forma parte del derecho a la tutela judicial efectiva sin indefensión, en su vertiente de derecho a un proceso con todas las garantías, y que consiste en el derecho de las partes a un trato procesal igual, con idéntica posibilidad de ser oídas por quien ha de resolver”. Disponible en <https://dpej.rae.es/lema/igualdad-de-armas-procesales>

parte *vencida* la que debe pagar los gastos de la contraria. Si bien el juez tiene la facultad de eximir total o parcialmente de esta responsabilidad al *litigante perdidoso*, ello solo puede tener lugar a condición de que encuentre un verdadero mérito.

(CC0102 MP, 162717, 07/06/2022, “Moliendas del Sur SA c/ Banco de Galicia y Buenos Aires s/ repetición sumas de dinero: 16)

Incluso, EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA en el que el *litigante perdidoso*, por el denominado “principio objetivo de *derrota*” (35) debe hacerse cargo de las costas o gastos generados a causa del proceso judicial.

Consideraciones finales

Las metáforas no son solo una cuestión de lenguaje y pensamiento, sino también de comunicación (Steen 2011: 27). Forman parte de nuestra vida cotidiana y también, como pudimos constatar, de los discursos de especialidad. En efecto, en nuestra investigación postulamos que en el discurso jurídico es posible identificar patrones metafóricos, esto es, formas o esquemas de conceptualización recurrentes que responden a motivaciones sociopragmáticas específicas (Cucatto 2023), relacionadas con ciertas formas de percibir, de pensar, de actuar y de comunicar diferentes aspectos del proceso judicial. En esta oportunidad, nos interesó abordar el patrón metafórico EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA, ya que consideramos que el dominio fuente de la guerra resulta ser uno de los más productivos para conceptualizar metafóricamente el dominio meta PROCESO JUDICIAL.

A partir del análisis de ejemplos extraídos de sentencias correspondientes a órganos superiores de la provincia de Buenos Aires (Argentina), identificamos diferentes expresiones lingüísticas que muestran un uso reiterativo del lenguaje bélico para representar metafóricamente el proceso judicial. Así, evidenciamos de qué forma los/as operadores/as judiciales entienden el proceso judicial: como una *lucha*, un *combate*, una *batalla*, una *contienda*, un *litigio/litis*, un *pleito*, una *pugna*; un verdadero *campo de batalla*, *ámbito de un pleito* o *terreno* en el que se *combate*; de allí que los *litigantes* se *defiendan*, *ataquen*, *confronten*. En un proceso judicial, como en una guerra, se diseñan *estrategias*, *tácticas*; se apela a movimientos bélicos, tales como *embates*, *estocadas*; las personas *invaden*, se colocan en *retaguardia*, *se atrincheran* y buscan *aliados*. Como consecuencia de esa *batalla intelectual*, se producen *daños*, *lesiones*, *se hierelse es herido*. El proceso judicial es una *contienda* en la que las partes involucradas aspiran a la resolución de un *conflicto* de intereses, a través de la *custodia*, la *tutela* o la *protección* de la jurisdicción. Ahora bien, luego de la resolución de esa *controversia*, mediante la emisión de una sentencia definitiva, existen *ganadores/gananciosos* y *perdedores/perdidosos*.

Esta dinámica bélica, a través de la cual los/as operadores/as judiciales conceptualizan el proceso judicial, pone de manifiesto un “pensamiento metafórico” en el que se concibe, comprende y razona el proceso judicial como un complejo enfrentamiento de intereses contrapuestos, en el que nadie desea ser derrotado. Igualmente, pudimos examinar que este “modo de pensar metafórico” –relacionado con una “mentalidad o cultura jurídica” (Cucatto 2018, 2021) caracterizada por el respeto a las normas y a la tradición– refleja, a su vez, “un modo de actuar”, esto es, ciertas

“rutinas comunicativas” propias de la administración de justicia. Como es dable apreciar, el patrón metafórico EL PROCESO JUDICIAL ES UNA GUERRA no solo da cuenta de los conocimientos, creencias y valores compartidos por las personas que integran esa comunidad, sino colabora con la construcción y consolidación de una visión del mundo caracterizada por un modo confrontativo de actuar.

Referencias bibliográficas

ALVARADO VELLOSO, A. 2010. *Lecciones de Derecho Procesal Civil*. Santa Fe (Argentina): Ediciones AVI SRL 2010.

BAZZANELLA, C., MORRA, L. y ROSSI, P. 2008. L'approccio cognitivo alla metafora nel linguaggio giuridico. En C. Raffaele (ed.). *Fondamenti cognitivi del diritto*, pp. 157–175. Roma-Milano: Pearson Paravia Bruno Mondadori.

BERGER, L. 2004. What is the sound of a corporation speaking? How the cognitive theory of metaphor can help lawyers shape law. *Journal of the Association of Legal Writing Directors* 2, 169: 169-208.

BOWDLE, B.F. y GENTNER, D. 2005. The career of metaphor. *Psychological Review* 112: 193-216.

CALVO, L. 1980. *Introducción al estudio del lenguaje administrativo*. Madrid: Gredos.

CHARTERIS-BLACK, J. 2004. *Corpus Approaches to Critical Metaphor Analysis*. Basingstoke/ Nueva York: Palgrave Macmillan.

CHILTON, P. 2004. *Analysing Political Discourse. Theory and Practice*. Nueva York: Routledge.

Código Civil y Comercial de la Nación Argentina. 2015 [Disponible en línea en <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=235975>] [Consulta: 15 de noviembre de 2023].

Código Procesal Civil y Comercial de la provincia de Buenos Aires. 1968. [Disponible en línea en <https://normas.gba.gob.ar/ar-b/decreto-ley/1968/7425/7888>] [Consulta: 15 de noviembre de 2023].

CROFT, W. y CRUSE, D. 2004. *Lingüística Cognitiva*. Madrid: Ediciones Akal.

CUCATTO, M. 2018. Argumentación jurídica, obiter dicta y técnica recursiva: lo que abunda no daña. En H. Lell (ed.). *Lenguaje y Derecho. Abordajes epistemológicos de una relación compleja*, pp. 42-55. Buenos Aires: Marcial Pons- CONICET.

CUCATTO, M. 2021. Para mayor satisfacción (de): expresión conectiva plurifuncional, fundamentación y disuasión. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 88: 107-121, <https://dx.doi.org/10.5209/clac.71982>.

CUCATTO, M. 2023. *Sentencias judiciales, patrones metafóricos y comunicabilidad*. Conferencia presentada en el XII Encuentro Nacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso - Delegación Chile. Santiago: Universidad de Las Américas.

- CUCATTO, M. y ROJAS, E. 2024. Principales directrices metodológicas en Lingüística Cognitiva. En G. Rodrigues Soares, L. Passeggi, S. Fabiano-Campos, P. Duque y J. Silva (Orgs.). *Metodologia da Pesquisa em Lingüística Experimental, Teórica e Descritiva*. Natal: EDUFRN (en prensa)
- DIRVEN, R. y VERSPOOR, M. 2004. *Cognitive Exploration of Language and Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- EVANS, V. y GREEN, M. 2004. *Cognitive Linguistics. An Introduction*. Edinburgh: University Press.
- GIBBS, R. 2017. *Metaphor Wars. Conceptual Metaphors in Human Life*. New York: Cambridge University Press.
- GONZÁLEZ ZURRO, G. 2015. *Otra mirada a las decisiones de la Corte Suprema. Estudio metafórico desde la literatura, la corriente cognitiva y la imaginación*. New York: New York University Press.
- HART, C. 2018. Cognitive Linguistic critical discourse studies. En J. Flowerdew y J. E. Richardson (eds.). *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*, pp. 77–91. Abingdon: Routledge.
- HERNÁNDEZ, R., FERNÁNDEZ-COLLADO, C., y BAPTISTA, P. 2006. *Metodología de la investigación* (4th ed.). México D. F.: McGraw-Hill.
- IBARRETXE-ANTUÑANO, I. y CADIerno, T. 2019. La lingüística cognitiva y la adquisición de segundas lenguas ASL. En I. Ibarretxe-Antuñano, T. Cadierno y A. Castañeda Castro (eds.). *Lingüística cognitiva y español LE/L2*, pp. 19-51. Londres: Routledge.
- IBARRETXE-ANTUÑANO, I. y VALENZUELA, J. 2021. *Lenguaje y Cognición*. Madrid: Síntesis.
- IZCARA PALACIOS, S. 2007. *Introducción al Muestreo*. México: Ed. Porrúa.
- JOHNSON, M. 1987. *The body in the mind. The bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University of Chicago Press.
- JUMANCA, R. 2013. Types of metaphors in the English Legal Discourse. *Romanian Journal of English Studies* 9, 1: 366–372.
- KOLLER, V. 2014. Cognitive Linguistics and Ideology. En J. Littlemore y J. R. Taylor (eds.). *The Bloomsbury Companion to Cognitive Linguistics*, pp. 234–252. London: Bloomsbury.
- KÖVECSES, Z. 2009. Metaphor, Culture, and Discourse: The Pressure of Coherence. En A. Musolff y J. Zinken (eds.). *Metaphor and Discourse*, pp. 11-24. Nueva York: Palgrave Macmillan.
- KÖVECSES, Z. 2010. *Metaphor: A Practical introduction* (2ª Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- KÖVECSES, Z. 2015. *Where Metaphors Come From. Reconsidering Context in Metaphor*. Oxford: Oxford University Press.
- LAKOFF, G. y JOHNSON, M. 1980. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. y TURNER, M. 1989. *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*. Chicago: University of Chicago Press.

- LAKOFF, G. 1993. The contemporary theory of metaphor. En A. Ortony (ed.). *Metaphor and thought*, pp. 202-251. New York: Cambridge University Press.
- LAKOFF, G. y JOHNSON, M. 1999. *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Perseus Books Group.
- LAKOFF, G. 2008. The neural theory of metaphor. En R. Gibbs (ed.). *The Cambridge handbook of metaphor and thought*, pp.17-38. Nueva York: Cambridge University Press.
- LANGACKER, R. 1987. *Foundations of cognitive Grammar. Vol. I Theoretical Perspectives*. Stanford: University Press.
- LANGACKER, R. 2008. *Cognitive Grammar: A Basic Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- LANGACKER, R. 2015. Construal. En E. Dąbrowska y D. Divjak (eds.), *Handbook of cognitive linguistics*, pp. 120-142. Berlín, Alemania: De Gruyter Mouton.
- MALEM, J. 2006. El lenguaje de las sentencias. *Reforma judicial. Revista Mexicana de Justicia* 7: 47-63.
- MELO DE SOUZA, L y FONTENELLE CARNEIRO, M. 2020. Metáforas conceptuais como ferramentas de argumentação e persuasão no discurso jurídico. *Revista de Direito, Arte e Literatura* 6, 2: 1-21.
- MUSOLFF, A. 2016. *Political Metaphor Analysis*. London/ New York: Bloomsbury.
- NAMAKFOROOSH, M. 2002. *Metodología de la investigación*. México: Editorial Limusa.
- PEERENBOOM, R. 2007. *China modernizes. Threat to the West or Model for the Rest?* Oxford: Oxford University Press.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 2014. [Disponible en línea en <http://dle.rae.es/>] *Diccionario de la lengua española*, 23.^a edición. [Consulta: 15 de noviembre de 2023].
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 2023. [Disponible en línea en <https://dpej.rae.es/>] *Diccionario panhispánico del español jurídico* [Consulta: 15 de noviembre de 2023]
- SANTOS, R. 2021. *Argumentação é guerra: a metáfora no discurso jurídico*. Independently published: Amazon Kindle Edition.
- SORIANO, C. 2012. La metáfora conceptual. En I. Ibarretxe-Antuñano y L. Valenzuela (Dirs.). *Lingüística Cognitiva*, pp. 97-121. Madrid: Siglo XXI Editores.
- SOSA, T. E. 2018 Composición del derecho al debido proceso. *Jurisprudencia Argentina* I,5: 147-163.
- STEEN, G. 2011. The Contemporary Theory of Metaphor-now new and improved! *Review of Cognitive Linguistics* 9, 1: 26-64.
- VASILACHIS, I. 2006. La investigación cualitativa. En I. Vasilachis (coord.). *Estrategias de investigación cualitativa*, pp. 23-64. Barcelona: Gedisa.
- VEGARA FABREGAT, L. y MANSILLA, A. 2017. Metáfora jurídica en la fraseología contrastiva en alemán y en español: el esquema de CAMINO. *Alfinge* 29: 223-241.

VÉSCOVI, E. 1984. *Teoría General del Proceso*. Bogotá: Themis.

WINTER, S. 2003. *A Clearing in the Forest: Law, Life and Mind*. London: University of Chicago Press.

MARIANA CUCATTO es doctora en Letras por la Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de La Plata (Argentina), institución en la que se desempeña como profesora titular de "Lengua II: Análisis del Discurso y Lingüística Textual" y como coordinadora del Grupo de Investigación en Lingüística Forense (GILF-CEIL-IdIHCS). Es investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Sus áreas de especialidad son: las lenguas de especialidad/profesionales (comunicación, clarificación, democratización), el Discurso Jurídico y la Lingüística Cognitiva. Fue presidenta de la SAEL, Sociedad Argentina de Estudios Lingüísticos (2019-2021) y secretaria de ALED, Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (2021-2023).

Correo electrónico: marianacucatto@yahoo.com.ar

DECLARACIÓN DE AUTORÍA

Este artículo fue desarrollado por Mariana Cucatto. El diseño y la recopilación de datos fueron realizados por Mariana Cucatto. La autora colaboró en la interpretación de los resultados, redacción y revisión del artículo.



Algunos rasgos del discurrir político mexicano: una mirada desde el análisis del discurso

Some features of Mexican political discourse: A look from discourse analysis

MARÍA EUGENIA FLORES

ORCID: 0000-0001-7664-6674

Universidad Autónoma de Nuevo León
México

Recibido: 23 de agosto de 2024 | Aceptado: 22 de octubre de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.39-58

RESUMEN

El dominio del discurso social por los agentes políticos acompaña al poder; y las estructuras e instancias que lo componen, entre ellas el discurso, dependen de las formas, voluntad y posición social de quien enuncia. En este texto, mostramos algunos de los rasgos y las manipulaciones que, a través del discurso político mexicano, se realizan y que afectan el destino del país; y porque la persuasión opera mediante un discurso no siempre explícito para toda la sociedad, creemos que es imprescindible visibilizar las estrategias y recursos utilizados. Estudiamos artículos de medios impresos y digitales, interacciones mediáticas, spots de campaña, slogans, llamadas telefónicas; mediante una estrategia metodológica y un enfoque cualitativo, que desmenuza el sentido a partir del examen de cada nivel del significado (semántico, pragmático, retórico, discursivo y semiótico) en fragmentos, enunciados y palabras, hacemos el rastreo transversal del poder y la ideología que forman los dispositivos discursivos.

PALABRAS CLAVE: *Discurso político mexicano. Análisis del discurso. Rasgos. Dispositivos de poder.*

RESUMO

A dominação do discurso social por agentes políticos acompanha o exercício do poder; as estruturas e instâncias que o constituem — incluindo o próprio discurso — dependem das formas, da vontade e da posição social de quem enuncia. Neste texto, apresentamos algumas das características e manipulações realizadas por meio do discurso político mexicano, que influenciam diretamente o destino do país. Como a persuasão opera através de um discurso nem sempre explícito para a sociedade como um todo, consideramos essencial tornar visíveis as estratégias e os recursos utilizados. Analisamos artigos da mídia impressa e digital, interações com a imprensa, propagandas de campanha, slogans e chamadas telefônicas, por meio de uma estratégia metodológica de abordagem qualitativa. Essa abordagem decompõe o sentido a partir do exame de cada nível de significação — semântico, pragmático, retórico, discursivo e semiótico — em fragmentos, enunciados e palavras, traçando transversalmente o poder e a ideologia que estruturam os dispositivos discursivos.

PALAVRAS CHAVE: *Discurso político mexicano. Análise do discurso. Características. Dispositivos de poder.*

ABSTRACT

The domination of social discourse by political agents accompanies power; and the structures and instances that compose it, including discourse, depend on the forms, will, and social position of the person who enunciates. In this text, we highlight some of the features and manipulations carried out through Mexican political discourse that influence the country's fate. Because persuasion operates through a discourse that is not always explicit to society as a whole, we believe it is essential

to reveal the strategies and resources used. We studied articles from print and digital media, media interactions, campaign spots, slogans, and phone calls; using a methodological and qualitative approach that breaks down meaning at each level—semantic, pragmatic, rhetorical, discursive, and semiotic—into fragments, statements, and words, allowing us to trace the underlying power and ideology that shape discursive devices.

KEYWORDS: *Mexican Political Discourse. Discourse analysis. Features. Power devices.*

Introducción

Cualquier agente político que aspira a ocupar un puesto de poder manifiesta promesas y compromisos los cuales asegura que llevará a cabo: mejorará la economía, desterrará la violencia, buscará mejores condiciones de vida para quienes lo apoyen, y lo hará mediante un discurso no siempre explícito para todos los sectores de la sociedad. Además de enmascarar el discurso y sus intenciones, buscará dañar la imagen social (Goffman 2006) de sus oponentes, y construirá, en cambio, otra estigmatizada (Goffman 1970) a propósito de sus objetivos.

El acceso al dominio a través del discurso social es una de las claves para ejercer el control por los grupos hegemónicos, porque las estructuras e instancias del poder político, entre las cuales está el discurso, no son aisladas ni independientes de las prácticas discursivas, de los imaginarios comunicativos y del posicionamiento enunciativo de quienes las realizan. El discurso, el poder y la ideología, siempre están entrelazados en este tipo de discurso y exigen, para una aproximación interdisciplinar, el discriminar los componentes que integran el sentido -que se transmite a partir de la operación de cada nivel de significado que el evento comunicativo contiene. En este trabajo recogemos algunos de los hallazgos que hemos obtenido sobre el discurso político mexicano, para describir los rasgos que lo caracterizan, como lo hemos venido haciendo (Flores 2012; 2016, 2019; Flores y Sánchez 2016; Flores e Infante 2016; 2018). Presentamos los antecedentes, la metodología, los apoyos teóricos que nos sustentan, la aplicación, el análisis y discusión respectivos y unas reflexiones finales.

1. Antecedentes

Este trabajo se deriva de un proyecto sobre discurso político que inició en 2008¹. Desde entonces a la fecha, hemos estudiado artículos de medios impresos, pero también textos tomados de internet, transcripciones de la Cámara de Diputados, interacciones en la radio, la televisión, *spots* de campaña, *slogans*, llamadas telefónicas² y otros. La selección textual la determinó el tema sin criterios aleatorios de representatividad; solo el tópico de interés en cada fase. Estudiamos los discursos de las campañas electorales de 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 y 2018, en la competencia por puestos de elección que van desde los menores, como regidurías o ayuntamientos municipales, hasta la presidencia de la República.

-
- 1 Estudios adscritos a los Proyectos: “Discurso político mexicano”, desarrollado por José María Infante y María Eugenia Flores (2008-) y al Proyecto “Estudios lingüísticos, discursivos y didácticos en corpus orales y escritos” cuya responsable es María Eugenia Flores, ambos contaron con financiamiento del Programa de Apoyo a la Investigación Científica y Tecnológica de la Universidad Autónoma de Nuevo León, México (PAICYT) desde 2009 a 2022.
 - 2 Corpus: Más de 400 artículos de medios impresos de comunicación: *El Norte*, *Milenio*, *Excelsior*, *La Jornada* y *El Universal*; textos tomados de internet, transcripciones de la Cámara de Diputados, interacciones a través de la radio y la televisión, *spots* de campaña.

Hemos revisado géneros y registros discursivos, formales y semi informales, documentados mediante la interacción de los agentes políticos que participan: artículos, columnas, noticias, editoriales de prensa, entrevistas, discursos públicos, sesiones de la cámara, recopilación de frases, slogans, las frases de actores políticos publicadas. Las temáticas que surgen del DPM son diversas: la ideología, la polifonía, el populismo, la ironía, la imagen, la descortesía, la vaguedad, la creación del referente, el performance, el poder, la violencia, la violencia de género, el estigma. Este tipo de discurso exige revisar la argumentación, las representaciones, los imaginarios; tanto en lo que Chilton y Schäffner (2008) llaman el discurso político público, como en el discurso político interno, las charlas o los diálogos entre los agentes políticos, sean o no parte de instancias de gobierno; desde políticos de la resistencia y líderes sindicales hasta gente común que encabeza frentes o da declaraciones, etc.; hay comunicaciones tan privadas como las charlas o las llamadas telefónicas. Nuestro criterio para la selección del corpus es que haya sido expresado ante el público y divulgado por los medios, para poder usar los datos. El tipo de discurso y los tópicos estudiados demandaron ampliar los sustentos teóricos y transitar hacia lo interdisciplinar, porque hemos encontrado lazos, por ejemplo, entre el poder y el performance, entre éste y el racismo, entre el sexismo y los imaginarios, y otras vinculaciones. Igualmente, hemos abierto el abanico de interés en los géneros textuales dada la riqueza del corpus. El objeto de estudio nos exige dirigir una mirada más amplia, porque el análisis del discurso lo permite, por su perspectiva holística y en ruta hacia lo transdisciplinar. Los estudios del discurso requieren del tránsito por distintos niveles: la semántica, la pragmática, la retórica, la sociopragmática, lo semiótico-discursivo... herramientas epistemológicas que ayudan a avanzar, por ejemplo, hacia categorías más amplias como la imagen social, los marcos sociales de referencia, las violencias discursivas.

1.1 Sobre los sustentos teóricos

Si bien cada caso examinado requiere de un marco teórico específico, hemos usado en principio y habitualmente el dialogismo, con Bajtín (1970). Porque permite acceder tanto a los diálogos entre los sujetos como a los diálogos entre los discursos y aproximarnos al entorno semiótico cultural o semiótico comunicativo, que al discurso — objeto de nuestro interés — circunda. Seguimos a Nicolescu (1994), quien dice que el rigor en la argumentación debe tomar en cuenta todas las cuestiones, que la apertura incluye la aceptación de lo desconocido, lo inesperado y lo imprevisible. Nos acercamos, como sugiere Bolívar (2008), desde tres niveles de estudio en el discurso político: el nivel sociopolítico, el nivel interaccional y el nivel lingüístico. Destacamos la interacción porque ese es nuestro punto de aproximación — el discurso solo se construye en la interacción (Bajtín, 1970). Con Haidar (2006), vemos al discurso como práctica semiótico-discursiva y compleja que, por ello, demanda su abordaje desde diferentes miradas, y empleamos las materialidades discursivas (Foucault 1970; Haidar 2006) para examinar la conformación de este tipo de discurso. De Chilton y Schäffner (2008), retomamos, por amplio, su definición sobre discurso político, pues para ellos se trata de acciones lingüísticas o no, y las estrategias que proponen, que involucran al poder o a la resistencia. Esto es, que cualquiera puede ser un/a agente político en el sentido en que todos/as estamos bajo la microfísica del poder (Foucault, 1979), y ofrecemos resistencia a él; de Charaudeau (2011), retomamos las características del discurso político, específicamente los procedimientos que él caracteriza: el presupuesto

de evidencia, el peso de las circunstancias y su contraparte, y la dramatización de la escena a partir de la utilización de los sentimientos; la singularización, la esencialización y la analogía empleados por los agentes políticos en sus alocuciones; también recogemos su propuesta de un estudio interdisciplinar del discurso (2009a).

En la comunicación política hay un tercero: la audiencia, el público lector, la audiencia de medios, que condicionan el sentido, la fuerza ilocutiva y la doxa; por tanto, se hace necesario considerar el Trilogue Argumentatif estudiado por Plantin y Kerbrat-Orechioni (1995). Nos servimos del trabajo de Charaudeau (2009b) sobre representaciones socio-discursivas, ya que éstas se generan prolijamente en el discurso político para diversos fines. Articulamos desde la psicología social las representaciones sociales de Moscovici y Jodelet (1986); desde la microsociología, las categorías de Front, face y self (Goffman 1967, 2006), para revisar lo relativo al estigma y a los marcos de referencia (Goffman 1971). Las propuestas francófonas de análisis del discurso, como las formaciones imaginarias de Pêcheux (1970), y el ethos de Maingueneau (1996) y Amossy (2011). Para los procedimientos sexistas, nos apoyamos en Lamas (2000). El discurso político implica el control discursivo y el poder, por eso acudimos a Foucault (1970) y examinamos la ideología con Reboul (1986). Las categorías de la co-construcción (Arundale 1999; Koike 2002) y la descortesía (Kaul de Marlangeon 2005, 2006), provenientes de la sociopragmática, han sido herramientas efectivas para examinar las estrategias específicas a nivel lingüístico-discursivo, relacionadas con las agresiones, los sometimientos y las resistencias encontradas.

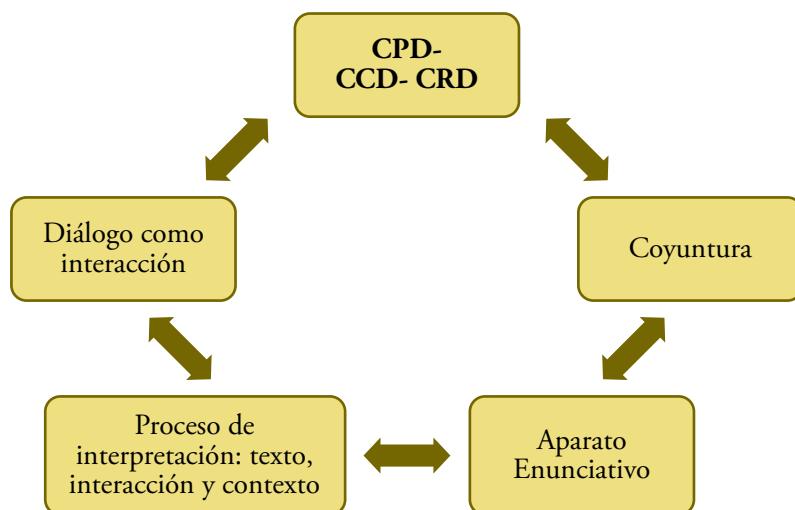
2. Decisiones metodológicas

La estrategia metodológica incluye varias posturas y diversas perspectivas disciplinarias. Revisamos las condiciones de producción, circulación y recepción del discurso (Haidar 2006), en determinada coyuntura (Robin, 1976), a partir de un aparato enunciativo (Benveniste, 1991; Maingueneau 1980) y con un proceso de interpretación específico en el diálogo como interacción, basado en las relaciones entre el texto, la interacción y el contexto (Fairclough, 1992). Nos beneficiamos de los niveles del diálogo (Bolívar, 2018): el diálogo entre personas en tiempo real y el diálogo a nivel textual. Esas decisiones nos llevan a realizar análisis en dimensiones macro, cuando elegimos una coyuntura (Robin 1976) histórico-social y espacio-temporal, o realizamos acercamientos en la perspectiva meso, cuando tomamos un evento o un enfoque situado en el contexto inter e intra discursivo (Benveniste 1991; Maingueneau 1980), o bien efectuamos aproximaciones en la dimensión micro, cuando desmenuzamos un caso específico para examinar ciertos recursos. Mostramos las constantes que mantenemos en este proceso metodológico en la Figura 1.

Las decisiones arriba expuestas nos llevan a examinar la relación -aquí ilustrada— entre las distintas dimensiones discursivas que transitan, frecuentemente de una a otra: a las condiciones en que se produce el acto comunicativo, las cuales traspasan otros niveles de análisis o vinculan rasgos desde el contexto de recepción hacia el sentido que se le da, o, de otra manera, cruzan en rejillas de sentido los niveles que hemos elegido para trabajar. De este modo, se genera una retícula de producción de sentidos que guía poco a poco la indagación, más específica y a la vez integral, hacia el objeto de estudio. El proceso se asemeja al efecto que provoca una roca al caer en el agua, que produce círculos concéntricos cuyo movimiento individual afecta al todo.

FIGURA 1

Dinámica para el análisis discursivo en dimensiones macro, meso y micro.



2.1 Los rasgos del discurso político mexicano

Para abordar las características del discurso político mexicano, seguimos a Laclau (2005), quien rechaza que el populismo sea un movimiento. Coincidimos con él en que se trata de una lógica política; igualmente, cuando indica que deben introducirse dos aspectos para conceptualizar el populismo: la operación de nombrar, pero separando el concepto del nombre (separación sin la cual no habría populismo), porque atiende al aspecto afectivo. Además, plantea la necesidad de apelar a la lógica de la diferencia y de la equivalencia, antagónicas pero necesitadas la una de la otra, en cuanto permiten percibir los límites de cada rol social. En este trabajo, y con base en aproximaciones anteriores, aseveramos que el discurso político mexicano es emocional, populista, performativo, sexista, racista, irónico, polifónico y violento; corresponde a un discurso populista y neopopulista, en la concepción de Dockendorff y Kaiser (2009: 40-43). Si bien los límites de este trabajo no permiten ejemplificar todos los rasgos, sí es posible ofrecer algunas aplicaciones.

2.2. Las emociones y la violencia

El discurso político mexicano es emocional y violento. En los estudios del discurso, se reconoce que las emociones son indisociables de la razón (Maynard 2000; Haidar 2018), ya sea desde un punto de vista tanto emotivo-intencional como emocional-no intencional, según el deslinde de Plantin (2011: 10-16). Vale considerar que se sustenta en un doble efecto o doble direccionalidad, ya sea positivo o negativo (Hernández Flores, 2013) en lo que a sus actividades de imagen (Brown y Levinson, 1979) se refiere, pues tanto el locutor político conmina o agrade a su interlocutor como denigra la imagen del partido opositor, de la audiencia o de otro sujeto referido, sobre todo en los debates o en las campañas, y al mismo tiempo motiva las emociones a través de su discurso; genera aquellas que quiere provocar en su rival -como llama Blas Arroyo (2001) al contendiente- o que desea producir en la audiencia. De esta manera, no solo hay doble efecto entre los interactuantes,

sino entre ellos y el tercero, que es la audiencia. Los debates políticos mexicanos constituyen todo un performance, como se verá.

Los rasgos de este tipo discursivo demandan diseños de investigación que incluyan, por ejemplo, si consideramos los debates, un aspecto gamificador, porque con sentido lúdico vamos a encontrar la simulación y la mutación, y cómo se crean representaciones sociodiscursivas efímeras solo para esa circunstancia específica. Igualmente estarán el relajo, la transgresión, el albur y la tradicional actitud mexicana de burlarse de todo y volverlo condicional, optativo, ocultando una fuerza ilocutiva orientada a varias motivaciones simultáneamente. Ilustramos el diseño en la Figura 2.

FIGURA 2

Componentes del discurso político mexicano.



En la Figura 2 observamos que el discurso demanda considerar las emociones y la argumentación que se generan entre los interactuantes, lo patémico, lo emocional y las falacias retóricas que sirven como recurso. Al mismo tiempo, que los actos de habla que encierran este tipo de acciones, desde la sociopragmática, es posible revisar la violencia verbal, las actividades de autoimagen y, desde la microsociología, la construcción de la imagen del interlocutor/a o del referido/a, la imagen de la audiencia, la proyección y el impacto social que tiene el diseño discursivo.

2.3. El discurso político mexicano es populista

En anteriores trabajos afirmamos y demostramos por qué el discurso político mexicano es populista (Flores e Infante 2018). Sobre el término populismo, en México se usa para descalificar, y quienes lo emplean actúan de la misma manera que aquellos a quienes refutan o critican. Altamente y ampliamente connotado, tiene un significado ambiguo cuyas características se manifiestan en cada contexto. Krauze (2016) dice que el populismo exalta al líder carismático, se apodera de la palabra y fabrica la verdad; reparte directamente la riqueza, alienta odio de clases, moviliza grupos sociales, fustiga a un enemigo exterior imaginario, desprecia el orden legal y cancela las instituciones, porque opera como un diálogo personal entre un todopoderoso y el núcleo

social al que se dirige. En una revisión del discurso populista en México, entre otros arquetipos, empleamos y adaptamos un modelo de Dockendorff y Kaiser (2009, en FLORES E INFANTE, 2018), que incluye varios rasgos que rastreamos en el discurso político mexicano; lo reproduczo en la figura 3.

FIGURA 3

Rasgos del populismo en México (adaptado de DOCKENDORFF y KAISER 2009 en FLORES E INFANTE 2018: 107).



A los rasgos propuestos por los autores, agregamos “una construcción discursiva” que presenta como núcleo del antagonismo la oposición pueblo/oligarquía o, más ambiguamente, “nosotros” y “los de arriba” o “los que mandan”. El populismo, discursivamente hablando, sería una forma de cortesía fingida, o también, una simulación que solo tendría como objetivo agradar afectivamente a un grupo de ciudadanos. Visto así, el populismo favorece la presentación del receptor o de un destinatario como positivo; se vuelve una estrategia de cortesía, una macroactividad de imagen (Hernández y Flores 2013). Esta deferencia para un grupo provoca descortesía hacia los excluidos, de manera que se rechaza al opuesto, creando partidismo. En Flores e Infante (2018), elegimos 14 discursos por presencia del tema. Segmentamos las transcripciones en las que aparecieran los rasgos del populismo y obtuvimos las microestructuras semánticas (van Dijk 1980, 1989) para localizar los actos de habla. (Austin 1981), la unidad operativa. Examinamos cuáles son los mecanismos del discurso político, las funciones. Abajo las aplicaciones.

Contexto: El actual presidente de la República, estando en campaña; el 15 de marzo de 2006, siendo candidato, le dijo al entonces presidente Fox:

Ej. 1. “¡Cállese, ciudadano presidente! Deje de estar gritando *como chachalaca*”³. (Redacción, *Golpe Político*, 2021)

Encontramos la descortesía (Kaul de Marlangeon 2005, Culpeper 1996) constituida por el humor y la agresión pues se efectúa una comparación entre el presidente y un animal⁴; el agresor asume la función de resistencia, y al mismo tiempo, la función de deslegitimación (Chilton y Schäffner, 2008) contra el referido. Transgrede las máximas de cortesía (Leech, 1983: 208-209) al criticar al mandatario, lesionar su imagen -mediante zoomorfización - y ridiculizarlo.

Contexto: Cuando era candidato el actual presidente Andrés Manuel López Obrador, recibía acusaciones de Javier Lozano, senador panista⁵, por *populista*:

Ej. 2. [...]aseguro que la mayor amenaza para México es Andrés Manuel López Obrador y su actitud ‘mesiánica’, por lo que ‘se debe evitar que un populista como él llegue a la Presidencia, porque entonces *todo* lo que se ha logrado *se iría al traste*’⁶. (Almanza y Guzmán, 2016)

En el populismo, se habla de la oposición como un espectro, como algo indefinido, peligroso, un adversario al que es preciso combatir; los recursos: la ambigüedad (*todo*), la vaguedad (*todo lo que se ha logrado*), la imprecisión (*se va a ir al traste*). Se coerciona al referido o al referente, pues se deslegitima su imagen mediante una descortesía encubierta (Kaul de Marlangeon 2005): (*un populista como él*).

Otra aplicación:

Contexto: López Obrador expresa promesas en un acto de campaña partidaria para la gubernatura del estado de México.

Ej. 3. Se va a *apoyar al campo*, se va a *rescatar* a los productores del *abandono*, se van a fijar precios (...) Que se tapen los oídos si hay algún conservador aquí de los que creen que soy populista, si ayudar a *los pobres*, a los *adultos mayores* y combatir la corrupción, si apoyar a *los jóvenes*, darles estudio, darles trabajo es ser populista, que me apunten en la lista. (RAZIEL 2017)

En el ejemplo existen rasgos paternalistas (se va a rescatar o apoyar a los jóvenes); la proyección de una relación directa entre el líder y las masas y la manifestación de apoyo a los sectores subalternos

3 De ahora en adelante y en cada ejemplo, he puesto en cursiva las frases y términos que quiero destacar y que son de interés para el análisis.

4 Según la RAE (2022): 1. f. C. Rica, El Salv., Guat., Hond., Méx. y Nic. Ave voladora galliforme, vocinglera, de plumaje café verdoso y vientre blanco, cuyo macho tiene cresta y barbas. 2. f. C. Rica, El Salv., Guat., Hond., Méx. y Nic. Persona que habla en demasía.

5 Militante del Partido Acción Nacional (PAN, por sus siglas).

6 Dicho popular mexicano que significa que algo se perderá: “irse al traste”.

(rescatar a los productores del abandono, ayudar a los pobres, combatir la corrupción); una enunciación salpicada de humor, mediante la rima (los que creen que soy populista, si darles estudio, darles trabajo es ser populista, que me apunten en la lista); otros recursos son la hipérbole (refiere a todos los sectores del país), la sinécdoque (el campo, los campesinos por la producción agrícola); mediante la alegoría, se autoproyecta como un mesías (ayudar a los pobres, a los adultos mayores y combatir la corrupción, si apoyar a los jóvenes, darles estudio); emplea la autofagia (los que creen que soy populista y se asume como populista); la reiteración y la aliteración (en la rima populista-populista/lista); las asociaciones semánticas (vocablos que integran a todos los sectores marginados: pobres, campesinos, adultos mayores, estudiantes); lo cual sirve para la edificación de sí mismo a través de un imaginario ideal, de la representación discursiva del héroe, personificado en el locutor.

3. Algunos hallazgos

- Fusionamos las propuestas de Casino y Lodge (2007) y de Dockendorff y Kaiser (2009), para ubicar los rasgos del populismo en los fragmentos de la muestra e incluimos sus porcentajes de aparición. Pertenecen a 1) “un movimiento político más o menos homogéneo en su composición social, aunque siempre identificado con los que no pertenecen a las élites y con un líder”, 2) “un estilo de discurso político con o sin efectos de performatividad y 3) un discurso antielitista, antiintelectualista y antisistema con elementos ideológicos confusos” que se manifestaron con un 14% de apariciones; les siguen en frecuencia
- 4) “el uso continuo de métodos clientelares que utiliza el apoyo de las bases populares como base de legitimación” y 5) “una estructura de apoyo policlasista que descansa especialmente en sectores subalternos” que tienen el 10%;
- por otra parte, los rasgos: 6) “una patología del sistema político, desarrollada a partir de actos específicos o como resultado de dinámicas históricas no previstas (efectos perversos del orden social)” y 7) “un fantasma que no se define, pero al que es preciso combatir y eliminar, un otro” se manifestaron en el 9% de ocasiones,
- y con un 5% de repeticiones se encontraron 8) “un agente político, líder o no de un movimiento político”, 9) “un programa político de un partido o gobierno, con o sin tradición de movimiento”, 10) “una movilización política asentada en una relación directa entre el líder y las masas y que prescinde de las formas institucionales de mediación” y 11) “el ejercicio de un liderazgo personalista, aunque no carismático, y con rasgos paternalistas”. (Flores e Infante 2018:124-125)

3.1 El discurso político mexicano es sexista

Ya hemos estudiado en algunos trabajos (Flores 2016, 2018, 2019, 2022, 2024 y Flores e Infante 2016) la violencia discursiva vinculada con el género y el sexismo, y hemos encontrado diversos recursos que se repiten tanto en interacciones verbales, como en discursos divulgados en los medios; el discurso político no es la excepción, comento un caso.

Contexto: En las elecciones a gobernador del estado de Nuevo León las funcionarias Ivonne Álvarez y Margarita Arellanes eran candidatas al gobierno, y en una nota editorial de la Columna “Fricasé” del periódico *El Norte*, publicada durante el periodo de las campañas electorales de 2015 encontramos (Flores e Infante 2016), que el autor (anónimo, aunque responde al discurso oficial) arremete contra las funcionarias aspirantes al puesto de gobierno mediante recursos discursivos que proyectan los prejuicios sexistas y la discriminación. Ocurre legitimación (Chilton y Schäffner 2008), porque mediante el implícito (DUCROT 1986, *pássim*), el enunciador se muestra ajeno a las acusaciones que emite, pues la sección elude la inclusión de argumentos éticos “ligados a la persona del locutor (su autoridad, su *ethos*)”. (Charaudeau y Maingueneau, 2005: 52):

Ej. 4. “El sexo de la persona es lo de menos, sea *hombre, mujer o intermedio*; no debe ser el género el criterio a juzgar, sino la capacidad para gobernar”. (El abogado del diablo, 2015)

En el ejemplo, se muestran el sarcasmo, el eufemismo y el sexismo lingüístico, contruidos mediante “el sobreentendido”. (Ducrot 1986: 35)

Ej. 5. No decimos que *las damas* Álvarez y Arellanes sean malas, que sean simpáticas o antipáticas; lo que hoy afirmamos es que bajo cualquier criterio que se les juzgue a *las damas*, ambas, una de las cuales probablemente sea gobernadora de Nuevo León, *no cumplen los requisitos* que un cargo de esta naturaleza requiere. *Ninguna de las dos tiene la experiencia*, tampoco *la preparación académica*, y mucho menos *la experiencia y conocimientos como para gobernar un Estado tan complicado* como Nuevo León. (El abogado del diablo, 2015)

La denegación (van Dijk 1999) enmarca la coerción y la deslegitimación (Chilton y Schäffner, 2000: 301). Se definen los rasgos de las aludidas por sus carencias, por tanto, en el sesgo, existe una coerción discursiva por ese imaginario de deficiencia proyectado; se lesiona su imagen social e invisibiliza: ninguna vez son nombradas, se usa un adjetivo; así, se diluye la personalización de las referidas. El sarcasmo en la designación opera un reduccionismo: se considera a las aludidas únicamente en su faceta de *damas* y no de agentes políticos. En ninguna parte se lee: “la licenciada”, “la senadora”, “la candidata”, “la funcionaria”, tales nominaciones, de ser usadas proyectarían otra representación social⁷ (Jodelet, 1986) de las mujeres.

Ej. 6. “*No tienen* con qué gobernar, les faltan *tablas, educación, conocimientos, experiencia, inteligencia, astucia* y muchas cosas más”. (El abogado del diablo, 2015)

7 De acuerdo con Jodelet, lo social se encuentra, entre otros aspectos, en el contexto en que se ubican los sujetos y los grupos; en los marcos de aprehensión proporcionados por el bagaje cultural de los individuos y grupos; los códigos, valores e ideologías relacionados con las posiciones y haberes sociales específicos. (Jodelet, 1986: 473).

El tono es de negación (Van Dijk 1999) y de deslegitimación. (Chilton y Schäffner, 2008: 302) La coerción discursiva se proyecta en un imaginario denigrante a partir de isotopías⁸ (*tablas/educación /conocimientos/experiencialastucial/inteligencia*), que operan por oposición (su carencia), como complemento del sentido proyectado. A nivel retórico, se trata de una falacia argumentativa de la generalización a partir de una información incompleta⁹.

Los ejemplos se refieren a mujeres, políticas, que deseaban gobernar el Estado, y en los medios, su representación sociodiscursiva (Charaudeau 2009b) se edificó en la subalternidad por su condición de género, pues se hablaba de *belleza, simpatía*, y los defectos: *incapacidad, ignorancia, inexperiencia*. Ninguna llegó a gobernar, pero se les atacó verbalmente de este modo.

3.2 El discurso mexicano es violento

Otro de los rasgos del discurso político mexicano -que ya se ha visto en las muestras incluidas- es que es violento, y como recursos acude al performance (Infante y Flores 2014), porque construye todo un escenario (Charaudeau 2011) para conseguir sus fines, a la violencia simbólica y verbal y a la descortesía, como en los casos que ejemplifico.

Contexto: En la primera sesión del periodo ordinario de 2011 en la Cámara de Diputados Federal, el 3 de febrero, los miembros de los partidos opositores llevaron una manta que decía: **Ej. 7.** “Tú dejarías a un borracho conducir tu auto? No, ¿verdad? Y entonces ¿por qué dejas a un alcohólico conducir tu país?¹⁰. (FERNÁNDEZ y NOROÑA 2022)

La acción generó insultos y gritos de parte del partido Acción Nacional (y del presidente en turno). Se observa coerción, descortesía de fustigación y deslegitimación con lesión a la imagen social del personaje aludido por la representación socio-discursiva expresada.

Contexto: Otro caso de performance ocurrió el 10 de marzo de 2010, en la Cámara de Diputados mexicana, en un debate pleno de insultos, ataques y otras formas de enfrentamientos entre diputados de los tres grupos mayoritarios, y de otras agrupaciones menores. Una ruptura total de los rituales de cortesía y diplomacia, y de las expectativas de civilidad entre los legisladores; hubo “calificativos: “gays” “perversos”, “asesinos”, “borrachos”, “espurios”, y otros. Se arrojaron monedas desde una y otra banca; hubo gritos, chiflidos, aullidos y manoteos. Hubo burlas, parodias y agresiones indiscriminadas (Blancas, 2010, Cámara de Diputados, 2010).

8 Según Greimas, son: “un conjunto redundante de categorías semánticas que hacen posible la lectura del relato, tal como resulta de las lecturas parciales de los enunciados y de la solución de sus ambigüedades, que es guiada por la investigación de la lectura única” (Greimas, 1966: 53).

9 Una falacia deductiva de la forma: Si p entonces q; q, por lo tanto, p. (Weston, 2001, pp. 83, 85).

10 La alusión se dirigía a Felipe Calderón presidente de México en ese entonces, porque había rumores sobre que era alcohólico.

Ej. 8. “No lo digo yo, lo dicen muchos medios [Enrique Peña Nieto¹¹] está acusado de haber matado a su mujer: Diputada María Elena Pérez de Tejada”. (GARDUÑO y MÉNDEZ, 2010)

Observamos otro elemento recurrente del discurso político mexicano: asumir un rumor como cierto sin evidencia. El argumento es una falacia *ad hominem* sin relación con el tema. “Las reacciones derivadas para la emisora incluyeron insultos (*¡Bájate! ¡mentirosa! ¡falsedadora! ¡vieja chismosa!*) y fue obligada a solicitar que se retirara su expresión del diario de debates”. (GARDUÑO y MÉNDEZ 2010)

Contexto: Proseguía la sesión y las críticas diatribas y ataques, ya no solo se dirigían al orador en turno -César Nava- a quien se le acusaba de mentir, sino que hubo una especie de fuego cruzado, un performance.

Ej. 9. Y la sesión terminó a monedazos, el diputado panista Guadalupe Robles fue acusado de lanzar ‘monedas de a peso¹²’ al diputado mexiquense del PVEM Alejandro del Mazo, cuando éste tomó la palabra para respaldar al PRI (...) Cinco monedas fueron detectadas entre los curules.

Ej. 10. “César Nava (...) intentó sonreír ante el coro priísta: *¡Pinocho, Pinocho!* Al concluir, sus compañeras y compañeros lo abrazaron, lo felicitaron”.

Ej. 11. “Beatriz Paredes y César Nava aceptaron someterse al polígrafo. Por momentos, ella y él se carcajearían de lo que escuchaban”. (SAMANIEGO 2010)

Ej. 12. “El presidente de Acción Nacional enrojació cuando Sofía Castro pidió que se le pregunte si también se sometería a la prueba de alcoholímetro”. (SAMANIEGO 2010)

Ej. 13. “Y desde las curules priístas¹³, pero sobre todo del grupo mexiquense, salieron gritos, chiflidos, manoteos y aullidos para opacar la voz de la legisladora”. (SÁNCHEZ 2010)

Ej. 14. “Al unísono, con el puño cerrado y los brazos buscando el punto más alto, los priístas contrarrestaron: *¡M-e-n-t-i-r-o-s-o, m-e-n-t-i-r-o-s-o, m-e-n-t-i-r-o-s-oooo!*”.

Ej. 15. “En el debate, los priístas vapulearon al líder del PAN, César Nava, con burlas, lo llamaron Pinocho y le llevaron una piñata alusiva al personaje...”. En las aplicaciones, se aprecian recursos descorteses verbales (Ejms. 10, 12, 14 y 15), no verbales (Ejms. 11 y 13), materiales (Ej. 9) y hasta artefactos (Ej. 15) empleados por los políticos para atacarse entre sí. Como expusimos antes (INFANTE Y FLORES 2014), los elementos no verbales, como las huellas del entorno, los materiales y artefactos, funcionaron como complementarios y reguladores (KNAPP 2005). Se verificó la metáfora de la dramatización empleada por Goffman (1967), así como la puesta en escena del discurso político (CHARAUDEAU 2011) para los actos descorteses realizados por diputados mexicanos. Corroboramos el patrón en los actos de habla—en discursos anteriormente revisados— utilizados con mayor frecuencia en este tipo discursivo: insultos, acu-

11 Quien luego sería presidente de México.

12 En la cultura popular mexicana, lanzar monedas a alguien es un insulto: significa denigración, pagar por una exhibición, o que la persona se vende.

13 Funcionarios pertenecientes al Partido Revolucionario Institucional (PRI).

saciones, degradaciones, deslegitimaciones, develación de asuntos ocultos, coerciones, protestas. Comprobamos que el efecto social discursivo se magnifica cuando se consideran los aspectos verbal y no verbal. Los chiflidos, los insultos, la conducta descortés (Kaul de Marlangéon 2006), kinésica y proxémica (Guiraud 1972) de diputados del Congreso se divulgó en los medios, que complementaron y matizaron el sentido de los discursos.

Reflexión final

Como hemos mostrado, en el discurso político mexicano se atestiguan manifestaciones de coerción, resistencia, degradación y agresión ejercidas entre los agentes políticos, quienes acuden a la denigración de la imagen social en la representación sociodiscursiva de sus oponentes, a quienes se estigmatiza argumentando deficiencias biológicas, falta de capacidad y liderazgo; legitimando la subalternidad. Hay abuso de poder por condición de género. Se justifican las agresiones, las degradaciones y los ataques con base en el *habitus* (Bourdieu 1991) y las expectativas sobre ellos; sobre la trayectoria y el capital social que poseen quienes, en el campo enunciativo, se vuelven contrincantes. Mediante falacias se ejerce la violencia verbal, que tiene entre sus recursos: la estigmatización y la construcción denigrada de las representaciones socio-discursivas; se diseñan ataques con base. La imagen social de las mujeres sufre coerción: se les posiciona como de escasa inteligencia, sin sentido común ni capacidad de raciocinio. El presupuesto que subyace a lo enunciado se edifica articulando las ideologías del sistema sociocultural y el sobrentendido. Las asociaciones semánticas, los desplazamientos de sentido; connotaciones, esferas semánticas y asociaciones sémicas construidas sostienen y fortifican las falacias retóricas que son un recurso habitual en este tipo de discurso. Además, mediante las acciones lingüísticas y la intertextualidad se legitima el discurso. Estas estrategias se sustentan en pre-construidos simbólico-culturales del sistema sociosemiótico cultural que permea a la sociedad mexicana.

No obstante, en el discurso examinado existen ausencias temáticas con respecto a las necesidades y urgencias de México: ¿Y la sustentabilidad? ¿Las nuevas estrategias para la educación en la virtualidad? ¿Cómo enfrentar las violencias sin violencia? ¿Dónde están las acciones para intervenir en la salud de la población? ¿Por qué esos temas no están en el discurso político? ¿Por qué los y las políticas se regodean en atacarse entre ellos, en lugar de llevar a cabo acciones que impacten en la mejora de vida social?

No tengo respuestas. Lo que puedo aseverar es que, desde nuestro lugar en la comunidad académica, podemos aportar al país revisando los discursos y visibilizando sus estrategias de manipulación en nuestro trabajo, haciendo una tarea de mediación. Leer en las entrañas del discurso, sacarle una radiografía y detectar las marcas...mostrarlas y darles sentido, más allá del aparente. El comprender los diferentes sentidos que un discurso tiene, habilita a cada agente social, indudablemente, para la toma de decisiones que impactan en su vida social.

Referencias

ALMANZA, L. y S. GUZMÁN. 2016. Lozano llama a ‘evitar’ que un populista (AMLO) gane en 2018. *El Financiero*. [Disponible en línea: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/lozano-llama-a-evitar-que-un-populista-amlo-gane-en-2018/>] Consulta: 2 de enero de 2023.

- AMOSSY, R. (org.) 2016. *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto.
- ARUNDALE, R. B. 1999. An alternative model and ideology of communication for an alternative to politeness theory. *Pragmatics*, 9, 119-153
- AUSTIN, J.L. 1981. *Cómo hacer cosas con palabras*. Barcelona: Paidós
- BENVENISTE, E. (1971). *Problemas de lingüística general, I* (Juan Almeda, trad.) México: Siglo XXI.
- BLANCAS, D. 2010. Cinco horas de insultos mutuos cerraron con monedazos. *La Crónica de Hoy*, año 14, no. 4908.
- BLAS ARROYO, J.L. 2001. 'No diga chorradas...' La descortesía del debate político cara a cara. Una aproximación pragma-variacionista. *Oralia: Análisis del discurso oral*. N° 4, pp. 9-46.
- BOLÍVAR, A. 2018. *Political Discourse as Dialogue. A Latin American Perspective*. New York and London: Routledge.
- BOURDIEU, P. 1991. *El sentido práctico*. Madrid: Taurus
- BROWN, P. y LEVINSON, S. 1987. *Politeness. Some Universals in Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CÁMARA DE DIPUTADOS DEL HONORABLE CONGRESO DE LA UNIÓN, LXI LEGISLATURA. 2010. Versión estenográfica de la sesión ordinaria del miércoles 10 de marzo, de 2010 [Disponible en línea: <http://cronica.diputados.gob.mx/Estenografia/LXI/2010/mar/20100310.html>]. Consulta: el 22 de febrero de 2011.
- CASINO, D., y LODGE, M. 2007. The primacy of affect in political evaluations. En W. Russell Neuman, G.E. Marcus, A. Crigler y M. MacKuen (eds). *The affect effect. Dynamics of emotion in political thinking and behavior*. The University of Chicago Press, pp. 101-123.
- CULPEPER, J. 1996. Towards An Anatomy of Impoliteness, *Journal of Pragmatics*, 25: 349-367.
- CHARAUDEAU, P. 2009a. Análisis del discurso e interdisciplinariedad en las ciencias humanas y sociales. En Puig L. (ed.), *El discurso y sus espejos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- CHARAUDEAU, P. 2009b. Lenguaje, acción, poder. De la identidad social a la identidad discursiva del sujeto. En P. Charaudeau - *Livres, articles, publications*. [Disponible en línea: <http://www.patrick-charaudeau.com/Lenguaje-accion-poder-De-la.html>]. Consulta: el 25 de mayo de 2024.
- CHARAUDEAU, P. 2011. *Discurso político*. (Dilson Ferreira y Fabiana Komesu, trad.) Sao Paulo: Contexto.
- CHARAUDEAU, P. y MAINGUENEAU, D. 2005. *Diccionario de análisis del discurso* (Irene Agoff, trad.). Buenos Aires: Amorrortu.
- CHILTON, P., SHÄFFNER, C. 2008. Discurso y política. En T. van Dijk, (comp.) *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa, pp. 297-330.
- DOCKENDORFF, A. y KAISER, V. 2009. Populismo en América Latina. Una revisión de la literatura y la agenda. *Revista austral de ciencias sociales*, 17, 75-100,

- DUCROT, O. 1986. *El decir y lo dicho. Polifonía de la enunciación*. Barcelona: Paidós.
- EL ABOGADO DEL DIABLO. 2015. FRICASÉ/Capacidad de gobernar. El Norte, año LXXVII, n° 27788, 14.01.2015.
- FAIRCLOUGH, N. 1992. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- FERNÁNDEZ NOROÑA, G. 2022. ¿Tú permitirías que un borracho condujera tu auto?" O "Confieso que he viajado. Columna de Gerardo Fernández Noroña. En *SDP Noticias*. [Disponible en línea: <https://www.sdpnoticias.com/columnas/permitirias-condujera-borracho.html>]. Consulta el 14 de octubre de 2022.
- FLORES, M. E. 2012. Poder y representación social. Una aproximación al discurso de un líder del narcotráfico mexicano. *DISCURSO & SOCIEDAD*, 6, 4: 720-738. [Disponible en línea: <http://www.dissoc.org/ediciones/v06n04/DS6%284%29Flores.html>]. Consulta: el 12 de mayo de 2024.
- FLORES, M.E. 2016. Violencia, género y sexismo: una muestra de estrategias argumentativas en el discurso político mexicano. En C. Fuentes, (ed.) *Estrategias argumentativas en el discurso político*. Madrid: Arco Libros, pp. 75-107.
- FLORES, M.E y G. SÁNCHEZ. 2016.(Des)cortesía y argumentación en el discurso de políticos (relaciones México-Cuba). En M.E. Flores y A. González (eds.). *Textos en Proceso*. Número Especial. Universidad de Estocolmo- Programa EDICE. pp 149-182. DOI: <http://dx.doi.org/10.17710/tep.2015.1.2>
- FLORES, M.E. 2018. Violencia y sexismo. Recursos pragmáticos en el discurso de políticos mexicanos. En Flores, M.E. y Gutiérrez, R.M. (Comps.). *Cuerpos, Subjetividades, y (Re)Configuraciones de Género*. Universidad Autónoma de Ciudad Juárez. Vol. 3, pp. 193- 209.
- FLORES, M.E. 2019. Discriminación, imagen y sexismo en la prensa mexicana. *Journal Comparative Cultural Studies, European and Latin American Perspectives, Discriminación y Comunicación*, 8: 31-44. DOI: 10.13128/ccselap-10861
- FLORES, M.E., INFANTE J. 2016. Desigualdad de género en la política mexicana/Gender inequality in Mexican politics. In special issue: G., Muniz, I., Machado, Emediato, W., (orgs.) Discourses and Social Inequalities. *Revista de Estudos Da Linguagem*, 24, 3: 923-953.
- FLORES, M.E. 2022. La violencia en el discurso público. Un estudio desde el noreste de México. En Pineira-Tresmontant. C. (ed.) *Dire et ne pas dire la violence*. Artois: L'Harmattan/Univ. Artois, pp.85-112.
- FLORES, M.E. 2024. Violencia simbólico-verbal, sexismo y construcción de la imagen. Un estudio del discurso en el noreste mexicano. En Flores, M.E. y Verduzco, G.I. (coords. y eds.) *"Zorra" y "poco hombre": Violencia simbólica y representaciones discursivas de género en interacciones verbales. Estudios interinstitucionales* (e-book). México: Editorial Fontamara/UANL/UAdC), pp. 92-123.
- FLORES, M.E. y J. M. INFANTE. 2018. Discurso sobre el populismo en México. Un estudio socio-pragmático / Discourse about populism in Mexico. A socio-pragmatic study. *SOPRAG Revista Internacional sobre Lingüística del Español*, 6, 1: 99-13. DOI: <https://doi.org/10.1515/soprag-2018-0006>

- FOUCAULT, M. 1979. *Microfísica del poder*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta.
- GARDUÑO, R. y MÉNDEZ, E. 2010. La panista Pérez de Tejada acusa a Peña Nieto por la muerte de su esposa. En *La Jornada*, año 26, no. 9185.
- GOFFMAN, E. 1967. *Interaction ritual. Essays on face-to-face-behavior*. Nueva York: Pantheon Books.
- GOFFMAN, E. 1970. *Estigma. La identidad deteriorada* (Leonor Grinsberg, trad.). Buenos Aires: Amorrortu.
- GOFFMAN, E. 1971. *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu.
- GOFFMAN, E. 2006. *Frame analysis. Los marcos de la experiencia*. (José Luis Rodríguez, trad.). Madrid: CIS/Siglo XXI.
- GREIMAS, A. J. 1966. *Sémantique Structurale*. París: Larousse.
- GUIRAUD, P. 1972. *La semiología*. México: Siglo XXI.
- HAIDAR, J. 2006. *Debate CEU-Rectoría. Torbellino pasional de los argumentos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- HAIDAR, J. 2018. Argumentación visual/emocional: Modelos analíticos”. En M.E., Flores, J., Haidar, C.E., Rojas, E. De los Santos, (eds.). *Discurso, cultura, emoción; prácticas discursivas interculturales, trans-culturales y alternativas* (e-book). Monterrey: ALED Mx/UANL, FFYL/ENAH/UACJ/ENS, pp.3-30.
- HERNÁNDEZ-Flores, N. 2013. Actividad de imagen: caracterización y tipología en la interacción comunicativa. Facework: characteristics and typology in communicative interaction. *Soprag, Revista Internacional sobre Lingüística del Español*, 1, 2: 175–198.
- INFANTE, J. y Flores, M. E. 2016. ‘La seguridad’ en el discurso de dos presidentes de México. En W. Emediato (org.) *Análisis Do Discurso Político*. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG, pp. 88- 111.
- JODELET, D. 1986. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. En S. Moscovici, (Ed.). *Psicología Social II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales*. Barcelona: Paidós, pp.469-494.
- KAUL DE MARLANGEON, S. 2005. Descortesía de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedad. En D. Bravo, (ed.). *Estudios de la (des)cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, pp. 299-318.
- KAUL DE MARLANGEON, S. 2006. Tipología del comportamiento verbal descortés en español. En Briz, A. et al. (eds). *Cortesía y conversación. De lo escrito a lo oral. Actas del III Coloquio Internacional del Programa EDICE*, Valencia: Universitat de Valencia, pp. 254-266.
- KNAPP, M. 2005. *La comunicación no verbal. El cuerpo y el entorno*. México: Paidós.
- KOIKE, D. 2003. La co-construcción del significado en español: elementos pragmáticos de la interacción dialógica. En D. A. Koike, (ed.). *La co-construcción en el español de las Américas. Acercamientos discursivos*, Toronto: Legas, pp.11-24.

- KRAUZE, E. 2016. El Décalogo del populismo de Enrique Krauze. *Runrun.es*. [Disponible en línea: <https://runrun.es/opinion/294687/decalogo-del-populismo-por-enrique-krauze-2/>]. Consulta: el 12 de junio de 2024.
- LACLAU, E. 2005. *La razón populista*. CdMx: Fondo de Cultura Económica.
- LAMAS, M. 2000. La antropología feminista y la categoría 'género'. En *El género. La construcción cultural de la diferencia sexual*, México: UNAM/PUEG.
- LEECH, G. N. 1983. *Principles of Pragmatics*. London: Longman
- MAINGUENEAU, D. (1980). *Introducción a los métodos de análisis del discurso: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Hachette.
- MAINGUENEAU, D. 1996. El ethos y la voz de lo escrito. *Versión*, 6, 78-92.
- MAYNARD, S. (2000). Speaking for the unspeakable: expressive functions of nan (i) in Japanese discourse, *Journal of Pragmatics*, 32: 1209-1239.
- PLANTIN, C. 2011. *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berna: Peter Lang.
- PORTILLA, J. 1984. *Fenomenología del relajo y otros ensayos*. México: Fondo de Cultura Económica. [Disponible en línea: https://www.academia.edu/40071205/Jorge_portilla_fenomenologia_del_relajo]. Consulta: 31 de julio de 2024.
- PSICOLOGÍA-ON LINE. 2022. Teoría de las emociones de Paul Ekman. [Disponible en línea: <https://www.psicologia-online.com/teoria-de-las-emociones-de-paul-ekman-5391.html>]. Consulta: 1 de agosto de 2024.
- RAZIEL, Z. (2017). Ofrece AMLO 125 universidades en Edomex. *El Norte.com*. Grupo Reforma Servicio Informativo.
- REAL ACADEMIA. 2022. Albur. [Disponible en línea: <https://dle.rae.es/albur?m=form>]. Consulta el 13 de agosto de 2022.
- REAL ACADEMIA. 2022. Chachalaca. [Disponible en línea: <https://dle.rae.es/chachalaca>]. Consulta el 14 de octubre de 2023.
- REAL ACADEMIA. 2022. Piñata. [Disponible en línea: <https://dle.rae.es/pi%C3%B1ata?m=form>]. Consulta el 20 de mayo de 2022.
- REBOUL, O. (1986). *Lenguaje e ideología*. México: Fondo de Cultura Económica.
- REDACCIÓN DIARIO DE CHIAPAS. 2017. Habrá una universidad pública en cada uno de los 125 municipios del EDOMEX: AMLO. *Diario de Chiapas. La verdad impresa*. [Disponible en línea: <https://diariodechiapas.com/ultima-hora/habra-una-universidad-publica-en-cada-uno-de-los-125-municipios-del-edomex-amlo/>]. Consulta: 12 de abril de 2022.
- REDACCIÓN GOLPE POLÍTICO. 2021. "Que se calle la 'chachalaca' tabasqueña en las mañaneras", dice Vicente Fox a AMLO. *Golpe Político. Las noticias en caliente*. [Disponible en línea: <https://>

golpepolitico.com/2021/01/13/que-se-calle-la-chachalaca-tabasquena-en-las-mananeras-dice-vicente-fox-a-amlo/]. Consulta: 15 de diciembre de 2021.

ROBIN R. 1976. Discours politique et conjoncture. En *L'Analyse du discours*. Montreal: Centre Educatif et Culturel.

SALAZAR, C. y ESTROP, A. 2010. Lleva Beatriz debate hacia despeñadero. *El Norte*, año LXXIII, n°. 26024.

SAMANIEGO, F. 2010. El recinto convertido en vodevil. *El Universal*, año 93, n° 33741.

SÁNCHEZ, A. 2010. Diputados lucen dotes de oradores ... y chimiscoleros. *Excelsior*, año XCIII, tomo II, no. 33790.

VAN DIJK, T. A. 1980. *Texto y contexto. Semántica y pragmática del discurso*. Madrid: Cátedra.

VAN DIJK, T. A. 1989. Pragmática: Texto, actos de habla y contexto. En *La ciencia del texto*, Barcelona: Paidós, pp. 79 – 107.

VAN DIJK, T. A. 1999. *Ideología. Una aproximación interdisciplinaria*. Barcelona: Gedisa.

WESTON, A. (2001). *Las claves de la argumentación*. Barcelona: Ariel.

MARÍA EUGENIA FLORES TREVIÑO es doctora en Humanidades y Artes (UAZ) con mención honorífica. La doctora Flores investiga en las áreas de Pragmática y Sociopragmática, Análisis del discurso (político y de género) y Competencia comunicativa del español. Actualmente, la académica trabaja en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Nueva León en México.

Correo electrónico: maria.florestr@uanl.edu.mx

DECLARACIÓN DE AUTORÍA

Este artículo fue desarrollado por María Eugenia Flores. El diseño y la recopilación de datos fueron realizados por María Eugenia Flores. La autora colaboró en la interpretación de los resultados, redacción y revisión del artículo.



Análisis de los discursos publicitarios dirigidos a los emprendedores peruanos desde de los elementos de la semiótica social

Analysis of advertising discourses targeting Peruvian entrepreneurs from a social semiotics perspective

ELIANA ALEJANDRA QUIJANDRÍA CAYO

ORCID: 0000-0003-0365-3448

Universidad San Martín de Porres

Perú

Recibido: 23 de septiembre de 2024 | Aceptado: 23 de enero de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.59-81

RESUMEN

En el Perú, las marcas del sector financiero se caracterizan por tener una asidua actividad publicitaria, en especial aquellas que ofrecen sus servicios a los microempresarios. Por ello, el objetivo de este estudio es analizar la manera como se ha usado la semiótica social en los anuncios audiovisuales dirigidos a los emprendedores en el Perú, tras la pandemia de COVID-19 (2020-2023). Se examinó la construcción y reproducción de la realidad social del emprendedor construido por marcas del sector financiero. El enfoque del estudio es cualitativo y se realizó el análisis de los *spots* a través de la semiótica social multimodal y del Análisis Crítico del Discurso (ACD). La investigación concluyó que la representación del emprendedor peruano continúa asociada a los estereotipos raciales y de estrato socioeconómico; además, persiste la normalización del sobre esfuerzo del emprendedor en situaciones donde se evidencia la autoexigencia y la desigualdad social.

PALABRAS CLAVE: *Semiótica social. Publicidad. Emprendedor. Enfoque multimodal. Análisis del discurso.*

RESUMO

No Peru, as marcas do setor financeiro se caracterizam por uma intensa atividade publicitária, especialmente aquelas que oferecem seus serviços aos empreendedores. Por isso, o objetivo deste estudo é analisar como a semiótica social foi utilizada nos anúncios audiovisuais direcionados aos empreendedores no Peru, após a pandemia de COVID-19 (2020-2023). Foi examinada a construção e reprodução da realidade social do empreendedor criada por marcas do setor financeiro. A abordagem do estudo é qualitativa, e a análise de conteúdo foi realizada por meio da semiótica social multimodal e da análise do discurso de Fairclough. A pesquisa concluiu que a representação do empreendedor peruano continua associada a estereótipos raciais e de classe socioeconômica; além disso, persiste a normalização do esforço excessivo do empreendedor em situações que evidenciam a autoexigência e a desigualdade social.

PALAVRAS CHAVE: *Semiótica social. Publicidade. Empreendedorismo. Abordagem multimodal. Análise do discurso*

ABSTRACT

In Peru, brands in the financial sector are characterized by intense advertising activity, particularly those that cater to micro-entrepreneurs. Therefore, the objective of this study is to analyze how social semiotics was used in audiovisual advertisements targeting entrepreneurs in Peru after the COVID-19 pandemic (2020-2023). The study examined the construction and reproduction of the social reality of entrepreneurs created by financial sector brands. The study employs a qualitative approach, and content analysis was conducted using multimodal social semiotics

and Fairclough's discourse analysis. The research concluded that the representation of Peruvian entrepreneurs remains associated with racial and socioeconomic stereotypes. Furthermore, the normalization of excessive effort by entrepreneurs persists in situations where self-demand and social inequality are evident.

KEYWORDS: *Social semiotics. Advertising. Entrepreneurship. Linguistics. Audiovisuals.*

Introducción

De acuerdo con Champlin y Sterbank (2018), la publicidad tradicional que manifestaba las ventajas y los beneficios de un producto o servicio se ha convertido en un recurso que ya no funciona con la misma eficacia de antes. En respuesta a ello, es muy común ver que las marcas utilizan discursos sociales para construir sus mensajes publicitarios; esto debido a que actualmente los consumidores muestran mayor interés por conectar con marcas que responden a su preocupación por los problemas sociales presentes en su entorno. De esta manera, las marcas y sus consumidores encuentran un tema en común, generando una relación beneficiosa para ambos.

Los consumidores y receptores del mensaje ansían sentir que la marca los comprende y representa (Barragán y Flores 2019). Entre estos grupos de consumidores destaca el grupo de los emprendedores y emprendedoras. Según Boscán et al. (2023), en los últimos años, el ecosistema de los emprendedores peruanos ha experimentado un crecimiento importante y ha logrado ser un factor clave para impulsar el desarrollo del Perú. Asimismo, el contexto del emprendedor peruano ha sido influenciado por la agenda internacional; por ese motivo, se enfoca en armonizar el crecimiento económico con el cuidado ambiental y el bienestar social, que son parte de las metas de desarrollo sostenible establecidas por la ONU (Montero, 2021).

En el informe de ‘Global Entrepreneurialism Global Report Final’ de Ipsos (2023), destaca la presencia de Perú junto a Colombia y México, al evidenciar en la encuesta una proporción moderadamente significativa de ciudadanos que afirmaron haber empezado un emprendimiento tras la pandemia, en específico un 54% de los encuestados peruanos. En relación con lo descrito, las marcas del sector financiero en Perú se benefician de la prominencia de este nicho de mercado. De esta manera, los bancos alientan el emprendimiento, que está relacionado con la organización de nuevas unidades de negocio, expansión y establecimiento de estas unidades (Gunasegaran 2024). En medio de este contexto, las publicidades de las entidades bancarias sirven a las marcas para presentarse como aliados en la realización del emprendimiento. Los discursos publicitarios analizados en este estudio aluden a las subjetividades emprendedoras que responden a la corriente económica del neoliberalismo. Se presenta al sujeto neoliberal, que debe considerarse a sí mismo con su propio capital humano. De esta manera, se destaca su capacidad de autogestionarse y ser el ‘empresario de sí mismo’ (Foucault 2007). Sobre la publicidad y el neoliberalismo, señala Klein (2000) que las marcas venden una visión del mundo y buscan manipular para ‘decirnos’ cómo somos y cómo deseamos ser. Por otra parte, el discurso publicitario dirigido a los emprendedores peruanos está inmerso en el contexto sociocultural que incluye sus creencias y prácticas relacionadas con el logro personal y el éxito empresarial. Estas personas se definen como creadores natos, comprometidas con sus ideas y buscadoras de éxito para alcanzar su realización personal (Gonzales de la Torre 2021).

Asimismo, los contenidos de los spots publicitarios dirigidos a los emprendedores peruanos tratan aspectos relacionados con el nivel de desarrollo económico del país, la percepción social que tienen estas personas sobre la economía del país y la situación de la política nacional. Además, estos contenidos también incurren en discursos publicitarios que ofrecen connotaciones que podrían resultar en percepciones negativas y erróneas sobre la realidad de los emprendedores peruanos. De este modo, se podrían perpetuar los intereses neoliberales; como indica Bernal (2020), en estos discursos se pone en evidencia la construcción de identidades deseadas por una sociedad neoliberal

y multicultural en la que se establecen nuevas formas de discriminación y manipulación. Lamas (2015) señala que en el discurso social del emprendedor peruano destaca la invisibilidad de las brechas sociales existentes, valiéndose de explicaciones disposicionales para asignar a los individuos la responsabilidad de su carencia económica. Es decir, en estos discursos se obvian obstáculos reales, que afectan de manera distinta a las personas, por ejemplo, el nivel de formación académica e incluso la capacidad de resiliencia ante la adversidad. De igual manera, la connotación motivacional se altera aún más con el uso de mensajes que exageran la realidad del emprendedor. Se resaltan los logros en medio de las carencias económicas y las dificultades que ello implica.

Se evidencia que los discursos publicitarios dirigidos a los emprendedores peruanos están basados en el enfoque neoliberal. En este enfoque, el rol del emprendedor es modificar o revolucionar los sistemas de producción (Schumpeter 1961). Pansera y Owen (2018) expresan que el giro neoliberal de la década de los ochenta abrazó la idea de que el desarrollo está arraigado en los individuos capaces de generar creatividad económica, dinamismo y novedad. Se desvinculó el rol del Estado en las actividades económicas y se difundió el emprendedorismo. Las personas fueron incentivadas a tomar riesgos; se promovía el individualismo y la autosuficiencia para que pudieran resolver sus problemas económicos sin intervención del Estado, como se enuncia actualmente en los discursos publicitarios analizados en este estudio. Cabe señalar que, en la investigación de Starr et al. (2022), se considera el rol del género en la ideología neoliberal; se evoca al poder femenino, en especial desde que el trabajo desde casa se hizo popular durante la pandemia. Los emprendedores se caracterizan por buscar la autotranscendencia, benevolencia y manifestar consideración por el bien común, la sociedad y el ambiente (Irengün y Arikbogä 2015). Sin embargo, en los *spots* analizados se destaca el uso exagerado de la resiliencia y la presencia de recursos que refuerzan estereotipos. Estos tratamientos podrían desvirtuar la manera en qué son percibidos los emprendedores.

Flores (1998) ha expresado que en Perú, desde la conquista española, existe un discurso ideológico de dominación social que se sustenta en la supuesta presencia de razas y en la relación jerárquica entre ellas. En la mayoría de los contenidos publicitarios recopilados para este estudio, se hace énfasis en el arquetipo del peruano inmigrante; de la misma forma, se presenta al peruano con rasgos fenotípicos menos oriundos del Andes en situaciones económicas más privilegiadas. Esta investigación es de interés para comprender la metamorfosis que atraviesa el Perú, que, según Martuccelli (2015), destaca por su crecimiento urbano, la migración andina, el colapso de los partidos políticos y el crecimiento de la economía informal.

Los estudios del discurso publicitario también se centran en el análisis de la lingüística, que, desde la semiótica de Pierce (1986), defiende el papel del interpretante, que en este caso es el receptor de la publicidad; y su relación con el signo y el objeto. En el análisis de los anuncios publicitarios recopilados, el lenguaje sirve como medio para el entendimiento de las imágenes, sonidos y palabras que componen los anuncios publicitarios audiovisuales, pues resulta imposible que los significados de un sistema de imágenes o de objetos puedan existir fuera del lenguaje (BARTHES 1971). El presente estudio considera significativo hacer un análisis del discurso publicitario de los anuncios audiovisuales dirigidos a los emprendedores peruanos porque permite examinar las prácticas de comunicación, los elementos y los textos que contribuyen a la construcción y reproducción de la realidad social, incluyendo las relaciones de poder, las identidades y las ideologías (Jorgensen y Philips 2002).

1. Marco conceptual

Los elementos semióticos son importantes en los anuncios publicitarios porque sirven para dar forma a los valores sociales e ideológicos (Noureldin y Amal 2014). En la publicidad dirigida a los emprendedores, los elementos semióticos son usados para comunicar las características de estos individuos en medio de un contexto social recreado por 'la marca'. En este sentido, también se considera que la semiótica social es útil para el análisis de la representación de los individuos y su relación con la cultura y la sociedad. "La semiótica social estudia las prácticas sociales y explica la creación de significados mediante procesos de representación y comunicación" (Flores 2021: 3).

Los mensajes publicitarios dirigidos a los emprendedores peruanos actualmente están diseñados para resonar con las aspiraciones del segmento, reforzar percepciones e incentivar prácticas emprendedoras, debido a ello, son las marcas pertenecientes al sector financiero las que mayor provecho obtienen de los *insights* de este segmento. Recordemos que este *target* presenta una actitud emprendedora que los impulsa a lograr la materialización de sus sueños (Damián, 2020), lo que sirve de argumento principal para los discursos publicitarios. Sin embargo, la publicidad al igual que los medios de comunicación también se vale de los signos y los sistemas de significación para construir y reforzar identidades sociales y relaciones de poder (Hall 1997). La publicidad no solo aborda temas vinculados al posicionamiento de las marcas, también se tratan en ella las siguientes cuestiones:

Exaltación del individualismo, conformismo social, obsesión por el éxito, primacía de la cultura de la apariencia, ética de corte hedonista que busca la satisfacción en el placer y en el presente, concepción ahistórica de la realidad, mitificación de la juventud y culto al cuerpo, el sexo, la difusión de estereotipos y la violencia. (Santacruz y Camacho, 2003, p. 144)

La semiótica social logra descomponer los elementos de la publicidad a través del análisis de la diegética expuesta en los anuncios publicitarios. Permite contemplar la descripción del contexto social, de los elementos simbólicos, de la cultura y la interpretación de los significados de las palabras y de las imágenes usadas como elementos de persuasión.

Es la publicidad un reflejo de la idiosincrasia y de la cultura; y al mismo tiempo se ocupa de difundir los estándares que los grupos dominantes y agentes de poder desean alcanzar. En el caso de Perú "la publicidad funciona también como un mecanismo de racialización de discursos que normalizan la discriminación, e incluso celebran algunos estereotipos camuflándolos con otros significados" (Benavides y Cabel 2022: 210).

En la publicidad que se analiza en este estudio, la actitud emprendedora se traduce en expresiones, lemas, íconos y símbolos, que obviamente implican el uso de recursos semióticos; para poder comprenderlos es necesario acudir a la semiótica social (Kress 2010; Bezemer y Kress 2015), pues "los analiza en relación con el uso social dentro de los contextos comunicativos específicos, las necesidades de representación y comunicación, y los intereses de las entidades creadoras de signos" (Flores 2021: 3).

Entender la procedencia de los significados implica relacionar el análisis empírico y la interpretación del significado con un contexto de acción específico (Jensen, 1997). Es decir, con la semiótica social no se pueden determinar significados genéricos a modo de plantillas, lo que proporciona es un significado determinado por el contexto, el lenguaje, la cultura, los tonos de comunicación

y la imagen. “El objetivo de un análisis de semiótica social es la identificación y descripción de los modos y fuentes semióticas que están disponibles en una situación dada” (López 2020: 6).

Dentro de este análisis es necesaria la multimodalidad que se ocupa de los múltiples recursos usados para la significación (Flores 2021). En la investigación se trata de analizar la publicidad audiovisual, por lo que se requiere el explorar la semiótica de la imagen, del lenguaje y de los sonidos. El análisis de la semiótica social se complementa con el enfoque teórico y metodológico multimodal. Este método dirige su atención a las prácticas de producción e interpretación relacionadas con diferentes tipos de textos y con los textos *per se* (Fairclough y Wodak 2008).

Vergara y Torres (2019), definen que el análisis multimodal se ocupa de la teoría y del análisis de los recursos semióticos y de las expansiones semánticas que tienen lugar a medida que se reúnen los diferentes recursos semióticos presentes en los textos multimodales. El discurso social vertido en la publicidad audiovisual requiere el análisis de la imagen, el lenguaje oral y escrito, así como la combinación de ellos. De este modo, también se atiende al análisis de las representaciones del emprendedor, describiendo e interpretando el sentido de las situaciones sociales planteadas en los *spots* publicitarios. De acuerdo con Jewitt (2009) y Kress & van Leeuwen (2001), el análisis multimodal resuelve entender los significados a través de articulaciones múltiples que se manifiestan en los discursos, el diseño, la producción y distribución de los recursos multimodales en contextos sociales.

Cuando se articulan los diferentes recursos semióticos en los anuncios audiovisuales se hace referencia a los elementos visuales, los elementos sonoros y el lenguaje que puede ser presentado en forma oral y escrita. Todos estos elementos son configurados con la finalidad de informar, persuadir y permanecer en la memoria del consumidor. Bajo este propósito la publicidad enmascara su organización semántica y sintáctica y hace que imágenes, palabras, sonidos, etc. se entrelacen, encubriendo las pautas de relación (García, 2016).

En la publicidad audiovisual dirigida a los emprendedores peruanos, se encuentra la presencia de los actantes, el color, la figura del logotipo, el sonido diegético, los encuadres y Planos. Analizar cómo el uso de los colores, la iluminación, los planos, las técnicas de edición y el guion del spot no es solo comprender los significados denotativos; también se trata de entender los significados sentidos por los receptores. García y Cabezuelo (2016) indican que el análisis de la publicidad está compuesto por un sistema de subtextos que se superponen, en un juego entre los mundos desvelados y los mundos ocultos. El enfoque del análisis multimodal se complementa con el modelo de análisis de anuncios publicitarios propuesto por Barthes, que se centró en el análisis de dos niveles de significación: la denotación y la connotación. En este análisis de dos niveles destaca la relación que provoca la imagen connotada, determinada por los códigos secundarios y culturales de la comunidad receptora (García y Cabezuelo 2016). En el análisis multimodal se evidencian las combinaciones de los diferentes tipos de modos, que además se articulan para otorgar significados específicos que responden exclusivamente a los entornos culturales, lo que revela su importancia y función en la sociedad. “Lo que hace de un modo un modo es su disponibilidad como recurso para producir signos en un grupo socio-cultural” (Kress y van Leeuwen 2001: 3). Con respecto a la identificación de los modos en los anuncios audiovisuales, es importante precisar que es imposible delimitar la cantidad de modos existentes en cualquier comunidad que comparte un lenguaje, debido a que la diversidad de los modos depende de los cambios que se producen en la sociedad. En palabras de Kress (2010), un modo es lo que una comunidad decide recordar, manifestar y entender como modo. De la misma manera, Kaltenbacher (2007) manifiesta que el potencial de

significación que contiene un modo puede experimentar cambios e incluso desaparecer con el tiempo. Los tipos de modo que se reconocen en la casuística de este estudio son los elementos que conforman la composición audiovisual:

- modos visuales: el color, los planos y ángulos usados en la captura del espacio fílmico, composición visual, los íconos y símbolos.
- modos gestuales: el lenguaje corporal y gestos de los actantes
- modos sonoros: la musicalización y el sonido diegético que se expone en la narrativa y los tonos de voz.
- modos lingüísticos: incluye el lenguaje hablado (conversación, discurso), el lenguaje escrito (textos y tipografía).

Finalmente, el sentido del discurso en el que operan los modos lingüísticos es analizado bajo los fundamentos del Análisis Crítico del Discurso, también conocido como ACD (van Dijk 1997; Fairclough y Wodak 2008). Se considera que el análisis del sentido discursivo permite identificar los argumentos persuasivos difundidos en la publicidad de las entidades bancarias. Se complementa este estudio semiótico con el análisis del discurso, instaurado por Fairclough (1992), ya que se centró en el análisis del lenguaje en sus formas: textual, verbal y visual, así como en el contexto de la semiótica social, que traduce los valores del discurso social de la sociedad (Rasit et al. 2019).

La teoría de Fairclough se ocupa de hacer un análisis de las representaciones de los actores sociales, puesto que da cuenta de los elementos que se excluyen y se incluyen en el discurso (Fairclough 2003). En publicidad, es importante reflexionar sobre los discursos que difunden prejuicios y estereotipos que fomentan la normalización de circunstancias negativas, como romantizar la lucha por salir de la pobreza en medio de situaciones de injusticia y desigualdad. Asimismo, adoptar una postura crítica permite investigar cómo la ideología de los realizadores de signos subyace a construcciones de la realidad sociopolítica que sirven a determinados intereses (Alarcón y Cárdenas 2023). Coincide entonces con la definición de ‘normalización’ que Foucault teoriza: “la norma es lo que puede aplicarse tanto a un cuerpo al que se quiere disciplinar como a una población a la que se pretende regularizar” (Foucault 2000: 229). Una de las funciones de la publicidad es la persuasión, y es con este propósito que las marcas, creadoras de significado, generan representaciones sociales que transmiten sus normas. Es decir, los objetivos comunicacionales y el sentir de la marca, con las que plantean ejercer configuraciones propias del control de poder. Respecto a esta especie de control que las marcas usan para persuadir a sus consumidores, el Consejo de Autorregulación Publicitaria del Perú (CONAR), establece que se puede usar la exageración publicitaria siempre que no se induzca a error a los consumidores (Maguiña y Sosa 2010). En referencia con lo mencionado, se considera que es esencial que las marcas no incentiven creencias y comportamientos perjudiciales.

No obstante, las investigaciones que se han hecho sobre la publicidad en el Perú revelan que el contenido publicitario aún se vale de estereotipos y prejuicios socioculturales. La discriminación continúa apareciendo en la publicidad peruana. En el análisis hecho por Bernal (2020), sobre el spot ‘Cholo Soy’ de MiBanco, se interpretó que el término ‘emprendedor’ es distorsionado, porque hace referencia a cualquier peruano que sea capaz de sobrevivir y obtener dinero para él y su familia, dotando de un aura romántica a un problema en la sociedad peruana. De manera

similar, Benavides y Cabel (2022: 211) concluyeron en su investigación sobre representaciones racistas en los comerciales de 'Negrita', lo siguiente: "los comerciales por su carácter masivo y reiterativo en el tiempo impactan en la formación del imaginario social de las personas, normalizando ciertos rasgos sobre otros".

El análisis de la publicidad de las entidades bancarias propone contribuir a develar los significados subyacentes y las relaciones de poder que se manifiestan entre las marcas y sus consumidores. Por una parte, la semiótica social tiene la capacidad de desgranar unidades mínimas de significado de diferente naturaleza (López 2020), mientras que el ACD permite identificar la ideología del neoliberalismo y su rol en los *spots* publicitarios seleccionados para el corpus de este estudio. En la presente investigación el ACD permite cuestionar cómo se normaliza dicha ideología en los *spots* publicitarios analizados.

2. Metodología

El enfoque de la investigación es cualitativo. Se utilizó el Análisis Crítico del Discurso para interpretar y reflexionar sobre los significados de los *spots* para el contexto social de los emprendedores peruanos. Se complementó la investigación con el análisis de contenido cualitativo para extraer y categorizar elementos de la semiótica social.

El criterio de selección de los anuncios audiovisuales fue que tuvieran como público objetivo al segmento de los emprendedores peruanos, ya fuera a través de algún tema relacionado o mediante la representación del emprendedor en el anuncio. Se incluyeron los anuncios difundidos en el período postpandémico, como se ha registrado en el cuadro 1. Se recopilaron los *spots* desde el mes de noviembre del año 2020 y se culminó con aquellos difundidos en el mes de enero del año 2023. El discurso utilizado como material de análisis son los anuncios audiovisuales de productos bancarios dirigidos a los emprendedores peruanos.

En primer lugar, se recolectaron los datos de la investigación a través de un formulario de codificación que requirió la identificación de los modos. De esta forma, se analizaron las mencionadas piezas publicitarias, tomando en cuenta el tipo de anunciante, los personajes, el protagonismo, la composición con los modos color, realce, posición y enmarcado, y el mensaje del discurso, que son elementos principales del análisis multimodal planteados como base para la construcción de significados (Kress y van Leeuwen 2001). Luego, se procedió con el análisis multimodal orientado a contemplar las metafunciones establecidas por Kress y van Leeuwen (2006): representacional, interactiva y composicional.

La metafunción representacional se ocupó de las imágenes elaboradas por la narrativa audiovisual y también de aquellas imágenes conceptuales que evocan ideas o relaciones abstractas. Las imágenes narrativas incluyeron los siguientes indicadores: planos, composición visual, dirección de la mirada de los actores y gestos corporales. En el caso de las imágenes conceptuales, éstas responden a abstracciones e interpretaciones que hacen los receptores en coherencia con sus valores y características.

La metafunción interactiva trató la configuración de una relación social expresada a través de las interacciones que ocurren entre la imagen y el receptor. El significado que las personas otorgan a la distancia que perciben en los objetos representados. También involucra la actitud subjetiva y objetiva que generan los ángulos y planos de la imagen.

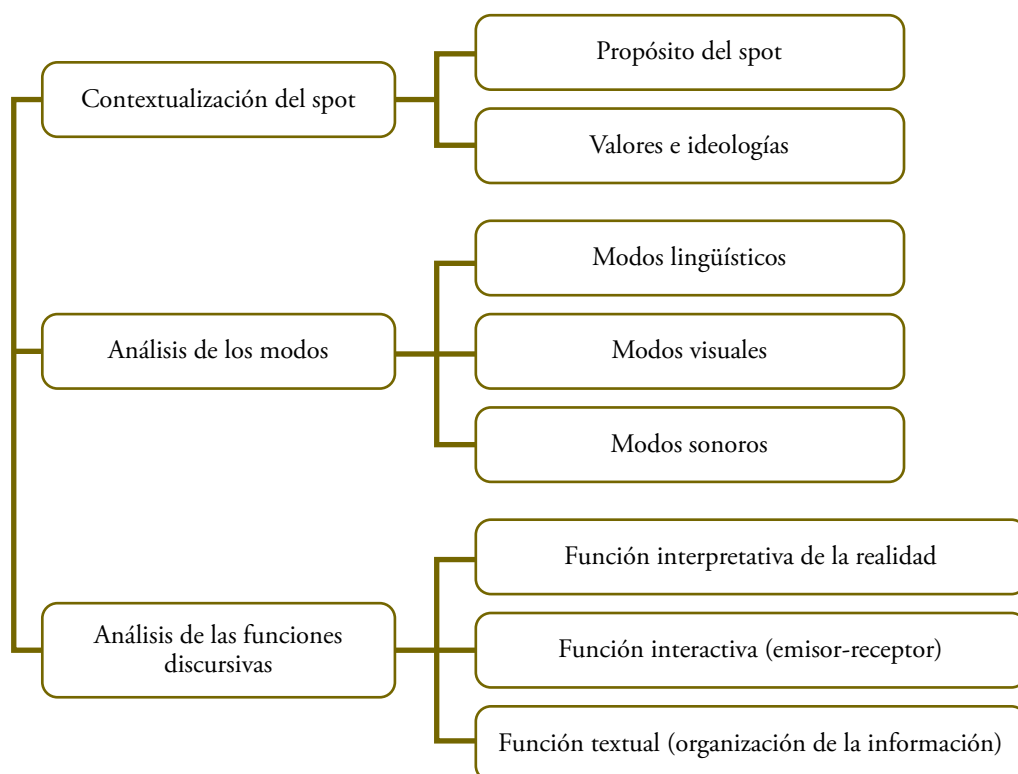
La metafunción composicional se orientó a comprender la organización de los elementos que comprende la narrativa. Se enfoca en tres elementos: el valor de la información que es asignado de acuerdo con la ubicación de los objetos; la prominencia que consiste en el tamaño de los objetos y el contraste que esto genera entre los elementos de la imagen; y el encuadre que consiste en la utilización o carencia de recursos para guiar la atención del receptor y su relación con lo que observa.

Seguidamente, se acudieron a los planteamientos de las autoras Bednarek y Caple (2017), quienes propusieron una topología para el análisis multimodal y así determinar cómo estos modos contribuyen a la construcción del discurso publicitario. Se organizó el análisis según las tres dimensiones planteadas:

- Dimensión semiótica: se observaron los recursos semióticos contenidos en los modos. Como se ha mencionado previamente, los modos que interactúan en la narrativa audiovisual.
- Dimensión discursiva: sirvió para analizar la combinación de los modos en la construcción de los discursos de éxito y emprendimiento. Para ellos se examinan los valores del discurso, como la importancia para el receptor y la proximidad que manifiesta el discurso. A través de esta dimensión se reconoce la temática y la ideología.
- Dimensión genérica: comprendió el análisis de los modos según las convenciones del medio y del género, en este caso, la publicidad. De acuerdo con el género también se pueden explicar la organización de los modos y el propósito del mensaje que construyen.

FIGURA 1

Modelo de análisis crítico del discurso multimodal. Elaboración propia a partir de los enfoques de Fairclough (2003), Kress y Van Leeuwen (2006), y Bednarek y Caple (2017).



Como tercera parte del análisis, se empleó la metodología de enfoque crítico del discurso a través de la aplicación de los cinco pasos dictados por Fairclough (2003) para realizar el Análisis Crítico del Discurso (ACD). Se identificaron: el problema social, la consideración del problema por parte del emisor (marca), la identificación de la manera de superar los obstáculos (que responde a los intereses del emisor) y la reflexión sobre el mensaje de la narrativa audiovisual.

Escenario de estudio

Se realizó el análisis de cinco anuncios audiovisuales dirigidos a emprendedores peruanos tras la pandemia COVID 19. Los productos y las marcas son las siguientes:

CUADRO 1

Datos de las piezas analizadas¹

CÓDIGO	FICHA TÉCNICA DEL ANUNCIO	PRODUCTO O SERVICIO ANUNCIADO	PROPÓSITO DEL ANUNCIO
A01	Nombre: Haz crecer tu negocio con el programa emprendedor BCP. Anunciante: BCP (2022) <i>Claim</i> : En tus planes, contigo BCP. Duración: 40 segundos. Año: 2022	El programa 'Contigo emprendedor BCP'.	Apoyar a los emprendedores porque son importantes para el país.
A02	Nombre: Imparables Anunciante: MiBanco (2023) <i>Claim</i> : MiBanco, el mañana es de todos. Duración: 00': 01:05 Año: 2023	Línea de crédito	Brindar reconocimiento a los millones de emprendedores por ser la fuerza que mueve al país.
A03	Nombre: Canto coral al emprendedor peruano Anunciante: MiBanco (2021) <i>Claim</i> : Para una nueva versión de tu negocio, MiBanco Duración: 00': 01: 09 Año: 2020	Se anuncian los beneficios para sus clientes emprendedores tras la pandemia COVID 19.	Comunicar que los obstáculos y retos de diferente índole no impedirán que el emprendedor siga avanzando junto a MiBanco.
A04	Nombre: Nuevo App BBVA, para los que la ven. Anunciante: BBVA (2020) <i>Claim</i> : BBVA, creando oportunidades. Duración: 45 segundos Año: 2020	Se anuncia el nuevo aplicativo móvil del BBVA, que cuenta con diversos beneficios para los clientes, destacando entre ellos la organización de las finanzas y créditos.	Los clientes del BBVA que ven la oportunidad la saben aprovechar.

1 Fuente: Elaboración propia

A05	Nombre: Espíritu Emprendedoreño Anunciante: MiBanco (2022) <i>Claim</i> : MiBanco, el mañana es de todos. Duración: 52 segundos Año: 2022	El servicio de la marca para su público objetivo.	Comunicar que MiBanco apoya al emprendedor peruano que trabaja por sus sueños y por su familia.
-----	---	---	---

3. Análisis

3.1 Contextualización del spot

La publicidad revisada para este estudio está construida con las siguientes características de la ideología neoliberal: el éxito como responsabilidad individual, la competencia por la superación, la exaltación al emprendimiento, la minimización del rol del Estado y la desregulación porque la publicidad dirigida a los emprendedores ofrece el concepto del éxito sin considerar las limitaciones económicas o sociales.

El anuncio A01 tiene el propósito de informar sobre un programa educativo para los emprendedores. La marca elogia a los emprendedores y motiva su competencia por la superación con la frase: *Nadie es pequeño cuando el potencial es grande*. En el anuncio A02 se exalta el emprendimiento. Se manifiesta desregulación porque se le resta importancia a la inestabilidad económica y política del país. La marca tiene el propósito de vender un servicio bancario a los emprendedores.

El anuncio A03 se orienta a comunicar que el éxito es una responsabilidad individual. De igual forma, se minimiza el rol del Estado para resolver los problemas que afronta el país. El propósito del anuncio es informar a los clientes que el banco ha generado herramientas digitales para los emprendedores de manera que pueden seguir confiando y contando con la marca. El anuncio A04, se dirige a las personas con ánimo y actitud emprendedora. Se exalta el emprendimiento y se incentiva la competencia por la superación. El propósito es presentar un producto innovador que se adecúa a sus necesidades emprendedoras. Finalmente, en el anuncio A05, se evidencia la exaltación al emprendimiento y el éxito como responsabilidad individual porque se transmite el mensaje del esfuerzo ante el disfrute de la vida familiar. El propósito del spot es transmitir que la marca apoya al emprendedor peruano.

3.2 Análisis de los modos

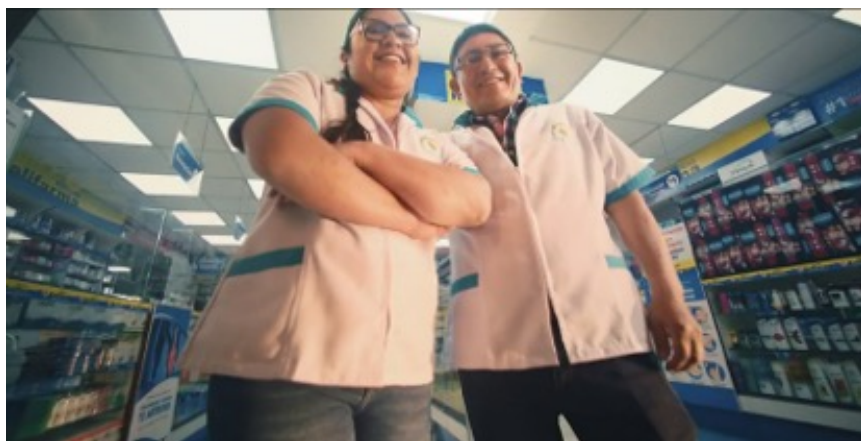
En este apartado se toma en cuenta la duración de los planos, los tipos de encuadre, la paleta de colores de las escenas y descripción del espacio filmico. Por otra parte, la imagen física del emprendedor peruano, en casi la totalidad de anuncios audiovisuales, es representada a través de la apariencia de un hombre o mujer con rasgos andinos, son pocas las representaciones que muestran personas con rasgos criollos, producto del mestizaje.

En el anuncio A01 se representa al emprendedor como protagonista de su historia de éxito. Se usan planos en contrapicado para darle una imagen imponente. Los emprendedores aparecen en el centro de su negocio, realizando sus actividades comerciales. Los tiempos que se muestran en el anuncio están asociados a las horas más tempranas de la mañana y a las horas finales de la noche, contextualizando así un día entero de trabajo. Se refuerza el plano contrapicado con la locución en off: *‘Nadie es pequeño cuando el potencial es grande’*. El plano gran angular es usado para manifestar

las actividades de emprendimiento que aparecen en el discurso narrativo audiovisual. Se concluye con la narración: *‘No son grandes ni pequeños, son los que hacen grande al país’*.

IMAGEN 1

Plano contrapicado en el anuncio audiovisual ‘Haz crecer tu negocio con el programa emprendedor BCP’



Fuente: Captura del anuncio del BCP- Banco de Crédito del Perú

IMAGEN 2

Plano gran angular en el anuncio audiovisual ‘Haz crecer tu negocio con el programa emprendedor BCP’



Fuente: Captura del anuncio del BCP- Banco de Crédito del Perú

El análisis de los modos visuales en el anuncio A02 se centra en la representación de una rutina de vida. La estructura narrativa sugiere que se trata de imágenes testimoniales. Las imágenes muestran un amanecer que es acompañado por el sonido diegético de las noticias de radio. La mujer emprendedora aparece en el centro de la imagen, enmarcada en el plano medio. La actriz rompe la

cuarta pared y se dirige al público para decirle que “*somos millones los que sacamos al Perú adelante*”. Mientras la publicidad finaliza, aparecen imágenes de los emprendedores que están absortos en su actividad laboral, éstas son acompañadas por el sonido orquestal del vals peruano ‘Contigo Perú’. Los 15 segundos finales comprendieron imágenes de diferentes individuos que mostraban una actitud perseverante en su labor. Los modos se combinan y configuran cuando aparece la imagen una mujer encendiendo un auto se escucha la locución: “...*Para que sigas siendo la fuerza que mueve al país*”. La imagen conceptual es la exaltación del emprendimiento.

IMAGEN 3

Personaje rompe la cuarta pared en anuncio ‘Imparables’



Fuente: Captura del anuncio de MiBanco

IMAGEN 4

La emprendedora pone en marcha el auto en el anuncio ‘Imparables’



Fuente: Captura del anuncio de MiBanco

El anuncio A03 los modos visuales evidencian las dificultades que ha atravesado el país, entre ellos la pandemia y los desastres naturales. El emprendedor aparece representado con una actitud luchadora. Predominan los primeros planos, resaltando la mirada de las personas con una actitud decidida y seria. Las imágenes se acompañan de la locución que se asemeja a un canto coral, donde múltiples voces responden: “*Pero no podrán pararnos*”. Asimismo, las imágenes representan el contexto que rodea a los emprendedores que viven en zonas humildes. Aparecen representados gremios de mototaxistas, vendedores de mercado, un albañil y una costurera. Los colores que predominan en la composición audiovisual pertenecen a las tonalidades frías. La imagen conceptual es la resiliencia.

IMAGEN 5

Planos que hacen énfasis en la mirada de los sujetos en el anuncio ‘Canto coral al emprendedor peruano’



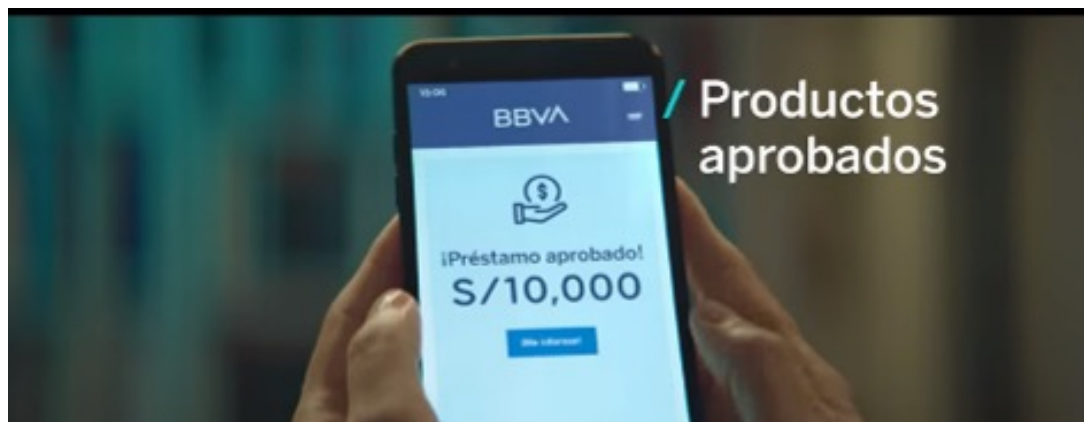
Fuente: Captura del anuncio de Mibanco

En el anuncio A04 los modos visuales son presentados bajo una estética moderna. En este anuncio se utilizó la prosopopeya, el aplicativo es quien se dirige hacia el emprendedor y ambos aparecen como coprotagonistas. La estructura narrativa sugiere una historia donde las personas utilizan el aplicativo, demostrando que es útil para sus fines. Se intercalan las imágenes con la presencia de una mujer joven que aparece en tres momentos: al inicio junto al dispositivo móvil, en la segunda escena da un salto al mar, finalmente en la escena final la mujer toma el dispositivo y sonríe. En este anuncio, a diferencia del resto de material analizado, se observa que la representación del emprendedor no está enmarcada en las personas con rasgos andinos, sino en la diversidad racial que compone la sociedad peruana. La imagen conceptual es la emoción por la novedad.

En el anuncio A05, al igual que en la mayoría de los anuncios analizados, los modos se configuran para resaltar la vida del emprendedor. La estructura narrativa presenta una narración corta sobre una familia que trabaja en una fecha festiva. Se usaron imágenes que describan la rutina de trabajo en una panadería pequeña en la fecha del 24 de diciembre. Aparte del anclaje del logotipo, también se observa la indicación gráfica de la hora en cuenta regresiva. Al inicio del *spot* se presenta el título ‘Espíritu Emprendedoreño’ que hace contraste con el ‘espíritu navideño’. En la configuración de los modos sonoros se evidencia la locución en *off* con una cortina musical apacible y enternecedora. La imagen conceptual es el espíritu de esfuerzo durante las festividades de fin de año.

IMAGEN 6

Prosopopeya en el anuncio 'Nuevo App BBVA, para los que la ven'



Fuente: Captura del anuncio del BBVA Perú

IMAGEN 7

La familia termina de trabajar a la media noche demostrando el 'Espíritu Emprendedoreño'



Fuente: Captura del anuncio de MiBanco

3.3 *Análisis de las funciones discursivas*

El lenguaje utilizado en los anuncios es sencillo y de fácil entendimiento para el público. Este uso del lenguaje y la representación de imágenes cotidianas permiten que se realice la función interactiva, proporcionando cercanía y empatía a los espectadores. El lenguaje utilizado es coloquial, que, como indica Briz (1996), consiste en el uso del lenguaje en el ámbito social, que es aceptado en situaciones cotidianas, no vinculado en exclusiva a un nivel de lenguaje y en el que el vulgarismo y los dialectalismos aparecen de acuerdo con las características de los usuarios. En la aplicación de este lenguaje se hallaron las figuras retóricas que refuerzan las ideas del discurso. En el anuncio A01

se manifiesta la antítesis al demostrar el contraste entre la percepción común de las PYMES y la visión del BCP. Por ejemplo, "para muchos pequeñas y medianas, pero para el BCP, todo depende de cómo las veas"; la siguiente figura retórica encontrada fue la anáfora, ya que se repite la estructura "no son pequeños ni medianos" para enfatizar la idea de que las PYMES son fundamentales para el país. La función textual en los anuncios presenta tres dimensiones: el modo visual donde se representa a los emprendedores, el modo sonoro que cuenta con elementos como la locución en *off*, el énfasis en la dicción, el sonido diegético de las escenas y la cortina musical; la tercera dimensión comprende el modo lingüístico que se presenta en la locución en *off* y también se hace visual cuando el *claim*, publicitario aparece escrito en la composición: "*En tus planes, contigo BCP*". Esta frase también aparece en el centro de la composición audiovisual junto al logotipo de la marca.

La función connotativa de los modos se basa en la presuposición que este discurso indica. En el anuncio A01 se interpreta que el negocio de los emprendedores será aún mejor si se preparan con el 'Programa emprendedor BCP'.

En el anuncio A02 se destaca la presencia de la hipérbole en la locución "*somos millones los que sacamos al Perú adelante*" exagerando la idea de la fuerza colectiva para enfatizar el poder de la gente en la reactivación del país, restándole importancia al Estado. El epíteto aparece con el uso repetitivo del adjetivo '*imparable*', para describir al público objetivo del mensaje. De esta forma también se detecta la función interactiva del discurso, pues se establece un mensaje dirigido cuando la protagonista del *spot* procede a mirar y hablar hacia la cámara. El relato deja la ficción para convertirse en un comunicado exclusivo para los emprendedores.

La función connotativa del discurso en el anuncio A02 es dirigida por el contexto que describen los modos. La realidad que se representa es la de una sociedad con problemáticas de tipo económico, gubernamental y político. El objetivo de este discurso es crear un paralelismo entre lo negativo y lo positivo de ser '*imparable*' para alcanzar el éxito.

En los anuncios A03, A04 y A05 se repite el uso de elipsis para omitir información que se sobreentiende, la hipérbole para exagerar situaciones y enfatizar su valor para los espectadores. Por ejemplo, en el anuncio A04 con la frase: "Te aprobamos un préstamo... ¿la ves? ¡La viste! A estudiar en otro país. Se entiende que la persona vio la oportunidad que es brindada por la entidad bancaria. Las distinciones de los modos que se han hecho en este análisis han sido realizadas con fines metodológicos, puesto que en la práctica las funciones se complementan y se conjugan paralelamente.

3.4 Análisis crítico del discurso según los cinco pasos de Fairclough

En los spots publicitarios A02 y A03 se encontraron similitudes al responder a los cinco pasos de Fairclough (2003):

- El problema social y la identificación de los elementos semióticos: se sostiene que los anuncios están dirigidos a los emprendedores de una clase media empobrecida, que con dificultad se desenvuelven en pequeños negocios como restaurantes familiares, talleres de costura, tiendas minoristas, o se desempeñan como transportistas y operarios de producción. El problema en estos discursos es la idealización de la autosuficiencia de los emprendedores, incentivando el esfuerzo con falta de apoyo social y económico. El lenguaje oral está orientado a levantar el ánimo del emprendedor para motivarlo a seguir luchando por sus metas económicas.

- Consideración del problema: la sociedad peruana tiende a responsabilizar a los pobres por su situación económica. Las clases pudientes ignoran las diferencias sociales que propician el estatus social y económico.
- Identificación de la manera de superar los obstáculos: El discurso publicitario debe atender a difundir las oportunidades de mejora que ofrece el servicio del banco, sin acudir a los argumentos que “normalizan el trabajo excesivo y el desamparo estructural dentro de una sociedad desigual” (BERNAL 2020, p. 14).
- Reflexión: Se reconoce que la duración del anuncio audiovisual deja poco espacio para usar apelaciones racionales, para buscar conectar de manera realista con las emociones y con los intereses del emprendedor. Se presenta al emprendedor como una persona que necesita con urgencia los préstamos de dinero, porque entiende que la inestabilidad del país es propicia para los problemas económicos. La publicidad visibiliza el desamparo y la indiferencia del gobierno para con los sectores sociales más afectados por las crisis políticas y económicas, pero no evita romantizar la lucha de los emprendedores frente a la desigualdad social.

En los anuncios A01 y A05 se encontraron las siguientes similitudes:

- El problema social y la identificación de los elementos semióticos: Se fundamenta en la autoexigencia para alcanzar el bienestar financiero. Las entidades financieras alientan la competencia por la superación financiera de manera exagerada.
- Consideración del problema: existen bancos que brindan préstamos de dinero a los pequeños emprendedores, pero no les brindan la atención y el reconocimiento que necesitan para crecer como empresarios.
- Identificación de la manera de superar los obstáculos: El discurso publicitario en este caso debería centrarse en informar sobre los beneficios y no solo apelar a las aspiraciones de los emprendedores.
- Reflexión: Se reconoce que la duración del anuncio audiovisual es breve y cuenta con muy poca información de utilidad para el cliente. En el Perú, el emprendimiento suele perder su potencial debido a la informalidad de los negocios. La evasión de impuestos, y la falta de educación financiera son factores que son poco representados en la comunicación de las marcas del sector financiero. La audiencia merece ser reconocida sin ser enmarcada en el rol del empresario subestimado y minimizado por su comunidad.

Conclusión

El estudio ha permitido atender el objetivo de la investigación, que es analizar los anuncios publicitarios dirigidos a la comunidad emprendedora en el Perú, tras la pandemia de COVID-19 (2020-2023). La semiótica social, a través del enfoque multimodal y el análisis crítico

del discurso, ha permitido analizar los anuncios desde una perspectiva contextual, ya que los significados dependen de factores relacionados con las circunstancias del emisor y receptor del mensaje publicitario. Serán ellos quienes asignen las connotaciones que se ajusten a sus experiencias de vida.

Asimismo, se evidenció un obstáculo en este tipo de análisis, y es que la reflexión sobre la comunicación y la semiótica no siempre es explícita (Vidales 2009). Sin embargo, para el análisis del discurso publicitario audiovisual, la semiótica sirve como un instrumento que comprende los procesos de significación. La semiótica social es valorada por atender los procesos comunicativos en situaciones específicas que se dan en un contexto y tiempo determinados, durante el intercambio simbólico regulado por la cultura y los aspectos psicosociales de los involucrados. En la mayoría de publicidad analizada en este trabajo se hallaron estereotipos de índole sociocultural. Por ejemplo, el peruano migrante, el empoderamiento de los pobres y el ciudadano con raíces andinas. Los emprendedores peruanos que aparecen en la publicidad se muestran absortos en sus metas económicas y no otorgan importancia a los problemas del país, haciendo caso omiso a los eventos históricos que dejaron consecuencias como la inflación, las huelgas de maestros, paros agrarios, entre otros.

La publicidad dirigida a los emprendedores peruanos se caracteriza por exaltar la adversidad en la vida de estas personas. A través de simbolismos y palabras alentadoras, se evidencia la normalización de la desigualdad en la sociedad peruana, pues a los emprendedores se les presenta como incansables soñadores que se esfuerzan sin reparos ante problemas económicos y sociales. De esta manera, se comprueba que la construcción del discurso publicitario del sector financiero mantiene un rendimiento acorde con los ideales neoliberales.

La investigación también permitió conocer que en la publicidad dirigida a los emprendedores se vislumbran cambios positivos. Las marcas BBVA y BCP reflejan en sus anuncios que la publicidad puede usar argumentos racionales sin hacer exageraciones que sirvan para normalizar conceptos negativos. También se observó que en el contexto del emprendedor peruano intervienen factores educativos, interculturales y económicos, que hacen posible la transformación del estereotipo del emprendedor. Quizá por esa razón, los anuncios de ambas marcas muestran personas con rasgos fenotípicos diversos, en comparación con Mibanco.

En este artículo se evidenció que las entidades financieras promueven el concepto del emprendedorismo y la ideología neoliberal que este conlleva. Se exalta el rol de los emprendedores como responsables de su propio éxito. Las marcas refuerzan la figura del emprendedor como ícono de superación en medio de condiciones precarias. Por lo tanto, el tratamiento de la identidad cultural del emprendedor debe ser visto desde una perspectiva más amplia, ahondar en el concepto de perseverancia en condiciones de justicia y equidad; e incluir en la publicidad la diversidad cultural existente en la sociedad peruana.

Finalmente, se concluyó que, aunque los anuncios se dirigen al segmento de los emprendedores, este cuenta con subsegmentos diferenciados por el estrato socioeconómico. Se percibe la presencia de la clase media alta y la clase media baja a través de las imágenes recreadas en los *spots*. Los emprendedores de la clase media baja fueron los que mayor presencia tuvieron. Lo que permitiría inferir que existe mayor cantidad de clientes potenciales dentro de la clase media baja, justificando con ello el uso de discursos que evidencian las carencias y las situaciones de desigualdad presentes en este sector socioeconómico.

Referencias bibliográficas

- ALARCÓN, S., y CÁRDENAS, N. C. 2023. Análisis crítico multimodal de textos diseñados para convocar a jornadas de protesta a través de Instagram durante el estallido social chileno (2019-2020). *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 23,2: 4-23. <https://doi.org/10.35956/v.2.n23.2023.p.4-23>
- CHAMPLIN y STERBANK, S. 2018. Agencies as Agents of Change: Considering Social Responsibility in the Advertising Curriculum. *Journal of Advertising Education*, 22,2: 137-143. <https://doi.org/10.1177/1098048218807138>
- BARRAGAN, M., y FLORES, E. 2019. La publicidad en la Mercadotecnia Social Advertising in the Social Marketing. *International Journal of Good Conscience*, 14,2: 231-234.
- BARTHES, R. 1971. *Elementos de semiología*. Editôra: Cultrix.
- BENAVIDES COQUINCHE, S. S., y CABEL GARCÍA, A. 2022. Perspectivas de mujeres afroperuanas sobre representaciones discursivas racistas en dos comerciales de Negrita. *Boletín de la Academia Peruana de la Lengua*, 72: 187-218.
- BERNAL HEREDIA, S. V. 2020. "Cholo soy", 1973 y 2016: voces de choledad en el Perú. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes*, 45, 2: 227-245.
- BCP- BANCO DE CRÉDITO DEL PERÚ 2022, noviembre, 14 *Haz crecer tu negocio con el programa emprendedor BCP* [Video] Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=ZM531F2LTk4>
- BBVA PERÚ (2020, noviembre, 11) *Nuevo App BBVA para los que la ven* [Video] Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=8uUMkMFCcbA>
- BEDNAREK, M., & CAPLE, H. 2017. *The discourse of news values: News discourse and multimodality*. Oxford University Press.
- BENAVIDES COQUINCHE, S. S., y CABEL GARCÍA, A. 2022. Perspectivas de mujeres afroperuanas sobre representaciones discursivas racistas en dos comerciales de Negrita. *Boletín de la Academia Peruana de la Lengua*, 72, 72: 187 - 218. <https://doi.org/10.46744/bapl.202202.006>
- BEZEMER, J. y KRESS, G. 2015. *Multimodality, learning and communication: A social semiotic frame*. Routledge.
- BOSCÁN-CARROZ, M. C., MELEÁN-ROMERO, R. A., CHÁVEZ-VERA, K. J., y CALANCHEZ-URRIBARRI, Á. 2023. Emprendimiento peruano en el marco del desarrollo sostenible. RETOS. *Revista de Ciencias de la Administración y Economía*, 13, 26: 223-236.
- BUTLER, J. 2007. *El Género en Disputa: El Feminismo y la Subversión de la Identidad* España: Paidós Ibérica.
- BRIZ, A. 1996. *El español coloquial: situación y uso*. Madrid: Arco Libros
- DAMIÁN, V. 2020. Emprendedores y PYMES en el Perú. *Economía & Negocios*, 2, 1:11-14. <https://doi.org/10.33326/27086062.2020.1.903>

- FAIRCLOUGH, N. 1992. Discourse and text: Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis. *Discourse & Society*, 3,2: 193-217. <https://doi.org/10.1177/0957926592003002004>
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing Discourse. Textual analysis for social research*. Londres: Routledge
- FAIRCLOUGH, N. y WODAK, R. 2008. Análisis crítico del discurso. En Van Dijk, T. A. (Comp.). *El discurso como interacción social. Estudios sobre el discurso II. Una introducción multidisciplinaria*, pp.367-404. Barcelona: Gedisa.
- FOUCAULT, M. 2000. *Defender la sociedad*. pp. 287-287. Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, M. 2007. *Nacimiento de la biopolítica. Curso en el Collège de France (1978-1979)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FLORES SOLANO, C. 2021. Introducción a la semiótica social multimodal y sus aplicaciones para el análisis de contextos escolares. *Revista Educación*, 45,1: 592-608.
- FLORES GALINDO, A. 1988. *República sin ciudadanos. En Buscando a un Inca: Identidad y utopía en los Andes*. Lima: Editorial Horizonte.
- GUNASEGARAN, H. 2024. Housewives Entrepreneurial Intention: A Review on Key Determinants and Challenges. *Malaysian Journal of Business, Economics and Management*, 2024. pp. 117-124. <https://doi.org/10.56532/mjbem.v3i2.29>
- GARCÍA LÓPEZ, J. 2016. *Dispublicitados, los efectos (ideológicos) de la publicidad*, Murcia: Editum.
- GARCÍA-LÓPEZ, J., y CABEZUELO-LORENZO, F. 2016. El enfoque semiótico como método de análisis formal de la comunicación persuasiva y publicitaria. *Dialogía: revista de lingüística, literatura y cultura*, (10), pp. 71-103.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM) [Disponible en internet <https://gemconsortium.org/report/20222023-global-entrepreneurship-monitor-global-report-adapting-to-a-new-normal-2>] *Global Report* (Consulta: febrero, 2023)
- GONZALES DE LA TORRE, D. M. 2021. [Disponible en internet en <https://repositorioacademico.upc.edu.pe/handle/10757/658136>] Representación del peruano emprendedor en el storytelling de campañas publicitarias de entidades financieras. Trabajo de investigación, Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas. [Consulta: 22 de mayo de 2023].
- HALL, S. 1997. *Representation: Cultural representations and signifying practices*. Sage Publications, Inc; Open University Press.
- İRENGÜN, O., y ARIKBOĞA, Ş. 2015. The effect of personality traits on social entrepreneurship intentions: A field research. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 195: 1186-1195. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.06.172>
- IPSOS. 2023 [Disponible en internet <https://www.ipsos.com/es-pe/emprendedores-en-tiempo-de-inflacion-2022>] Emprendedores en tiempo de inflación 2022. Informe. [Consulta: 26 de noviembre de 2023].

- JENSEN, K. B. 1997. *La semiótica social de la comunicación de masas*. Bosch.
- JEWITT, C. 2009. *The Routledge Handbook of Multimodal Analysis*. Londres/New York: Routledge.
- JØRGENSEN, M., y PHILLIPS, L. 2002. *Discourse Analysis as Theory and Method*. Sage Publications.
- KALTENBACHER, M. 2007. Perspectivas en el análisis de la multimodalidad: desde los inicios al estado del arte. *Revista latinoamericana de estudios del discurso*, 7,1: pp. 31-57.
- KLEIN, N. 2001. *No logo*. Barcelona: Paidós
- KRESS, G. 2010. *Multimodality: A social semiotic approach to contemporary communication*. Londres, Inglaterra: Routledge.
- KRESS, G., y VAN LEEUWEN, T. 2006. *Reading images. The grammar of visual design*. London/ New York: Routledge.
- KRESS, G., y VAN LEEUWEN, T. 2001. *Multimodal Discourse: The Modes and Media of Contemporary Communication*. Editorial Arnold.
- LAMAS, L. 2015. La universidad privada en la construcción de subjetividades juveniles emprendedoras. *Revista Peruana de Investigación Educativa*, 7: 127-151.
- LÓPEZ, Z. 2020. El análisis multimodal del anuncio publicitario audiovisual para el aula de Lengua Castellana y Literatura en Educación Secundaria y Bachillerato. *Revista Educação & Formação*, 5,3: e2839.
- MAGUIÑA, R., y SOSA, A. 2010. “El mejor del Perú”: ¿exageración publicitaria o engaño? escoja usted. *Revista de la Competencia y la Propiedad Intelectual*, 6,10: 93-116.
- MARTUCCELLI, D. 2015 *Lima y sus arenas. Poderes sociales y jerarquías culturales*. Lima: Cauces Editores.
- MIBANCO. 2022. [Disponible en internet en <https://drive.google.com/file/d/1RUYYjUaou-3L7OmGwVCdqTIP0dc6fd6TK/view?pli=1>]. *Memoria Anual Mibanco 2022*. [Consulta: 10 de abril de 2023].
- MIBANCO. 2023. [Disponible en internet en <https://www.youtube.com/watch?v=1V-sGsKu2Ek>] *Imparables* [Video] Youtube. [Consulta: 10 de abril de 2023].
- MIBANCO. 2020. [Disponible en internet en <https://www.youtube.com/watch?v=6nvnfnpbqjus>] *Canto coral al emprendedor peruano* [Video] Youtube. [Consulta: 10 de abril de 2023].
- MIBANCO. 2022. [Disponible en internet en <https://www.youtube.com/watch?v=8uUMkMFCc-bA>] *Espíritu Emprendedoreño* [Video] Youtube.
- MONTERO CARO, M. D. 2021. Educación, Gobierno Abierto y progreso: los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) en el ámbito educativo. Una visión crítica de la LOMLOE. *Revista de educación y derecho*, 23 <https://doi.org/10.1344/rejd2021.23.34443>
- NOURELDIN, M. A., y AMAL, S. S. 2014. Advertisement analysis: A comparative critical study. *Advances in Language and Literary Studies*, 5,6: 254-259. <https://doi.org/10.7575/aiac.all.v5n6p.254>

- PANSERA, M., y OWEN, R. 2018. Framing inclusive innovation within the discourse of development: Insights from case studies in India. *Research Policy*, 47,1: 23–34.
- PIERCE, C. 1986. *La ciencia de la semiótica*, Buenos Aires: Nueva Visión
- RASIT, R. M., HAMJAH, S. H., MISROM, A., y YAHYA, N. H. 2019. Socio-Cultural Discourse of Muslim Society in Social Semiotics Aspect of Advertising Text in Malaysia. *Humanities & Social Sciences Reviews*, 7,5: 256-263.
- STARR, R. L., GO, C. y PAK, V. 2022. 'Keep calm, stay safe, and drink bubble tea': Commodifying the crisis of Covid-19 in Singapore advertising. *Language in Society*, 51(2), 333-359.
- SANTACRUZ, F. J. y CAMACHO, A. 2003. La publicidad: una experiencia en el aula. *Comunicar*, 20: 142-146. <https://www.redalyc.org/pdf/158/15802020.pdf>
- SCHUMPETER, J. 1961. *Capitalismo, socialismo e democracia*. México: Fondo de Cultura.
- VAN DIJK, T.A. 1997. *Discourse Studies: A multidisciplinary introduction*. (Vols. 1 y 2). London: Sage.
- VERGARA-HEIDKE, A., y TORRES-CALDERÓN, G. 2019. Recursos semióticos en los anuncios publicitarios sobre discapacidad en la prensa escrita costarricense. *Comunicación*, 28,1: 61-75.
- VIDALES GONZÁLES, C. E. 2009. La relación entre la semiótica y los estudios de la comunicación: un diálogo por construir. *Comunicación y sociedad*, (11), 37-71.

ELIANA ALEJANDRA QUIJANDRÍA CAYO es Maestra en Publicidad por la Universidad San Martín de Porres (USMP) en Lima, Perú. Licenciada en Ciencias de la Comunicación con la especialidad de audiovisuales. Docente universitaria en la Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (UPC). Investigadora en las líneas temáticas de publicidad, comunicación audiovisual y marketing digital. Miembro de la red de investigadores en diseño en la Universidad de Palermo de Argentina. Estudiante de Doctorado en Educación. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0365-3448> Filiación: Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas.

Correo electrónico: pcavequi@upc.edu.pe

DECLARACIÓN DE AUTORÍA

Este artículo fue desarrollado por Eliana Quijandría. El diseño y la recopilación de datos fueron realizados por Eliana Quijandría. La autora colaboró en la interpretación de los resultados, redacción y revisión del artículo.



Análisis del ethos tecnocrático y la evocación del pasado en el discurso de Noboa y González en el debate presidencial de Ecuador 2023

Analysis of the technocratic ethos and the invocation of the past in Noboa and González's speeches during the 2023 Ecuador presidential debate

HERNÁN PILLAJO BORJA

ORCID: 0000-0002-9607-5247
Universidad Nacional de Chimborazo
Ecuador

JENNY ZAVALA ENRÍQUEZ

ORCID: 0009-0007-1061-6836
Universidad Nacional de Chimborazo
Ecuador

GALO VÁSCONEZ MERINO

ORCID: 0000-0002-4048-8253
Universidad Nacional de Chimborazo
Ecuador

CHRISTIAN MIRANDA GAIBOR

ORCID: 0000-0002-9974-6018
Universidad Nacional de Chimborazo
Ecuador

Recibido: 25 de marzo de 2024 | Aceptado: 5 de mayo de 2024

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.82-99

RESUMEN

Este trabajo utiliza el Análisis del Discurso (AD) para examinar, a través de las categorías de escenografía discursiva y esquema mítico actancial, los elementos textuales y contextuales en los discursos de los candidatos presidenciales Daniel Noboa y Luisa González durante el debate televisado de primera vuelta en las elecciones anticipadas de 2023. La candidata de la Revolución Ciudadana, González, centró su narrativa en su partido y en la figura de Rafael Correa, apelando a un retorno al pasado. Por su parte, Noboa adoptó una retórica tecnocrática, destacando el yo como enunciador y proyectando referencias al futuro. El esquema actancial revela que González buscaba comunicar una historia, mientras Noboa se distanciaba de los aspectos dramáticos tradicionales. Se concluye que los elementos de la escenografía y del discurso narrativo mítico pierden eficacia cuando no se alinean con las expectativas del público.

PALABRAS CLAVE: *Análisis del Discurso. Comunicación. Escenografía. Ethos. Esquema actancial. Ecuador*

RESUMO

Este artigo utiliza a Análise do Discurso (AD) para examinar, por meio das categorias de cenografia discursiva e esquema mítico actancial, os elementos textuais e contextuais nos discursos dos candidatos presidenciais Daniel Noboa e Luisa González durante o debate televisionado do primeiro turno das eleições antecipadas de 2023. A candidata da Revolução Cidadã, González, concentrou sua narrativa em seu partido e na figura de Rafael Correa, apelando para um retorno ao passado. Por sua vez, Noboa adotou uma retórica tecnocrática, enfatizando o eu como enunciador e projetando referências ao futuro. O esquema actancial revela que González procurou comunicar uma história, enquanto Noboa se distanciou dos aspectos dramáticos tradicionais. Conclui-se que os elementos da cenografia e do discurso narrativo mítico perdem eficácia quando não se alinham com as expectativas do público.

PALAVRAS CHAVE: *Análise do discurso. Comunicação. Cenografia. Ethos. Esquema financeiro. Equador*

ABSTRACT

This paper employs Discourse Analysis (DA) to examine, through the categories of discursive scenography and actantial mythic schema, the textual and contextual elements in the speeches of presidential candidates Daniel Noboa and Luisa González during the televised first-round debate in the early 2023 elections. The candidate of the Citizen Revolution, González, focused her narrative on her party and the figure of Rafael Correa, appealing to a return to the past. Noboa, on the other hand, adopted a technocratic rhetoric, emphasizing the self as enunciator and projecting references to the future. The actantial scheme reveals that González sought to communicate a story,

while Noboa distanced himself from traditional dramatic aspects. It is concluded that the elements of scenography and mythical narrative discourse lose effectiveness when they do not align with the audience's expectations.

KEYWORDS: *Discourse Analysis. Communication. Scenography. Ethos. Actantial scheme. Ecuador.*

Introducción

Los debates presidenciales televisados subsisten en Ecuador como una de las formas más eficaces de comunicación política, en medio del complejo entorno mediático fuertemente marcado por las redes sociales y diversas plataformas multimedia. En 1978, este país fue el segundo en América Latina en organizar debates presidenciales, luego de Venezuela, pero son mandatorios únicamente a partir de las reformas a la Ley Orgánica Electoral o Código de la Democracia del 2020.

El primer debate presidencial obligatorio se realizó en 2021 con 16 aspirantes al poder, y el segundo tuvo lugar ese mismo año entre los finalistas de segunda vuelta: Andrés Arauz, del correísmo, y Guillermo Lasso del movimiento CREO. De esta forma, se rompió la regla de oro de los procesos electorales anteriores a las reformas a dicha ley: el candidato que lidera las encuestas no debe arriesgarse a debatir.

En la primera vuelta de las elecciones anticipadas del 2023, se realizó el tercero de estos espacios mandatorios de comunicación política que el artículo 202.2 de la citada normativa define como: “las distintas formas de discusión pública en la que los candidatos contrastan sus programas de gobierno y propuestas programáticas, sometiéndose al cuestionamiento de sus rivales, moderadores y ciudadanía, a través de los medios de comunicación y el público presente” (Instituto de la Democracia 2020).

Diversos analistas y medios atribuyeron el éxito del empresario Daniel Noboa en primera vuelta a su participación en este debate televisado, que se transmitió el 13 de agosto del 2023 (Haczek, 2023). El programa llegó a más de un millón y medio de personas, la audiencia más alta del 2023 en la televisión local hasta ese entonces (La Hora 2023).

Noboa, quien se impuso a candidatos de mayor experiencia en el espectro de la derecha, llegó sorpresivamente a la segunda vuelta para enfrentar a Luisa González, del partido Revolución Ciudadana, quien desde el principio de la campaña electoral anticipada lideró las encuestas, merced al 30% de voto duro que se le atribuye a dicha tendencia política. En la primera elección, González obtuvo el 33,61% de los sufragios totales, mientras que Noboa alcanzó el 23,47%. En el balotaje, Noboa triunfó con el 52% de los votos.

Con este contexto, conviene señalar la pregunta problematizadora: ¿Qué imagen configuraron los candidatos Daniel Noboa y Luisa González en el debate presidencial de primera vuelta realizado el 13 de agosto de 2023?

La presente investigación se propone, como objetivo principal, analizar la estructura discursiva desplegada en las intervenciones de los dos candidatos en dicho espacio de comunicación política. Se iniciará con una caracterización del debate televisado, en el contexto de las elecciones presidenciales en Ecuador, así como de las implicaciones de esta forma de comunicación para el ideal de democracia deliberativa.

Se utilizará el Análisis del Discurso (AD) para examinar las intervenciones de ambos postulantes, tomando como categorías de estudio la escena de enunciación propuesta por Maingueneau (2001) y el modelo actancial mítico desarrollado por Greimas (1987).

Por lo anteriormente señalado, este trabajo se inscribe en el paradigma cualitativo de investigación ya que se parte del supuesto de que el mundo social está constituido por significados y símbolos compartidos de una manera intersubjetiva, que tienen el objetivo de comprender dichos significados y símbolos tal como son expresados por las personas (Bernal 2016).

1. Debate televisado y democracia deliberativa

Mazzoleni (2014) identifica el debate televisado como una de las diversas formas de la comunicación política mediatizada, que se abre en el espacio en el que interactúan el sistema de medios, el sistema político y los ciudadanos. Estos espacios pueden verse, dada la mediatización de la política, como una de las expresiones que adquiere esta, en tanto los medios se convierten en la palestra pública en la que se produce el intercambio y las relaciones de fuerza entre los tres actores (p. 26). En otras palabras, el debate televisado es uno de los espacios de comunicación en los cuales la política adopta su expresión mediatizada.

La imposibilidad de examinar los temas a fondo por las limitaciones del tiempo y la capacidad de convencimiento que poseen los oradores hábiles, más allá de la solidez de sus argumentos, han generado sospecha en torno a los debates tal como ya ocurrió en la Grecia clásica (Elster 1998 p. 14). A esto hay que sumar que el formato y las restricciones propias de los medios, como el tiempo y la escenificación, están pensados antes que para fomentar la educación política, para hacer de la política un espectáculo mediático más (Bourdieu 1997).

Sin embargo, existe un amplio consenso en torno a que pueden involucrar a la ciudadanía en la toma de decisiones políticas fundamentadas. Y aun cuando no siempre cumplan con su cometido, es preferible tener un espacio de debate público a carecer de él y que el electorado únicamente tenga, como insumos de análisis, la propaganda electoral o la información que circula en las redes sociales.

Tal como entiende Elster (1998) dentro de la democracia deliberativa, el debate público permite materializar la toma colectiva de decisiones. En las democracias de corte occidental el poder se conquista a través del consenso derivado del debate público, que se genera a través de instancias como las campañas electorales, en las que juegan un papel importante los medios de comunicación, actores más visibles pero no los únicos en el amplio entorno del espacio público, tal como señala Mazzoleni (2014).

1.2 El debate presidencial en Ecuador

En 1960, el debate televisado entre el demócrata John F. Kennedy y el republicano Richard Nixon indujo aceleradamente la adopción de estos eventos político-mediáticos en Europa y América Latina. Como señala Giordano (2020), aunque no han sido parte de la cultura política latinoamericana, los debates se constituyen en un hecho político coyuntural, que asume características propias dentro de las condiciones históricas en las que se desarrollan. De acuerdo con esta autora, el primer debate presidencial televisado en América Latina tuvo lugar en 1963 en Venezuela, entre Rafael Caldera de Comité de Organización de Política Electoral Independiente (COPEI) y Arturo Uslar Pietri, por el partido CIPFN (Comité Independiente Pro Frente Nacional).

El segundo país en el que tuvo lugar un debate presidencial televisado fue Ecuador, y sucedió el 27 de mayo de 1978, época de transición hacia la democracia. Canal 10 Telecentro fue el medio a cargo de la producción. Se desarrolló entre los aspirantes Jaime Roldós (Concentración de Fuerzas Populares); Sixto Durán Ballén (Frente Constitucionalista); Raúl Clemente Huerta (Partido Liberal Radical); Rodrigo Borja (Izquierda Democrática); Abdón Calderón (Frente Radical Alfarista) y René Mauge (Frente Amplio de Izquierda) (El Universo 2017a).

Sin embargo, el debate presidencial que más se comenta en Ecuador tuvo lugar entre los candidatos León Febres Cordero, del Partido Social Cristiano, y Rodrigo Borja, de la Izquierda Democrática, el 29 de abril de 1984. En medio un cruce de ataques, Febres Cordero exclamó: “¡Míreme a los ojos, doctor Borja, no me baje la mirada!”, frase que marcó aquel espacio televisivo, que es considerado uno de los más estudiados en América Latina por las implicaciones que se le atribuyen para el triunfo de Febres Cordero frente al entonces favorito de dicha contienda: Rodrigo Borja Cevallos (El Universo 2017b).

El mito creado alrededor de este programa hizo que el debate haya sido una exigencia permanente, pero así mismo infructuosa, de quienes ocupaban lugares secundarios en las encuestas. Por su parte, los candidatos que se veían como favoritos en los sondeos de opinión no querían exponerse a ser víctimas de un nuevo Febres Cordero. Así, entre 1984 y 2006 no se realizaron debates presidenciales televisados.

El 22 de agosto de 2006, sin embargo, los candidatos presidenciales Rafael Correa de Alianza PAIS (AP), Cynthia Viteri del Partido Social Cristiano (PSC), León Roldós por RED-Izquierda Democrática (ID), Fernando Rosero del Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE) y Álvaro Noboa del Partido Renovación Institucional Acción Nacional (PRIAN) participaron de un foro organizado por la Cámara de Comercio de Guayaquil, cuyo moderador fue Andrés Oppenheimer (El Universo 2017c). Siete años después, la Cámara de Comercio de Guayaquil organizó un encuentro similar para las elecciones del 17 de febrero de 2013. En esta ocasión no asistió el aspirante a la reelección Rafael Correa (El Universo, 2017c). Ambos foros fueron ampliamente difundidos por la prensa y las redes sociales, pero no se trató de debates televisados propiamente dichos.

El primer debate televisado obligatorio se realizó el 16 de enero del 2021. De acuerdo con el manual elaborado por el Consejo Nacional Electoral (CNE) se dividió en dos grupos de 8 candidatos cada uno, previo sorteo notariado, en el que se definió el orden de aparición de cada uno de ellos. Los aspirantes respondieron 64 preguntas, en total, acerca de cuatro temáticas: economía y empleo; educación, salud y grupos vulnerables; corrupción e institucionalidad democrática y relaciones internacionales y derechos humanos (Consejo Nacional Electoral 2021).

El segundo debate presidencial obligatorio que organizó el CNE tuvo lugar el 21 de marzo del 2021 entre Andrés Arauz, de Alianza Unión por la Esperanza (UNES) y Guillermo Lasso, de Creando Oportunidades- Partido Social Cristiano (CREO-PSC). Los ejes temáticos fueron economía y empleo; salud, vacunación, seguridad social, desnutrición infantil; democracia e institucionalidad estatal, independencia de poderes, participación ciudadana y transparencia; educación, desarrollo humano y tecnología; relaciones internacionales, movilidad humana y desarrollo sostenible (El Comercio 2021).

Uno de los aspectos más significativos de aquel debate fue que en el transcurso de este, Lasso repitió constantemente la frase: “Andrés, no mientas otra vez”, que empezó a ser viralizada en redes sociales y demás espacios de la campaña de Lasso. A esta muletilla se le atribuye el éxito de Guillermo Lasso en aquel debate, frente a quien lideró las encuestas hasta ese momento, Andrés Arauz.

2 Análisis del discurso y escena de enunciación

Para definir un discurso, es útil comenzar por examinar la relación entre los signos y su entorno social. Inversamente, también es relevante analizar cómo los fenómenos sociales adquieren sentido a través de los signos que los sustentan, pues esta doble hipótesis es inseparable del concepto de

discurso: “Este doblaje, del sentido social y de lo social en el sentido, solo se puede develar cuando se considera la producción de sentido como discursiva” (Verón 1998 p.125). En estas afirmaciones se advierte que los procesos sociales generan un sentido, pero no se pueden reducir a este.

Para Verón, el análisis de los discursos no es otra cosa que “la descripción de las huellas de las condiciones productivas en los discursos, ya sean de su generación o las que dan cuenta de sus efectos” (p. 127). En lo que respecta al discurso político agrega que, a diferencia de otros campos discursivos como el de la publicidad, por ejemplo, este alude a tres tipos de destinatarios: uno positivo o prodestinatario, el que junto al enunciador configuran el nosotros inclusivo; un contradestinatario como quien se polemiza y, por último, un paradesinatario, a quien se dirige un mensaje de persuasión. Así, las funciones del discurso político se complejizan de acuerdo con el sujeto al que se orienta la comunicación (Verón 1987).

El discurso se materializa en el lenguaje, pero debe analizarse más allá de su dimensión estrictamente lingüística, ya que está orientado tanto hacia la esfera social como hacia la esfera mental (Charaudeau y Maingueneau 2005).

Analizar el discurso conlleva a examinar el género discursivo en el que se expresa y la situación de comunicación en la que se produce, tanto desde el exterior como en el interior. A esta última dimensión Maingueneau (2001) la denomina escena de comunicación y contempla las escenas: englobante, genérica y escenografía.

La escena englobante se corresponde con el tipo de discurso, así tenemos escena filosófica, política, etc. La escena genérica es definida por los géneros discursivos particulares, un periódico, un correo o un debate televisivo. A su vez, cada género del discurso implica una escena específica, roles para sus participantes y circunstancias. Para el caso de esta investigación, la escena englobante es la política, y la genérica, el debate presidencial televisado.

La escenografía es “aquello de lo que procede el discurso y lo que este discurso engendra” (Charaudeau y Maingueneau 2005: 222) e implica una cronografía y una topografía de los que pretende surgir el discurso. La determinación de la identidad de los participantes de la enunciación, ego, o ethos, corre a la par de la definición de un conjunto de lugares y de momentos de enunciación, a partir de los cuales el discurso pretende ser difundido para poder fundar así su derecho a la palabra. Aunque el ethos se puede observar en el plano verbal y no verbal, en este trabajo se hará abstracción de la segunda dimensión, en tanto que la escena de enunciación se construye fundamentalmente a partir de lo discursivo.

2.1 Esquema Actancial

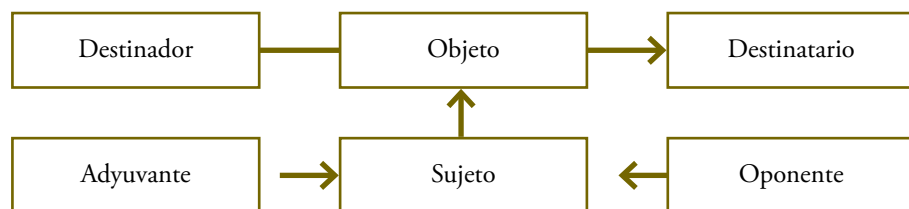
Las manifestaciones discursivas pueden analizarse desde diferentes perspectivas. Una de ellas es verlas como narraciones que configuran una secuencia dramática, como sucede en el discurso político. En este contexto, los actores políticos suelen presentarse como líderes de un cambio histórico, enfrentándose a múltiples enemigos que deben ser vencidos para alcanzar ese objetivo.

Por esta razón, en el presente trabajo se utilizará de forma complementaria el modelo actancial de Greimas (1987), para quien analizar lo mítico del lenguaje es establecer las relaciones que los actantes mantienen entre sí en el relato bajo los ejes dentro de los cuales interactúan entre ellos: “Las particularizaciones eventuales del modelo deberían referirse a la relación entre los actantes sujeto vs. objeto y manifestarse como una clase de variables constituida por investimentos suplementarios” (274).

Greimas señala que para los actantes sujeto – objeto, la relación teleológica es el deseo en su forma práctica y mítica de búsqueda. La categoría actancial destinador – destinatario (mandador – beneficiario) es el objeto de comunicación, mientras que entre los actantes ayudante vs. oponente es el de la colaboración. Greimas agrega que “en la manifestación mítica que nos interesa, comprendemos que el ayudante y el oponente no sean más que la voluntad de obrar y de las resistencias imaginarias del mismo sujeto juzgadas maléficas o benéficas con relación a su deseo” (275).

FIGURA 1

Esquema mítico actancial. Adaptado de Semántica Estructural: investigación metodológica de Greimas (1987).



Tal como señala el autor, diversas manifestaciones míticas contemporáneas como la empresarial pueden desarrollar una estructura actancial conforme al modelo operatorio anteriormente caracterizado. Según la perspectiva de Greimas, la imagen de los actantes está marcada por el rol que cumplen en la narración. Por otro lado, para Maingueneau, en la noción de escenografía conviven tanto aspectos previos que configuran la imagen del enunciador, como elementos que son producidos en y por el discurso mismo.

2.1.1 González: Apelación al pasado y el Partido como eje narrativo

Durante el debate televisado del 13 de agosto del 2023, la candidata por la Revolución Ciudadana Luisa González buscó persuadir a sus electores a través de un relato orientado a la necesidad de volver en el tiempo hacia los logros en el régimen del exmandatario Rafael Correa, quien fue presidente de la República entre 2006 y 2017.

El “nosotros” configura el sujeto de la enunciación, pronombre que la candidata utiliza para referirse a ella y a su agrupación política: Revolución Ciudadana. El coenunciador es el ciudadano elector, aunque en algunos pasajes, el deíctico refiere a sus rivales políticos. La cronografía la conforman los 10 años del gobierno que encabezó el presidente Rafael Correa, bajo la forma de conjugación en pasado, que muchas veces adopta la forma de futuro - pasado como en las expresiones “ya lo hicimos una vez, vamos a volverles a dar a ustedes la seguridad en las calles” (27:11); y de una forma pasado - futuro simultáneo en frases como: “Vamos a lo que ya hicimos, no, el pueblo ecuatoriano sabe...” (1:45:03).

Así, González rememoró lo que para ella fueron logros del gobierno de Rafael Correa como una forma de modificar las convicciones de sus potenciales electores. Bajo este esquema narrativo, el pasado que tuvo el país en dicho periodo fue mejor que los dos gobiernos posteriores al de Correa, y era necesario recuperarlo.

La candidata señaló a Ecuador como lugar geográfico, pero también a las entidades públicas y sectores como salud y seguridad. También se refirió al periodo de la Revolución Ciudadana como un lugar al que Ecuador debe regresar. En la Tabla 1 se puede observar a detalle la Escena de enunciación de la candidata a la presidencia del Ecuador, Luisa González.

TABLA 1

Escena de enunciación Luisa González

MIN.	ENUNCIADO	ENUNCIADOR / CO ENUNCIADOR	CRONO- GRAFÍA	TOPO- GRAFÍA
23:08	Ecuadorianas habíamos convertido a Ecuador en el segundo país más seguro de Latinoamérica...	Nosotros / ustedes	Pasado	Ecuador
27:11	No estamos para improvisación aquí, estamos para trabajo comprobado, ya lo hicimos una vez, vamos a volverles a dar a ustedes la seguridad en las calles.	Nosotros / ustedes	Presente Pasado Futuro	Elecciones
28:22	...vamos a volver a hacer de Ecuador un país de paz, de tranquilidad, de poder salir a las calles con nuestros hijos.	Nosotros / ustedes	Pasado Futuro	Ecuador, las calles
58:44	Dejamos hechas hidroeléctricas en el gobierno de la Revolución ciudadana.	Nosotros /ustedes	Pasado	En el gobierno de la RC
1:45:03	Vamos a lo que ya lo hicimos, no, el pueblo ecuatoriano sabe que ya lo hicimos primero: fortalecer las unidades médicas, volver a contratar esos médicos. Vamos a volver a hacer las compras públicas y vamos a abastecer de medicinas a nuestros ciudadanos.	Nosotros /él (el pueblo), ustedes	Futuro – Presente	Unidades médicas, hospitales
1:46:16	No al reparto de las instituciones públicas, y que el SERCOP vuelva a funcionar como ya funcionó con la Revolución Ciudadana, y que ustedes sentían que cuando iban a una farmacia, encontraban sus medicinas. Vamos a devolverles a cada una de las farmacias de los hospitales sus medicinas.		Pasado Futuro – Presente	Instituciones públicas
1:47:18	Todas las familias que me escuchan saben que cuando iban a un hospital encontraban sus medicinas. Eso es lo que va a volver con Luisa González, lo que ya tuvimos en el gobierno de la Revolución Ciudadana, la descentralización, que los hospitales puedan volver a comprar... Vamos a devolverles a ustedes las medicinas. Que sus recetas sean todas cubiertas, como lo fue con la Revolución Ciudadana.	Yo/ ustedes	Pasado – Futuro Pasado	Hospitales

2:06:43 2:07:16	Primero, que se vaya este gobierno que es el que tiene repartidas las instituciones y llenas de corrupción. Segundo, ustedes ciudadanos, recuerdan cómo era antes cuando iban a sacar una cédula, un pasaporte, una licencia, iban tranquilamente.	Ustedes	Presente Pasado	Servicios públicos
2:07:50	Ya lo hicimos en el gobierno de la Revolución Ciudadana. Y ustedes sabían que había Compras Públicas transparentes. Quitar el reparto, tomar liderazgo con conocimiento. No como lluvia de ideas, nosotros ya lo hicimos, lo vamos a volver a hacer. Instituciones donde usted vaya y sepan que es usted el mandante, y lo traten con respeto.	Nosotros / ustedes	Pasado Futuro – Pasado Presente	En el gobierno de la RC Instituciones públicas
2:09:05	Nosotros, en el gobierno de la Revolución Ciudadana: siete de cada diez ciudadanos sentían que funcionaba la democracia. Allí íbamos a ir, allí vamos a regresar, a ese Estado que gobierne para usted, para los ciudadanos.	Nosotros / ellos	Pasado Futuro Presente	En el gobierno de la RC
2:09:43	Este es el movimiento político que la gente más apoya, ¿saben por qué? Porque trabajó por ustedes, por la dignidad del pueblo ecuatoriano, por la salud, por la educación y, al parecer, eso es lo que les aterra, que ustedes vuelvan a tener servicios dignos y nos acusaron falsamente.	Él / Ellos / ustedes	Pasado Pasado – Futuro	Ecuador
2:32:49	El país que teníamos con la Revolución Ciudadana. Esto ya lo hicimos primero, los créditos a través de BanEcuador, de CFN, para inyectar en la economía al sector agropecuario... Por eso, es urgente volver a retomar el control. Esto ya lo hicimos con el gobierno de la Revolución Ciudadana. Primero, hicimos esa obra de control de inundaciones, la SENAGUA, volveremos a darle esa institucionalidad.	Nosotros	Pasado Presente	El país
2:35:13	Producción en sus tierras y que no se desvanezcan. Ya lo hicimos en el gobierno de la Revolución Ciudadana, con un gobierno cercano, recorriendo y estando ahí.		Pasado	En el gobierno de la RC

Al aplicar el esquema actancial de Greimas, en la Tabla 2 se encuentran las siguientes relaciones:

TABLA 2

Esquema actancial relato de Luisa González

SUJETO	OBJETO	OPONENTE	ADYUVANTE	DESTINA- DOR	DESTINA- TARIO
Partido Revolución Ciudadana	Regresar el Ecuador al tipo de gobierno que fue tuvo entre 2007 y 2017, bajo el liderazgo de Rafael Correa	Los gobiernos posteriores a Correa y sus candidatos	El elector	La crisis que atraviesa el Ecuador	El país

El relato de González ubica como sujeto a su partido político. El objeto es recuperar el nivel de gestión del sector público exhibido en aquel periodo político (2007-2017). El eje del deseo se caracteriza por un “regreso” al pasado. El eje de la comunicación se refiere a las necesidades actuales del Ecuador para satisfacerlas y el eje de la colaboración apela al elector al insistir en que recuerde aquello que ya logró. Los gobiernos posteriores a Correa y los partidos políticos que los representan son los opositores a este anhelo.

2.1.2 Noboa: Ethos tecnocrático

Daniel Noboa se construye como el enunciador del discurso. La utilización del pronombre “nosotros” alude a su posible gobierno y a él mismo como jefe de Estado, que se evidencia en la siguiente expresión: “Yo soy el máximo responsable, seré el máximo responsable cuando esté sentado en el sillón de presidente... (32:52). En la coenunciación, el deíctico señala a la población, a la cual se acerca con el uso del pronombre tú en expresiones como: “así de sencillo ecuatoriano, no comas cuento, también cómo vamos a fortalecer el...” (1:49:05) y “ecuatoriano, no comas cuentos, somos la nueva generación y vamos a actuar como tal...” (2:38:51).

La referencia a cifras y la reiteración de la palabra “técnico” acentúa su rol como enunciador: “Vamos a invertir 300 millones de dólares en la transmisión eléctrica, porque hoy en día tenemos cinco centavos por kilowatt de coste de transmisión, dos centavos más que el mundo desarrollado, dos centavos más que Chile... Vamos a refinar nuestro petróleo, que hoy en día se vende spot en el Ecuador” (37:40). Es importantísimo tecnificar realmente con números, como dice Jean, el agro, cada pequeño, mediano productor va a tener la oportunidad, en el Plan Nuevas Semilla, de tener un estudio de suelo técnico, un estudio de clima” (55:19).

La cronografía alude al tiempo presente y futuro mediante la reiteración de la expresión: “Vamos”. La topografía señala como deíctico al Ecuador y a sectores estratégicos como el eléctrico y la seguridad social. En la Tabla 3, se puede observar a profundidad la Escena de enunciación del candidato a la presidencia del Ecuador, Daniel Noboa.

TABLA 3

Escena de enunciación Daniel Noboa

MIN.	ENUNCIADO	ENUNCIADOR / CO ENUNCIADOR	CRONO- GRAFÍA	TOPO- GRAFÍA
35:52	...Yo soy el máximo responsable, seré el máximo responsable cuando esté sentado en el sillón de presidente... es importante darles las herramientas a las Fuerzas Armadas.	Yo Ellos	Presente	Presidencia de la República
37:02	Volver al sistema de jurados, de esa manera, en un banco de elegibles de 21 ciudadanos, vamos a poder dar las sentencias... Nosotros vamos, con el sistema de jurados, a eliminar el crimen organizado y, para casos de corrupción y crimen organizado, se aplicará el sistema de jurados.	Nosotros -	Presente – Futuro	Justicia
37:40	Nuestro sistema de inteligencia va a ser un sistema integral... Hoy en día tenemos inteligencia, tenemos que consolidar eso. Un solo plan de acción para sacar al Ecuador del hueco en el que está. Un solo plan de seguridad que le dé la tranquilidad a los negocios, a las familias, a todas las personas, para que puedan vivir tranquilos.	Nosotros Ustedes	Presente Futuro	Ecuador
55:19	No somos competitivos. Vamos a invertir 300 millones de dólares en la transmisión eléctrica, porque hoy en día tenemos cinco centavos por kilowatt de coste de transmisión, dos centavos más que el mundo desarrollado, dos centavos más que Chile... Vamos a refinar nuestro petróleo, que hoy en día se vende spot en el Ecuador. De esa manera, nosotros vamos a tener nuestro diésel nacional, bajar los costos del agro, bajar los costos del transporte público, bajar también los costos del transporte de carga pesada para la exportación y, es importantísimo, tecnificar realmente con números, como dice Jean, el agro, cada pequeño mediano productor va a tener la oportunidad, en el Plan Nueva Semilla, de tener un estudio de suelo técnico, un estudio de clima.	Nosotros	Presente Futuro	Ecuador

56:26	Vamos a ejecutar en nueve meses y vamos a invertir en la transmisión eléctrica. También tenemos ya un preacuerdo con el gobierno de Israel para almacenar y purificar, y tener reservas de agua limpias para el siguiente año, después del Niño. Es importantísimo entender que la administración correcta del agua y la administración correcta de la electricidad es lo que nos va a sacar del hueco en el que estamos.	Nosotros	Futuro Presente	Ecuador
59:23	El problema principal no es la generación. Hoy en día, el costo por kilowatt es 8,5 centavos, tres centavos de generación, medio centavo de distribución por partes en él, y cinco centavos de Transelectric, la empresa que nadie quiere que sepa que existe, porque es la más ineficiente, es donde está el chanchullo, es lo que hace que se prendan las termoeléctricas, y las mismas mafias de siempre están metidas ahí. Nosotros vamos a invertir en transmisión eléctrica y sacar adelante a Transelectric para que mejore el costo por kilowatts	Nosotros	Presente Futuro	Sector eléctrico
1:49:05	Vamos a devolverle la liquidez. Vamos a recomprar los bonos que gobiernos pasados “entucaron” al IESS, así de sencillo, ecuatoriano, no comas cuento. También vamos a fortalecer el Seguro Social. Tenemos que tener mayor cantidad de aportantes. ¿Cómo vamos a tener mayor cantidad de aportantes? Generando empleo, volviendo al país más competitivo. Necesitamos bajar los costos, atraer la inversión extranjera, tener seguridad real. Esa es la manera. Al subir el número de aportantes, no va a haber déficit. Al subir el número aportantes, resolvemos también un problema social. Al subir el número aportantes, con empleo, vamos a volver a tener dignidad y tranquilidad en nuestras calles y poder invertir y sacar adelante un país.	Nosotros Tú	Futuro	IESS
1:55:30	Vamos a darle fuerza, peso y descentralización real al Estado. Que cada provincia tenga su forma de administrar, y que pueda asistir, por su cercanía, a los agricultores, que tanto necesitan. También, asistir a las familias que hoy en día están aban-	Nosotros Ellas	Futuro	Estado

donadas, asistir también a los barrios, que hoy en día viven sumergidos en violencia, viven sumergidos en problemas sociales, en problemas de seguridad, en problemas económicos. Vamos nosotros a darle fuerza a la descentralización, para que cada provincia pueda tener desarrollo claro, con planificación central, pero descentralización en la ejecución.

2:38:51	Ecuatoriano, no comas cuentos. Somos la nueva generación y vamos a actuar como tal. Por eso tenemos prioridad en la inversión en transmisión eléctrica. Nosotros queremos incrementar la electrificación de este país, reducir nuestra dependencia de combustibles fósiles y solo refinar el combustible que, de acuerdo a la misma agenda 2030, dice que el último que se va a dejar de consumir es el diésel, el resto vamos a tratar de eliminarlos lo antes posible. Tenemos que, en este periodo de transición, tener inversión en infraestructura, inversión en transmisión eléctrica, inversión en refinerías, que ya existen...	Nosotros Tú	Presente Futuro	Sector energético
----------------	---	-------------	--------------------	-------------------

En la Tabla 4 se muestra el esquema actancial de Greimas, que señala la siguiente relación:

TABLA 4

Esquema actancial relato de Daniel Noboa

SUJETO	OBJETO	OPONENTE	ADYUVANTE	DESTINADOR	DESTINATARIO
Daniel Noboa	Cambio	Los problemas del Ecuador	El elector	El anhelo de cambio	El país

La figura de Noboa destaca con claridad como sujeto, aunque el oponente no se expresa en algún gobierno, o candidato de la competencia. Mientras que las organizaciones políticas que apoyaron la candidatura de Noboa no tenían un amplio reconocimiento entre los electores, el déictico “nosotros” instituye a Noboa como el principal enunciador de su narrativa. Difiere de González, quien afirma un yo colectivo a través del mismo pronombre; este enunciador está conformado por su partido político: Revolución Ciudadana y la figura del expresidente Correa. El uso del nosotros resalta en ambos casos la disparidad del conjunto. Como señala Narvaja (2017): “Nosotros no

corresponde nunca, salvo en situaciones marginales como el recitado o la redacción colectivos, a un yo plural” (p. 18). Siguiendo el esquema que propone la misma autora, se puede señalar que:

En la retórica de Noboa:

Nosotros = yo + no yo (partidos políticos o equipo de trabajo), que configura un deíctico exclusivo.

En la retórica de González:

Nosotros = yo + no yo (Rafael Correa + Partido Revolución Ciudadana) deíctico exclusivo.

El uso frecuente de cifras y el énfasis en términos técnicos en el discurso de Noboa, graduado en Administración de Negocios, reflejan un perfil tecnocrático. Este enfoque se entiende, según la Real Academia Española (2024), como el de un “profesional especializado en alguna materia económica o administrativa que, al ocupar un cargo público, aplica medidas eficaces orientadas al bienestar social, dejando de lado consideraciones ideológicas”.

Conclusiones

En el debate presidencial televisado de las elecciones anticipadas de Ecuador del 13 de agosto de 2023, las referencias al pasado, el “nosotros” inclusivo y la identificación de un adversario fueron las formas discursivas predominantes para aproximarse al paradesinatario, o elector indeciso, por parte de la candidata del correísmo, Luisa González.

En el caso de Noboa, el pronombre “nosotros” se expresó como una forma atenuada de la primera persona del singular. Configurar un deíctico exclusivo se tornó complejo, dado que no era un candidato con un alto reconocimiento público ni una fuerza electoral consolidada.

De esta forma, la proyección de una imagen personal, la apelación directa al ciudadano y la utilización de cifras, así como la ambigüedad en torno a la identificación de un oponente, fueron las estrategias discursivas utilizadas por Noboa.

Los resultados en popularidad de ambos candidatos, luego del debate de primera vuelta, sugieren que una retórica estructurada en términos de actantes no garantiza la transmisión efectiva de un mensaje. La narrativa y la cronometría deben pensarse en función del público al que se dirigen. La afirmación del “yo” puede, por sí misma, constituir un relato eficiente.

Referencias bibliográficas

- BERNAL, C. A. 2016. *Metodología de la investigación*. Bogotá: Pearson.
- BOURDIEU, P. 1997. *Sobre la televisión*. Barcelona: Anagrama.
- CHARAUDEAU, P. y MAINGUENEAU, D. 2005. *Diccionario de análisis del discurso*. Madrid: Amorrortu.
- CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. 2021, enero 16. *Inicia el primer Debate Presidencial obligatorio realizado por el Consejo Nacional Electoral*. <https://acortar.link/klF3vx>

- ELSTER, J. 1998. *La democracia deliberativa*. Barcelona: Gedisa.
- EL COMERCIO. 2021. [Disponible en línea en <https://www.elcomercio.com/actualidad/debate-andres-arauc-guillermo-lasso.html>]. Debate Presidencial: Andrés Arauz y Guillermo Lasso se confrontaron en cadena nacional este 21 de marzo. *El Comercio*. [Consulta: 25 de febrero de 2024].
- EL UNIVERSO. 2017a. [Disponible en línea en <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/01/22/nota/6008254/debates-presidenciales-traves-historia/>]. Debates presidenciales a través de la historia. *El Universo*. [Consulta: 22 de febrero de 2024].
- EL UNIVERSO. 2017b. [Disponible en línea en <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/01/23/nota/6008257/febres-cordero-borja-debate-mas-recordado-ecuador/>]. Febres-Cordero y Borja, el debate más recordado en Ecuador. *El Universo*. [Consulta: 5 de marzo de 2024].
- EL UNIVERSO. 2017c. [Disponible en línea en <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/01/24/nota/6008299/tras-22-anos-ecuador-vivio-nuevamente-debates-electorales/>]. Tras 22 años, Ecuador vivió nuevamente los debates electorales. *El Universo*. [Consulta: 3 de marzo de 2024].
- GIORDANO, V. 2020. Derechas, comunicación política y debates presidenciales televisados en América Latina en el ascenso del neoliberalismo. *Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación*, (112), 69-86.
- GREIMAS, A. J. 1987. *Semántica estructural: Investigación metodológica*. Madrid: Gredos.
- HACZEK, Á. R. (2023, agosto 21). ¿Quién es Daniel Noboa, la sorpresa de las elecciones en Ecuador? *CNN*. <https://lc.cx/s7UcBk>
- INSTITUTO DE LA DEMOCRACIA (ED.). 2020. [Disponible en línea en https://institutodemocracia.gob.ec/?u_course=codigo-de-la-democracia]. Código de la Democracia. *Instituto de la Democracia* [Consulta: 3 de marzo de 2024].
- LA HORA. 2023. [Disponible en línea en <https://lc.cx/gd8UM8>]. El Debate Presidencial fue el evento televisivo con mayor audiencia este 2023. *La Hora*. [Consulta: 5 de marzo de 2024].
- MAINGUENEAU, D. 2001. ¿'Situación de enunciación' o 'situación de comunicación'? Barcelona: Paidós.
- MAZZOLENI, G. 2014. *La comunicación política*. Madrid: Larousse - Alianza Editorial.
- NARVAJA, H. V. 2017. *Masetti: El periodista de la revolución*. Buenos Aires: Sudamericana.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 2024. [Disponible en línea en <https://www.rae.es/inicio>]. *Real Academia Española*. [Consulta: 5 de marzo de 2024].
- VERÓN, E. 1987. La palabra adversativa. Observaciones sobre la enunciación política. En E. Verón, *El discurso político: Lenguajes y acontecimientos* (pp. 1126). Hachette
- VERÓN, E. 1998. *La semiosis social: Fragmentos de una teoría de la discursividad*. Barcelona: Gedisa.

HERNÁN PILLAJO BORJA es magíster en Comunicación con mención en opinión pública por FLACSO Ecuador y licenciado en Comunicación Social por la Universidad Central. Realizó su actividad periodística profesional entre 1993 y 2011 en diversos medios radiales y escritos de la ciudad de Quito. Ha sido docente de la Facultad Ciencias de la Comunicación de la Universidad Laica “Eloy Alfaro” de Manabí y de la Universidad Politécnica Estatal de Carchi. Actualmente es profesor de la Carrera de Comunicación de la Universidad Nacional de Chimborazo.

Correo electrónico: hernan.pillajo@unach.edu.ec

GALO VÁSCONEZ MERINO es docente de Comunicación de la Universidad de Chimborazo, en la ciudad de Riobamba-Ecuador. Doctor en Comunicación Audiovisual, Publicidad y Relaciones Públicas por la Universidad Complutense de Madrid. Magister en Comunicación Audiovisual por la Universidad Católica Argentina y Máster en Creación de guiones audiovisuales por la Universidad Internacional de La Rioja. Licenciado en Comunicación Social, con mención en producción de televisión. Productor audiovisual orientado al documental. Investigador en temas de cine, sobre todo sobre comedia negra, ciencia ficción y posmodernidad. Tiene varios artículos científicos publicados en revistas de comunicación y capítulos de libros editados.

Correo electrónico: gvasconez@unach.edu.ec

JENNY ZAVALA ENRÍQUEZ es Máster en Comunicación e Identidad Corporativa por la Universidad Internacional de La Rioja y licenciada en Comunicación Social por la Universidad Central del Ecuador. Profesional con más de 13 años de experiencia en diferentes áreas relacionadas a la comunicación. Cuenta con conocimientos en: docencia e investigación, relaciones públicas, comunicación corporativa, periodismo, creación y gestión de contenidos comunicacionales, marketing comunicacional, corrección de estilo, vocería y media training, organización y acompañamiento de eventos, responsabilidad social empresarial, estrategias con influencers y stakeholders, manejo y estrategias con medios de comunicación, entre otros.

Correo electrónico: jenny.zavala@unach.edu.ec

CHRISTIAN MIRANDA GAIBOR es docente con quince años de experiencia en universidades públicas y privadas y centros de educación superior en Comunicación Estratégica, Periodismo e Investigación y seis años de experiencia profesional. Es Magister en Ciencias Sociales con Mención en Comunicación por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO - Sede Ecuador), Magister en Comunicación Estratégica en la Universidad Andina Simón Bolívar – Sede Ecuador, Licenciado en Comunicación Social por la Universidad Central del Ecuador. Ahora, candidato a Doctor en Comunicación por la Universidad Andina Simón Bolívar – Sede Ecuador. Autor de libros de investigación; artículos académicos publicados nacional

e internacionalmente (10); capítulos de libro (3) y ponencias (3). Líneas de investigación en Educomunicación, comunicación científica, periodismo cultural y estudio de audiencias.

Correo electrónico: giovanny.miranda@unach.edu.ec

DECLARACIÓN DE AUTORÍA

Este artículo fue desarrollado por Hernán Pillajo, Galo Vásquez, Jenny Zavala y Christian Miranda. El diseño y la recopilación de datos fueron realizados por Hernán Pillajo, Galo Vásquez, Jenny Zavala y Christian Miranda. Todos los autores colaboraron en la interpretación de los resultados, redacción y revisión del artículo.



**“Nos vamos a convertir en *Chilezuela*”:
un análisis discursivo**

*“We are going to turn into Chilezuela”:
a discourse analysis*

NICOLE AGUILERA BARRIENTOS¹

Universidad de Concepción
Chile

PABLO SEGOVIA LACOSTE

ORCID: 0000-0001-9164-5223
Universidad de Concepción
Chile

Recibido: 8 de abril de 2024 | Aceptado: 5 de julio de 2024

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.100-117

RESUMEN

La investigación aborda el análisis de *Chilezuela* en los medios de comunicación y redes sociales en Chile, desde la perspectiva del análisis del discurso. La problemática surge a partir de su gran producción en textos periodísticos y *tuits*, que derivaron en una discusión en la que participaron diversos actores. La relevancia radica en que forma parte de la memoria colectiva, aun cuando su gran productividad data del año 2017. El objetivo es analizar el tratamiento y desarrollo del término *Chilezuela* en los medios de comunicación y redes sociales a través del análisis de ciertas construcciones discursivas con el fin de dar cuenta de las diferentes actualizaciones del sentido de la noción en el discurso. La metodología es de carácter cualitativo-interpretativo con un corpus compuesto de noventa textos de diversos géneros discursivos seleccionados a partir del criterio de momento discursivo (Moirand 2018).

PALABRAS CLAVE: *Currículo de-colonial. Lengua inglesa. BNCC. Estudios postcoloniales.*

RESUMO

A pesquisa aborda a análise do Chile nos meios de comunicação e redes sociais no Chile, a partir da perspectiva da Análise do Discurso. A problemática surge a partir de sua grande produção em textos jornalísticos e tuítes, que derivaram em uma discussão na qual participaram diversos atores. A relevância reside em que faz parte da memória coletiva, mesmo quando sua grande produtividade data do ano de 2017. O objetivo é analisar o tratamento e desenvolvimento do termo *Chilezuela* nos meios de comunicação e redes sociais através da análise de certas construções discursivas, a fim de dar conta das diferentes atualizações do sentido de noção no discurso. A metodologia é de carácter qualitativo-interpretativo com um corpus composto de noventa textos de diversos gêneros discursivos selecionados a partir do critério de momento discursivo (MOIRAND 2018).

PALAVRAS CHAVE: *Chilezuela. Análise do discurso. Fórmula discursiva. Nomeação.*

ABSTRACT

This research paper analyzes the concept of Chilezuela in the media and social networks in Chile from the perspective of Discourse Analysis. The issue arises due to the extensive production of Chilezuela-related content in journalistic articles and tweets, resulting in discussions among var-

-
- 1 Este trabajo forma parte de la tesis de Magíster en Lingüística Aplicada, titulada “Chilezuela: una propuesta de investigación desde el análisis del discurso”, presentada en la Universidad de Concepción (Chile) en 2024.

ious participants. Its significance lies in being part of the "collective memory," although most of its activity has occurred since 2017. The purpose is to analyze the development and dissemination of the Chilezuela concept in media and social networks through discursive construction analysis, illustrating how the meaning of Chilezuela evolves in discourse. The methodology is qualitative-interpretative, based on a corpus that includes ninety texts from different discursive types selected according to the discursive moment concept (Moirand 2018).

KEYWORDS: *De-colonial curriculum. English Language. BNCC. Postcolonial studies.*

Introducción

En los estudios del discurso, uno de los temas de investigación recurrentes ha sido el acontecimiento discursivo nacido de los medios de comunicación y, en los últimos años, las redes sociales (Segovia Lacoste y otros 2019; Segovia Lacoste 2021). El interés se genera porque los acontecimientos circulan en los medios y generan controversia y posicionamiento en el espacio público. Uno de los temas recurrentes corresponde a “las maneras de decir” las informaciones surgidas a partir de acontecimientos discursivos y las formas de circulación (Moirand 2018), tanto en la entrega de la información como en la interacción y/o discusión que se produce en las redes sociales. Un ejemplo ha sido el análisis de las distintas maneras de nombrar un mismo acontecimiento, como es el caso de “estallido social” y “estallido delictual”, de las que derivan teorías como la nominación (Calabrese 2013; Veniard 2015) o la fórmula discursiva (KRIEG-PLANQUE 2009).

Dada la gran variedad de tópicos que se pueden encontrar en los medios, los estudios se centran en distintos ámbitos que derivan en metodologías y/o aproximaciones de análisis para cada fenómeno. En el ámbito sociopolítico, dentro de los acontecimientos que se pueden estudiar desde esta perspectiva, se encuentra *Chilezuela*, expresión que circula en el discurso desde hace algunos años. Este término se difundió masivamente a partir de un acontecimiento mediático, específicamente, las elecciones presidenciales de segunda vuelta de 2017, y se popularizó en las redes sociales a partir de memes y hashtags en “X” (anteriormente Twitter), Instagram y Facebook, principalmente. *Chilezuela* se transformó en objeto de debate a partir de sus primeras interpretaciones: por un lado, como una representación del miedo a que se replique la situación sociopolítica de Venezuela en Chile y, por otro, como un nuevo ejemplo de una campaña de terror (Saldaña y Rosenberg 2020). *Chilezuela* se popularizó en las redes sociales a raíz de una entrevista, durante el programa de televisión “Ahora Noticias” en diciembre de 2017. En esa oportunidad, la diputada Olivera (Chile Vamos)² afirmó que si el candidato a la presidencia Guillier (Nueva Mayoría) sería electo presidente y transformaría Chile en una Venezuela. Esta declaración inmediatamente tuvo réplica en las redes sociales, tanto de adherentes como de detractores, lo que desató una serie de formas de expresión. Una parte importante de los cibernautas interpretó Chilezuela desde una mirada irónica, como el reflejo de un miedo infundado y exagerado, lo que derivó en su conversión en un producto humorístico, como los memes, que no forman parte del corpus de esta investigación. Aunque ese tipo de afirmaciones ya circulaba en las redes sociales, esta entrevista se popularizó al punto de que la entonces presidenta Bachelet (Nueva Mayoría) se pronunciara sobre el asunto, afirmando que “Hay una campaña del terror y bien clara”. Este acontecimiento trajo consigo la circulación de la noción de Chilezuela y, si bien hay quienes se atribuyen la invención del término, no se puede determinar el momento exacto de su creación, pues apareció y se propagó con rapidez a través de las diferentes redes sociales.

Chilezuela ha tenido una gran productividad y mediatización, por lo que ha sido estudiada desde diversos enfoques, entre los cuales destacan principalmente dos: el análisis de *Chilezuela* como una estrategia política exitosa (Saldaña y Rosenberg 2020) y el análisis del rol e incidencia

2 Coalición de partidos políticos de derecha y centroderecha.

de las redes sociales en la sociedad a partir de la “expectativa ficcional” que genera (González y Medina 2018). El primero compara este acontecimiento con campañas similares contra distintas candidaturas de la centroizquierda en Chile, a partir de la referencia a países asociados a “dictaduras de izquierdas”, como Cuba en la década de los 2000 y Venezuela en los últimos años. En ambas campañas, destaca el uso del terror como estrategia, aunque en este caso en particular, los autores señalan que su éxito se debió principalmente al manejo deficiente de la Nueva Mayoría frente a esta campaña política (Saldaña y Rosenberg 2020). El segundo enfoque se dirige directamente a las redes sociales y su influencia en las personas que consumen su contenido. Según González y Medina (2018), se generaría una “expectativa ficcional” que, tal como dice su nombre, se refiere a la visión que los medios masivos de comunicación muestran al mundo y que terminan considerándose como verdad. Tal como se puede apreciar, estos estudios se enfocan en las consecuencias sociopolíticas del término *Chilezuela*, por lo que surge la necesidad de abordar este fenómeno desde una perspectiva discursiva. A partir de lo anterior, cabe preguntarse: ¿cómo fue tratado y desarrollado *Chilezuela* en los discursos divulgados por los medios de comunicación en Chile?, ¿cuáles han sido las actualizaciones de sentido de *Chilezuela* en el discurso? Y ¿cuáles son las dimensiones argumentativas inscritas en *Chilezuela*? Como los estudios disponibles no pueden responder estas preguntas, se plantea una investigación que lo aborde bajo esta perspectiva, con énfasis en su descripción, productividad y circulación. Para llevar a cabo lo propuesto, se analizará un corpus de noventa textos de distinto género discursivo desde los conceptos de nominación (Calabrese 2013; Veniard 2015) y fórmula discursiva (KRIEG-PLANQUE 2009). El objetivo es analizar el tratamiento del término *Chilezuela* en los medios de comunicación y redes sociales, por medio del análisis de ciertas construcciones discursivas, con el propósito de evidenciar las diferentes actualizaciones del sentido de esta noción en el discurso.

1. La nominación de los objetos referidos en la prensa

Los medios de comunicación se caracterizan por tratar con una serie de acontecimientos y hechos que, muchas veces, suceden en un corto periodo de tiempo. Para referir a estos, los medios utilizan diferentes recursos entre los cuales resalta la nominación. Este aspecto ha sido tratado por numerosos autores desde una perspectiva lingüística. Por ejemplo, Kleiber (1984) propone distinguir entre los conceptos de *denominación* y *designación*. Si bien ambos se refieren a la manera de nombrar un acontecimiento, la diferencia radica en que la denominación establece una asociación referencial duradera entre un objeto y un signo, mientras que la designación lo hace de manera efímera (Charauudeau y Maingueneau 2005).

En una perspectiva más discursiva, específicamente del análisis del discurso, Siblot (1997) propone el concepto de nominación. También se refiere al acto de nombrar, pero expresa la relación que tiene el sujeto con el objeto o acontecimiento, a diferencia de la designación y denominación, en las que la asociación se establece entre el objeto y su signo o secuencia lingüística. En este sentido, la nominación depende de la subjetividad del sujeto enunciador, quien entrega su punto de vista sobre el objeto o acontecimiento al que se está refiriendo. El sujeto nombra su relación con el objeto, que puede ser de acercamiento o distancia, y no al objeto en sí mismo. Por lo tanto, un mismo acontecimiento puede ser nombrado de distintas maneras según la postura

de cada enunciador, como en el caso de “golpe de estado” y “pronunciamiento militar”, nominaciones que apuntan a un mismo acontecimiento pero que revelan el posicionamiento de quienes ocupan una expresión u otra (Siblot 1997).

Para Veniard (2015), la clave para comprender el alcance de la nominación radica en la subjetividad, lo que llevará irremediablemente a una inestabilidad semántica, considerando los distintos nombres y significados que se pueden asociar al mismo evento. Por esta misma razón, puede expresar puntos de vista, involucrarse en la polémica y en las disputas de sentido. El caso de “golpe de estado” y “pronunciamiento militar” antes mencionado ejemplifica claramente los procesos discursivos que puede vivir un mismo acontecimiento. En este caso, el primero se puede denominar según criterios históricos y el segundo, responde a mecanismos de atenuación que invitan a interpretar los hechos desde otra mirada, en algunos casos exponiéndolo como una acción necesaria.

Calabrese y Veniard (2016) proponen cuatro aspectos esenciales del procedimiento de nominación. El primer aspecto se refiere al acto de nombrar en sí, que implica categorizar un nuevo acontecimiento a partir de las expectativas sociales y culturales que genera. En este sentido, ante la necesidad de reducir la frase “nos vamos a convertir en Venezuela” a una sola expresión, nace de manera prácticamente inmediata el nombre *Chilezuela*. El segundo aspecto se centra en la elección de una categoría sobre otra, que implica la expresión de la subjetividad del enunciador de acuerdo a su posicionamiento frente a las demás nominaciones. Quienes utilizan la palabra *Chilezuela* lo pueden hacer expresando distintos significados, como el del terror que produce la amenaza de un gobierno similar al de Venezuela o el de su interpretación como una campaña del terror, por ejemplo. El tercer aspecto corresponde a la importancia del cotexto en el que se desarrolla el acontecimiento, pues su existencia depende de la interacción con otros elementos sintáctico-semánticos. Por último, el cuarto aspecto se refiere a la dimensión memorial inherente al acto de nombrar, relacionando la nominación con otros eventos, actuales o pasados.

Chilezuela surge en un contexto chileno específico y se mantiene en la memoria discursiva. Además, aparece en distintos momentos coyunturales del país, como el “estallido social” de 2019, los plebiscitos ocurridos durante 2020 y 2023, las elecciones presidenciales de 2021, entre otros. En este sentido, el proceso de *Chilezuela* puede ser caracterizado de la siguiente manera: El nombre se propaga a través de las redes sociales, con gran productividad durante el 2017, con el fin de dar cuenta de un fenómeno polémico. Destaca que el término *Chilezuela* lo utilizan locutores de diferentes sectores políticos, aunque con sentidos distintos. Desde su propagación hasta la situación actual, *Chilezuela* se ha circunscrito en la memoria colectiva, principalmente, a su relación con campañas de terror que se han desarrollado en Chile. Esta comparación se logra comprender al considerar que el nacimiento de esta fórmula se inicia en el campo político y que, posteriormente, se expande al dominio social. Por tanto, su circulación se mueve en el ámbito sociopolítico, al punto de que se hace imposible determinar su autoría, aun cuando nació desde las redes sociales.

1.2 La fórmula discursiva como una forma de nominación

La noción de fórmula discursiva no se distancia de la nominación, pues obedece a las mismas características descritas anteriormente. En este sentido, para Krieg-Planque (2009) la fórmula corresponde a una especificación del acto de nombrar en el plano discursivo, a partir de la descripción de

un fenómeno en particular, como el eslogan o las “partículas” políticas condensadas. Las propiedades de la fórmula implican que tienda a ser estable y concisa, lo que permite que se integre a otros enunciados y circule en el discurso, pues se inscribe en el interdiscurso (Charaudeau y Maingueneau 2005). Uno de los elementos que inciden en la inclusión de esta noción en la investigación se refiere al carácter argumentativo y su componente político-ideológico.

Krieg-Planque (2009) define la fórmula discursiva como una expresión cristalizada y condensada que fija posicionamientos políticos y sociales, y que contribuye y participa en el debate político-social. Se presenta desde un enfoque pluridisciplinar en el que se articulan ciencias del lenguaje y ciencias de la información y la comunicación, como el análisis del discurso, la lexicología sociopolítica y las ciencias políticas. Además, la fórmula discursiva integra el concepto de “eslogan” y aquellos que puedan ser semejantes, cuyo origen se encuentra en el vocabulario sociopolítico. Asimismo, moviliza posicionamientos político-ideológicos que interpelan a los destinatarios, quienes pueden adscribir o no a las distintas perspectivas. De esta manera, la utilización en el discurso de una fórmula discursiva promueve el debate y las controversias.

A partir de su investigación, Krieg-Planque (2009) plantea que la fórmula tiene cuatro propiedades. La primera se relaciona con que presenta una característica fija, lo que implica concisión y la posibilidad de que se integre a otros enunciados. De esta manera, la fórmula tiene la posibilidad de fluctuar entre una unidad léxica compuesta, como *Chilezuela*, hasta una secuencia autónoma o frase, como los eslóganes “tiempos mejores” o las frases que están registradas en la memoria colectiva (Krieg-Planque 2009). Si bien las estructuras mencionadas podrían eventualmente convertirse en fórmula, no hay garantías de que ello suceda. Krieg-Planque (2009) propone como hipótesis que la vinculación entre términos semánticamente heterogéneos favorece la creación de nuevos significados y, por tanto, la expansión de la semiosis. La segunda propiedad se refiere a que la fórmula se inscribe en una dimensión discursiva, así como el eslogan (Krieg-Planque 2009; Krieg-Planque y Oger 2018), lo que explica su circulación a través de su carácter conflictual y la inestabilidad de su contenido referencial. La circulación de *Chilezuela* radica en el interdiscurso, formando parte de la memoria discursiva, de ahí que aparezca en distintos momentos coyunturales sociopolíticos de Chile, como el “estallido social” de 2019 o las elecciones presidenciales de 2021.

La tercera propiedad consiste en que funciona como un referente social, lo que no implica que tenga un contenido referencial estable, pero sí que obligadamente se haga referencia a ella en los discursos para una toma de posición, directa o indirectamente. Esta propiedad se puede manifestar a través de distintas operaciones, como el cuestionamiento (“¿estamos en *Chilezuela*?”), la refutación o negación (“Nunca fuimos *Chilezuela*”) y la reformulación (*Chilemania* y *Chilentina*), operaciones que constituyen la fórmula en una fuente de productividad lexicológica. Lo anterior no implica que cualquier construcción sea considerada como una fórmula discursiva, puesto que en muchos casos no cumplen con las cuatro propiedades necesarias para ser consideradas como tal. Como se puede apreciar, esta propiedad permite condensar en una sola estructura distintos posicionamientos sobre un mismo fenómeno o referente (Krieg-Planque 2009).

Por último, la cuarta propiedad se refiere al aspecto polémico que contiene la fórmula. Genera controversia, puesto que expone algún tipo de posicionamiento discursivo a través de las operaciones mencionadas anteriormente, lo que contribuye a fijarla y a promover su circulación. Esto permite que se puedan estudiar las dimensiones argumentales de la fórmula, dado que su uso facilita

el tratamiento de líneas de razonamiento antagónicas, la transmisión de valores implícitos y el paso de la inacción a la acción. Su vaguedad e indeterminación permite encarnar intereses políticos muy variados, además de interceptar y ocultar las posiciones antagónicas tomadas, por lo que usualmente va acompañada de léxico valorativo con el que se intenta influir en la orientación argumentativa. En consecuencia, la fórmula reclama posiciones, provoca debate y cuestionamientos, en los cuales se puede apreciar claramente la dicotomización y polarización en las posturas y la desacreditación de la postura contraria (Amossy, Krieg-Planque y Paissa 2014).

Las cuatro propiedades permiten comprender en profundidad el fenómeno de *Chilezuela*, que considera la nominación, su carácter de fórmula y su dimensión argumental facilitadora de su circulación. *Chilezuela* puede interpretarse como una fórmula, puesto que viene a fijar un posicionamiento político popularizado desde referentes de derecha sobre una idea de nación que, en este caso, no se quiere replicar. *Chilezuela* es un neologismo, un acrónimo que busca integrar las combinaciones de Chile y Venezuela en un nivel léxico-semántico; en un nivel más discursivo, *Chilezuela* incorpora visiones del mundo que se desprenden de Venezuela y de la situación política y social que vive dicho país desde hace algunos años, visiones que están en constante debate y movilidad.

2. Metodología

La presente investigación es de tipo cualitativo, se trabajó bajo los principios teóricos que aporta el análisis del discurso en la caracterización de los medios de comunicación (Paveau, 2015; Moirand, 2018), la nominación (Moirand 2018; Calabrese 2013; Veniard 2015), la observación del cotexto (Veniard 2015) y la fórmula discursiva (Krieg-Planque 2009), principalmente. La propuesta metodológica se basa en los procedimientos empleados por la escuela francesa del análisis del discurso, específicamente la línea desarrollada por Veniard (2015), Moirand (2018) y Krieg-Planque (2009). El objetivo de esta investigación es analizar el tratamiento y desarrollo del término *Chilezuela* en los medios de comunicación y redes sociales a través del análisis de ciertas construcciones discursivas, con el fin de dar cuenta de las diferentes actualizaciones del sentido de la noción en el discurso. Por esta razón, la metodología se enfoca en la observación del cotexto (Veniard 2015) y su comportamiento en las distintas categorías de análisis. Para llevar a cabo este propósito, se pretende analizar las diferentes actualizaciones de sentido del término *Chilezuela* y describir e interpretar las construcciones léxico-gramaticales. El procedimiento de análisis consta de tres pasos interrelacionados. En primer lugar, se rastrea el término *Chilezuela* y sus correferentes, para posteriormente, en segundo lugar, clasificar sus apariciones en distintos géneros discursivos. En tercer lugar, se describe el entorno sintáctico-semántico a partir de categorías gramaticales, con el fin de determinar las categorías más frecuentemente encontradas en el corpus.

El corpus se compone de noventa textos de distintos géneros discursivos (noticia, columna de opinión, crónica y *tuit*) publicados a partir del año 2015 hasta enero del 2024. El criterio de selección corresponde al concepto de momento discursivo propuesto por Moirand (2018), quien afirma que un acontecimiento se constituye como tal si “da lugar a una abundante producción mediática y si deja igualmente algunas marcas más o menos a largo plazo en los discursos producidos ulteriormente respecto de otros acontecimientos” (pág.14). De esta manera, el acontecimiento posee

una presencia más o menos identificable en el tiempo, pero no es posible establecer su desaparición del discurso, pues se ha asentado en la memoria discursiva y en el interdiscurso, continúa teniendo productividad e interactúa con otros acontecimientos en el plano discursivo. La decisión de utilizar este criterio se sustenta en la posibilidad de dar cuenta del acontecimiento en toda su heterogeneidad semiótica, textual y enunciativa. En este sentido, el único requisito es que el texto circule en los medios y que contenga la palabra *Chilezuela*. Los textos seleccionados para el corpus se encuentran en su totalidad en formato digital por razones de accesibilidad y por las características propias del discurso digital (López-Covadonga 2014; Paveau 2015).

La heterogeneidad textual y enunciativa se manifiesta a través de la selección de noticia, columna de opinión, crónica y *tuit*. Los primeros tres forman parte del denominado género periodístico y se seleccionaron por sus características distintivas. La noticia presenta apariencia de objetividad a través del uso de la tercera persona gramatical y del modo enunciativo delocutivo. La información se ordena bajo el principio de relevancia (Van Dijk 1990) y permite el discurso referido (Álvarez 2001). En la columna de opinión se da protagonismo a la subjetividad del columnista, quien suele tener un espacio habitual en el periódico y publica sobre temáticas atinentes bajo su firma, con el fin de reforzar sus ideas, convencer o persuadir a los lectores. La opinión presentada no necesariamente se condice con la del periódico en cuestión y se presenta por medio de la reflexión de un tema o acontecimiento en el que se demuestra una clara postura, en general, a través del modo enunciativo elocutivo (Álvarez 2001). El editorial tiene un comportamiento similar, con la diferencia de que se expresa la subjetividad del periódico y no se identifica un autor único sino colectivo (Álvarez 2001).

La crónica difiere de las anteriores, pues su foco es narrar los acontecimientos del mundo real. Su redacción se caracteriza por la reconstrucción del acontecimiento a partir de una narración, a través del modo enunciativo delocutivo y la tercera persona gramatical. Sus dos principales características son que relata hechos del mundo real y que estos no se presentan en orden cronológico, puesto que comienza con el desenlace en su título, similar a la noticia, y después narra lo sucedido (Álvarez 2001). El *tuit* es el más reciente de los anteriores y no pertenece al género periodístico, sino que corresponde al producto de la red social Twitter, recientemente rebautizada como “X”. Se define como un enunciado complejo que se limita a 250 caracteres y que tiene como componentes: el nombre y la foto de perfil del usuario, la fecha de publicación y el texto, que puede incluir imágenes, videos, gifs y/o enlaces. Permite la interacción a partir del “retuit” y el “me gusta”, además de la posibilidad de bloquear o reportar una publicación y/o un usuario (Paveau 2015). Esto implica que el texto producido sea corto y que, en general, las opiniones se hagan a través de aserciones. Además, cuenta con herramientas como el hashtag, que funciona como hipervínculo (López-Covadonga 2014), lo que permite que muchos usuarios se refieran al mismo tema y que, si esto sucede a gran escala, se pueda convertir en trending topic (Paveau 2015).

Para efectos de esta investigación, los textos periodísticos se seleccionaron bajo el criterio de la inclusión o referencia al término investigado *Chilezuela* y de estar disponibles en formato digital. Para el caso del *tuit*, se consideraron criterios más específicos, tales como que *Chilezuela* se encontrara inserto en la publicación, incluyendo al hashtag externo al texto, y que solo se seleccionara un *tuit* por usuario. Asimismo, se excluyeron los *tuits* repetitivos y se consideró la cantidad mínima de cien “me gusta”, pues se buscó aquellas publicaciones que tuvieran mayor alcance y difusión entre los usuarios de la red social (Paveau 2015).

3. Análisis del corpus

Las características de *Chilezuela* descritas anteriormente en relación con la nominación (Calabrese 2013; Veniard 2015; Moirand 2018) y la fórmula discursiva (Krieg-Planque 2009) permiten advertir que el sentido de este término posee diferentes referentes y entornos lingüísticos. A partir de un análisis que considera su frecuencia de aparición y sus redes semánticas es posible relevar tres categorías principales que corresponden a diferentes actualizaciones del sentido de *Chilezuela* en el discurso.

El análisis contempla la selección de 90 textos, entre los cuales *Chilezuela* es mencionado de manera directa o referenciada en 212 ocasiones. Estas menciones fueron clasificadas en dominantes y subordinadas. Se denomina dominante cuando se refiere al sentido principal de *Chilezuela* en el fragmento; y subordinado, cuando el sentido se presenta de manera secundaria en el texto. De esta manera, se puede evidenciar la frecuencia de aparición de cada una de las categorías encontradas³.

3.1 *Chilezuela* como un "futuro aterrador"

Esta categoría podría considerarse el primer sentido atribuido a la palabra, pues corresponde a lo que intenta transmitir la diputada Érika Olivera (Chile Vamos) en 2017 cuando hizo un llamado a votar por el candidato Sebastián Piñera (Chile Vamos), expresidente de la República, por lo que suele asociarse con sectores de derecha y centroderecha. Este instante discursivo, que posteriormente se consideraría un momento discursivo (Moirand 2018), provocó una serie de reacciones entre cibernautas, aspectos que constituyeron el objeto de estudio en esta investigación. Independientemente de que haya sido o no el primer significado, se encuentra explícita o implícitamente en todas las apariciones de *Chilezuela* en los discursos, ya sea porque se concibe como un "futuro aterrador" o se quiera reformular, utilizando frases para referirse a lo mismo, o refutar, utilizando conceptos que se oponen a *Chilezuela*. En esta categoría, *Chilezuela* aparece en 50 ocasiones como sentido dominante y 72 en un sentido subordinado, convirtiéndose así en la segunda categoría más productiva. Además, se ha mantenido a través de los años, apareciendo en todos los géneros analizados.

La mayor parte de sus apariciones se realiza a través de la posición remática y una de las más constantes se refiere a aquella en la que *Chilezuela* se muestra como una proyección hacia un futuro:

(1) Para Piñera ya **vamos directo a ser** "Chilezuela": "Veo al candidato Guillier cada día más **violento**, se parece a Maduro" (Noticia, *El Desconcierto* 2017).

En estos fragmentos aparece de manera recurrente el uso de la perífrasis verbal 'ir a + más infinitivo', clasificada dentro de las perífrasis *tempoaspectuales* en las que, tal como indica su nombre, predominan los rasgos temporales. Además, al ser acompañada por el verbo 'ser', se produce una equivalencia semántica de un presente de incertidumbre (RAE 2010). A lo anterior, se suman ad-

3 Para un mayor desarrollo de este punto, véase Aguilera (2024).

jetivos como 'directo', que agregan precisión y objetivo a la acción. Asimismo, con el uso del verbo 'parecer' se refuerza la comparación entre Guillier y Maduro como parte del proceso de conversión en Venezuela, presentado como negativo a través del adjetivo 'violento'. En este sentido, se puede encontrar en mayor medida la palabra *Chilezuela* rodeada de este tipo de nombres y verbos:

(2) ¿Guillier logrará cruzarla? Es la pregunta que solo tendrá respuesta el 17 de diciembre en los votos de una nación fuertemente dividida en dos tendencias, una de ellas bañada en el **temor de transformarse**⁴ en una *Chilezuela* (Columna de opinión, *Cubamet*, 2017).

(3) Les guste o no pero es nuestra realidad **vamos directo a un Chilezuela!!!** Este Gob hace **todo mal** todo !! (*Tuit*, CRIS_77, 2015).

Como se puede apreciar en (2) y (3), estos verbos se utilizan de manera recurrente al momento de visualizar *Chilezuela* como un posible futuro aterrador, pues implica que Chile pase de un estado de tranquilidad y prosperidad a uno en que habrá dificultades económicas y restricciones sociales. De ahí la importancia de recurrir a verbos como 'transformarse' o 'convertirse', perteneciente al grupo de verbos que denotan la acción de cruzar un límite o de pasar a otra situación (RAE 2010). Además de los verbos, llama la atención el vocabulario que rodea la palabra, relacionado con la 'violencia', el 'temor', lo 'malo', entre otros, sustantivos y adjetivos que contribuyen a promover el efecto de transformación antes mencionado.

(4) La **peor pesadilla** será que esa descripción **despectiva y cruel** llamada "*Chilezuela*" terminó por **convertirse en** un búmeran. Una **pena** grande por Chile (Columna de opinión, *El Mostrador*, 2019).

(5) A esta hora carabineros comienza a **controlar** varias estaciones del metro y no sería raro que comiencen a cerrar las estaciones como las semanas pasadas. *Chilezuela* llegó con piñera en la moneda no se olviden de eso jamás, nos **prohíben** hasta circular #ChileDespierta (*Tuit*, Felipe Parada, 2019).

(6) Pero el apoyo posterior de todos los partidos de la alianza de **centro izquierda** derrotada en primera vuelta le otorga mesura y tranquilidad frente la **amenaza** de la instalación de un **modelo totalitario** transmitido como "*Chilezuela*" (Crónica, *Adivina Net*, 2021).

Como se observa en (4), (5) y (6), en esta categoría se puede encontrar vocabulario de índole negativo, ya sea por su significado denotativo ('peor pesadilla', 'amenaza'), como por la carga política que tiene, por ejemplo, 'modelo totalitario'.

Además de la posición remática, esta categoría también se hace presente a través de la correferencia.

(7) la ex maratonista (...) se convirtió en una de las tendencias de redes sociales al afirmar que la centro izquierda **siembra el temor** en la ciudadanía, al mismo tiempo que también

4 En adelante, el ennegrecido es nuestro.

llama a votar por Piñera para que el país no se **transforme en una nueva Venezuela** (Noticia, *The Clinic*, 2017).

(8) La palabra nació luego que desde sectores de la oposición afirmasen que un eventual gobierno de Alejandro Guillier podría ser el inicio de un **camino hacia Venezuela**, que vive una grave crisis democrática, institucional y social (Noticia, *Ahora Noticias*, 2017).

(9) Dos sondeos hechos por la empresa Go Research para la Segegob midieron el temor de los votantes a que **Chile se pareciera "cada vez más a países como Venezuela y Bolivia"** (Noticia, *La Tercera*, 2018).

A través de estos ejemplos (7), (8), y (9), se puede comprobar que operan los mismos mecanismos gramaticales expuestos en párrafos anteriores: el uso de verbos como 'transformarse' y vocabulario con carga semántica negativa, como 'miedo' y 'temor'. También destaca la frase 'camino hacia Venezuela' que se conecta con el verbo 'transformar' e 'ir'.

Por último, en su posición temática podemos encontrar sintagmas de corta extensión y solo una oración: "Efecto **Chilezuela**" (T13, 2017), "**Chilezuela**" (Jorge Castillo, 2018), "**¿Chilezuela?**" (*La Tercera*, 2020). Como se puede apreciar en los tres fragmentos, la palabra *Chilezuela* se encuentra aislada y sin complementos. Cabría preguntarse por qué se considera en esta categoría y la respuesta es lógica: cuando se conversa, expone, responde o refuta *Chilezuela*, directa o indirectamente se va a hacer referencia a esta categoría, al miedo o terror de que en un futuro cercano podríamos convertirnos en una nueva Venezuela.

3.2 *Chilezuela* como una "campaña del terror"

Esta categoría se impone como la más productiva al aparecer en un total de 94 ocasiones de manera dominante y 22 de manera subordinada. Se puede encontrar en todos los géneros discursivos y nace en respuesta a la categoría anterior. Busca reflexionar y concientizar a los demás a través de una crítica a su uso, catalogándolo como una campaña política del terror desde sectores de centroizquierda e izquierda, principalmente. En este sentido, los fragmentos (10) y (11) no solo hacen referencia a *Chilezuela*, sino que incluyen, citan o se relacionan con otros fenómenos o campañas.

(10) Bachelet por '**Chilezuela**': "Hay una **campaña del terror** bien clara" (Noticia, *Ahora Noticias*, 2017).

(11) En la **práctica propagandística electoral latinoamericana y también en España**, se ha hecho frecuente **la referencia al chavismo, su carácter autoritario y caótica gobernanza**, endosando a uno de los actores electorales tales características. [...] **Esta práctica**, (...) corre el riesgo de relativizarse, pues **se convierte en un eslogan de campaña, modificable y desechable** (Columna de opinión, *El Quinto Poder*, 2017).

En (10) y (11) se aprecia que la crítica y la reflexión forman parte de esta categoría y los agentes y elementos políticos son mencionados de manera constante y explícita. Los conceptos relacionados son explícitos: 'campaña de terror', 'amenaza política', 'esta estrategia' y 'práctica propagandística electoral latinoamericana y también en España'. Este último representa la constante asociación de

Chilezuela con otras campañas políticas (*Ecuadorzuela*, *Chilentina*, *Chilehonduras*), con otros nombres y otras formas de operar pero que de igual manera utilizan el miedo como recurso.

(12) "En la derecha lograron **desmentir** que iban a echar para atrás los derechos sociales, nosotros no logramos **desmentir** que íbamos a ser **Chilezuela**" (Noticia, *Emol*, 2018).

(13) Desde Estados Unidos y la OEA, han querido **vincular** los acontecimientos en Chile a la **injerencia de venezolanos, cubanos e, incluso, los rusos** (Columna de opinión, *Cooperativa*, 2019).

(14) Me acordé por allá x 2017, 2018...cuando en los **noticieros chilenos** nos dieron como bombo en fiesta con **CHILEZUELA**, los primeros 30 minutos eran sólo la **crisis de Venezuela**...ahora no veo que manden periodista a cubrir la cagadita de Milei...ni que le den portada a esta crisis (*Tuit*, Marcos Hernández-Navarro, 2024).

Los verbos que aparecen en (12), (13) y (14) permiten comprender cómo opera esta campaña política. En efecto, los verbos 'desmentir' (12) e 'inventar' (15) apuntan hacia la misma dirección: *Chilezuela* como una creación, mentira e injuria. Asimismo, se menciona el verbo 'vincular' (13), precisamente para mencionar aquellos países con los que se asociaría lo "terrorífico" (Venezuela, Cuba, Rusia) y también, la referencia a otras campañas en las que se utilizó Cuba y Rusia como amenaza.

De manera similar que en la categoría anterior, *Chilezuela* en posición remática se impone, apareciendo como adyacente de sintagma nominal o como oración subordinada. Al revisar el corpus, se puede concluir que todos los fragmentos analizados que fueron clasificados en esta categoría o pertenecen a géneros discursivos de opinión o aparecen como discurso referido:

(15) Antes de partir la entrevista, se define como una persona "seria" y aclara de entrada que "**Chilezuela**" **no corresponde a una "campaña del terror"**. Él prefiere decir que su invento fue más bien una "**estrategia**" porque durante las campañas políticas: "todo se puede dar" (Noticia, *La Tercera*, 2018).

En esta categoría predomina la subjetividad, tanto de quienes rechazan este tipo de campañas como de quienes la defienden. Además, se destaca que quienes usan *Chilezuela* como estrategia política lo niegan o lo mencionan escasamente, aunque sí lo justifican, como en el fragmento.

3.3 *Chilezuela* como un "chiste absurdo"

Esta categoría surge como una respuesta a la idea de *Chilezuela* en tanto "futuro aterrador", desde sectores que no se identifican con una posición política partidaria específica, aunque tienen tendencia hacia la centroizquierda. Mientras que *Chilezuela* como una "campaña del terror" entrega argumentos, ejemplos o comparaciones, esta se centra en el absurdo y por medio de la sátira, la ironía y el humor pretende evidenciar lo ilógico e inviable de la idea propuesta por la diputada Olivera (Chile Vamos) y sus partidarios. En una primera instancia, durante diciembre de 2017 se propició una alta producción de *memes*. Como no forman parte de este estudio, resulta complejo determinar su contribución en la circulación de *Chilezuela*. Por esta misma razón, esta categoría aparece en 17 ocasiones de manera dominante y 11 de manera subordinada, número menor si se

compara con las categorías anteriores. Sin embargo, sí se menciona este fenómeno de producción de *memes* en diversos textos pertenecientes al corpus, lo que funciona como un indicador de la importancia de incluirlo en este estudio. No se puede asegurar que el humor funcionó en primera instancia como una respuesta a *Chilezuela* como "futuro aterrador", pero sí se puede concluir que contribuyó a la circulación del término.

Esta categoría se encuentra solo una vez en posición temática:

(16) **Chilezuela**: Avalancha de **trolleos** después de que Érika Olivera afirmara que si gana Guillier el país será como Venezuela (Noticia, *The Clinic*, 2017).

En (16), el titular hace referencia a la gran producción de *memes* posterior a los dichos de la diputada que, eventualmente, terminaron consolidándose como *Chilezuela*. Destaca la palabra 'trolleos', que se define como "la publicación de mensajes provocativos, ofensivos o fuera de lugar en foros de internet y redes sociales, con el fin de boicotear algo o a alguien, o entorpecer la conversación" (RAE 2024). Lo anterior apunta directamente a la sátira y utiliza el discurso referido como procedimiento enunciativo, lo que contribuye a la circulación de la noción.

En las demás apariciones se hacen en posición remática:

(17) Mi señora es **venezolana** y **antichavista** y cree que @sebastianpiñera es una persona indecente por eso votará por @guillier y **se caga de la risa** con los #fachospobres y **la tontera mental** **#Chilezuela** (*Tuit*, Yeicoví, 2017).

(18) si guillier va a **transformar a** chile en **Chilezuela** entonces piñera va a **transformar a** chile en **chilamediavolaita** (*Tuit*, Nicolás, 2017).

(19) Ahora que somos **Chilezuela**, cuándo me crecen las tetas y el pote? (*Tuit*, Camila Ianniszewski, 2021).

Si se observa con atención y se compara con las secciones anteriores, en los fragmentos (17), (18) y (19) operan estructuras similares. Se usa el verbo 'transformar' y 'ser' y hace referencia a una especie de "campana del terror", pero lo atenúa y lo convierte en sátira. Lo nuevo se relaciona con el vocabulario vinculado con lo absurdo, como 'mal chiste', 'patética', 'cagarse de la risa', 'fachospobres', 'tontera mental', 'chilamediavolaita'. En esta categoría se evidencia que no se puede tomar en serio *Chilezuela*, de ahí que, por ejemplo, en (19) se haga una falsa comparación entre la situación sociopolítica de Venezuela y el estereotipo de los rasgos físicos de las mujeres venezolanas.

Esta categoría suele aparecer en segundo plano, subordinada a las dos anteriores:

(20) "Entreguemos el mensaje de quitarle el miedo a la gente porque hoy día lo que provoca el otro sector, precisamente, es el temor. **A mí no me gustaría tener un país como Venezuela (...)**", aseguró la flamante parlamentaria, **desatando una lluvia de trolleos** (Noticia, *The Clinic*, 2017).

(21) **Chilezuela**: Huyan mientras puedan... es el inicio del apocalipsis, porque los peores tiempos están por venir para nuestro Chile... Ya... mejor hacemos **sarcasmo** de esta campaña sucia de la derecha, y debo decir que me dio mucha **vergüenza** las declaraciones de Erika Olivera, mucha (*Tuit*, Felipe Henríquez Ordenes, 2017).

En (20) se encuentra principalmente conformado por la cita directa de los dichos de la diputada Érica Olivera, en la que domina la idea de un “futuro aterrador”. Sin embargo, al finalizar la cita, el enunciador incluye el comentario “desatando una lluvia de troleos” que, a nivel secundario, hace referencia al carácter humorístico e irónico de *Chilezuela*. Por otra parte, en (21) se evidencia cómo la idea de una “campaña del terror” domina lo expresado, al destacar *Chilezuela* como una “campaña sucia”, pero utilizando el sarcasmo para expresar su idea. En este sentido, el humor, el sarcasmo, la ironía y el absurdo no solo aparecen en los medios y las redes sociales para burlarse de la noción. También se utiliza para expresar de otras maneras el repudio o descontento hacia la idea de *Chilezuela* como un futuro aterrador. Incluso, aparece la frustración o la molestia por la existencia de esta “estrategia política” que parece repetitiva, pero que, aparentemente, ha dado muestras de funcionar en ocasiones anteriores (Saldaña y Rosenberg 2020).

Conclusiones

El análisis desarrollado permite resaltar tres elementos interrelacionados: el carácter de fórmula de *Chilezuela*, sus diferentes actualizaciones de sentido y su comportamiento en los distintos géneros discursivos en los que circula. Con respecto al primer elemento, *Chilezuela* puede ser concebido como fórmula discursiva debido a que se presenta de forma concisa en el plano del interdiscurso y como un referente social con un aspecto polémico. En efecto, la dimensión polémica que contiene la palabra implica un posicionamiento político y social sobre la comparación entre los gobiernos de Chile y Venezuela. En esta dirección, cada vez que se utiliza el término, de una u otra forma aparecen integradas las diferentes actualizaciones de sentido, pues la palabra en sí misma es portadora de estos. El aspecto sintético de la palabra también contribuyó a su difusión y circulación. Casos como *Chilemania*⁵, cuyo intento de popularización sucedió en 2017, o *Chilentina*⁶, durante el 2021, reafirman lo mencionado al intentar replicar su circulación y productividad, sin éxito.

El segundo elemento se complementa con el anterior, debido a que *Chilezuela* ha presentado diferentes actualizaciones de sentido, algunas más predominantes que otras, lo que evidencia su inestabilidad semántica. En los tres sentidos encontrados en el análisis se evidencia un factor común: el miedo o terror a un gobierno similar al de Venezuela. Una de las categorías de análisis se centra principalmente en este (3.1), pero dos de ellas surgen en respuesta o como reacción a este primer sentido (3.2 y 3.3). Lo anterior no implica que se orienten en la misma dirección, puesto que una de las actualizaciones de sentido se centra en la idea de manipulación política ideada desde un sector de la derecha (3.2), incluso, continuamente se compara a *Chilezuela* con “campañas de terror” similares en elecciones presidenciales anteriores, lo que denota un posicionamiento político más explícito por parte de los enunciadores. Por otra parte, la otra actualización de sentido toma otro camino, centrándose en la sátira y el humor (3.3) considera la idea central de *Chilezuela* como absurda y, desde esa postura,

5 Combinación entre *Chile* y *Alemania* para expresar la comparación entre ambos gobiernos.

6 Combinación entre *Chile* y *Argentina* para expresar la comparación entre ambos gobiernos.

se burla tanto del término en sí como en quienes lo emplean con ese sentido. Ninguno de los sentidos anteriores se puede considerar como único y hegemónico, debido a que se encuentran en constante disputa, lo que en gran medida ha beneficiado a la circulación de *Chilezuela*.

Por último, el tercer elemento resalta algunas características interesantes a nivel de género discursivo que presenta *Chilezuela*. En particular, en las columnas de opinión y en las noticias. En las columnas de opinión se destaca la búsqueda de una explicación del término *Chilezuela*. Si bien sus conclusiones solo se centran en que corresponde a una composición gramatical entre las palabras Chile y Venezuela, demuestra una preocupación por entender el fenómeno de *Chilezuela* desde su constitución. Por esta razón, la noción aparece pocas veces de manera explícita y suele hacerlo como complemento oracional o adyacente de sintagma nominal de núcleos como “término” o “concepto”. También lo hace a través de la correferencia, con sinónimos, palabras asociadas u oraciones, lo que se podría explicar por el carácter reflexivo de los textos, sobre todo por centrarse en el ámbito de las campañas electorales en Chile. En este género se encuentra alta producción de la categoría más productiva: *Chilezuela* como una “campaña del terror”.

En las noticias se puede encontrar *Chilezuela* en titulares y otras estructuras, sin embargo, en una parte importante del discurso referido se usan expresiones similares o se hace referencia a las ideas que representa sin mencionarla explícitamente. Lo anterior refleja la diferencia en la manera como los políticos de ambos sectores abordan este fenómeno. En el caso de la derecha se suele evitar nombrar *Chilezuela*, por lo que utilizan expresiones como “transformarse en una nueva Venezuela”, “el término”, “el concepto”. En el análisis, estas expresiones son utilizadas por Olivera, diputada de Chile Vamos, y Piñera, expresidente de la República de la misma coalición. Por su parte, la centroizquierda lo aborda directamente, en su mayoría utilizando la palabra y solo mediante la correferencia para evitar repetirla. La expresidenta de la República Bachelet y el excandidato presidencial Guillier son ejemplos de ello.

La cantidad de categorías encontradas y los cinco años que abarca este momento discursivo que se ha analizado exhaustivamente, dan cuenta de cómo *Chilezuela* se inscribe como fórmula discursiva y, por tanto, como una forma de nominación. Si bien no se puede afirmar con certeza su futuro o las formas en que operará, consideramos que *Chilezuela* se seguirá transformando, refiriendo y adaptando a los acontecimientos que vivirá nuestro país.

Referencias Bibliográficas

AGUILERA, N. 2024. [Disponible en internet en <https://repositorio.udec.cl/items/8456bc73-7fb8-4705-9721-d567bbd4aad7>] *Chilezuela: una propuesta de investigación desde el Análisis del Discurso*. [Tesis de maestría, Universidad de Concepción].

ÁLVAREZ, G. 2001. *Textos y discursos. Introducción a la lingüística del texto*. Editorial Universidad de Concepción.

AMOSSY, R., KRIEG-PLANQUE, A. y PAISSA, P. 2014. [Disponible en internet en https://www.academia.edu/25634932/_La_formule_en_discours_perspectives_argumentatives_et_culturelles_2014_] *La formule en discours: perspectives argumentatives et culturelles*. Ponencia presentada en la jornada de estudio “Analyse du discours et argumentation: approches méthodologiques et corpus en confrontation”, Milan, Italia.

- CALABRESE, L. 2013. *L'événement en discours. Presse et mémoire sociale*. Louvain-La Neuve: Academia-L'Harmattan.
- CALABRESE, L y VENIARD, M. 2016. [Disponible en internet en <http://publictionnaire.huma-num.fr/notice/evenement>] Événement. En *Publictionnaire. Dictionnaire encyclopédique et critique des publics*.
- CHARAUDEAU, P. y MAINGUENEAU, D. 2005. *Diccionario de análisis del discurso*. Amorrortu ediciones.
- GONZÁLEZ, F., & MEDINA, V. 2018. *Shaping the public sphere: the Politics of Fictional Expectations in Social Media*. Manuscrito en preparación.
- KLEIBER, G. 1984. Dénomination et relations dénominales. *Langages* 76, 77-94.
- KRIEG-PLANQUE, A. 2009. *La notion de "formule" en analyse du discours. Cadre théorique et méthodologique*. Presses Universitaires de Franche-Comté.
- KRIEG-PLANQUE, A. y OGER, C. 2018. [Disponible en internet en <http://publictionnaire.huma-num.fr/notice/slogan/>] Slogan. *Publictionnaire. Dictionnaire encyclopédique et critique des publics*. [Puesto en línea el 20 de febrero].
- LÓPEZ-COVADONGA, A. 2014. *Análisis del discurso*. Editorial Síntesis.
- MOIRAND, S. 2018. *Los discursos de la prensa diaria: observar, analizar, comprender* (S. Montero, Trad.). Prometeo libros. [Obra original publicada en 2007].
- PAVEAU, M. (2015). *El análisis del discurso digital. Diccionario de formas y prácticas*. Éditions Hermann.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: *Diccionario de la lengua española*, 23.^a ed., [versión 23.7 en línea]. <https://dle.rae.es> [Consulta: 17 de marzo de 2024].
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA Y ASOCIACIÓN DE ACADEMIA DE LA LENGUA ESPAÑOLA (2010). *Nueva gramática de la lengua española*. Espasa.
- SALDAÑA, M., & ROSENBERG, A. 2020. [Disponible en internet en <https://doi.org/10.1177/2056305120969891>] I Don't Want You to Be My President! Incivility and Media Bias During the Presidential Election in Chile. *Social Media + Society*, 6(4).
- SEGOVIA LACOSTE, P., OSORIO ZÚÑIGA, F., AILLON NEUMANN, M., BASULTO GALLEGOS, Ó. 2019. La construcción discursiva del acontecimiento "quema de iglesias" en el marco del conflicto mapuche: una mirada desde el análisis del discurso. *Boletín de Filología*, 54(2), 319-349.
- SEGOVIA LACOSTE, P. 2021. La quema de iglesias o caso iglesias en la prensa: un acercamiento desde el Análisis del Discurso. *Synergies Chili*, (17), 45-57.
- SIBLOT, P. 1997. Nomination et production de sens: le praxème. *Langages*, 127, 38-55.
- VAN DIJK, T. 1990. *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Paidós comunicación.
- VENIARD, M. 2015. *La nominación de eventos en la prensa. Ensayo de semántica discursiva*. Presses Universitaires de Franche-Comté.

NICOLE AGUILERA BARRIENTOS es Licenciada en Educación y profesora de Español por la Universidad de Concepción, Chile. Es Magíster en Lingüística Aplicada, egresada bajo la línea del Discurso, también por la Universidad de Concepción. Se desempeña como profesora de Lengua y Literatura en un establecimiento de secundaria en Chile.

Correo electrónico: nicolebarrientos04@gmail.com

PABLO SEGOVIA LACOSTE es doctor en Ciencias del Lenguaje por la Universidad Paris XIII. Desarrolló su tesis doctoral al interior del Centro de Análisis del Discurso de la misma universidad, dirigido por Patrick Charaudeau. Trabajó en la Universidad de las Antillas (Francia) y actualmente se desempeña como docente e investigador en el Departamento de Español de la Universidad de Concepción (Chile), donde dicta las asignaturas de Análisis del Discurso y Lingüística del Texto. Su línea de investigación es el análisis del discurso aplicado al discurso político y mediático.

Correo electrónico: psegovia@udec.cl

DECLARACIÓN DE AUTORÍA

Este artículo fue desarrollado por Nicole Aguilera y Pablo Segovia. El diseño y la recopilación de datos fueron realizados por Nicole Aguilera y Pablo Segovia. Todos los autores colaboraron en la interpretación de los resultados, redacción y revisión del artículo.



Calle no me calles: análisis multimodal del discurso feminista y sus visualidades punk en el centro histórico de Puebla

Streets do not silence us: a multimodal analysis of feminist discourses in their punk visualities

ANDREA VÁSQUEZ AHUMADA

ORCID: 0000-0003-4146-0962

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla
México

ELBA CERVANTES LÓPEZ

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla
México

Recibido: 27 de agosto de 2024 | Aceptado: 20 de diciembre de 2024

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.118-143

RESUMEN

El presente trabajo de análisis multimodal se inscribe dentro de los estudios del discurso crítico, así como en los estudios visuales, con una perspectiva feminista y de las visualidades punk. El acercamiento a los discursos visuales feministas de la calle desde estas perspectivas permite poner de relieve su profundo sentido de politización de lo no dicho en torno a los malestares y experiencias de las mujeres en la vida social y privada. A través de las 'pegas', *stickers*, mantas, pancartas o grafitis, las voces de las mujeres desinvisibilizan la violencia, la discusión sobre la interrupción social del embarazo y la creación de redes de sororidad, se interpela a los otros, llevando al espacio público lo que el poder intenta silenciar.

PALABRAS CLAVE: *Semiótica social. Estudios visuales. Estética punk. Análisis crítico del discurso. Feminismo, Discurso de la calle.*

RESUMO

O presente trabalho de análise multimodal insere-se nos estudos críticos do discurso, bem como nos estudos visuais, com perspectiva feminista e visualidades punk. A abordagem dos discursos visuais feministas de rua a partir destas perspectivas permite-nos realçar o seu profundo sentido de politização do não dito em torno dos desconfortos e experiências das mulheres na vida social e privada. Através de 'pegas', *stickers*, mantas, banners ou pichações, grafites, as vozes das mulheres tornam visível a violência, a discussão sobre a interrupção legal da gravidez e a criação de redes de irmandade, outras são desafiadas, trazendo para o espaço público o que o poder tenta silenciar.

PALAVRAS CHAVE: *Semiótica social. Estudos visuais. Estética punk. Análise crítica do discurso. Feminismo. Discurso das ruas.*

ABSTRACT

The multimodal analysis presented here belongs to critical discourse studies, as well as visual studies, framed through a feminist perspective and punk visualities. This approach to feminist visual discourses in the street emphasizes the significant politicization of the unspoken discomforts and experiences of women in both social and private spheres. Through the use of paste, stickers, blankets, banners, and graffiti, women's voices bring visibility to violence, the discussion surrounding social interruption of pregnancy, and the creation of sisterhood networks. Others are confronted by making public what power seeks to silence.

KEYWORDS: *Social semiotics. Visual Studies. Punk aesthetics. Critical Discourse analysis, Feminism. Street Discourse.*

Introducción

El análisis propuesto para este trabajo se inserta en los Estudios Críticos del Discurso (ECD) y los Estudios Visuales. Indagar sobre la vida social de estas manifestaciones culturales, permitirá comprender la influencia de la estética *punk* sobre las expresiones feministas en el espacio público, así como sobre sus procesos de producción y circulación. A través de este análisis crítico feminista del discurso multimodal de las expresiones urbanas del feminismo con estética *punk*, se abordarán las distintas potencialidades y limitaciones de los distintos modos de significación que constituyen la totalidad de las expresiones como texto. A través del diálogo entre ambos campos de estudio se pretende responder a las siguientes preguntas: ¿Cuál es el significado que se está construyendo con estas expresiones urbanas? A través de los textos desplegados en los muros del centro histórico de la ciudad de Puebla ¿Qué práctica social se está enactuando en esas intervenciones urbanas? ¿De qué forma la presencia o borramiento de dichas expresiones produce un espacio urbano de disidencia política? Nuestro método consiste en analizar, en primera instancia, textual y visualmente, un corpus de textos multimodales recopilados de manera fotográfica en el Centro Histórico de la Ciudad de Puebla (México) para, posteriormente, y con los datos obtenidos de dicho análisis, interpretar su significación social.

1. Los Estudios Críticos del Discurso, los Estudios Visuales y la perspectiva feminista como praxis política conjunta

Los Estudios Críticos del Discurso (ECD) ven al lenguaje como ‘práctica social’ y consideran que el contexto del lenguaje es fundamental en el proceso de construcción de significados (WODAK y MEYER 2016). En esta práctica social, los eventos discursivos son contruidos por las estructuras sociales que los enmarcan y, a su vez, dichas estructuras sociales son moldeadas por esos mismos eventos discursivos, i.e. “el discurso es socialmente constitutivo así como socialmente condicionado —constituye situaciones, objetos de conocimiento, las identidades sociales así como las relaciones entre las personas y los grupos de personas. Es constitutivo en que ayuda tanto a sostener y reproducir el *status quo* como a transformarlo.” (2016:6). En esta construcción de lo social se vehiculan ideologías así como se dirimen cuestiones que involucran inequidades y poder entre distintos grupos, que pueden ser de hombres y mujeres, clases sociales, etnias, grupos políticos, etc. Así, proponer una postura crítica implica, en primera instancia, “estándares éticos específicos: una intención de establecer la propia postura, intereses de investigación y valores explícitos y los criterios tan transparentes como sea posible, sin sentir la necesidad de disculparse por la postura crítica del propio trabajo” (van Leeuwen 2006: 293). Asumir una aproximación crítica conlleva la posibilidad de desmontar aquello que nos parece natural o normal en un fenómeno social para hacer visibles tanto el conocimiento dominado como el dominante, enfatizando que la realidad social no es absoluta e inamovible y puede ser cambiada.

Es importante establecer, por tanto, que esta práctica de análisis, constituida por una variedad de aproximaciones teóricas y métodos de investigación, pone de manifiesto las formas en las que los distintos sistemas de significación situada y emergente (textual, visual, multimodal) son empleados para la construcción, mantenimiento o erosión de las estructuras del poder. Esta condición de tra-

bajo inter y transdisciplinar permite no solo llevar a cabo una deconstrucción textual de los discursos sino que al mismo tiempo posibilita describir, y en cierta medida explicar, las transformaciones sociales y sus efectos en tanto que “tienen consecuencias materiales y fenomenológicas para los grupos de mujeres y hombres en sociedades específicas... [Los ECD proponen] una postura política abierta y están preocupados por todas las formas de inequidad social e injusticia” (Lazar 2005: 2).

Por otro lado, los estudios visuales también son un campo híbrido interdisciplinar, que se ubica en un intersticio entre metodologías y prácticas de la historia del arte, la teoría del arte y la estética; se encargan de analizar el campo de la cultura visual, es decir, “la vida social de las imágenes y la visualidad que constituye a los sujetos cuya mirada es producto de determinaciones culturales específicas” (Val 2017: 1). Para Brea (2005: 5) los estudios visuales implican un análisis sobre la producción de significado cultural a través de la visualidad, mediante una multiplicidad de enfoques, metodologías y articulaciones discursivas; abordan el estudio y análisis de la complejidad de los actos de ver, como actos cargados de significado y valor cultural. Por su parte, Andrea Noble (2004: 222) propone que los estudios visuales se ocupan de las culturas visuales de la modernidad a partir de las siguientes consideraciones: los estudios visuales toman por objeto los artefactos, las tecnologías y las instituciones de la representación visual como arenas constitutivas de negociación e intercambio; rechazan los límites convencionales entre diversos medios visuales y la clasificación por género; enfatizan los encuentros cotidianos entre sujetos que ven y objetos que son vistos, los cuales por lo general se llevan a cabo fuera de las instituciones formales del ver (como los museos). Al mismo tiempo, para Guasch (2003: 8) el abordaje de imágenes desde este enfoque requiere del despliegue de una perspectiva analítica que deja de lado la valoración de una imagen con base en sus características intrínsecas e inmanentes (como la autonomía de la obra de arte o el valor estético), y en lugar de ello se favorece una aproximación a la función de la imagen en la vida cultural a través del entendimiento de su significado social y del horizonte cultural de su producción y recepción.

Así, afrontar el estudio de las prácticas del ver, como un efecto performativo que produce imaginarios con un impacto político, permite “desmontar tanto las formas posibles de reconocimiento e identidad que producen las imágenes, así como la producción histórica y concreta de formas determinadas de subjetivación y socialidad” (BREA 2005: 9). Todo ver es una construcción social, y por lo tanto conlleva una dimensión política. La performatividad que el acto de ver implica, no sólo da cuenta del proceso cognitivo de mirar y reconocer lo visionado, sino que abarca un amplio repertorio de modos de hacer relacionados con el ver y el ser visto, mirar y ser mirado, vigilar y ser vigilado, así como el producir las imágenes y diseminarlas o contemplarlas, además de la articulación de relaciones de poder, dominación, privilegio, sometimiento y control que la socialización de las imágenes conlleva (BREA 2005: 7).

En este trabajo proponemos entrelazar los ECD y los Estudios Visuales con el feminismo, ya que ello nos proporcionará las herramientas para poner de relieve las distintas contradicciones sociales que atraviesan a las mujeres, así como la práctica social y politizadora que surge de la producción y circulación de estas imágenes y mensajes feministas que se expresan en el espacio público y, al mismo tiempo, acciones que se oponen a las mismas, y desde allí planteamos que se puede contribuir a la construcción de una aproximación no sólo analítica sino cultural y política que conlleve a la acción y al entendimiento de dichas negociaciones de poder, visibilización y disputa por el espacio público urbano.

Las producciones artísticas que salpican el espacio urbano tienen una dimensión textual (entendida esta como lo escrito) y una dimensión visual (imágenes impresas o pintadas) que, en conjunto, constituyen una producción semiótica que integra diversos *modos* de significación. Desde este enfoque feminista crítico, proponemos que este *discurso multimodal* es un sitio de disputa, donde distintas fuerzas ideológicas de producción, reproducción y cuestionamiento de las relaciones sociales se ponen en juego en el espacio público en la ciudad de Puebla (México). Se trata de un cuestionamiento de lo establecido a través de lo estético, que señala la ideología hegemónica del género que está siendo desinvisibilizada a lo largo de los muros de la ciudad, desnaturalizando aquello que se da por sentado, que no es cuestionado y que se asume como ‘lo normal’: la violencia hacia las mujeres, la desarticulación de los grupos de mujeres (e.g. la competencia entre nosotras), así como el no-derecho a decidir sobre nuestros cuerpos. Esta transgresión estética no busca específicamente ‘lo bello’ —aunque pueda serlo—; irrumpe en el espacio público, mediante intervenciones gráficas; no pide permiso, aunque esté plasmada en muros privados, pone de manifiesto su modo de operación autogestivo; propone la ruptura del orden de las cosas, y con una crudeza gráfica interpela al espectador a cuestionar lo no-dicho en la institucionalidad y sobre las relaciones de poder. Estas expresiones se apropian del espacio urbano para dar voz a preocupaciones colectivas que proponen un paradigma político desde el feminismo.

Se debe añadir que lo público se ha concebido como el lugar privilegiado de la política, en el que se construyen contrastes de oposición y negación hacia el uso del espacio y las voces que se visibilizan. Los feminismos han buscado ir en contra de los discursos hegemónicos y los estereotipos de género, al proponer diversas formas de concebir lo político y politizar lo que no se consideraba así: espacios, temáticas y modos de hacer que ahora forman parte del debate cotidiano y que se dan en una multiplicidad de espacios y formas que no suelen considerarse propiamente políticos. Por lo tanto proponemos partir de la estética punk y sus implicaciones visuales e ideológicas, para comenzar a analizar las visualidades y gestos que se rebelan contra las convenciones hegemónicas y construyen una nueva forma de llamar la atención sobre problemáticas que atañen a las mujeres en general y producen espacios urbanos de disidencia y protesta.

2. Breve recuento: Del punk al feminismo punk

Una de las características principales de la estética *punk* es la crudeza con la que se crean las imágenes; en ellas, el dispositivo, la mano o su proceso de producción se pone de manifiesto en su forma final, así como la presencia de una ética del “hazlo tú mismo” o *Do It Yourself* (DIY) es medular para comprender el lenguaje gráfico del punk. Durante la década de los 70, la escena musical en ciudades como Londres y Nueva York produjo el contexto para la proliferación y legitimación de una estética que daba voz a la resistencia política y *underground* de una juventud que buscaba rebelarse contra las convenciones hegemónicas de la cultura, la música, el arte y de la sociedad conservadora. Sin duda, la música tuvo un papel preponderante en la creación del lenguaje del punk, pero hubo otro elemento que fungió como una plataforma abierta para dar voz sin restricciones a quienes creaban y se expresaban desde los márgenes, un espacio libre desde el cual podían desarrollar y practicar sus ideas sin expectativas y reglas: los fanzines (TRIGGS 2006: 72). Esto generó la creación de sus propias convenciones editoriales y estéticas, como la

disposición aleatoria de imágenes, textos, el tratamiento tipográfico o como el recorte y pega de letras de diversas fuentes (que simulaban notas de rescate), la intervención a mano libre de textos e imágenes y la presencia de procesos de fotocopiadora, mostraban una espontaneidad y crudeza tanto en su despliegue gráfico como en el tono de sus contenidos (Bradway 2013). A través de la repetición y apropiación de estas técnicas de comunicación lograron una identidad gráfica y una forma particular de circulación de mensajes que dio un mayor alcance a la diseminación de ideas y eventos musicales, esta estética del DIY permitió a los jóvenes tener un mayor alcance para también producir sus propias formas de organización política. Además de la música y el diseño editorial, también otras manifestaciones culturales como la moda, el cine, la fotografía y el arte fungieron como plataforma para el desarrollo de este lenguaje y de los ideales políticos y anarquistas del *punk*. Cada uno dio cabida a la apropiación y adaptación de sus técnicas para mostrar esa crudeza y democratización de los medios de producción cultural.

Diversos autores han descrito la combinación de influencias artísticas y filosóficas que conforman la estética del *punk*, por ejemplo, para Heller y Chwast (2008), esta forma de ensamblar imágenes mediante el collage, así como el rechazo y antagonismo hacia la ilustración clásica y los principios del diseño, implican una fuerte influencia del dadaísmo. El *punk* implicó una revolución social y filosófica contra las posiciones y normas hegemónicas del *status-quo* de la época. Para Roger Sabin (citado por Triggs 2006: 70), el punk no tenía una agenda fija como la tuvo el movimiento *hippie*, sin embargo respaldaba ciertas actitudes que enfatizaban la credibilidad de la clase trabajadora a pesar de que su posición en el espectro político variaba, las ideas anarquistas y el entusiasmo por la espontaneidad que implicaba el hacer las cosas a partir de los propios medios, predominaba en su identidad política (Triggs 2006: 70). Al mismo tiempo, su aproximación y familiaridad con corrientes y técnicas artísticas implicaba una participación de integrantes de la clase media, que para representar a la clase trabajadora proponían una estética que jugaba con el simbolismo proletario. De este contexto, surgió un lenguaje gráfico de la resistencia, el cual instauró la ideología del *punk* y su espíritu de anarquía, a partir de prácticas artísticas vinculadas con el situacionismo, como la desviación y la recuperación de elementos o imágenes de la cultura popular, las cuales se intervenían gráficamente para resignificar sus mensajes (Triggs 2006:81). Para el historiador de la música Dave Laing, el lenguaje del *punk* se basó en discursos encontrados en la pornografía, la política con ideología de izquierda, y aquello percibido como obsceno. Estas facetas incorporadas al lenguaje gráfico y verbal, conformaron un uso explícito y violento de la comunicación como estrategia general para causar shock, ofender y llamar la atención hacia el mismo movimiento (Triggs 2006: 72). Por su parte, George McKay consideró que el punk británico era un momento cultural de resistencia y entendía su cultura del DIY como una forma de activismo, la cual, mediante su llamado a rechazar a la autoridad y tomar los propios medios para organizarse y llevar a cabo alguna actividad, funcionaba como una forma de empoderamiento para quienes se identificaban con dicho *ethos*. Por su parte, Duncombe (2002:5) sugiere que mediante el proceso de resistencia política las personas se liberaron de los límites y restricciones impuestas por la forma cultural dominante, y esto dio lugar a la experimentación con nuevas maneras de ver y estar, lo cual permitió desarrollar nuevos recursos y herramientas de protesta. Desde el punto de vista del crítico de arte Michael Bracewell, el *punk*, en los términos de la cultura contemporánea, se ha vuelto una carta que no puede ser superada, la razón de su duradera reputación se encuentra en su habilidad inigualable para confrontar los

procesos de fetichización cultural, o más bien para vencer al materialismo cultural mediante su propio juego, creando una cultura que fue capaz de pronunciar y señalar a su propio contexto como un entorno desgastado y redundante (Triggs 2006: 81).

Tal como se describe en las líneas anteriores, el *punk* revolucionó la creación de mensajes a partir de la intervención de imágenes encontradas, o tomadas de la cultura popular y *mainstream*, al tiempo que usaba técnicas de collage, dibujo de caricaturas, estenciles, letras dibujadas a mano, serigrafía y/o máquinas fotocopadoras, para reflejar la turbulencia política que caracterizaba a la década de los setenta y ochenta. Sin embargo, la influencia del *punk* en el diseño y en la comunicación visual se potencializó durante los años noventa y continúa siendo un vehículo estético para la protesta y los movimientos políticos de resistencia en contra de la hegemonía actual. Así mismo, los procesos de autogestión del DIY que tomaron mayor fuerza durante la década de los noventa, surgieron como una crítica y posicionamiento político también hacia los procesos de producción industrial en contraste con la cualidad que se enfatiza y se valora en las cosas hechas artesanalmente (Triggs 2006: 69).

Por otra parte, se debe decir que este movimiento de rebeldía, también estaba atravesado por contradicciones, pues, a pesar de que la filosofía del *punk* buscaba rebelarse contra la cultura hegemónica y las convenciones sociales, al hablar de los roles de género el *punk* seguía siendo un entorno dominado por hombres en el que se reproducían las mismas dinámicas y desigualdades de género que sucedían en la sociedad en general. Las mujeres que formaban parte del movimiento se encontraban en una situación paradójica, pues en sus intentos por construir una noción alternativa de lo femenino y subvertir las normas convencionales de lo que es ser mujer, se veían inmersas en un ámbito subcultural que reproducía estereotipos de género, (Wälty 2016: 38). En este contexto cultural, a lo femenino se la asoció con la conformidad y discreción, mientras que a lo masculino se le asoció con coraje, rebelión y autenticidad, características que tienen un estatus más alto en la sociedad. En el ámbito de las bandas musicales, a las mujeres se les insertó en el estereotipo de fans del grupo, no como agentes activas rebeldes o subversivas, reduciendo su rol al de *groupies* o consumidoras (Wälty 2016: 40) en lugar de creadoras.

Sin embargo, en los 90 surgió en Washington D.C. una agrupación musical de mujeres que comenzaron *Riot Grrrl*, un movimiento de identidad punk femenina que se formó a modo de resistencia y revolución contra los estándares masculinos y el machismo que existía dentro del punk; la historia del grupo ha sido documentada ampliamente¹ y no solo desde el ámbito musical, sino también a partir de los demás aspectos que caracterizaban su filosofía feminista. La producción cultural y organización política que se generó en torno al grupo logró trastocar simbólicamente las normas sociales (Wälty 2016: 39). La alusión que el nombre del grupo hace

1 Véase el trabajo de Maria Raha *Cinderella's Big Score. Women of the punk and indie underground* (2005), donde la autora recorre casi 30 años de la historia de mujeres en la música punk e indie a partir de los años setenta y analiza cómo las mujeres se apropiaron del espacio del escenario y de esta forma subvirtieron ciertas nociones de feminidades. Entre los trabajos más citados en este ámbito están *Riot grrrl: Revolution grrrl style now!* De Nadine Modem (2007) y *Girls to the Front: The true story of riot grrrl revolution* de Sara Marcus (2010).

al gruñido como forma de vitalidad y poder, reemplaza la pasividad asociada con la palabra *girl*, aunque comenzó como un grupo musical, *Riot Grrrl* conformó una red de mujeres conformada por distintas agrupaciones musicales entre las cuales se encontraban Bikini Kill, Bratmobile y Heavens to Betsy; y creadoras de *zines* como *Girl Germs*, *Jigsaw* y *Chainsaw* entre otras. La idea detrás de esta red organizada era desmarginalizar el papel y la participación de las mujeres en la convención del punk rock, lo cual generó que posteriormente se crearán capítulos en otras regiones de Estados Unidos. Periódicamente organizaban convenciones donde las *Riot Grrrls* se reunían para intercambiar *zines*, tocar e impartir talleres en los que se abordaban temas que atravesaban a las mujeres pero de los que no se hablaba públicamente como trastornos alimenticios, violación, abuso, auto-mutilación, racismo, autodefensa y producción editorial autogestiva (Rosenberg y Garofalo 1998: 809–10). Estos eventos produjeron espacios en los que quienes participaban podían hablar de forma abierta sobre temas difíciles de tratar, en un momento en el que a las niñas se les enseñaba a guardar silencio, *Riot Grrrl* las invitaba a gritar. Los procesos de autogestión y autopublicación que se gestaron en esta red, de la que *Riot Grrrl* es un caso emblemático, se convirtieron en formas de empoderamiento y activismo político a partir de los propios medios. Esta producción gráfica, sin censura y crítica hacia la sociedad, subvertía las lógicas de los medios de comunicación masiva y las formas hegemónicas de representación de la juventud y en especial de las mujeres, pues producía espacios seguros y horizontales de expresión, desde donde se podían pensar y crear otras formas de lo femenino, que ponían en tensión las convenciones sociales respecto a los roles de género y los temas y cuestionamientos que eran aceptables en la esfera pública.

3. Una aproximación metodológica

Como ya se dijo más arriba, nuestra aproximación es crítica, multimodal y desde una perspectiva feminista. La multimodalidad, aun cuando se encuentra dentro de los marcos institucionales y culturales, permite que los enunciantes tomen decisiones sobre la presentación de sus mensajes. De acuerdo con Jancsary, Höellerer y Meyer, se puede considerar tres cuestiones en las que la relación entre el poder y los modos de significación pueden ser considerados en un discurso multimodal:

- i) las cuestiones del poder y la dominación se relacionan con cómo el discurso multimodal es creado;
- ii) el poder y las estructuras del poder son creadas, cuestionadas y re-negociadas en el *contenido* -el *qué* de la comunicación;
- iii) la multimodalidad está vinculada al poder en la sociedad en el sentido de que cuestiona quién está empoderado para ‘hablar’, i.e. a quién se le otorga ‘voz’ a través de un modo particular. (JANCSARY, HÖELLERER y MEYER 2016: 184-185)

El discurso distribuido por las calles del Centro Histórico de la ciudad de Puebla involucra imágenes y frases o consignas de lucha del movimiento feminista, y a quien se le está otorgando la voz es a un colectivo -las mujeres- cuyo malestar solo es legitimado, la mayoría de las veces, en entornos privados de sororidad; entre amigxs, entre colegas, entre hermanxs, pero casi nunca

desde lo institucional. La calle se vuelve el espacio para saber que no se trata de un problema individual sino estructural: la calle como el espacio donde nos encontramos con otras en el malestar común, para nombrar la violencia, demandar el derecho a decidir sobre nuestro cuerpo y el derecho a la salud pública que ello implica.

Una de las cuestiones de las que los ECD se han ocupado es la voz en el discurso: quién puede decir qué, cómo, a quién se puede interpelar y a quién no, quién está legitimado para hablar y quién no.

La investigación crítica... está interesada primeramente con la voz de los grupos marginados, y en cómo la investigación puede asegurarse de capturar los discursos 'silenciados'... poner atención a las narrativas que no están representadas en el modo verbal (dominante), y... posibilitar, sistemáticamente a los actores en el campo, el compartir sus experiencias de manera multimodal. [...] El poder reside en el acceso a, en la forma, así como en el contenido de los modos discursivos y... en su composición (2016: 188-189).

Así, el poder no solo se manifiesta por su presencia en el discurso, sino también por las ausencias. El poder también se ejerce a través de la negación de ciertas prácticas sociales, de la invisibilización de determinados tópicos, así como a través del evitar la discusión pública de los mismos.

3.1 No soy la musa soy la artista (estudios visuales)

Las investigaciones sobre visualidades contemporáneas consisten en explorar imágenes y sus capas de significación política y social. No se basan solamente en su naturaleza técnica, o su institucionalización en museos o galerías, sino también en los sistemas de valores e ideologías a los que dan voz. Con la consolidación de la reconfiguración neoliberal capitalista de México y la intensificación de la lucha contra el narcotráfico se han anidado una serie de factores que Álvarez Enríquez (2020: 149–150) describe como desencadenantes del movimiento feminista actual y centrales para entender sus alcances y formas de manifestación: 1) El aumento generalizado de la violencia en el país²; 2) La impunidad en el tratamiento de los delitos de género³; y 3) La expansión de la misoginia

-
- 2 De acuerdo con el Sistema Integrado de Estadística Contra las Mujeres del INEGI (SIESVIM, 2022), la violencia en el ámbito comunitario es la más recurrente. De las mujeres de 15 años y más, el 45.6% manifestó haber experimentado violencia en el espacio o transporte público. Las estadísticas destacan que la violencia sexual es la que ocurre con mayor prevalencia, de la cual, 42.2% de las mujeres en México manifestaron haber sido víctimas. Los lugares con el mayor número de menciones en donde las mujeres experimentaron algún tipo de violencia en el ámbito comunitario, en los últimos 12 meses (octubre 2020 a octubre 2021), son: la calle, parque (64.8 %); el autobús, microbús (13.2 %) y mercado, plaza, tianguis, centro comercial (5.8 %). Las principales personas agresoras de las mujeres de 15 años y más en la comunidad, tanto a lo largo de la vida como en el periodo de octubre 2020 a octubre 2021, son: desconocido, conocido y vecino (SIESVIM, 2022).
 - 3 En el periodo que va de octubre de 2020 a octubre de 2021, el 22.4% (11.3 millones) de las mujeres experimentaron algún tipo de violencia y el 20.2% fue víctima de violencia sexual. En cuanto a los

y el resentimiento hacia la autonomización y empoderamiento de las mujeres⁴. A partir de estos procesos sociopolíticos, la movilización de las mujeres y sus diversas formas de militancia hacia los feminismos han aumentado, así como la visibilización de sus discursos y demandas.

Durante las marchas feministas se han producido múltiples intervenciones en el espacio público o en monumentos como un recurso o herramienta legítima para la llamar la atención sobre la búsqueda de justicia, el acoso callejero, la violencia doméstica, el trabajo no remunerado, los feminicidios, la trata de personas, la rabia hacia la impunidad del Estado, y una larga lista de formas de violencia que se normalizan de manera cotidiana en el país.

Las expresiones feministas urbanas señalan y confrontan el pacto de silencio sobre los temas que, desde una lógica conservadora, no deben de ser expuestos públicamente. Además, la calle es un espacio que produce dinámicas en las que acontecen eventos de acoso sexual, hostigamiento, violencia física, psicológica, o verbal, de manera sistemática y continua hacia las mujeres que se desplazan por las ciudades. Como ejemplo de ello, las calles del Centro Histórico de Puebla se han vuelto testigo y escenario de las demandas y acciones de la protesta feminista, mediante pintas, estenciles, o afiches en los muros, se visibilizan y se ponen en evidencia las violencias que se viven de manera cotidiana. Al recorrer las banquetas es común encontrar demandas, llamados a la acción o distintas voces que protestan por la normalización de la violencia, los feminicidios o el acoso. En los muros hay estenciles en los que se lee “hasta que importe más mi vida que una pared rayada” o “México feminicida”, afiches por el derecho a la interrupción legal del embarazo con el mensaje “nosotras parimos nosotras decidimos” o “ni puta por coger ni madre por deber, ni presa por abortar ni muerta por intentar”, y graffitis que llaman a la unión y sororidad, con frases como “yo si te creo” sobre el mobiliario turístico o un “fuimos todas” con letras rosas neón sobre el cerco de la fuente de San Miguel al centro del zócalo de la ciudad.

La dinámica de circulación, consumo y recepción de los graffitis, afiches y estenciles está entrelazada con las dinámicas urbanas y de movilidad, los espacios con mayor afluencia de peatones son los que tienen una mayor saturación de intervenciones. Otro modo de circulación –en este caso desterritorializada– de estas expresiones feministas es mediante fotografías que se suben y circulan por las redes sociales. Mientras que su recepción en el espacio público está atravesada por la censura y los intentos por silenciar y borrar la lucha de las mujeres y las intervenciones en los muros, de donde son borradas unas horas después de su colocación y los afiches desgarrados; sin embargo, estos y otros nuevos vuelven a ser colocados, una y otra vez, en los mismos muros, en las mismas calles, para los mismos y otros ojos. Este proceso es cíclico, los muros se borran pero las protestas vuelven a aparecer.

feminicidios, de acuerdo con el portal de SIESVIM (2022), la tasa de defunciones por homicidio registradas, durante el 2021 es de 4,002 mujeres (SSA/INEGI. Estadísticas de Mortalidad, 1990-2021). Mientras que el número de mujeres extraviadas o desaparecidas del fuero común hasta abril del 2018, son 9,327 (SESNSP. Registro Nacional de Personas Extraviadas y Desaparecidas, Fuero Común: abril, julio y octubre 2017, enero y abril 2018).

4 Según el Instituto Nacional de las Mujeres (2021), hasta octubre del 2021, se declararon 25 Alertas por Violencia de Género contra las Mujeres en 22 entidades del país, que incluyen 643 municipios.

FOTOGRAFÍA 1

Muro del callejón de Los Sapos en el Centro histórico de Puebla



La acción de tomar y resignificar las calles desde los feminismos tiene una relevancia política significativa, ya que históricamente ha sido un espacio negado a las mujeres, pues estas estaban relegadas al espacio doméstico y a las labores de cuidado. Las expresiones feministas en el espacio público ponen la atención sobre la búsqueda de justicia y la rabia hacia la impunidad del Estado. Mediante estas acciones de apropiación del espacio público, se produce un ejercicio de resignificación del sitio. Esta serie de acciones generan procesos que desbordan las dinámicas, y espacios institucionales. Aunado a ello, los procesos participativos y colectivos que este tipo de obras implican, así como las experiencias depositadas y reflejadas en ellas, expanden sus procesos productivos y cobran un valor simbólico mediante el lugar en el que se sitúan.

Todas las expresiones artísticas son medios propicios para la acción política; las razones por las cuales son escogidas tienen que ver principalmente con los recursos, el lugar, a quién va dirigido, el tiempo y las condiciones para la producción. (Castro Sánchez 2018: 20)

Para algunos de los casos de las expresiones urbanas que aquí se analizarán, es importante mencionar que su dinámica de producción está inmersa en el acontecimiento de la marcha del 8 de marzo, más que un medio las imágenes dan cuenta de una acción política de anonimato y colectividad, y de una estética con características *punk* o del DIY, los estenciles y graffitis se colocan en el espacio público de manera clandestina durante un momento particular en el que las manifestantes se apropian por completo de la calle. A las marchas se llega con los materiales listos para una rápida intervención de distintos muros, pisos o puertas que se encuentran a lo largo del recorrido de la marcha. En pequeños grupos se aproximan para cubrir con cartulinas y letreros con consignas a quien hará la *pinta*, con el fin de mantener su identidad anónima y evitar represalias por parte de las autoridades municipales, una vez realizada la intervención, los grupos se disuelven y regresan al contingente, la dinámica se repite de manera simultánea y en repetidas ocasiones a lo largo del recorrido. Además de analizar intervenciones producidas durante la marcha del 8M, el corpus de este trabajo consta también de otras intervenciones realizadas durante otros momentos del año, los cuales no se conocen con exactitud, debido a la naturaleza anónima y clandestina de las intervenciones. Los afiches implican otras dinámicas de producción, en algunas ocasiones se producen mediante técnicas de impresión digital y en otros se

generan las imágenes con medios análogos, es decir dibujos hechos a mano o pintura directa sobre los muros. Al igual que las intervenciones realizadas durante las marchas, para la colocación de los afiches tampoco se pide permiso, se colocan de modo clandestino y se adhieren a los muros con engrudo (mezcla de harina y agua) o mediante la producción de stencils que se registran con pintura en aerosol.

Si bien se tiene un corpus amplio de más de 100 imágenes recolectadas desde el año 2019 en el Centro Histórico de la ciudad de Puebla, para este trabajo hemos elegido 9 imágenes que servirán como muestra representativa. En la totalidad de las imágenes hay una serie de tópicos abordados que van desde cuestiones íntimas y del ámbito de los afectos hasta problemáticas sociales y políticas más amplias, sin embargo, a partir de nuestro interés investigativo, así como por razones metodológicas y de espacio, nos centraremos en tres asuntos puntuales: la interrupción legal del embarazo, la violencia hacia las mujeres, y la identificación y construcción de comunidad. El criterio para la delimitación de estas tres categorías obedece a lo que se ha venido desarrollando en líneas anteriores: los asuntos silenciados e invisibilizados por la institucionalidad (sea esta el Estado, la universidad, la Iglesia o la propia sociedad en su conjunto) que atañen a las mujeres. Existe una hegemonía discursiva que decide qué se discute públicamente y qué no, y son estos planteamientos estéticos los que cuestionan dicha hegemonía.

Dado que, como se dijo más arriba, los ECD son inter y transdisciplinares, no se puede hablar del *MÉTODO multimodal*, ya que su aplicación concreta siempre dependerá de la pregunta y el contexto de la investigación, así como de los datos a analizar. Igualmente, lo *multimodal* también es variable, dado que puede tratarse de un discurso verbal y visual, o verbal y auditivo, o verbal, auditivo y visual, por ejemplo, lo cual implicará la utilización de aproximaciones y herramientas que se adecuen a ello (JANCARY, HÖELLERER y MEYER 2016:189). Nuestro interés está en cómo los discursos transforman las prácticas sociales, y es a través del análisis que se puede integrar las piezas que los conforman para dar cuenta de dichas prácticas de las que, en última instancia, derivan sus significados. Si bien, como ya se dijo, no existe *el* método, sí es posible trazar ciertos caminos de aproximación y trabajo que permitan una cierta sistematización. Entre dichos caminos tenemos, por un lado, elementos a ser considerados (van Leeuwen 2016), así como “un tipo de ‘plantilla’ que puede (y debe) ser adaptada a la(s) pregunta(s) específica(s) de investigación y los materiales que se tengan a mano”.

Así, para van Leeuwen (2016: 141-144), entre los elementos a considerar se tiene: acciones, modos de ejecución, actores, tiempos, espacios, recursos, elegibilidad, borramiento, sustitución y adición.

TABLA 1

Adaptación de van Leewen (2016:137-153)

ACCIONES	Politización del malestar	Serie de acciones que son llevadas a cabo que constituyen la práctica social	1. Desinvisibilización del malestar 2. Socialización del malestar 3. Otorgamiento de voz 4. Resignificación del espacio público
MODOS DE EJECUCIÓN	• ¿Qué dicen? • ¿Qué estructura tienen? • ¿Qué selecciones léxico-gramaticales se hacen?	Intervenciones artísticas urbanas en forma de <i>afiches o stencils</i> con textos verbales, visuales o visuales y textuales), colocadas en los muros	

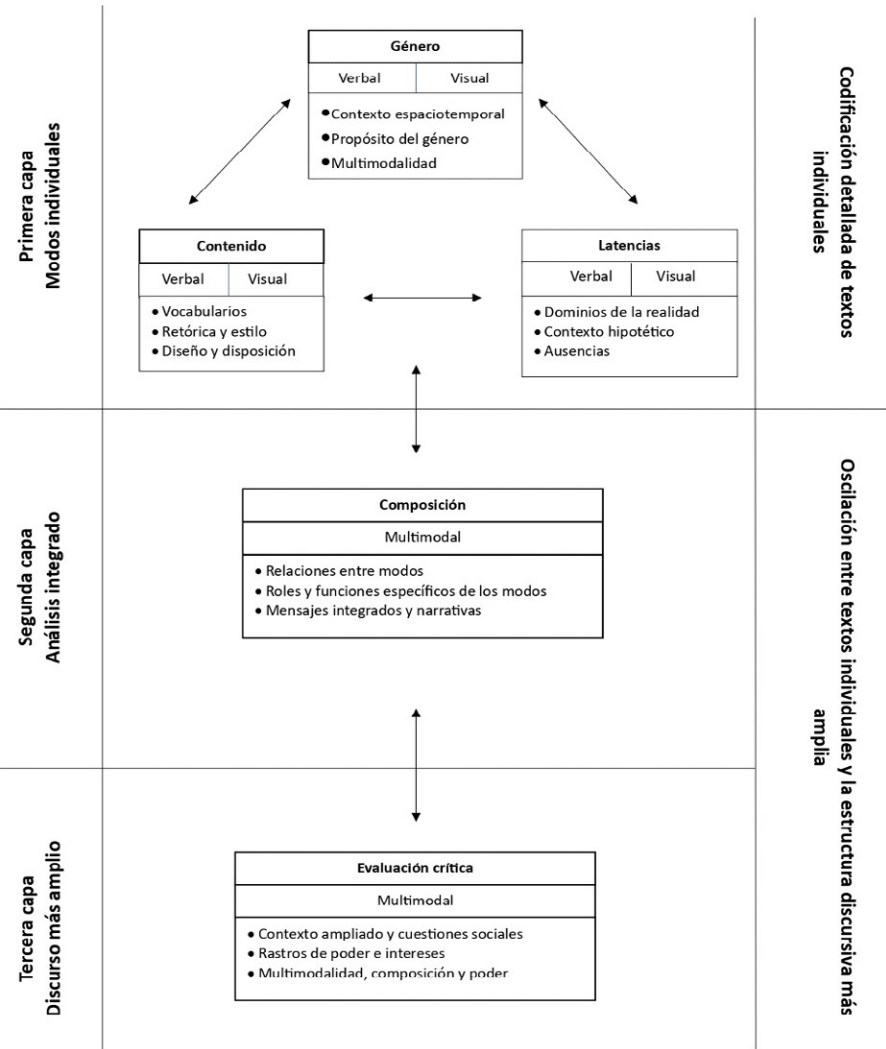
	• ¿Qué voces participan? • ¿Qué colores se emplean? • ¿Qué imágenes?	del Centro Histórico de la ciudad de Puebla	
ACTORES	Quiénes son los actores sociales que participan	Roles de los actores: agente	Agentes: Colectivas y mujeres artistas anónimas/no Meta: mujeres y hombres que transitan por la calle; el Estado y los poderes fácticos
TIEMPOS	Cómo las acciones son/están configuradas	Las prácticas sociales tienen lugar en momentos más o menos específicos	• En cualquier momento del año • En las marchas feministas del 8 marzo
ESPACIOS	Las prácticas sociales (o parte de ellas) ocurren en espacios geográficos específicos		Centro Histórico de la ciudad de Puebla
RECURSOS	Recursos, herramientas, materiales,	Técnicas de reproducción de imágenes Técnicas de dibujo y arte urbano	Papel de diversos tipos, pintura en aerosol o vinílica, pegamento, fotocopadoras, grabado, stencils, materiales de arte en general.
ELEGIBILIDAD	“Cualidades específicas de los elementos concretos (los actores, los escenarios y los recursos) que los hacen elegibles para funcionar como actores, escenarios y recursos..”		Los actores: son mujeres hablando del/los malestares de las mujeres Centro histórico: lugar de encuentro y circulación de una gran cantidad de ciudadanxs; sitios de protesta por excelencia donde están concentrados los poderes civiles y religiosos que regulan la vida pública y moral de un gran número de personas. Recursos: conocimiento de técnicas artísticas como el grabado, el collage, el dibujo, o el uso creativo de fotocopadoras. Así como la pericia para la colocación rápida de las intervenciones de manera anónima, con diversos materiales como papel, pintura y pegamento.
BORRAMIENTO	Algunos elementos de la práctica social pueden no estar representados en un discurso particular	• ¿Quiénes no están? • ¿Quiénes están de manera implícita? • ¿Qué no es nombrado?	
SUSTITUCIÓN	Transformación de un elemento de la práctica social en elemento del discurso	La práctica social de desinvisibilización y socialización del malestar se transforma en un discurso multimodal	Actores representados como individuos o como <i>tipos</i> de personas

		que integra: afirmaciones, consignas, frases imperativas, definiciones, demandas, información, enlaces externos	
ADICIÓN	Los discursos pueden agregar reacciones y motivos	• Valoraciones • Propósitos • Des/Legitimaciones	Lo valorado: juicios sobre mujeres, hombres, la población en general y el Estado Propósitos: Protesta y denuncia Legitimación: de un malestar colectivo, de una problemática social

Las categorías arriba expuestas serán utilizadas en la aproximación metodológica de Jancsary, Höellerer y Meyer:

FIGURA 1

Aproximación metodológica. Tomado de Jancksary, Höellerer y Meyer (2016:191)



4. Análisis

Como ya se dijo, la plantilla propuesta por Jancksary, Höellerer y Meyer (2016) servirá como herramienta de análisis y primer acercamiento a nuestro corpus, que a continuación presentamos en las tres capas antes descritas en la Fig.1:

4.1 Primera capa: los modos individuales; género, contenido y latencias

Estos textos bimodales han sido producidos en el periodo 2022-2023 en la ciudad de Puebla. Se debe decir que son producciones de carácter casi efímero, dado que muchas de ellas son retiradas por el Ayuntamiento de la Ciudad, sobre todo cuando se trata de expresiones producidas durante manifestaciones como la del 8 de marzo. Pertenecen **al dominio de los discursos de la protesta social y políticos**, en el contexto sociocultural y espacio-temporal de:

- a. **La violencia cotidiana hacia las mujeres** en las calles y en los ámbitos públicos y privados (ya sean laborales, escolares o la propia casa), donde hay acoso, violencia psicológica, golpes y feminicidios.
- b. **La discusión sobre el derecho a decidir sobre nuestros cuerpos**, particularmente en el caso de la ILE (Interrupción Legal del Embarazo) que ha sido un tema de discusión primero en las calles y después en los ámbitos legislativos.
- c. **El asumirse como parte de un movimiento** que busca influir en las relaciones de poder y las políticas públicas acerca de los dos primeros temas.

Este género está altamente institucionalizado en el sentido de que tiene las constantes de interpelación al poder, ocurrencia en espacios públicos y una estructura normada, incluidos los elementos no verbales.

4.2. Segunda capa: análisis integrado, composición

Lo que se observa de los elementos lingüísticos de los textos son frases cortas, consignas, uso de la primera persona singular y/o plural -en distintos casos explícitamente en femenino- (yo, nosotras), interpelación a un otro que es el poder de las instituciones, los hombres u otras mujeres, imágenes de mujeres (niñas, adolescentes mujeres adultas) o palabras que aluden a ellas en los roles sociales y de género impuestos por el sistema (madre, puta, presa, muerta), o en la sustitución elementos de expresiones masculinas (“ya les cargó *la vulva*” en lugar de “ya les cargó *la verga*”).

No me coaccione carnal

Acosa a tu chingada suerte. Aparte de feo, naco

Ya les cargó la vulva

Ni puta por coger ni madre por deber, ni presa por abortar ni muerta por intentar

No se va a caer, lo vamos a tirar

Fuimos todas

*Hasta que importe más **una vida** que una pared rayada*
*Aborto **legal, justicia social***
*No me **embaracé sola***

FOTOGRAFÍA 2

Esténcil: “No me embaracé sola”



FOTOGRAFÍA 3

Afiche: “Acosa a tu chingada suerte aparte de feo naco”



Los discursos multimodales que son usados en los movimientos sociales para la construcción del material empleado en la protesta tienen a lo visual como aquello que comunica el mensaje central, y ese elemento visual está orientado a generar una **respuesta emotiva** intensa que construye la alineación de la audiencia (Jancksary, Höellerer y Meyer 2016: 185). En esta constante de representación visual y/o verbal de mujeres, en cada una de estas instancias de discurso multimodal, existe una interpelación tanto textual (en los elementos lingüísticos arriba descritos) como visual: donde hay imágenes de mujeres, niñas o jóvenes, estas miran de frente o directamente al espectador, interpe-lando sí, pero también en una relación horizontal, de iguales.

Respecto de los colores utilizados, podemos decir que encontramos un ‘esquema de color’, que tal como lo proponen Gunther Kress y Theo Van Leeuwen, “hace(n) referencia a una gramática (esto es, a regularidades), a lo social en la forma de discursos y sus arreglos en la forma ideológica” (2002:366). El color es un recurso de significación culturalmente situado, en donde tales regularidades permiten observar qué es lo que las personas hacen en determinados grupos o a qué grupos se dirigen en su intención comunicativa; expresa los “acuerdos acerca de las cosas en común y los intereses compartidos” (344), y donde tanto los individuos como la colectividad se aglutinan. Se trata por lo tanto de un recurso que, en conjunto con las disponibilidades semióticas de los elementos léxicos construyen un signo para un grupo sociocultural determinado.

El modo (*mood*) elegido a través de el morado, el violeta, el verde y el fucsia es un modo afirmativo, que no resulta extraño, dada la **práctica social de la manifestación** que está siendo enactuada. Para Kress y van Leeuwen (2002) el color es metafuncional, por lo que en su dimensión ideacional (la representación del mundo y la experiencia de este) denota “personas específicas” [...] “clases de personas...lugares y cosas, así como ideas en general”, esto es, denota al movimiento feminista en su conjunto, así como a las mujeres que lo integran. En la dimensión interpersonal, “el color nos permite realizar ‘actos de color’”, lo cual, en este caso y como ya dijimos más arriba, en primera instancia *afirma*, pero también funciona como apelativo y como elemento de alineación a un determinado sistema de valores, a una determinada visión del mundo, a una ideología; como ejemplo están la imagen de tres puños en alto con uñas pintadas de verde, rosa y morado, así como pañuelos atados a la muñeca de colores verde y rosa-azul-blanco, tanto a favor de la ILE como el movimiento Trans. La imagen de la chica que dice *No me coaccione carnal*, lleva una cinta en el cabello, un pañuelo atado al brazo y unas calcetas de color morado. El cartel de *No se va a caer, lo vamos a tirar* tiene resaltada en violeta la primera parte de la consigna, y todas las manos estampadas en muros y edificios de las calles por donde pasa la manifestación son moradas y violeta.

Finalmente, el significado textual enactuado a través del color permite construir coherencia en un texto, proporcionando “valor simbólico” (2002: 349) a los carteles, las pegas, los *stickers* y graffitis del 8M y manifestaciones feministas en general. Al mismo tiempo, la repetición, así como la saturación y las diversas tonalidades del color, permiten crear cohesión en la dimensión en la que los significados son organizados como mensaje. El color crea un hilo conductor en el conjunto de carteles, afiches, stenciles y graffitis.

En el caso que nos ocupa, entonces, podemos hablar de un uso comunicativo del color, ya que al ser un recurso semiótico construido a través de las elecciones hechas, este se encuentra altamente regulado dado que hay un acuerdo universal dentro del movimiento feminista sobre el uso de los colores, que “vehiculan disponibilidades semióticas de las cuales los hacedores de signos y la audiencia selecciona de acuerdo a sus necesidades comunicativas e intereses en un contexto dado.” (2002: 355)

FOTOGRAFÍA 4

Afiche: “Aborto Legal Justicia Social”



FOTOGRAFÍA 5

Mural: “No me coaccione carnal”



La relación que se encuentra entre los modos de representación es, como en todo ensamble multimodal, de construcción de un significado más amplio y no solo de ilustración de lo expresado en palabras, esto es, el todo es más que la suma de sus partes. La presencia de mujeres jóvenes, las manos de mujeres impresas alrededor de los textos, nos hablan de quiénes son las enunciantes y desde dónde se posicionan respecto de sus dichos y respecto del *otro*. Los significados construidos aluden de manera integrada en sus modos a un posicionamiento frente a la experiencia de ser mujer, niña, adolescente en esta sociedad mexicana. Los participantes de esta práctica social son representados de maneras distintas; algunos son incluidos en el discurso y otros no, aunque esta exclusión puede ser igualmente significativa y relevante, ya que “deja un rastro” (van Leeuwen 1996: 39), tal como en la acción de *backgrounding* o de ‘desplazamiento hacia el fondo’, el cual “puede ser el resultado de simples elipses en cláusulas no finitas...[encontrarse en] cláusulas infinitivas y en cláusulas paratáticas.” (1996: 41). Así, tenemos casos como:

No se va a caer [el patriarcado], lo vamos [nosotras, las mujeres] a tirar

Fuimos todas [nosotras, las mujeres]

Ya les [a ellos, a los machos, a los que sostienen el patriarcado] cargó la vulva

Entre los roles de los actores sociales presentes en estos ensambles multimodales encontramos que las mujeres, niñas y adolescentes tienen un rol de agencia en los ensambles mostrados, la cual puede ser observada en el tipo de procesos materiales así como imperativos asociados a las mujeres/enunciantes:

...lo vamos a tirar

Acosa a tu chingada suerte

No me coaccione...

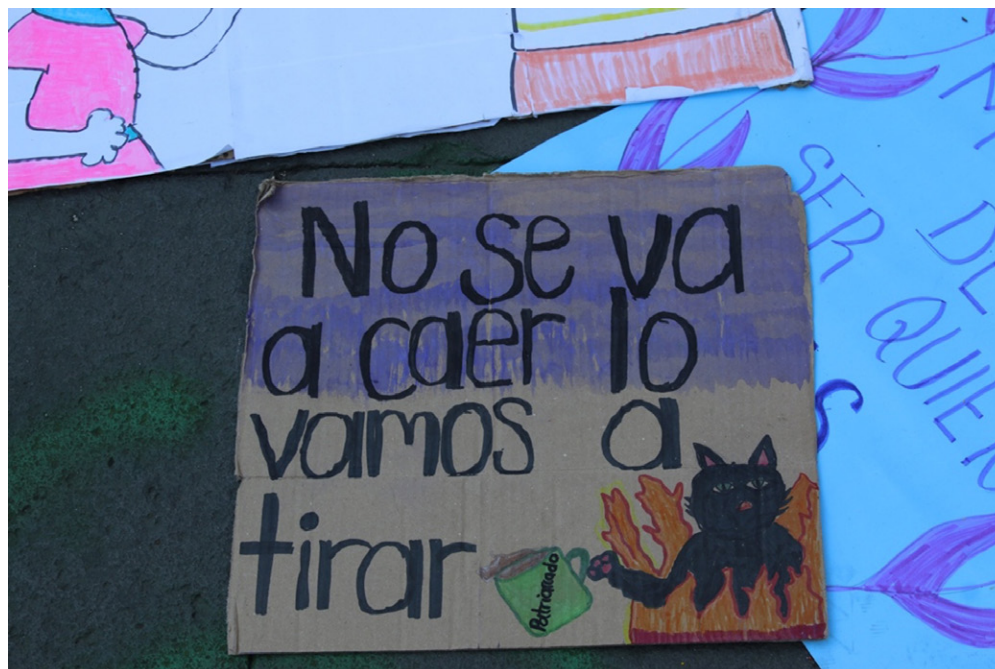
así como por la interpelación directa a los interlocutores, ya sea por la posición de la mirada de las imágenes femeninas en los afiches o, precisamente, por dichos imperativos.

4.3 Tercera capa: discurso ampliado, significados latentes, evaluación crítica

Como ya se mencionó líneas arriba, las enunciantes son mujeres de diversas colectivas feministas y también mujeres que no pertenecen a dichas colectivas pero que tienen -tenemos- coincidencias con el malestar y las demandas. La audiencia de estas expresiones callejeras es, en primera instancia, la ciudadanía en su conjunto, sin embargo, al estar ubicadas en su mayoría en el primer cuadro de la Ciudad de Puebla, en el Centro Histórico, los *otros* interlocutores son los poderes concentrados allí mismo, es decir, el poder civil y el poder eclesiástico, aunque cuando se hace de manera individual se interpela a un otro que es hombre. En estas calles están el Palacio Municipal, el Congreso del Estado, Casa Aguayo (donde despacha el Gobernador del Estado), la Catedral Angelopolitana y las oficinas del arzobispado. Este planteamiento se refuerza, pensamos, con la segunda ubicación de las expresiones estético-políticas: la Fiscalía del Estado, es decir, la sede del Poder Judicial, que si bien no está en el Centro Histórico, sí es un sitio de manifestación, o llegadas y salidas de manifestaciones.

FOTOGRAFÍA 6

Pancarta: “No se va a caer lo vamos a tirar”



En estos textos multimodales se encuentran distintas latencias tanto en las imágenes como en los colores, como anteriormente se dijo. Por ejemplo, en el caso del cartel donde aparece la frase *No se va a caer, lo vamos a tirar*, además de los colores violeta y verde, aparece un gato en llamas tirando una taza que dice *Patriarcado* que, además de ser un guiño intertextual a los *stickers* y *videos* que circulan de manera masiva en las redes sociales (WhatsApp, Facebook, Instagram), nos parece que aluden a una intencionalidad que coloca a la consigna feminista de “*¿Se va a caer/ se va a caer/ arriba el feminismo que va a vencer/ que va a vencer!*” un paso más allá, otorgándole plena **agencialidad** a las mujeres que marchan, se manifiestan y construyen un cambio en el sistema. Por otro lado, la presencia de manos de color violeta -color con el que se identifica al movimiento feminista como ya se dijo- impresas en mantas, muros y monumentos remite a la presencia de impresiones de manos en cuevas rupestres que, si bien no ha tenido una explicación plena y/o satisfactoria por parte de lxs arqueólogxs, puede ser asociada al testimonio de la presencia individual y colectiva, al yo y su pertenencia grupal.

En las consignas *Ni puta por coger ni madre por deber, ni presa por abortar ni muerta por intentar; Aborto legal, justicia social; Hasta que importe más una vida que una pared rayada*; se pone de manifiesto la tensión que hay entre los distintos sistemas de valores que conforma la vida social y que están siendo cuestionados por estas manifestaciones estéticas urbanas. En el primer caso, la niña con el rostro medio cubierto y mirando directamente al espectador (que ya se dijo más arriba que construye una relación horizontal y de iguales con la audiencia) con la enunciación *Ni puta por coger ni madre por deber, ni presa por abortar ni muerta por intentar* se construye una enunciante como parte de una generación de mujeres jóvenes que objetan los juicios morales que rodean a las mujeres que ejercen libremente su sexualidad y que asumen la maternidad como una elección y no

FOTOGRAFÍA 7

Intervención con aerosol sobre el cerco de la fuente de San Miguel en el zócalo de la ciudad. “fuimos todas”



FOTOGRAFÍA 8

Intervención en tela frente a la Fiscalía del Estado. “ya les cargo la vulva”



como un designio y, al mismo tiempo, se cuestiona la sanción social y judicial al tiempo que habla del riesgo de un aborto clandestino que puede acabar en la muerte. Los dominios a los que se alude, tanto el moral como el legal, son confrontados —y rechazados— como las esferas de control de las vidas, los cuerpos y la libertad de las mujeres a través de la reiteración de los elementos de negación (*Ni puta por coger **ni** madre por deber, **ni** presa por abortar **ni** muerta por intentar*).

FOTOGRAFÍA 9

Afiche sobre muro: “ni puta por coger ni madre por deber, ni presa por abortar ni muerta por intentar”



FOTOGRAFÍA 10

Esténcil sobre muro: “hasta que importe mas una vida que una pared rayada”



Igualmente *Aborto legal, justicia social* alude, por un lado, al dominio de las leyes y saca la discusión del terreno de lo moral para llevarla al dominio de los derechos, y por el otro aludiendo -con los puños- a la lucha social y reivindicativa. Finalmente, *Hasta que importe más una vida que una pared rayada* muestra su pertenencia al dominio de la protesta social (donde se escriben consignas y demandas en las paredes, por ejemplo) e interpela y cuestiona a la sociedad en su conjunto que se ha indignado más por el cuidado de los inmuebles que por la violencia generalizada hacia las mujeres, incluido el feminicidio; nuevamente se hace patente la tensión entre sistemas valorativos mediante la condicional construida a través de la preposición *hasta*, la cual habla de un proceso durativo y de la permanencia en la lucha, que está encaminada a trastocar los valores actuales y cuya intención última es poner el acento en importancia de la vida de las mujeres.

A nuestro parecer, el conjunto de textos bimodales constituyen un discurso en su totalidad, que habla de la instanciación de la práctica social de la interpelación política.

Conclusiones

Las expresiones feministas en las calles que dan voz a lo silenciado y hablan abiertamente de las violencias que viven las mujeres en los espacios públicos y privados, ponen sobre la mesa cuestionamientos que sacan a ciertos acontecimientos del espacio de la normalidad y evidencian las situaciones de exclusión, discriminación y opresión que tienen lugar en la sociedad, procesos que tienen el potencial de generar acciones políticas transformadoras. Lo anterior, implica una redefinición de los lugares de la política, como los escenarios institucionales, o las acciones que construyen su ejercicio legítimo y hegemónico pero, al redefinir, reapropiarse y consolidar otras formas de hacer política mediante prácticas colectivas, se crean nuevos significados que superan los estrechos límites de la acción política convencional (Castro Sánchez 2018: 14) y sus formas de ejercer el poder.

Pensar estas intervenciones desde su influencia punk permite observarlas desde un lugar en el que la disidencia, la anarquía, la rebeldía y la toma de los propios medios para visibilizar las luchas de las mujeres se vuelven herramientas y medios para llamar la atención sobre la violencia normalizada y no nombrada, así como para articular comunidades y consensos en torno a ideas o formas de resistir. La ética del DIY está presente en todas las expresiones analizadas, desde los estenciles hasta los afiches o murales más elaborados y colectivos, los cuales dan cuenta de la potencia política que desde la crudeza gráfica toman estos mensajes, ya sea por sus materiales, soportes o formas de ejecución, pues al situarse en el espacio público dan voz a discursos o experiencias que en el ámbito privado no tendrían las mismas repercusiones o implicaciones disruptivas y de organización colectiva. Se asume que la calle, lo público, pertenece a lo masculino, y desde este arte de la calle hecho por mujeres, con una perspectiva feminista, se le habla a ese masculino; se le denuncia, se le demanda, se le interpela, y quien enuncia se afirma, se vuelve sujeto gramatical y se agencializa desde lo político más allá de representantes electos; su acción expande los espacios de participación de lo que precisamente se considera público y político y se posiciona frente a las implicaciones de formas de inequidad y dominación, donde se ha silenciado o borrado la experiencia colectiva de las mujeres (Castro Sánchez 2018: 16). Es el acto de ser y autodefinirse en y desde un espacio público.

De esta forma la calle, desde el arte desplegado en el paisaje urbano, se constituye como un espacio de educación política, un sitio de *literacidad* política feminista (Rodríguez 2018). Al mis-

mo tiempo, el arte feminista de la calle, desde su dimensión de ruptura construye un espacio de reflexión, en el sentido literal y figurado de la palabra: permite que las mujeres se vean reflejadas como en un espejo en esas intervenciones, imágenes y textos, y al mismo tiempo permite pensar “atenta y detenidamente”⁵ en las experiencias individuales que son, al mismo tiempo, colectivas; vehicula y abre la posibilidad de participar conjuntamente, construyendo y asumiendo una voz para que sea escuchada.

El aspecto de empoderamiento que otorgan las imágenes permite facilitar respuestas más adecuadas, comprometidas y/o involucradas a las voces marginadas que buscan ser escuchadas por los discursos ‘oficiales’. Estas formas de intervención urbana permiten generar otra visión sobre la realidad del ser mujer en este país, es decir, crear otra versión de ‘cómo son las cosas’, ya que las problemáticas a las que se alude mediante estos mensajes, ponen en evidencia la cotidianidad de la violencia, así como la politización que dichas protestas han adquirido al ser disputas colectivas e históricas. Su politización supone lograr disputar la hegemonía del discurso dominante y sus bases ideológicas, recodificando “enormes cantidades de discurso preexistente [...] en el nuevo código” (Jameson 1996: 37; en Ruiz Martínez 2022: 40). La acción pública trastoca la correlación de fuerzas.

Referencias bibliográficas

- ÁLVAREZ Enríquez, L. 2020. El movimiento feminista en México en el siglo XXI: Juventud, radicalidad y violencia. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, 65(240), 147–175.
- AUGUSTO RODRIGUES, A. 2018 Pop Up Pedagogy: Exploring Connections Between Street Art, Feminist Literacy Practices and Communities (PhD Dissertation; Toronto University)
- BRADWAY, R. 2013. “Punk’s DIY Influence on Contemporary Illustration by Kevin Valente -
- BREA, J.L. 2005. “Los Estudios Visuales: Por una epistemología política de la visualidad”. Pp. 5–14 en *Estudios Visuales. La epistemología de la visualidad en la era de la globalización*. Madrid: Akal.
- CASTRO SÁNCHEZ, A.M. 2018. “El lugar del arte en las acciones políticas feministas”. *Configurações. Revista Ciências Sociais* (22):11–30. doi: 10.4000/configuracoes.6268.
- DUNCOMBE, S. 2002. *Cultural Resistance Reader*. Verso.
- GUASCH, A.M. 2003 . “Los Estudios Visuales. Un estado de la cuestión”. *Estudios Visuales* (núm. 1):8–16.
- HELLER, S., y CHWAST. 2008. *Illustration: A Visual History*. New York, NY: Abrams.
- JANCSARY D., HÖLLERER and MEYER. 2016. “Critical analysis of visual and multimodal texts”. Pp. 180–204 en *Methods of Critical Discourse Studies*. SAGE.

5 De acuerdo con el Diccionario de la Real Academia Española, *reflexionar*, que viene de *reflexión*, es el acto de “pensar atenta y detenidamente sobre algo.”

- VAN LEEWEN, T. 2016. "Discourse as recontextualization of social practice -a guide". Pp. 137–53 en *Methods of Critical Discourse Studies*. SAGE.
- LAZAR, M. 2005. *Feminist Critical Discourse Analysis*. Palgrave.
- NOBLE, A. 2004. "Visual Culture and Latin American Studies". CR: *The New Centennial Review* 4 (núm. 2):219–38.
- NORMAN ROCKWELL MUSEUM - 'The Home for American Illustration'. *Norman Rockwell Museum*. Recuperado el 1 de agosto de 2023 (<https://www.nrm.org/2013/04/punks-diy-influence-on-contemporary-illustration-by-kevin-valente/>).
- ROSENBERG, J., and Gitana GAROFALO. 1998. "Riot Grrrl: Revolutions from Within". *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 23(3):809–41. doi: 10.1086/495289.
- SIESVIM, I. (2022). *Violencia contra las mujeres en México* [Instituto Nacional de Estadística y Geografía]. Sistema Integrado de Estadísticas sobre Violencia contra las Mujeres. <https://sc.inegi.org.mx/SIESVIM1/paginas/consultas/boletines.jsf>
- TRIGGS, T. 2006. "Scissors and Glue: Punk Fanzines and the Creation of a DIY Aesthetic". *Journal of Design History* 19(1):69–83. doi: 10.1093/jdh/epk006.
- VAL, N.J. 2017. "Los Estudios Visuales 'en español'. Un estado de la cuestión". *El Ornitorrinco Tachado. Revista de Artes Visuales* (6):9–22.
- WÄLTJ, T. 2016. "Mujeres Rebeldes. Cuerpo, feminidad y agencia en el movimiento punk de la Ciudad de México". Doctorado en Antropología, Freie Universität Berlin, Berlin.
- WODAK R. and MEYER. 2016. *Methods of Critical discourse Studies*. 3rd ed. Los Angeles, London: SAGE.
- WODAK R. and MEYER. 2016. "Critical Discourse Studies: history, agenda, theory and methodology". Pp. 1–22 en *Methods of Critical Discourse Studies*. Los Angeles, London: SAGE.

ANDREA VÁZQUEZ AHUMADA es Profesora-Investigadora de tiempo completo del Posgrado en Docencia e Investigación en Ciencias del Lenguaje del Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “AVP” de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (México). Maestra en Ciencias del lenguaje y Doctora por la Universitat de Girona (Cataluña, España) en Ciencias Sociales, de la Educación y de la Salud. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, con certificación PRODEP, miembro de la ALSFAL (Asociación de Lingüística Sistemico Funcional de América Latina) y del grupo de investigación interinstitucional SEMLE (Seminario de Lectura y Escritura) en colaboración con el Colegio de México. Sus investigaciones se relacionan con los discursos institucionales y de políticas públicas en salud y educación, el desarrollo de la literacidad y la construcción de saberes en entornos interculturales, los libros álbum como artefactos culturales de construcción de conocimiento, emoción y discurso relacionados con la salud mental, así como las posibilidades inter y transdisciplinarias entre el arte y la academia.

Correo electrónico: andrea.icsyh20@gmail.com

ELBA CERVANTES LÓPEZ es diseñadora con estudios de producción audiovisual por la New York Film Academy. Es Maestra en Procesos de Desarrollo Humano y Maestra en Estética y Arte por la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (México). Ganó el Concurso Estatal de Arte y Nuevos Medios de Coahuila (2018). Ha participado en exposiciones colectivas y proyectos curatoriales. Forma parte del Colectivo de investigación Contramapeo, un proyecto de cartografía crítica con perspectiva de género y de la Colectiva ¿Cómo iba vestida?, donde realizan prácticas de arte participativo e intervenciones en el espacio público. Actualmente cursa el Doctorado en Sociología en el Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (México). Sus áreas de investigación son la historia del arte contemporáneo en México; prácticas de arte feminista, especialmente aquellas de carácter colaborativo y situadas en el espacio público.

DECLARACIÓN DE AUTORÍA

Este artículo fue desarrollado por Andrea Vásquez y Elba Cervantes. El diseño y la recopilación de datos fueron realizados por Andrea Vásquez y Elba Cervantes. Todos los autores colaboraron en la interpretación de los resultados, redacción y revisión del artículo.



O discurso na cidade: As relações de poder-ação nas matérias sobre o Setor de Diversões Sul de Brasília¹

The discourse in the city: Power-action relations in articles about the Setor de Diversões Sul of Brasília

JOSÉ RONALDO KIZAM

ORCID: 0000-0001-9530-7176

Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB)
Brasil

VIVIANE VIEIRA

ORCID: 0000-0003-4148-5414

Universidade de Brasília
Brasil

Recebido: 20 de agosto de 2024 | Aceito: 20 de outubro de 2024

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.144-161

RESUMO

Este trabalho visa analisar as matérias do jornal *Correio Braziliense* como forma de ação e interação discursiva nas representações do Setor de Diversões Sul de Brasília na década de 1960 (Kizam 2023). O Setor de Diversões Sul, idealizado por Lúcio Costa (1957), é investigado como um espaço desqualificado por não corresponder às intenções de ocupação manifestadas no seu projeto (Nunes 2009; Rezende 2014). A partir da Análise de Discurso Crítica (Fairclough 2003; Vieira; Resende 2016; Vieira 2019, 2022), investigamos como discursos particulares atuam na dimensão constitutiva social das territorialidades urbanas e das identidades socioculturais que compõem as cidades. A recontextualização do projeto urbanístico em questão é produzida nos textos de forma a legitimar práticas sociais e modos específicos de ocupação nos espaços da capital federal, com influência de outros domínios discursivos, em particular, os associados ao discurso urbanístico, com incorporação de elementos sobre propaganda, planejamento e desenvolvimento urbano.

PALAVRAS CHAVE: *Análise de discurso crítica. Discurso. Setor de Diversões Sul. Território. Cidades.*

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar las noticias del periódico *Correio Braziliense* como forma de acción e interacción discursiva en las representaciones del Setor de Diversões Sul de Brasília en la década de 1960 (Kizam 2023). El Setor de Diversões Sul, idealizado por Lúcio Costa (1957), es investigado como un espacio descalificado por no corresponder a las intenciones de ocupación manifestadas en su proyecto (Nunes 2009; Rezende 2014). A partir del Análisis Crítico del Discurso (Fairclough 2003; Vieira; Resende 2016; Vieira 2019, 2022), investigamos cómo discursos particulares actúan en la dimensión constitutiva social de las territorialidades urbanas y de las identidades socioculturales que componen las ciudades. La recontextualización del proyecto urbanístico en cuestión se produce en los textos de manera que legitima prácticas sociales y modos específicos de ocupación en los espacios de la capital federal, con influencia de otros dominios discursivos, en particular, los asociados al discurso urbanístico, incorporando elementos de propaganda, planificación y desarrollo urbano.

PALABRAS CLAVE: *Análisis crítico del discurso. Discurso. Setor de Diversões Sul. Território. Cidades.*

1 Este trabalho é resultante de pesquisa apoiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

ABSTRACT

This work aims to analyze the articles of the newspaper *Correio Braziliense* as a form of action and discursive interaction in the representations of the Setor de Diversões Sul of Brasília in the 1960s (Kizam 2023). The Setor de Diversões Sul, conceived by Lúcio Costa (1957), is investigated as dismissed space for not corresponding to the occupation intentions manifested in its project (Nunes 2009; Rezende 2014). Based on Critical Discourse Analysis (Fairclough 2003; Vieira; Resende 2016; Vieira 2019, 2022), we investigated how particular discourses act in the social constitutive dimension of social urban territorialities and sociocultural identities that make up cities. The recontextualisation of the urbanism project is developed in journalistic texts to legitimise social practices and particular modes of occupation in the spaces of the federal capital, associating them with symbolism of violence and moral decline, influenced by other discursive domains, particularly those related to urban discourse, incorporating elements of urban planning and development.

KEYWORDS: *Critical Discourse Analysis. Discourse. Setor de Diversões Sul. Territory. Cities.*

Introdução

O Setor de Diversões Sul (SDS), popularmente conhecido como Conic, foi idealizado como uma área de destaque no projeto da capital brasileira modernista, aquele que, na concepção de Lúcio Costa, deveria se consolidar como um *boulevard* nos moldes das cidades europeias (Nunes 2009). Segundo o Relatório do Plano Piloto (1957), ele se concentraria entre o cruzamento do eixo monumental e do eixo rodoviário, na plataforma livre do tráfego, onde seriam instaladas várias casas de espetáculos ligadas entre si, articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e galerias na parte dos fundos, “tudo no propósito de propiciar ambientes adequados ao convívio e à expansão” (Costa 1957: 32).

Parte considerável dos registros jornalísticos à época relatava a relevância que tinha a construção do centro de diversões para a consolidação do plano de Lúcio Costa e para que a cidade não fosse “sem coração”, “sem alma” (Correio Braziliense 13 ago. 1969), um dos (vários) motivos que serviam para que aqueles que não gostavam da nova capital atacá-la. Prometia-se e esperava-se que o SDS presentasse o seco e pueril cerrado com urbanização em seu mais elevado nível de sofisticação, uma releitura singular da boemia carioca e do cosmopolitismo europeu e norte-americano.

A instauração de Brasília prenunciava “a possibilidade de um novo homem naquele espaço novo” (Nunes 2009), um modelo de sujeito hegemônico padrão/ideal/socialmente desejado, com as condições materiais necessárias para habitá-la. O percurso do Rio de Janeiro até a cidade planejada de Juscelino Kubitschek angariou oponentes por todo o país e, para respondê-los, precisaram que as instituições midiáticas se colocassem a favor e a serviço da publicidade necessária para o sucesso do projeto modernista em desenvolvimento. Assim, a mídia impressa se apresentou como um componente fulcral na transferência da capital político-administrativa do Brasil para o seu território central.

A partir da Análise de Discurso Crítica (ADC), focamos, neste trabalho, os textos jornalísticos como forma de ação e interação nas representações do SDS de Brasília na década de 1960. Os textos jornalísticos, como parte das práticas discursivas institucionalizadas do campo jornalístico, circulam em contextos específicos de produção, distribuição e consumo (Fairclough 2001), tal como a compreensão de público do veículo, seus valores, preferências e demandas, e a construção do discurso está relacionada, inevitavelmente, a essas circunstâncias (Richardson 2007).

Associado à análise da conjuntura social e da (rede de) prática social de produção das matérias jornalísticas, a análise do material textual nos apoia na compreensão dos “modos como o momento discursivo trabalha na prática social, especificamente no que refere a seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação” (Vieira y Resende 2016); na identificação dos movimentos retóricos situados dos textos jornalísticos e das relações de poder-ação implicadas nessa prática particular; e na explanação sobre a articulação do projeto urbanístico do SDS no discurso midiático e seu potencial impacto na representação social desse território.

1. Textos como instâncias sociodiscursivas

Buscamos, à luz dos estudos discursivos críticos, investigar potenciais efeitos constitutivos dialéticos do discurso nas cidades. Conforme Fairclough (2003), os textos, como instâncias sociodiscursivas, têm potencial constitutivo sobre nossos conhecimentos, crenças, atitudes, valores, ações,

relações sociais e sobre o mundo material, inclusive no que diz respeito ao desenho e planejamento das cidades. Isso não implica dizer que esse potencial se dá de forma arbitrária, mas sim por uma sequência de fatores nos processos de produção, distribuição e consumo, como a posição de poder que ocupam as pessoas participantes da situação interacional, por exemplo. A análise textual, parte essencial da análise discursiva, ampara a descrição, interpretação e explanação crítica de problemáticas sociais tanto em nível mais estrutural e abstrato quanto na causalidade dos sentidos de textos empíricos sobre as práticas sociais (Fairclough, 2003).

A ADC é uma abordagem teórico-metodológica transdisciplinar, engajada e política que “objetiva oferecer suporte para estudos sobre o papel do discurso na instauração/manutenção/superação de problemas sociais” (Vieira y Resende 2016: 77). Nela, parte-se da perspectiva de linguagem como parte irreduzível da vida social, o que se pressupõe “relação interna e dialética entre linguagem e sociedade, pois questões sociais são também questões discursivas, e vice-versa” (Vieira; Resende 2016: 13) e que essas questões podem utilizar do uso de linguagem (ou do discurso) como recurso investigativo, principalmente naquelas em que ele opera como parte fundamental da naturalização de perspectivas hegemônicas e de relações de dominação.

De acordo com Park (1976), os meios de comunicação modernos mudaram a organização social e industrial das cidades e, por consequência, os hábitos, sentimentos e caráter de suas respectivas populações, fazendo com que o crescimento dos centros urbanos fosse acompanhado pela substituição de relações diretas, face a face, por relações indiretas, mediadas por instituições e associações de indivíduos na comunidade. Nesse sentido, a cidade, “onde mais do que em qualquer outro lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesse e em termos de dinheiro é num sentido bem real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo” (Park 1976: 44). E a mídia, sua técnica e sua produção - textos formais produzidos conforme convenções pré-estabelecidas pela lógica de mercado - são evidências da publicização da opinião pública e do desdobramento da propaganda como a força dominante do controle social.

A concepção de cidade de Park (1976) nos faz observá-la como produto da natureza humana ou, ainda, como “um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição”. Na cidade moderna, junto à organização física dos espaços, há uma dimensão baseada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam, que mutuamente se moldam e modificam uma à outra. Assim, a planta da cidade impõe limites para as autoridades públicas e para a iniciativa privada e suas construções, delimitando de que forma as edificações e o espaço serão organizados, porém, características socioculturais, interesses vocacionais e econômicos, gostos e conveniências pessoais têm um papel igualmente importante nesse processo organizativo, segregando e acomodando as populações em regiões específicas e remodelando as plantas urbanas.

Consideremos, então, o jornal como o principal meio de comunicação na conjuntura investigada, visto que é na base da informação fornecida por ele que se baseia a opinião pública na/cidade (Park 1976: 60). Com base na ADC, podemos observar que determinadas perspectivas de mundo, ligadas a projetos particulares, das elites, facilmente são disseminadas pelos jornais de monopólio local como universais e dão uma compreensão do social pelo consenso, o hegemônico, e implicam diretamente nas cidades: representações de entidades, identidades e relações sociais podem circular com base em valores, crenças e interesses que indicarão a marginalização ou a valorização de determinados habitats urbanos (Kizam da Silva y Silva 2022).

2. As relações de poder-ação da prática jornalística

Para a ADC, o significado acional-relacional está associado aos gêneros discursivos, que constituem um momento das ordens de discurso, junto a discursos e estilos (Fairclough 2003). Vieira e Resende (2016) e Vieira (2022) destacam que os gêneros discursivos não se limitam à organização textual, sendo fundamentais para negociar ações e relações sociais entre participantes do discurso. Além de organizarem interações, os gêneros internalizam e influenciam as dinâmicas de poder, contribuindo para as hierarquias e relações de autoridade entre participantes de interações. Portanto, compreender os gêneros discursivos requer uma análise que vá além das características textuais, explorando seu papel na negociação das relações sociais e no exercício do poder dentro e por meio do discurso.

Enquanto manifestações semióticas da atividade social, os gêneros discursivos situados desempenham papel crucial no desenrolar das combinações que podem ocorrer entre organizações, grupos e indivíduos (Fairclough 2003). De particular interesse contemporâneo é a relação entre instituições e grupos ou indivíduos e o que ela pode sugerir sobre hierarquia e distância social, características dos “gêneros de governança”, por meio dos quais organizações se comunicam com indivíduos e exercem poder sobre eles e dissimulam por tecnologias discursivas assimetrias explícitas e relações de dominação (Silva y Ramalho 2008: 32). Andrade (2017) argumenta que os jornais, como parte do aparato de governança, dão suporte para a construção de relações hegemônicas e para a incorporação da realidade no discurso midiático, na medida em que ele se torna conteúdo das relações e das interações sociais.

Charaudeau (2006) afirma que as mídias desempenham um papel fundamental na publicização da informação midiática, contribuindo para a constituição e transformação do espaço público. Essa influência não implica uma apropriação direta do espaço público com o intuito de modificá-lo, mas sim uma influência indireta, mediada pela assimetria entre a instância de produção e a instância de recepção, que não é diretamente acessível. A instância de produção, sendo uma máquina midiática, possui considerável poder, mas, nesse contexto, o poder não opera de forma isolada; ele requer uma relação de ressonância na qual representações são compartilhadas e disseminadas através do discurso, circulando entre os membros de uma comunidade cultural específica.

Poderíamos falar, então, a partir de uma noção múltipla de espaço geográfico (Haesbaert 2007), do potencial constitutivo do discurso midiático na composição das territorialidades urbanas e nas práticas que acontecem na cidade. A partir da imbricação de múltiplas relações de poder que concebem um território, este é constantemente invadido e refeito em relação à sua funcionalidade, que não advém do espaço vivido pela maioria, mas de suas constantes refeições identitárias e discursivas, produzidas, em sua maioria, por interesses e para atores hegemônicos. Desta forma, o discurso midiático tem grande contribuição na formação dos espaços e na constituição de pessoas, fenômenos e relacionamentos que neles acontecem ao ressoar essas referências simbólicas e incorporá-las ao contexto cotidiano.

3. A dimensão simbólico-discursiva da territorialidade

Para explorar o conceito de território, recorreremos à teorização de Haesbaert (2007), que o define em dupla conotação, dimensão material e simbólica, como espaço físico e “espaço-processo”, entrecortado no tempo por relações de poder. Dentro dessa perspectiva, o território está intimamente

ligado à dominação jurídico-política de um espaço específico e à exclusão dos “alijados”, que são impedidos de acessá-lo e identificar-se com ele. O autor sugere que “para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’” (Haesbaert 2007: 20).

No entanto, para os hegemônicos “o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade [...] não diz respeito à função ou ao ter, mas ao ser” (Haesbaert 2007: 23). A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (Haesbaert 2007: 23). Aproximar-nos da territorialidade a partir da abordagem relacional-dialética nos permite, então, observá-la em seu ponto de união entre o social e o discursivo, entre formas de apego a “territorialismos” e formas discursivas, de significação do território.

Para além da organização dos espaços na cidade e dos grupos nesses espaços, segundo Almeida (2005), a cidade atua de forma determinante na formação das identidades. Nossos hábitos, identidades, aderências fazem parte de um determinado estilo de vida, que é propriamente urbano. E nesse sentido, as identidades que são construídas e reconstruídas por significações e vinculações dos atores sociais têm grande influência da dimensão territorial, por isso é “coerente uma investigação acerca das relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros, mas também com os lugares que habitam” (Almeida 2005: 22). Podemos, assim, compreender a dimensão subjetiva e cultural dos espaços, os modos de vida e as relações que ali se constituem, os valores simbólicos que lhes são atribuídos, bem como as intenções políticas e econômicas que regem todos esses elementos e a construção das cidades contemporâneas (Almeida 2005).

A partir de Almeida (2005), citamos como pertinente, para este estudo, atentarmos-nos aos seguintes pontos:

- a) A relação que é estabelecida entre as cidades e as identidades.
- b) A proximidade entre a cidade e as territorialidades que a compõem, que são elementos que contribuem para a constituição das identidades e das relações sociais.
- c) A visão não dicotômica da realidade, na qual indivíduos e espaços são componentes de uma mesma totalidade e se relacionam/interagem.
- d) A indissociabilidade dos territórios de seus componentes: pessoas, identidades, práticas sociais, relações, conflitos, crenças, valores e ideologias.
- e) As relações de pertencimento, posse, conflito e identificação com os territórios.
- f) Os agentes atuantes e os interesses envolvidos na disseminação de significações e funcionalidades potencialmente ideológicas.

4. Metodologia

Este trabalho demandou abordagem documental, cujos dados são compostos por documentos formais da mídia impressa, elaborados e veiculados pelo jornal *Correio Braziliense*. O estudo do

discurso midiático leva em consideração não apenas o conteúdo, mas a forma, a organização, a apresentação e os modos de consumo dos textos, em diferentes níveis, organizados a partir dos valores de uma determinada instituição (Richardson 2007). A instituição em questão foi escolhida em razão de ter sido, desde a sua fundação, o principal veículo de notícias do Distrito Federal (DF), “o primeiro grande diário da nascente capital federal a sobreviver empresarialmente” (Morelli 2002: 12).

Para coleta dos dados de pesquisa, utilizamos o termo de busca “Setor de Diversões Sul” no acervo de periódicos da Hemeroteca Digital da BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional, com enfoque nos textos produzidos e veiculados pelo jornal *Correio Braziliense* (DF) na década de 1960. Com o filtro de busca de período “1960 - 1969”, encontramos 81 ocorrências. Dentre elas, circulares sobre a aprovação dos preços de venda dos lotes, publicações de licitações, anúncios e reportagens sobre o processo de urbanização do SDS. Esse primeiro período é marcado não pela ocupação, mas pelos relatos de construção das dependências físicas e do “espírito” que se pretendia para a área, uma vez que os seus primeiros prédios, Cine Teatro Venâncio Jr. e Cine Atlântida, foram inaugurados em 29 de novembro e 12 de dezembro de 1969 respectivamente.

No processo de sistematização de dados, catalogamos as ocorrências encontradas em tabela, por período, data de publicação, tipo textual, tema, título, grau de relevância e trecho explicativo. Consideramos de relevância alta para análise crítico-explanatória os 6 textos que abordavam a situação física e de ocupação do SDS. Segundo Nunes (2009), na primeira fase, o local era frequentado pela alta burocracia do Estado e tinha estabelecimentos condizentes com os seus frequentadores - um retrato que se aproximava do imaginado por Lúcio Costa.

Para alcançarmos tais resultados, identificamos alguns movimentos discursivos associados a maneiras particulares de representar, agir, relacionar-se e identificar na prática jornalística, as quais denominaremos de “macrocategorias discursivas” e “recursos discursivos”. Por meio deles, mapeamos conexões entre o discursivo e o social. Faremos esta distinção entre categorias analíticas em “macrocategorias” e “recursos discursivos” (Pardo Abril 2016), estratégias de materialização de determinado movimento discursivo para fins representativos da análise, vide Intertextualidade (macrocategoria), Paráfrase, Comparação e Metáfora (recursos discursivos).

Os textos que integram o corpus deste trabalho apresentam uma característica notável: a intergenericidade. Essa intergenericidade implica uma notável fusão de características e elementos que são característicos de outros gêneros discursivos, o que resulta na “subversão do modelo global genérico” (Marcuschi 2005: 31 *apud* Vieira; Resende 2016). Visto que se trata predominantemente de notícias e reportagens, são evidentes os processos interdiscursivos com outros domínios discursivos ou ordens de discurso; em particular, os associados ao discurso urbanístico, incorporando elementos linguístico-discursivos sobre planejamento e desenvolvimento urbano.

Segundo Rezende (2014), o projeto do SDS foi apresentado na forma de uma planta urbanística e um memorial descritivo conhecido como Relatório do Plano Piloto. No documento constavam justificativas e diretrizes do cruzamento de dois eixos, assim como a setorização funcional, a circulação, tipologia e morfologia dos edifícios que compunham a cidade (Rezende 2014). O projeto, em suas definições como documento especializado à atuação das entidades urbanizadoras e à ocupação dos espaços da capital, foi compartilhado e disseminado por meio do discurso midiático, como podemos conferir nos textos:

- a) Planta do Setor de Diversões Sul (1961);
- b) Humanização de Brasília (1963);
- c) Brasília (1968);
- d) Visto, lido e ouvido (1968);
- e) Mais cinemas (1968); e
- f) O setor de diversão Sul vem aí (1969).

Há, também, a inclusão de aspectos do discurso imobiliário, sendo possível identificar técnicas de persuasão e promoção de vendas de propriedades e imóveis. Essa configuração híbrida dos gêneros discursivos pode estar associada à mescla e à incorporação de funções e formas de outros gêneros, como nos textos analisados que integram o *corpus*, que não apenas narram ou fazem a reconstituição de um determinado evento social, mas incorporam dramatizações com propósitos de sedução de potenciais compradores e frequentadores para o centro comercial e de identificação de um morador ideal para a cidade.

Almeida (2005) analisa a influência da cidade na promoção da cultura do consumo, onde antigos hábitos e costumes são apropriados pelo mercado, que, por sua vez, passa a comercializá-los como bens exclusivos e de valor social. No estilo de vida urbano, “o que é posto em questão é a estilização da vida, a materialização do tal ‘consumidor mais-que-perfeito’” (Almeida 2005: 135). Nesse contexto, a mídia desempenha um papel crucial, tornando-se elo estratégico para disseminar eficazmente mensagens publicitárias que incitam a criação de novas necessidades e novos significados que remetem a posturas e hábitos a serem aderidos, a tipos de atividades de lazer que conferem certo prestígio, “dentre tantas escolhas que determinarão outras tantas referências a elas ligadas: o que é bom, saudável, correto, chic, descolado, inteligente e por aí vai” (Almeida 2005: 136).

O “consumidor mais-que-perfeito” de Milton Santos (2007) advém do “cidadão imperfeito”, expropriado de sua cidadania e alienado ao consumo, “a alienação da moda, a especulação imobiliária e a construção de templos modernos” (Raposos; Senhoras 2015). Similarmente, Lins e Melo (2020) discutem, sobre as práticas discursivas da publicidade imobiliária no Recife, como os meios de comunicação são “responsáveis por projetar imagens e evocar afetos, ao passo que agenciam (trazem adiante, convidam e produzem) determinadas formas de existência a partir do repertório possível da sociedade” e, ciente disso, “o marketing imobiliário atua justamente objetivando atender aos desejos e demandas de moradia de cada perfil consumidor” (Lins; Melo 2020).

Esse é o aspecto definido por Fairclough (2003) como interdiscursividade, isto é, a heterogeneidade de textos em termos da articulação de diferentes discursos. Para Vieira e Resende (2016: 68), tais significados são sociais, e podem servir para fins ideológicos, relacionados ao exercício assimétrico do poder. Assim como, de acordo com Fairclough (2003), a promoção dos governos nacionais e a mudança na relação entre cidades, países, governos e corporações empresariais envolve hibridismos entre discurso político, empresarial e publicitário, notamos no estudo que o processo de implementação da capital federal e de seus equipamentos envolve hibridismos entre discurso urbanístico, imobiliário e midiático.

Ao adentrarmos a análise de um gênero situado, a primeira abordagem significativa consiste em questionar: “o que as pessoas estão fazendo discursivamente” (Vieira; Resende 2016: 66) e qual

é o propósito subjacente a essas ações. É importante notar que diversos objetivos podem se interligar de maneira hierárquica. Um exemplo ilustrativo desse fenômeno é encontrado no potencial dos gêneros jornalísticos que, a princípio, têm a finalidade de informar, mas pode também abrigar um propósito potencial mais estratégico, em textos como eventos sociais, que materializam gêneros situados. Nesse contexto, ela pode ser direcionada a promover uma ideia, transmitir valores, comercializar um produto ou propagar uma concepção particular de mundo.

É possível identificar uma macro-organização ou organização retórica do gênero, composta por “movimentos discursivos, com um propósito particular pontual, que servem aos propósitos globais do gênero e que se distribuem de maneira não sequencial e não obrigatória” (Miller 1994; Swales 1990 *apud* Vieira; Resende 2016: 129). Diretamente associados ao significado inter-acional da linguagem, gêneros implicam ação humana, relações sociais e de poder, mutabilidade, plasticidade, hibridismo. Uma interação ou gênero particular “frequentemente envolve uma combinação de diferentes gêneros” (Vieira; Resende 2016: 64), como vimos.

Nunes (2009: 26), em seu estudo sobre o SDS, preconiza que “o espaço urbano é a concretização do imaginário social que se constrói no histórico cotidiano e o Conic permanece ainda como lugar pouco nobre”, no qual há uma lógica de fixação de pré-conceitos no imaginário dos habitantes da cidade que se enraízaram e se espacializaram. Esta colocação nos permite compreender imaginário social como “composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade” (Moraes 1997: 94) e como “o fenômeno discursivo serve à construção de ideais que tem a potencialidade de legitimar práticas e posições sociais”, que dotadas de objetividade e credibilidade, se instalam no lugar do consenso sociocultural (Pardo Abril 2016: 176).

5. Análise de dados textuais

QUADRO 1

Dados textuais referentes à macrocategoria Intertextualidade

RELATÓRIO DO PLANO PILOTO	EXCERTOS DO CB
Nesta plataforma onde, como se via anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos ministérios, não foi edificada com exceção de uma eventual casa de chá e da ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões, como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame. As várias	O tráfego é apenas local (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elyssées). [...] As várias casas de espetáculos estarão ligadas entre si, articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e galerias na parte dos fundos, tudo no

casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (arcades) e **articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos** com vista para o parque, **tudo no propósito de propiciar um ambiente adequado ao convívio e à expansão.**

propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão.

Fonte: Kizam (2023), com base em Correio Braziliense (2 dez. 1961).

Com o intuito de abordar os dados textuais veiculados na década de 1960, faremos análise da **intertextualidade**, também associada a formas e processos inter-acionais, definida por Fairclough (2001) como “a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos”. De acordo com o autor, a produção de um texto a partir de fragmentos de outro toma os textos historicamente, “transformando o passado - convenções existentes e textos prévios - no presente”.

O primeiro registro é a transcrição de trechos da seção correspondente ao projeto do centro comercial no Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa (1957). Os trechos em questão são tecidos na matéria “Planta do Setor de Diversões Sul” (1961) de forma a resumir-sumarizar as informações contidas no Relatório, em especial as diretrizes sobre a disposição do espaço e seus usos. Trata-se, portanto, do que convencionalmente denominamos como “discurso direto”, aqui, sem atribuição de autoria ou sinalização gráfica para delimitar a citação.

Segundo Fairclough (2003), nos processos de **Intertextualidade**, quando a autoria não é posta com evidência, as vozes se mesclam a ponto de se tornarem uma só. Neste caso, o discurso midiático assimila o discurso urbanístico - suas sugestões sobre a forma, estrutura e identidade da futura cidade - e o difunde ao nível das massas, não só em termos de planejamento para a cidade, mas para a sociedade.

QUADRO 2

Dados textuais referentes ao recurso discursivo Comparação

RELATÓRIO DO PLANO PILOTO	EXCERTOS DO CB
Nesta plataforma onde, como se via anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées).	Piccadilly Circus Times Square Champs Elysées Cinelândia Copacabana

Fonte: Kizam (2023), com base em Correio Braziliense (2 dez. 1961, 12 mar. 1968, 27 mar. 1968, 13 nov. 1969).

Nos registros seguintes, há maior destaque para as referências arquitetônicas, culturais e urbanísticas que tinha Lúcio Costa para o SDS. No Relatório, o centro comercial era imaginado como uma mistura de Piccadilly Circus (Londres), Times Square (Nova Iorque) e Champs Elysées (Paris), lugares de grande circulação, conhecidos mundo afora por serem o espírito de suas respectivas metrópoles

e epicentros de atividade, cultura e entretenimento. Encontravam-se lá, painéis luminosos, lojas, restaurantes, cinemas, teatros, museus, etc., estabelecimentos de “boa frequência” e sofisticação.

Ao recontextualizar a comparação feita por Costa, em seu contexto original e em contextos jornalísticos/publicitários, como modo de referenciar o SDS, transferem-se os sentidos desses locais de prestígio para o centro comercial que viria a ser construído na capital federal. Como prática discursiva, com a utilização desse recurso, o jornal delimita seu público-leitor, antecipando seus processos interpretativos e desenhando os seus potenciais consumidores, visto que é necessário determinado repertório social extra-linguístico para decodificar as referências listadas. Esse recurso familiariza os consumidores do jornal e também os aproxima do argumento que está sendo levantado. A base comparativa com as praças e avenidas símbolos do cosmopolitismo europeu e norte-americano prenunciava os mesmos atributos para o SDS, em termos de função, frequência e simbolismo.

Este centro comercial, ainda não construído, nem ocupado, não possuía concretude, mas expectativa e investimento (financeiro e simbólico), permeado discursivamente por equivalências renomadas em favor da sua propaganda, tais como as em destaque. O SDS, além de se consolidar como um *boulevard* nos moldes das cidades europeias (Nunes 2009), deveria emular o espírito da boemia carioca. Desta forma, são reescritas as bases comparativas como Copacabana e Cinelândia, regiões da cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, visto que refletiam a influência cultural do estilo europeu e a consolidação do lazer e da cultura em território nacional.

QUADRO 3

Dados textuais referentes ao recurso discursivo Paráfrase

RELATÓRIO DO PLANO PILOTO	EXCEROS DO CB
As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (arcades) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar um ambiente adequado ao convívio e à expansão.	ponto ideal para o devaneio, o convívio, a especulação medida destinada à humanização da cidade

Fonte: Fonte: Kizam (2023), com base em Correio Braziliense (13 jun. 1963, 21 jan. 1968).

O processo intertextual pode se dar criativamente, com novas configurações e novos modos de referência manifestos. É onde está a aproximação com a **paráfrase**, recurso que descreve de maneira equivalente um mesmo acontecimento ou um mesmo estado das coisas, seja no nível sintático ou lexical (Ilari 2009). De modo geral, a definição que encontramos é que paráfrases são sentenças que “dizem a mesma coisa”, mas podem ser, segundo Ilari e Geraldi (1990), sentenças que “são paráfrases não porque as palavras significam a mesma coisa, ou porque a construção sintática seja semelhante, mas porque, na situação de uso, traduzem a mesma intenção do locutor e visam obter os mesmos resultados”.

Ou ainda da **paráfrase** no nível da reformulação, objeto da “relação entre um enunciado ou texto-fonte e sua(s) reformulação(ões) efetiva(s) numa situação dada, mas também uma relação entre todos os enunciados virtualmente equivalentes na língua” (Fuchs 2012). Lembremos que os

processos interpretativos são variáveis, múltiplos, e que, portanto, desembocam em restaurações textuais diferentes. Visando alcançar determinado resultado ou acessar virtualmente enunciados equivalentes no sistema linguístico-discursivo, essas restaurações textuais podem valer-se de reformulações a partir de relações semânticas, vocabulário, metáfora e marcadores avaliativos.

Na primeira sentença, as formas-base do texto, “convívio” e “expansão”, são substituídas pelos vocábulos “devaneio”, “convívio” e “especulação”. A substituição de “expansão” por “devaneio” e “especulação” demonstra-se expressiva uma vez que a primeira seleção lexical faz referência à expansão do centro urbano em termos físicos, do seu planejamento arquitetônico que permitiria que os transeuntes circulassem pelos diferentes lados dos prédios, enquanto os outros dois vocábulos são restaurados da introdução do Relatório, que trata dos sentidos e do planejamento da capital em sua totalidade:

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país (Costa, 1957).

A reformulação do léxico e do modo de empregar as metáforas utilizadas por Costa reproduz os sentidos do texto original enquanto o reescrevem com repertório próprio, para outros fins potencialmente ideológico. Ao mesclar diferentes partes, o todo e o particular, de um mesmo projeto no texto jornalístico, evidencia-se o valor que tinha o SDS para o sucesso da nova capital político-administrativa e o interesse de que as construções, principalmente dos cinemas e dos teatros, tivessem agilidade, visto que parte considerável de seus novos moradores vinha do Rio de Janeiro e de São Paulo, polos representativos de lazer e de cultura no País, onde já se incorporavam tais programas à vida cotidiana.

Movimento similar acontece na segunda sentença, em que “ambiente” é substituído por “medida”, também em um nível panorâmico do projeto urbanístico. Em seu contexto original no documento, “medida” é empregada por Lúcio Costa como solução capaz de conferir um determinado caráter a um conjunto projetado. No caso de Brasília, como atitude de ordenação do espaço e de realização monumental, “não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa” (Costa 1957). Desta forma, o SDS é equiparado à cidade como um todo, não um setor independente, mas como parte integrante e indispensável para a implementação dela.

QUADRO 4

Dados textuais referentes ao recurso discursivo Metáfora

RELATÓRIO DO PLANO PILOTO	EXCERTOS DO CB
Nesta plataforma onde, como se via anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées).	Coração Alma

Fonte: Kizam (2023), com base em Correio Braziliense (13 nov. 1969).

A relevância social do SDS é alargada nos textos com o passar do tempo e esse alargamento apresenta-se na mudança dos vocábulos utilizados para se referir ao *status* que possuía na cidade, por meio de **metáfora**: “centro de diversões” passa a “coração”, “alma” [da cidade]. Com veiculação contínua, o discurso sobre a importância desse espaço sedimentou no imaginário hegemônico brasileiro e criou uma expectativa sobre as práticas, estabelecimentos e identidades que poderiam e deveriam se instalar ali.

De acordo com Lakoff e Johnson (2002), as **metáforas** são modos de compreender e experimentar uma coisa em outra, seja na linguagem, no pensamento ou na ação. Ainda, para van Leeuwen (2022), a construção de significados experienciais no domínio da vida pública não é necessariamente baseada em gêneros estáveis, formais e convencionais, “mas compreendida e praticada como, até certo ponto, um ato criativo, como algo novo”, por isso, o autor enfatiza “o poder criativo da metáfora, não como uma estrutura, mas como um processo, um processo de criação de significado” (van Leeuwen 2022), que só se torna significado em contextos específicos, cujo entendimento se baseia em experiências físicas concretas. Elas são regidas pela coerência com valores fundamentais de uma determinada cultura (a cultura dominante), pelo que se é definido como prioridade, como bom e virtuoso pelos indivíduos que a compõem.

Em seus primeiros anos de ocupação, o SDS atraiu órgãos públicos e embaixadas, ainda em fase de implantação na cidade com as suas sedes em construção (Nunes 2009). O privilégio da localização, no centro da cidade, próximo aos setores hoteleiro e comercial, e de sediar funcionários públicos, representantes de estados e embaixadores inspirava a presença de restaurantes, bares e lojas mais sofisticadas, em vias de concretizar a sua proposta original.

Os modos pelos quais se recontextualiza e se representa um espaço implicam em entendimentos normativos de como esse espaço deve ser ocupado e quem deveria ocupá-lo, a partir do entendimento de que essas interpretações-representações estão ligadas a simbolismos e práticas sociais de controle específicas (van Leeuwen 2008), institucionalizados pelos projetos urbanísticos, por exemplo. E que as diretrizes desses projetos disseminadas ao nível das massas têm implicações diretas no modo como o espaço será assimilado na opinião pública e nas suas representações a longo prazo.

Este primeiro período, de 1960 a 1969, é marcado não pela ocupação, mas pelos relatos de construção das dependências físicas e do “espírito” que se pretendia para a área, uma vez que os seus primeiros prédios foram inaugurados apenas no fim da década. A ocupação de um espaço, no entanto, não se restringe à dimensão material, mas por processos sociais, discursivos, ideológicos, associados à territorialidade, a como as pessoas significam um espaço e fazem dele um território, como buscamos ilustrar.

Considerações finais

A partir da ADC, estudamos as materializações discursivas sobre a ocupação do Setor de Diversões Sul de Brasília na década de 1960 (Kizam 2023), que explicitam a relação entre os textos, eventos, práticas e estruturas sociais hegemônicas. No contexto investigado, os gêneros jornalísticos recontextualizam e transformam elementos de outros domínios discursivos, tais como os discursos urbanístico e imobiliário, que, por sua vez, são recontextualizados em interações de diferentes níveis, especialmente, da vida cotidiana, contribuindo para moldar como nós vivemos e como significamos a cidade.

Ademais, segundo Fairclough (2003), representações particulares podem ser disseminadas em gêneros discursivos e internalizadas em estilos e tais gêneros e estilos pressupõem representações particulares, as quais se baseiam em discursos particulares. Podemos observar, então, que determinadas perspectivas de mundo, ligadas a projetos particulares, das elites, são facilmente disseminadas pelos jornais de monopólio local como universais e dão uma compreensão do social pelo consenso, o hegemônico, e implicam diretamente na representação dos espaços, das práticas e das identidades sociais no contexto urbano.

No intuito de responder às questões que guiaram esta pesquisa, apresentamos, a seguir, uma síntese dos resultados da análise crítico-explanatória dos dados discursivo-textuais:

QUADRO 5

Síntese dos resultados da análise discursiva crítico-explanatória

Como a articulação do projeto urbanístico do SDS no discurso midiático contribui para a representação discursiva desse território?	Uso de intertextualidade para incorporar, sem atribuição de voz, a seção correspondente ao projeto do SDS no Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa (1957), de forma a sumarizar as diretrizes sobre a disposição do espaço e seus usos. Recontextualização no contexto jornalístico da comparação feita por Costa (1957), por meio de comparação, “Piccadilly Circus”, “Times Square” e “Champs Elysées” e reformulação dos termos em “Cinelândia” e “Copacabana”. Transferência de sentidos de locais de prestígio para o centro comercial em construção. Reformulação por paráfrase das funcionalidades do espaço para fins de publicização. Alargamento da relevância social do espaço com o emprego das metáforas “alma” e “coração” [da cidade], em reformulação de “centro de diversões da cidade”. Reprodução dos sentidos do texto de Costa com novo repertório semântico e experiencial. Publicização de elementos que orientam funcionalidades e significações hegemônicas do espaço a longo prazo.
Quais as relações causais de poder-ação implicadas nos textos jornalísticos?	Priorização de cobertura de notícias sobre a área central da cidade, o Plano Piloto, em comparação às “cidades-satélites”, onde se concentrava o volume populacional do DF. Fusão de características elementos características de outros gêneros discursivos aos gêneros jornalísticos por intergenericidade. Influência de outros domínios discursivos, em particular, os associados ao discurso urbanístico, incorporando elementos linguístico-discursivos sobre planejamento e desenvolvimento urbano. Aspectos do discurso imobiliário, tais como técnicas de persuasão e promoção de vendas de propriedades e imóveis. Incorporação de dramatizações com propósitos de sedução de potenciais compradores e frequentadores para o centro comercial e de identificação de um morador ideal para a cidade.

Fonte: Kizam (2023).

Assimilada e difundida pela mídia, a diretriz física e simbólica do SDS, além de ter ditado suas bases arquitetônicas - a previsão morfológica dos prédios e da organização do centro comercial -, possui elementos discursivos que orientaram as funcionalidades e as significações ideais para esse espaço. Desta forma, a recontextualização do projeto urbanístico é produzida nos textos

jornalísticos de forma a legitimar práticas sociais e modos específicos de ocupação nos espaços da nova capital, que dotadas de objetividade e credibilidade, instalaram-se no lugar do consenso sociocultural (Pardo Abril 2016).

Na conjuntura social investigada, o *Correio Braziliense* figurava como o principal meio de comunicação local e tinha a sua atenção reforçada para a fixação da capital e para os assuntos do Plano Piloto. Como demonstrado nos resultados, as matérias jornalísticas, que, a princípio, tinham a finalidade de informar, abrigavam também propósito mais estratégico: ressoar referências hegemônicas sobre a funcionalidade e o simbolismo deste espaço e o sujeito hegemônico padrão-ideal-socialmente desejado com as condições materiais necessárias para ocupá-lo.

Relacionando a análise discursiva às discussões propostas no âmbito de constituição das cidades (Almeida 2005; Haesbaert 2007; Nunes 2009), tratamos do potencial constitutivo do discurso midiático na composição das territorialidades, das práticas e das identidades urbanas. O território, ou o espaço social, imbricado de múltiplas relações de poder que o constitui, é constantemente invadido e refeito em relação à sua funcionalidade, que não advém do espaço vivido pela maioria, mas de suas constantes refeições identitárias e discursivas, produzidas, em sua maioria, por interesses e para atores hegemônicos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. C. 2005. *Identidade territorial: geografia das construções e dissoluções culturais urbanas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ANDRADE, S. B. 2017. *Discurso, espaço e tempo: trabalho e luta de rodoviários no Distrito Federal*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- CHARAUDEAU, P. 2006. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- COSTA, L. 1957. Relatório. Em: GDF. 1991. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, p. 18-34. Brasília: Governo do Distrito Federal.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e mudança social*. Org. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília.
- FIDELIX NUNES, F.; VAN LEEUWEN, T.; BEZERRA LEITÃO, A.; FERRAZ, J. A. e PINTO, L. N. 2022. Multimodalidade e identidade: entrevista com Theo van Leeuwen. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, 23(1): 174-182.
- FUCHS, C. 2012. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 8(1): 129-134.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17): 19-46.

- KIZAM DA SILVA, J. R. S. e SILVA, F. C. O. 2023. Setor de Diversões, uma tristeza: o papel construtivo da mídia no processo de marginalização e decadência do Setor de Diversões Sul. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 23(1): 107-125.
- KIZAM, J. R. S. 2023. *Representações discursivas do Setor de Diversões Sul no jornal Correio Braziliense (1960-1979): “noites alegres e sujas” de Brasília*. 2023. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.
- ILARI, R. e GERALDI, J. W. 1990. *Semântica*. São Paulo: Ática.
- ILARI, R. 2009. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto.
- LINS, M. e MELO, C. 2020. Modos de ser, formas de habitar: práticas discursivas da publicidade imobiliária no Recife. *RUA*, 26(2): 679-698.
- MORAES, D. 1997. Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural. *Contracampo*, 9(1): 93-104.
- MORELLI, A. L. F. 2002. *Correio Braziliense 40 anos: do pioneirismo à consolidação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.
- NUNES, B. F. 2009. Elementos para uma sociologia dos espaços edificados em cidades: o “Conic” no Plano Piloto de Brasília. *Cadernos Metrópole*, 21(1): 13-32.
- PARDO ABRIL, N. G. 2016. La emocionalidad en las narrativas mediáticas del despojo en Colombia: estudio multimodal. *DeSignis*, 24(1): 175-195.
- PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Em: VELHO, O. G. 1976. *O fenômeno urbano*, p. 26-67. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- RAPOSO, T. J. N. e SENHORAS, E. M. 2015. Uma leitura clássica do “Espaço do Cidadão” na democracia. *Revista Equador*, 4(1): 1-5.
- REZENDE, R. 2014. *Centro de Brasília: projeto e reconfiguração: o caso do Setor de Diversões Sul – Conic*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.
- RICHARDSON, J. E. 2007. *Analysing newspapers: an approach from critical discourse analysis*. New York: Palgrave Macmillan.
- SANTOS, M. 2007. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SILVA, D. E. G. da; RAMALHO, V. 2008. Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. *Revista Latinoamericana De Estudios Del Discurso*, 8(1): 19–40.
- SOUZA, G. A. M. 1993. *Setor de Diversões Sul – “Conic”: recuperação e integração com o centro urbano de Brasília*. Projeto de Diplomação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.
- SOUZA, M. L. 1995. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Em: CASTRO, I. et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*, p. 77-116. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VIEIRA, V. e RESENDE, V. M. 2016. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes.

VIEIRA, V. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. Em RESENDE, V. M. (org.). 2019. *Decolonizar os estudos críticos do discurso*, p. 83-115. Campinas: Pontes.

VIEIRA, V. Corpos e (con)vivências em pesquisas críticas. Em: ALMEIDA, M. M. T. e RESENDE, V. M. (org.). 2022. *Estudos do discurso: abordagens em ciência crítica*, p. 137-163. Campinas: Pontes.

JOSÉ RONALDO KIZAM. Mestre em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade, pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq).

E-mail: josekizam@gmail.com

VIVIANE VIEIRA. Doutora e Mestra em Linguística-Linguagem e Sociedade pela UnB com Pós-doutorado pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), onde desenvolve o projeto de pesquisa Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos, vinculado à linha Discurso e recursos sociosemióticos em perspectiva crítica. Editora do periódico Cadernos de Linguagem e Sociedade. Membro da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED). Vice-líder do Grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq).

E-mail: vivi@unb.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Este artigo foi desenvolvido pelo autor José Ronaldo Kizam e pela autora Viviane Cristina Vieira. O desenho e a coleta dos dados foram realizados pelo autor José Ronaldo Kizam. Todas/os as/os autoras/es colaboraram na interpretação dos resultados, redação e revisão do artigo.



Cientista é a mãe: redes sociais e efeitos de memória sobre o trabalho científico da mulher mãe

Scientist is the mother: social networks and memory effects on the scientific work of the woman and mother

LÍGIA MARA BOIN MENOSSI DE ARAUJO

ORCID: 0000-0003-2047-3019

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Brasil

LUCIANA CARMONA GARCIA

ORCID: 0000-0002-5280-4444

Universidade de Franca - UNIFRAN
Brasil

Recebido: 27 de maio de 2024 | Aceito: 20 de janeiro de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.162-179

RESUMO

Para este artigo, temos como objetivos analisar discursivamente postagens do Instagram e verificar como esses discursos produzem sentido em torno da figura da mulher cientista e mãe. Estaremos embasadas teórica e metodologicamente nas proposições de Pêcheux (2007) sobre memória discursiva e Foucault (2014) acerca das questões que edificam um dispositivo. Como se dá a ver a representação da mulher mãe cientista na circulação de postagens que defendem a valorização do trabalho acadêmico da mulher? é a pergunta que norteia a escrita deste artigo que, diante das análises, observa a construção de regularidade e a retomada de pré-construídos em torno do que entendemos como estereótipos do fazer científico; contudo, observamos também um jogo de força na memória sob o choque do acontecimento quando há a irrupção de acontecimentos singulares que fogem à proposição de uma certa estereotipia da cientista mãe das áreas das STEMs.

PALAVRAS CHAVE: *Análise do Discurso. Maternidade. Ciência. Estereótipo. Dispositivo.*

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar discursivamente las publicaciones de Instagram y verificar cómo estos discursos producen sentido en torno a la figura de la mujer científica y madre. Nos basaremos teórica y metodológicamente en las proposiciones de Pêcheux (2007) sobre la memoria discursiva y Foucault (2014) sobre las cuestiones que construyen un dispositivo. ¿Cómo se ve la representación de la mujer científica y madre en la circulación de publicaciones que defienden la valorización del trabajo académico de la mujer? Esta es la pregunta que guía la redacción de este artículo que, a partir de los análisis, observa la construcción de regularidad y la retomada de pre-construidos en torno a lo que entendemos como estereotipos del hacer científico; sin embargo, también observamos un juego de fuerzas en la memoria bajo el impacto del acontecimiento cuando se producen acontecimientos singulares que escapan a la proposición de un cierto estereotipo de la científica madre de las áreas STEM.

PALABRAS CLAVE: *Análisis del discurso. Maternidad. Ciencia. Estereotipo. Dispositivo.*

ABSTRACT

For this article, we aim to discursively analyze Instagram posts and verify how these discourses produce meaning around the figure of the woman scientist and mother. We will be theoretically and methodologically based on the propositions of Pêcheux (2007) and Davallon (2007) on discursive memory and Foucault (2014) on the issues that build a device. How is the representation of the woman scientist mother seen in the circulation of posts that defend the valorization of the academic work of women? it is the question that guides our article that, in the face of the analyses, observes the construction of regularity and the resumption of pre-constructed ones around what we understand as stereotypes of scientific work; however, we also observe a game of forces on dis-

cursive memory under the shock of the event when there is the irruption of singular events that escape from the proposition of a certain stereotype of the mother scientist of the STEM areas.

KEYWORDS: *Discourse Analysis. Maternity. Science. Stereotype. Discursive device.*

Introdução

O trabalho profissional, fora de casa, executado pelas mulheres, é um trabalho desvalorizado socialmente ainda na atualidade, embora a participação da mulher no mercado de trabalho tenha alcançado a maior parte das áreas de atuação, antes, exclusivamente, exercidas pelos homens, ela continua ganhando menos, ocupando cargos menos valorizados e perdendo sua vaga de emprego pós-licença maternidade por exemplo. Historicamente, a mulher tem sido levada a atuar profissionalmente em áreas associadas ao trabalho do cuidado e ao assistencialismo como a Pedagogia, a Enfermagem, dentre outras.

De acordo com Schienbinger (2001: 118),

Numa cultura que dá preferência às coisas masculinas, as meninas hoje podem dizer que querem ser "policiais femininas", pilotos ou advogadas. Mas os meninos raramente escolhem a parte tradicionalmente feminina da vida, raramente exprimindo um forte desejo de virem a ser um enfermeiro, um dono-de-casa ou um professor primário. Os livros para crianças continuam a reforçar estereótipos sexuais. Pesados três quartos dos livros para crianças recentemente premiados retratavam as mulheres fazendo o trabalho doméstico e os homens trabalhando fora de casa.

Nesse sentido, a mulher seria vista e entendida como a única responsável pelo trabalho doméstico, tendo ou não uma vida profissional fora do ambiente dos lares. Além disso, esse modelo vem sendo repetido nos mais diversos lugares sociais, os discursos que circulam reverberam certa representação do que é ser mulher, mãe e profissional que passariam a reafirmar estereótipos de gênero. A ideia da mulher como multitarefas ficou ainda mais evidente durante o período da pandemia: em trabalhos anteriores, pudemos observar que não só a mulher é retratada como multitarefas mas também como as redes sociais passaram a ser espaços de trocas entre as mulheres. Desse modo, propomos (a) tecer uma análise discursiva¹ de posts do Instagram² que têm como temática primordial as mulheres mães e cientistas, de modo a (b) verificar como esses discursos produzem sentidos em torno da figura da mulher cientista e mãe (ou mulher mãe e cientista); e, igualmente, (c) tecer uma reflexão sobre como esse

-
- 1 É importante ressaltar, aqui, que a análise discursiva da materialidade tomada como objeto de estudo não lança mão da teoria do discurso digital, tal qual desenvolvem Paveau (2017), na França, e Dias (2018) no Brasil. Interessa-nos, antes, o conjunto sincrético entre linguagem verbal e visual, que (re) produz sentidos cristalizados para mulheres, mães e ciência, construindo um dispositivo que legitima o fazer científico das mães ligadas às áreas STEMS. Acreditamos que, mesmo embasadas em teóricos anteriores, podemos desenvolver boas análises discursivas, considerando a diversidade teórico-metodológica construída sobre a materialidade discursiva.
 - 2 A rede social Instagram pode ser acessada por meio do endereço: www.instagram.com em navegadores ou por aplicativos próprios para smartphones, foi eleita para este trabalho por ser a segunda maior rede social do mundo em número de usuários. Mais informações sobre o ranking das redes sociais podem ser encontradas na reportagem de 31 de janeiro de 2024 por meio do link: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/01/31/redes-sociais-passam-dos-5-bilhoes-de-usuarios-revela-informe.htm>

material recupera uma memória discursiva em torno do fazer científico e da mulher mãe. Para tanto, estaremos embasadas teórica e metodologicamente na análise do discurso de orientação francesa, mais precisamente, nos postulados de Pêcheux (2007) sobre memória discursiva, Amossy e Pierrot (2010) sobre estereótipo e Foucault (2014) acerca das questões que edificam um dispositivo.

1. Dispositivo da maternidade na ciência

Partindo da concepção de dispositivo discursivo enquanto ampliação da noção de episteme, temos como objetivo observar o regime de discursividade em que funciona o que denominamos “dispositivo da maternidade na ciência”, a partir de práticas discursivas que circulam nas redes sociais, especialmente, para este estudo, na plataforma Instagram³. Associadas a perfis públicos acadêmicos, institucionais e de grupos de pesquisa, as práticas discursivas se materializam em postagens de linguagem sincrética, articulando linguagem imagética e verbal, obedecendo à ordem de funcionamento da materialidade digital no Instagram, que exige arquivos no formato *.jpg*. Compreendendo o dispositivo como um conjunto heterogêneo de práticas sociais no qual se inserem leis, projetos, grupos de pesquisa, eventos, organizações acadêmicas e redes de apoio que funcionam a partir de uma articulação discursiva, é possível observar, tal qual conceitua Foucault (2014), a emergência de uma demanda temática - a mãe cientista - que promove um preenchimento estratégico e traz à tona uma questão que se fortalece como essencial no campo profissional, e que, por uma via de mão dupla, permite a construção de um certo tipo de estereótipo (Amossy & Pierrot 2010) discursivo para a cientista mãe. Essa demanda temática se inscreve no social a partir da irrupção do acontecimento discursivo da licença maternidade aprovada para bolsistas de pesquisa, em 2017, que torna visível o fazer científico da mulher-mãe e passa a fazer circular discursos de afirmação da mãe que se dedica à ciência, porém, dentro de um campo de legitimidade que prioriza as ciências exatas. Ou seja, como estereótipo de ciências não cabem as ciências humanas, assim como no estereótipo de cientistas não cabem as mães que fazem ciências humanas.

O conceito de dispositivo, a partir das reflexões de Foucault (2014), baliza a discussão que trazemos à luz neste trabalho. Situadas, teoricamente, no campo dos estudos discursivos, compreendemos o dispositivo⁴ como um conjunto formado por elementos heterogêneos, discursivos e não discursivos, articulados e materializados em práticas discursivas que entram em circulação social. As

3 Cabe salientar que, como embaixadoras do movimento Parent in Science na região Sudeste, as autoras são produtoras de páginas acadêmicas e institucionais, além de usuárias da rede Instagram, o que faz com que o tipo de conteúdo trazido para análise seja sistematicamente selecionado pelo *feed* de publicações, dada a natureza de seu trabalho na referida rede.

4 Não nos cabe (tampouco cabem nas páginas de um único artigo) esgotar a compreensão do dispositivo segundo os postulados de Michel Foucault. Nosso caminho de pesquisa vai buscar a noção do dispositivo a partir da irrupção de acontecimentos que tornam visíveis as mães pesquisadoras e inscrevem um campo temático de circulação de discursos que jogam luz sobre questões da maternidade e do trabalho científico. Esse caminho de pesquisa começa a ser construído em publicações anteriores e faz parte do nosso empenho como pesquisadoras e mães dentro desse entorno discursivo.

práticas discursivas, a partir das reflexões de Foucault (2000: 136), consistem em “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Portanto, é preciso considerar as determinações históricas que promoveram condições de emergência para enunciados que colocam em circulação a temática da maternidade, e as condições tecnodiscursivas⁵ que vão ampliar o alcance da circulação dessa temática, que permite observar seu funcionamento nas redes sociais, como o Instagram.

Neste trabalho, buscamos jogar luz à questão: como se dá a ver a representação da mulher mãe cientista na circulação de postagens que defendem a valorização do trabalho acadêmico da mulher?

Para operar com o conceito de dispositivo, trazemos como base o percurso postulado por Sargentini (2015) que descreve três pressupostos na base do modo como se estabelece o dispositivo:

I - Formação da questão de pesquisa: o olhar do pesquisador provoca a ruptura das evidências, porque busca a emergência de uma singularidade na circulação do discurso, construindo o acontecimento. Considerando o início de nossas reflexões sobre a temática da mulher mãe a partir do conjunto de trabalhos que temos desenvolvido nos últimos 3 anos, a emergência de uma singularidade se dá por meio da circulação via rede social Facebook do documentário produzido pelo canal do YouTube Gênero e Número, intitulado Fator F (2018). Esse documentário passou a circular a partir do compartilhamento da página, também do Facebook, Mães que escrevem, com o título "Carreira Científica e Maternidade".

Consideramos a circulação desse documentário como a irrupção de um acontecimento constituído por um material discursivo verbal e não verbal, e notamos que o tema é trazido de maneira singular por meio do vídeo nas redes sociais, ao mesmo tempo em que o suporte que está inscrita essa materialidade audiovisual permite sua circulação ampla, o que possibilita que o tema alcance diferentes sujeitos que ocupam posições diversas na sociedade.

II - Observar como se dá o regime de práticas que compõem a temática: decorre, deste pressuposto, a metodologia de coleta de material que circula socialmente sobre a temática em diferentes fontes, que vão desde a instauração de Projetos de Lei, Emendas Constitucionais, Incisos de Editais de fomento à pesquisa, até memes humorísticos produzidos em redes sociais, passando por diversas práticas sociais que se inscrevem a partir de uma certa materialidade discursiva, mas que deixam ver os elementos não discursivos que compõem o que pode ou não ser dito por determinados sujeitos, em um determinado lugar de enunciabilidade e em um determinado momento histórico.

III - Observação e inventário das práticas discursivas em rede, entretidas por elementos heterogêneos: a partir da coleta de material que faz circular a temática da mãe cientista, fazemos um inventário dessas práticas, que nos permite a análise da materialidade discursiva a partir da metodologia que consiste em um movimento/batimento entre descrição e interpretação do enunciado.

5 Paveau (2021, p.31) postula que falar em tecnodiscurso é afirmar que os discursos nativos digitais não são de ordem puramente linguageira, que as determinações técnicas as formas tecnolinguageiras devem ser descartadas em favor de uma perspectiva ecológica, integrativa que considere o papel dos agentes não humanos.

Para identificar um dispositivo, tal qual como o caracterizamos anteriormente, como “dispositivo da maternidade na ciência”, é preciso que se observe a natureza da rede que entrelaça esses elementos.

2. Memória discursiva

Para analisarmos os posts de redes sociais, é preciso considerar sua composição verbal e também não verbal, assim, as imagens produzem sentidos em consonância com a materialidade linguística que as acompanham. Nessa direção, podemos entender o funcionamento discursivo da imagem a partir do que teoriza Davallon (2007) quando afirma que se trata de um operador de memória social por possibilitar que a realidade seja representada de modo a conservar a força das relações sociais, ou seja, é possível materializar na imagem um relato de ações, por exemplo. Digamos que a imagem em uma publicidade seja complementar ao enunciado linguístico, pois pode conduzir os sujeitos a fixarem suas qualidades e, ao mesmo tempo, pode promover certa identificação em um grupo de sujeitos internautas.

O que nos interessa, das reflexões tecidas por Davallon (2007), é que a imagem será levada em consideração a partir de sua eficácia simbólica, o sujeito que observa uma determinada imagem desenvolve uma atividade de produção de significação, fato que não é transmitido e não é entregue pronto, ele é construído, interpretado e promove certo percurso de leitura.

Constatamos, portanto, que a eficácia simbólica da imagem emerge como algo que se inscreve em uma memória discursiva e acaba por afastar alguns fatos do discurso porque chama para si o lugar de protagonista na materialidade discursiva. Nesse sentido, a imagem passa a atuar como operador de memória social quando negocia com um acontecimento histórico que irrompe de maneira singular e com o dispositivo de uma memória. Como operadora de memória social, a imagem comporta um programa de leitura no interior dela mesma, produz um percurso escrito em outro lugar e, por isso, conduz a uma repetição e assim, mostra como ela funcionaria enquanto trajeto enumerativo (Pêcheux 2007).

É preciso discutir aqui a questão da memória como modo de estruturação da materialidade discursiva. Para tanto, se faz necessário e contundente trazer a afirmação de Pêcheux (2007, p. 50) quando diz que a memória não deve ser entendida no sentido psicologista de uma “memória individual”, mas “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. O autor ainda continua sua teorização ao afirmar que a análise do discurso se situa entre as pesquisas linguísticas e as de interpretação e que por estar situada nessa “vizinhança flexível de mundo paralelos”, acaba por se inscrever num processo frágil ao implicar a ordem da língua, da discursividade, do simbólico, isto porque há uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória.

Esse processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória se dá por meio de uma tensão contraditória e “sob uma dupla forma-limite que desempenha o papel de ponto de referência: o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever e o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (Pêcheux 2007: 50-51). Essa questão nos faz voltar à discussão sobre a memória estruturar a materialidade discursiva já que pode exis-

tir na esfera do icônico uma possível “combinatória culturalmente determinada dos segmentos gestuais” (Pêcheux 2007: 52).

Digamos que é preciso entender a memória discursiva como o movimento que vem recuperar os implícitos que sua leitura suscita como condição do legível ao próprio legível. Cabe ressaltar que podemos entender como implícitos, os pré-construídos, os elementos citados e os relatados, os discursos transversos, enfim, elementos que estariam ausentes por meio de sua presença e que se fazem ver por intermédio das repetições produzindo um efeito de série e de uma regularização. Assim, os implícitos se manifestariam sob forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase que, segundo Pêcheux (2007), podem conduzir a uma discussão sobre estereótipos.

Essa regularização, contudo, pode abater-se ao se defrontar com um acontecimento novo que vem, então, desestabilizar a memória, essa que tende a absorver esse acontecimento que desestabiliza a regularização e, ao mesmo tempo, abre uma nova série que faz com que os implícitos sedimentados até o momento se desloquem do sistema de regularização anterior (Achard 2007), é o que pode ser chamado de jogo de força da memória sob o choque do acontecimento.

Esse jogo de força da memória busca manter a regularização por meio de dois mecanismos: a estabilização parafrástica que negocia a absorção do acontecimento e sua possível dissolução ou também a busca pela desregulação desse acontecimento novo que vem perturbar a rede de implícitos pré-existentes. Pierre Achard (2007, p.8) busca analisar a construção discursiva do sentido e o funcionamento dos implícitos ao mostrar que a “memória não pode ser provada, não pode ser deduzida de um corpus”, mas ela funciona ao ser colocada por formulações no discurso concreto. Assim, nesse discurso concreto, o que funciona são “operadores linguageiros imersos em uma situação”, que conduziria a evidência de uma regularidade enunciativa. Essas regularidades são a chave para se detectar uma série de contextos e de repetições que podem variar entre o histórico e o linguístico. Isso se dá por meio de paráfrases e retomadas que produzem na memória um jogo de força no simbólico e, portanto, podem constituir uma questão social.

O que buscamos como analistas do discurso inspiradas nas teorias sobre a memória é justamente o que afirma Pêcheux (2007), ou seja, a análise do discurso deve voltar-se para os efeitos de opacidade como o momento em que os implícitos estão desestabilizados ou não são mais reconstrutíveis. A questão é se distanciar das evidências da proposição, da frase, da estabilidade produzida pela paráfrase e questionar os efeitos materiais de determinada série sem buscar uma significação ou sua interpretação no implícito, mas resgatar uma memória não concebida como uma esfera plena,

cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (Pêcheux 2007: 56).

Do ponto de vista discursivo, é possível dizer que o implícito promove a retomada de uma série de discursos verbais ou não verbais que podem ser trazidos em forma de paráfrases. Por exemplo, esses implícitos, que ao se repetirem e formarem uma regularidade, por sua vez, poderão fazer emergir uma memória. Como já dito, a regularidade se sustenta sobre o reconhecimento do que se repete, uma vez reconhecida essa repetição que se dá no jogo de força do simbólico, é preciso supor quais são os elementos que estabelecem os deslocamentos, as comparações e as relações históricas.

3. Que ciência fazem as mães cientistas?

Nosso movimento analítico se inicia a partir da localização de uma regularidade icônica recorrente, que inscreve, no ponto de partida da nossa observação, a imagem do saber nominalizado “Ciência”. Essa regularidade histórica de uma imagem que opera uma memória social que funciona como uma síntese de representação imagética, tal qual se pode observar na imagem de que nos valem a seguir:

FIGURA 1

Representação da Ciência



Fonte: <https://facepe.br>

Na iconografia do saber científico, a representação imagética dos elementos químicos e biológicos simboliza historicamente o saber sobre o que é a Ciência, associado às ciências STEMs⁶. Essa memória social também faz funcionar, no digital, a representação das STEMs quando se observa o algoritmo de pesquisa nos sites de busca. A imagem acima foi disponibilizada quando digitamos o termo ciência e selecionamos a aba “imagens” no buscador *Google*. A partir desta imagem síntese, observamos a regularidade do nosso material de análise que apresentamos a seguir.

A partir da entrada de busca #mãecientista na rede social Instagram, coletamos postagens públicas, do ano de 2021, dadas à circulação em perfis institucionais, acadêmicos e de grupos de pesquisa para compor nosso *corpus* de análise.

Em *O ponto zero da revolução*, Silvia Federici (2019) transcorre sobre o trabalho por amor quando afirma que o trabalho doméstico historicamente atribuído às mulheres é parte de uma

6 STEM é a sigla em língua inglesa para Science, Technology, Engineering and Mathematics, (ou Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, em português). Esse termo se refere a um currículo baseado na ideia de educar estudantes nessas quatro áreas a partir de uma abordagem interdisciplinar e aplicada.

engrenagem de opressão que dissemina a submissão feminina e o trabalho do cuidado não remunerado como algo inato e feito por amor, o que provoca dissensos em relação a divisão de tarefas domésticas e vai ao encontro de uma descaracterização dos trabalhos que se voltam para o cuidado como de professoras da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio que, na sua maioria, estudam em cursos das ciências de humanas.

FIGURA 2

Postagem 18 de abril de 2021 do Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade



Fonte: @nucleomaterna Instagram⁷

O post acima do perfil no Instagram do Núcleo Virtual de pesquisa em Gênero e Maternidade⁸ é parte de uma série de imagens que o compõem (o que comumente chamamos de carrossel de imagens nas postagens nas redes sociais), a que selecionamos para nossa reflexão traz ao fundo o rosto

⁷ https://www.instagram.com/p/CNz_Bd5pDb7/?img_index=4

⁸ Mais informações: <https://www.nucleomaterna.org/>

sério da cientista e mãe Marie -Curie⁹ que não só foi a primeira ganhadora do Prêmio Nobel como conseguiu repetir o feito em razão da descoberta da radioatividade, o discurso verbal colocado a frente de seu rosto traz um quadro com a data de nascimento e morte "1867 - 1934" seguido de:

"É difícil imaginar a vida cotidiana de Marie Curie como mãe. Mas, **embora** ela fosse implacável em suas atividades científicas, também era dedicada às filhas", afirma Shelley Emling, autora do livro *Marie-Curie and her Daughters: the private lives of science's first family* ("Marie Curie e suas filhas: a vida privada da primeira família da ciência", em tradução livre). Fonte: BBC

Há, portanto, a produção de efeito de sentido pelo uso do conectivo "embora" que, numa primeira leitura, entendemos como uma mulher que era excelente no seu trabalho conseguiu também cuidar das filhas, outra possibilidade interpretativa é a de que mesmo sendo cientista, ela também conseguiu cuidar das filhas. Há possibilidades interpretativas em torno do seguinte pré-construído: "Se ótima cientista, péssima mãe e se ótima mãe, péssima cientista", o que implica em efeitos de sentido em torno da ideia de que o trabalho que está fora do ambiente doméstico não é para uma mulher que é mãe, como se fosse preciso fazer uma escolha; mas, no caso de Marie-Curie, ela teria conseguido o feito de conciliar maternidade e carreira, algo excepcional e singular para uma mulher pioneira e que viveu no início do século passado. Entretanto, cabe acrescentar que não se trata de questões excludentes, mas questões complementares haja vista que a maternidade hoje não pode ser mais vista como de responsabilidade única da mãe, ela deve ser tomada como algo da sociedade.

Outro ponto importante no movimento interpretativo é o fato da postagem trazer Marie-Curie, mulher, mãe e cientista do campo das ciências exatas. Diante do que nos trouxeram os algoritmos¹⁰, essa postagem, tal como outras, traz a imagem de uma cientista de importância singular para os estudos sobre radioatividade; todavia, tal escolha também suscita questionamentos sobre a existência, importância e o destaque de mulheres em outras áreas da ciência, haveria um suposto apagamento da imagem das cientistas de outras áreas como aquelas que também teriam (e ainda tem) contribuído para a transformação social como as antropólogas Lelia Gonzalez¹¹ e Débora Diniz¹².

9 Fonte: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1158&sid=7>. Acesso em 11 de novembro de 2011.

10 Entendemos algoritmo a partir de Marie-Anne Paveau em: PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Trad. Roberto Baronas e Júlia Lourenço. Campinas: Pontes, 2021.

11 <http://www.lettras.ufmg.br/literafrro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>.

12 https://pt.wikipedia.org/wiki/Debora_Diniz.

FIGURA 3

Postagem 28 de janeiro de 2021 do programa RADIS de Comunicação e Saúde Fiocruz



Fonte: @radisfiocruz Instagram¹³

Algo semelhante se dá na figura acima que representa o post retirado do perfil do Instagram do Programa RADIS de Comunicação e Saúde da Fiocruz¹⁴; na postagem, observamos uma mulher diante de um microscópio posicionado em cima de uma bancada, junto dela, mais especificamente, nas suas costas com o que entendemos ser um "canguru" está uma criança, seu filho. Aqui como no post anterior, a imagem traz o microscópio como símbolo das áreas das ciências, exatas e biológicas, por exemplo, elemento simbólico que faz emergir uma regularização acerca da temática. A imagem possibilita que os sentidos orbitem em torno da ideia de que a mulher-mãe-cientista é a que atua diante de um microscópio; porém, mesmo sabendo que o RADIS é um programa da Fiocruz e, por conseguinte, tem como enfoque a área da saúde e o uso do microscópio em muitas de suas pesquisas, o que propomos mostrar é o funcionamento simbólico em torno de alguns ele-

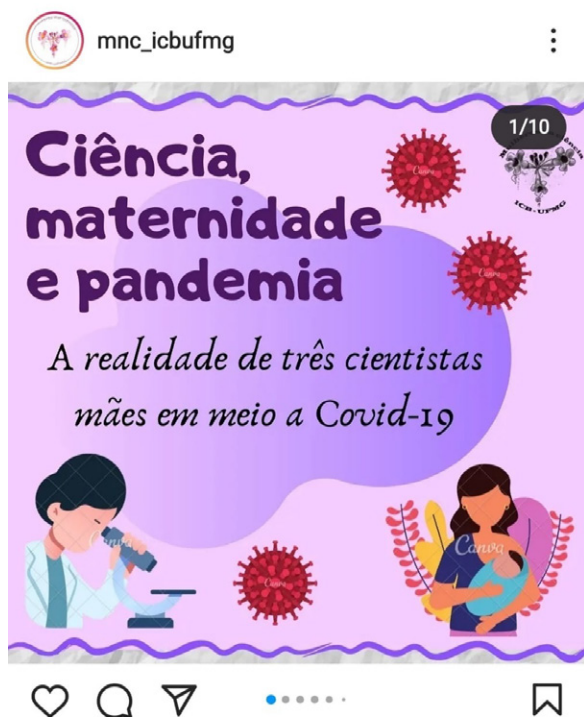
13 <https://www.instagram.com/p/CKl5C5FJHwi/>

14 <https://radis.ensp.fiocruz.br/>

mentos como o átomo, a estrutura de um DNA, o microscópio, dentre outros que retomam áreas específicas acerca de um estereótipo oriundo do cientista homem vestindo um jaleco, com óculos de segurança (ou mesmo óculos de grau), em frente a uma bancada segurando um Erlenmeyer¹⁵ ou olhando um microscópio¹⁶.

FIGURA 4

Postagem 21 de setembro de 2021, do Grupo Mulheres na Ciência do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG



Fonte: @mnc_icbufmg Instagram¹⁷

15 O Erlenmeyer é utilizado principalmente para preparar soluções e armazená-la, é empregado em titulações para acomodar a solução titulada. Esse recipiente de laboratório recebeu o nome de Erlenmeyer em homenagem ao seu criador, o químico alemão Emil Erlenmeyer. Disponível em: <https://www.splab.com.br/blog/vidraria/conheca-a-historia-do-erlenmeyer-vidraria-de-laboratorio/#:~:text=O%20Erlenmeyer%20%C3%A9%20uma%20das%20vidrarias%20de%20laborat%C3%B3rio%20mais%20importantes,podem%20ser%20tampados%20e%20selados>.

16 Para ilustrar a questão da estereotipia, digitamos no buscador Google na aba imagens a palavra: imagem de cientista e obtivemos os elementos descritos nos primeiros 20 resultados da busca. A primeira imagem disponibilizada está disponível no seguinte link: <https://energiainteligenteufjf.com.br/como-funciona/como-funciona-o-metodo-cientifico-e-por-que-e-diferente-de-opinioao/>.

17 <https://www.instagram.com/p/CUGneIFlwV7/>.

A figura de número 4 é a representação da postagem do Grupo Mulheres na Ciência do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG¹⁸, o post traz elementos imagéticos diversos, juntamente com os enunciados "Ciência, maternidade e pandemia - a realidade de três cientistas mães em meio a Covid-19" acompanhada de três imagens, uma delas está em vermelho, entendemos ser a representação de um vírus ou bactéria, a outra é uma mulher segurando um bebê e a terceira trata-se de uma mulher olhando em um microscópio. Logo, podemos afirmar que os implícitos são dados a ver quando colocados numa série, o que significaria dizer que ao mostrar a regularidade dos elementos que se referem a áreas como as exatas, as biológicas ou ainda as STEMs, notamos que o sentido é produzido em torno da sedimentação do estereótipo da cientista enquanto aquela que usa jaleco ou faz uso de um microscópio.

FIGURA 5

Postagem do dia 9 de maio de 2021, pela Liga Acadêmica de Microbiologia da UNINASSAU



Fonte: @lamicro_uninassau Instagram

Observamos também que essa construção de sentido se volta para a retomada do que está acordado como símbolo da ciência¹⁹, o átomo que tem como centro a imagem de uma mulher que carrega em sua mão direita um tubo de ensaio e na esquerda um bebê. Aqui, a mãe cientista trabalha nas

18 <https://www.ufmg.br/proex/grupo-mulheres-na-ciencia/>.

19 Cabe salientar que cada área do conhecimento tem seu próprio símbolo, como a Flor de Liz que seria o símbolo das ciências humanas; porém, o que está inscrito no senso comum é que o átomo seria o símbolo do fazer científico.

áreas que envolvem a vestimenta de um jaleco para lidar com materiais em tubos de ensaio; mais uma vez, há a retomada da imagem da mulher, mãe e cientista em torno de áreas específicas.

A postagem é do perfil do Instagram da Liga Acadêmica de Microbiologia da UNINASSAU em que se deseja um "Feliz dia das mães!!" como observamos nesse enunciado que compõem o rodapé da imagem, de modo centralizado e sobrepondo-se a um fundo verde, temos uma imagem de uma mulher cientista no meio de um átomo, os elétrons são representados por um carrinho de bebê, uma chupeta, um macacão infantil e os pés de um bebê, a cientista é dividida ao meio, seu lado esquerdo está de vestido azul e segura um bebê, seu lado direito usa jaleco e segura um tubo de ensaio, entendemos esse cenário sobre parentalidade na ciência como um espaço que não só divide a mulher mas também pode excluir essa mulher²⁰; a imagem, quando divide a mulher-cientista-mãe, produz sentido em torno da ideia de que quando se é cientista não se é mãe, a mulher se divide e o que se objetiva é o contrário, o entendimento de que é preciso que se considere a mulher e produza políticas de equidade de gênero é urgente porque uma papel social não exclui os demais para que uma mulher exista enquanto cidadã.

Ademais, considerando que a memória discursiva é entendida como um movimento que recupera os implícitos, os pré-construídos, os elementos citados, os relatados e os discursos transversos, ou seja, faz ver, por meio dos discursos verbais e não verbais, elementos por meio de uma regularização, observamos que em todos os posts acima, há a remissão a elementos das STEMs.

FIGURA 6

Postagem 16 de outubro de 2021, do projeto Movimento Mães Universitárias



Fonte: @maesuniversitariascx

20 Verificar dados e reportagens do Movimento Parent in Science disponíveis em: <https://www.parentinscience.com/>.

Essa repetição, contudo, é abalada por meio da irrupção de um acontecimento novo que surge para desestabilizar a memória, que busca absorvê-lo, ou seja, mesmo com a postagem desse elemento novo, a repetição das imagens da STEMs continua acontecendo como quem surge para absorver o diferente.

A postagem que visualizamos por meio da figura 4 é oriunda do perfil da rede social Instagram do Movimento Mães Universitárias, nela é possível ver como pano de fundo o enunciado "Onde está as mães cientistas com filhos de 0 a 5 anos de idade?" uma mulher sentada a frente de uma mesa de trabalho, olhando para a tela de um computador, segurando uma criança no colo, o trabalho está sendo realizado em casa, pois observamos elementos como plantas, porta-retratos e um gato de estimação presentes. Tomamos este post como um acontecimento que possibilita a irrupção de uma nova série que faz com que os implícitos sedimentados até o momento (as mães cientistas são das áreas da STEMs) se desloquem do sistema de regularização exposto nas figuras acima e promovam o que Achard (2007) chama de jogo de força na memória sob o choque do acontecimento.

Considerações finais

Diante das questões suscitadas, consideramos que os objetivos propostos no início do artigo foram atingidos, haja vista que analisamos discursivamente postagens do Instagram e verificamos como esses discursos produzem sentido em torno da figura da mulher cientista e mãe, foi possível construir reflexões acerca de um material de análise que recupera uma memória discursiva em torno do fazer científico da mulher mãe a partir de teorias discursivas que nos deram suportes ferramentas analítico e metodológico. Pudemos, então, responder: Como se dá a ver a representação da mulher mãe cientista na circulação de postagens que defendem a valorização do trabalho acadêmico da mulher? Arriscamos afirmar que a construção de uma regularidade e a retomada de pré-construídos em torno do que entendemos como estereótipos do fazer científico nos dá a ver a cientista mãe como da área das STEMs, como quem deve escolher entre a carreira e maternidade e, por consequência, realimenta a ideia de que a ciência é feita pelas ciências exatas.

Nesse caminho, diríamos que o dispositivo da mãe cientista gera, no ambiente digital, uma demanda que suscita um determinado preenchimento estratégico, ou seja, o olhar para as mães que não são das STEMs irrompe em algum lugar/momento histórico em uma outra sobredeterminação que permite que esse enunciado da mãe cientista que não é ligado a mãe das STEMs possa surgir situado a partir da memória discursiva sobre as mulheres na ciência. Nessa direção, a mulher ali retratada no computador permite a irrupção de outros sentidos que operam uma desnaturalização do fazer científico como de um só lugar, campo ou área.

Londa Schiebinger (2001: 28) argumenta que as mulheres elaboram o saber científico de maneira diferente do modo competitivo e reducionista dos homens. Elas tendem a ser pensadoras holísticas e integrativas, mais pacientes, persistentes e atentas a detalhes, dispostas a esperar que os dados de pesquisa falem por si mesmos ao invés de forçar respostas. Para Schiebinger (2001), essa maneira 'feminina' de perceber e fazer a ciência é uma variável importante e poderosa, capaz de alterar o que cientistas estudam ou a escolha dos tópicos de pesquisa. Por outro lado, desconsiderar essa porção de conhecimento é um erro que tem trazido perdas a ambos os gêneros. No entanto, a incorporação das mulheres à ciência não pode e não deve ocorrer sem conturbações na ordem vigente, pois demanda profundas mudanças estruturais na cultura, nos métodos e no conteúdo da ciência.

Referências

- ACHARD, P. 2007. Memória e produção discursiva de sentido. In: PÊCHEUX, M. *Papel da memória*. Campinas: Editora Pontes. p. 11-22.
- AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. 2010 [1997]. *Estereotipos y clichés*. Traducción y adaptación: Lelia Gándara. 4. reimp. Buenos Aires: Eudeba.
- DIAS, C. 2018. *Análise do Discurso Digital*. Sujeito, Espaço, Memória e Arquivo. Campinas: Pontes Editores.
- Fator F. *Gênero e Número*. 25 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RukTR9VHcUg&t=27s>. Acesso em: 1 maio 2021.
- FEDERICI, S. 2019. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorx - São Paulo: editora elefante. 388 p.
- FOUCAULT, M. 2014. O jogo de Michel Foucault. In: MOTTA, M. B. da (org.). *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Ditos e Escritos IX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 118-140.
- SUPRIMIDO PARA REVISIÓN CIEGA. 2022.
- PAVEAU, M-A. 2021. *Análise do discurso digital*: dicionário das formas e das práticas. Trad. Roberto Baronas e Júlia Lourenço. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. 2007. *O papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. In.: ACHARD, P et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes. p. 49-58.
- SARGENTINI, V. M. O. 2015. Dispositivo: um aporte teórico metodológico para o estudo do discurso. In: SOUZA, K. M. de; PAIXÃO, H. P. da P. (org.). *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios; Goiânia, UFG. p. 17-27.
- SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisf.files.wordpress.com/2015/03/schienbinger-2001.pdf>. Acesso 08 ago 2021.

LÍGIA MARA BOIN MENOSSİ DE ARAUJO. Professora adjunta do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos - SP e embaixadora do Movimento Parent in Science - Região Sudeste. Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (2015). Suas pesquisas estão centradas na área de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, a Análise do Discurso Digital e Linguística Popular em torno dos seguintes temas: equidade de gênero, parentalidade, imaginário sobre língua e comunicação e redes sociais.

E-mail: ligiamenossi@ufscar.br

LUCIANA CARMONA GARCIA. Docente permanente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca/SP. Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (2014). É líder do grupo GTEDI - Grupo de Estudos do Texto e do Discurso da UNIFRAN desde 2016. Desenvolve pesquisa na área de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando nos temas: maternidade, gênero, minorias. Atua como docente nas áreas de Linguística Geral, Análise do Discurso, Educação Infantil, Educação Positiva. Atual Embaixadora do Movimento Parent in Science - Região Sudeste.

E-mail: luciana.garcia@unifran.edu.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Este artigo foi desenvolvido pelas autoras Lígia Mara Boin Menossi de Araujo e Luciana Carmona Garcia. O desenho e a coleta dos dados foram realizados pelas duas autoras assim como ambas colaboraram na interpretação dos resultados, redação e revisão do artigo que tem como proposição a questão do dispositivo da maternidade.

RALED

VOL. 25(2) 2025



ARTÍCULO

Os 10 anos da Lei de Cotas no discurso jornalístico: o que a Folha pensa?

The 10th anniversary of the Quota Law in Journalistic Discourse: What does the Folha think?

DANIELE DE OLIVEIRA

ORCID: 0000-0001-7721-0901

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Recebido: 9 de maio de 2024 | Aceito: 18 de novembro de 2024

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.180-197

RESUMO

Neste trabalho, apresento o resultado de uma investigação sobre o discurso relativo à Lei de Cotas, no webjornal Folha de S. Paulo, em 2022, quando a Lei completou 10 anos. Compreendendo esta como uma importante questão social, este estudo está ancorado nos Estudos Críticos do Discurso, mais especificamente na abordagem sociocognitiva proposta por Teun van Dijk (1995, 2009, 2021, entre outros), embora acione também algumas das categorias analíticas propostas por Norman Fairclough (2003): representação de atores sociais, avaliação e metáfora. Para uma retomada do histórico e da importância da Lei de Cotas, lanço mão, principalmente, do trabalho de Vaz (2022). Por fim, apresento os resultados da análise do corpus selecionado seguidos de algumas considerações sobre a investigação aqui empreendida.

PALAVRAS CHAVE: *Discurso. Lei de Cotas. Abordagem sociocognitiva. Estudos Críticos do Discurso. Webjornalismo.*

RESUMEN

En este artículo, presento el resultado de una investigación sobre el discurso sobre la Ley de Cuotas en el webjournal Folha de S. Paulo, en 2022, cuando la ley cumplió 10 años. Compreendiendo esto como un tema social importante, este estudio está anclado en Estudios Críticos del Discurso, más específicamente en el enfoque sociocognitivo propuesto por Teun van Dijk (1995, 2009, 2021, entre otros), aunque también desencadena algunas de las categorías analíticas propuestas por Norman Fairclough (2003): representación de actores sociales, evaluación y metáfora. Para una reanudación de la historia y la importancia de la Ley de Cuotas uso principalmente el trabajo de Vaz (2022). Finalmente, presento los resultados del análisis de corpus seleccionado seguido de algunas consideraciones sobre la investigación realizada aquí.

PALABRAS CLAVE: *Discurso. Ley de Cuotas. Enfoque sociocognitivo. Estudios Críticos del Discurso. WebJournalismo.*

ABSTRACT

In this paper I present the result of an investigation into the discourse on the Quota Law on the Folha de S. Paulo webjournal in 2022, when the law turned 10. Understanding this as an important social issue, this study is anchored in Critical Discourse Studies, more specifically in the sociocognitive approach proposed by Teun van Dijk (1995, 2009, 2021 among others), although it also trigger some of the analytical categories proposed by Norman Fairclough (2003): representation of social actors, evaluation and metaphor. For a resumption of the history and importance of the Quota Law I use mainly the work of Vaz (2022). Finally, I present the results of the selected corpus analysis followed by some considerations about the investigation undertaken here.

KEYWORDS: *Speech. Quota Law. Sociocognitive approach. Critical Speech Studies. Webjournalism.*

Introdução

A Lei de Cotas completou 10 anos em 2022, embora, na prática, a reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) já venha acontecendo desde o início dos anos 2000 em algumas universidades brasileiras. Compreendida como uma discriminação positiva, o propósito da Lei é superar ou ao menos minimizar desigualdades sócio-raciais. Dada sua relevância no cenário brasileiro, como importante instrumento de mudança social, meu objetivo, com esta investigação, é analisar produções discursivas sobre a Lei de Cotas, formuladas como discurso jornalístico, a partir do webjornal *Folha de S. Paulo*, na ocasião dos 10 anos da Lei.

O que justifica tal opção é a compreensão do potencial que o discurso jornalístico hegemônico possui para (re)formar a opinião pública, em função de seu alcance e, consequentemente, de sua capacidade de pautar a sociedade. Ressalto, no entanto, que se trata de um potencial, já que muitas vezes a opinião pública pode ser contrária ou ao menos diferente do que pretendem os meios de comunicação (Feres Júnior 2008). Os próprios comentários postados por leitoras/es dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho confirmam essa afirmação¹.

De modo mais específico, a proposta é investigar os discursos presentes nesse contexto, tendo em vista seu potencial para (re)formar modelos mentais das/os leitoras/es do webjornal. Compreendendo esta como uma importante questão de equidade sócio-racial e de inclusão democrática, este estudo está ancorado nos Estudos Críticos do Discurso, mais especificamente na abordagem sociocognitiva proposta por Teun van Dijk (1995, 2009, 2021 entre outros), embora acione também algumas das categorias analíticas propostas por Norman Fairclough (2003): representação de atores sociais, avaliação e metáfora. Para uma retomada do histórico e da importância da Lei de Cotas, lanço mão, principalmente, do trabalho de Vaz (2022), explanação à qual me debruço na próxima seção. Por fim, apresento os resultados da análise do *corpus* selecionado que apontam para uma orientação discursiva com potencial para reforçar modelos mentais estruturalmente racistas, na sequência teço algumas considerações sobre a investigação aqui empreendida.

1. Percurso histórico até a sanção da Lei de Cotas

Neste tópico, como já foi dito, busco traçar o percurso histórico das discussões, Projetos de Lei, grupos de trabalho, etc., que resultaram na sanção da Lei de Cotas em 2012 com o intuito de demonstrar o árduo caminho para a conquista de um direito expresso e reclamado pelas populações negra e indígena. Esse direito decorre do tempo de defasagem de reparação histórica, pelas mazelas da ultrajante economia escravista nas ex-colônias europeias, já garantido, na teoria, pela Constituição cidadã de 1988.

O estudo sobre o acesso à educação formal pela população negra brasileira nos mostra o quão omissos foi o estado brasileiro com essa população, e também que houve ações deliberadas que

1 Essa constatação me fez perceber a importância de se discutir também o debate sobre a Lei de Cotas no escopo dos comentários das/os leitoras/es do webjornal *Folha de S. Paulo*.

proibiam esse acesso². Por isso, estou de acordo com a promotora Lívia Sant’Anna Vaz (2022: 25) que afirma: “As cotas raciais representam uma das poucas (e ainda insuficientes) respostas dadas pelo Estado brasileiro à secular barbárie produzida contra corpos negros” (Vaz 2022: 25). Foram, mais precisamente, 124 anos, desde a abolição da escravidão no Brasil em 1888, até que a Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas, fosse sancionada.

A abolição da escravidão implicou na revogação de todas disposições contrárias, ou seja, legalmente não haveria impedimento para o acesso à educação pela população até então escravizada. Mas, na prática, obstáculos de natureza racial e social impediram que esse acesso se concretizasse. É importante ressaltar que essa pauta sempre esteve presente para a população negra brasileira (Vaz 2022), ao mesmo tempo em que as elites brancas brasileiras sempre temeram que a instrução fundamentasse a concretização dos anseios por liberdade da população negra (Azevedo 1987).

A despeito das proibições, o povo negro sempre driblou tais obstáculos, seja individualmente no ambiente doméstico, seja por meio de iniciativas coletivas, como a criação de escolas específicas para crianças negras, entre outras estratégias (Vaz 2022). No contexto legislativo, em 1983, o então deputado federal Abdias Nascimento foi o primeiro a propor um projeto de lei com o intuito de enfrentar o racismo e promover a equidade racial no Brasil. Trata-se do PL 1.332 que propunha “uma série de medidas compensatórias para proporcionar isonomia entre negros e brancos nos setores de oportunidade de trabalho, remuneração, educação, tratamento policial etc.” (Vaz 2022: 90). Mesmo com pareceres favoráveis, o PL 1.332-83 foi arquivado em 1989. Essa discussão só retoma fôlego no final dos anos 1990 por iniciativa dos movimentos negros com a discussão sobre ações afirmativas.

No ano 2000, o deputado federal Paulo Paim apresentou o Projeto de Lei 3.198 propondo o Estatuto da Igualdade Racial, resgatando em sua base o conteúdo do PL de Abdias Nascimento. O Estatuto só foi aprovado em 2010, com a sanção da Lei 12.288, no segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Vaz (2022) ressalta a importância do Estatuto como um marco legislativo fundamental para a promoção da equidade racial no Brasil, já que legislava sobre a “inclusão social da população negra, envolvendo desde o acesso à saúde, educação, terra, moradia, cultura e lazer, até sua inserção no mercado de trabalho e nos meios de comunicação.” (Vaz 2022: 93).

Em 2001, a Conferência de Durban³ havia inaugurado uma nova concepção sobre as ações afirmativas que passaram a ser compreendidas como instrumento para a redução da desigualdade racial. Foi nesse contexto que o governo brasileiro admitiu pela primeira vez a existência de desigualdades em função da raça e se comprometeu a enfrentá-las. Nessa época, começam a surgir os primeiros editais com reservas de vagas em universidades públicas, tendo sido as pioneiras as estaduais Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a partir de 2002 e 2003, respectivamente. E a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira federal a implementar o sistema de cotas em 2004.

2 Para aprofundamento sobre a legislação brasileira que proibia e restringia o acesso da população negra à educação ver Vaz (2022).

3 Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, África do Sul.

A partir daí, diversas universidades federais e estaduais passaram a adotar o sistema de cotas, não sem questionamentos pelas elites brancas dominantes, defensoras da meritocracia, como ressalta Vaz (2022), até que em 2012, foi sancionada, pela então presidenta Dilma Rousseff, a Lei 12.711, a Lei de Cotas.

Compreendida como *discriminação positiva*, as cotas se constituem como uma reserva de vagas para membros de grupos étnico-raciais discriminados e têm como intuito uma reparação histórica a esses grupos, a desestabilização da estrutura racialmente hierarquizada diminuindo os privilégios dos grupos hegemônicos, com vistas a resultados mais equânimes em comparação com outras ações afirmativas (Vaz 2022). Trata-se, portanto, da *inclusão social* de grupos que nunca deveriam ter sido excluídos.

Entendida como um sistema de reserva de vagas, a Lei de Cotas tem como fundamento a promoção da equidade racial e da inclusão social, não meramente o acesso privilegiado da população negra ao ensino superior, como costumam pensar os opositores da Lei. Como ressalta Vaz (2022), as cotas raciais são, na realidade, subcotas das cotas sociais, ou seja, pessoas brancas pobres também podem se beneficiar da Lei⁴.

É importante ressaltar também o protagonismo dos movimentos negros no processo de implementação das cotas raciais o que já havia sido destacado por Gomes (2011: 137): “conquanto sujeito político, [o movimento negro] tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra [...] e pelas políticas de ação afirmativa nas suas mais diferentes modalidades”.

Dentre tantas desigualdades raciais facilmente identificáveis no nosso cotidiano e que poderiam ser usadas como exemplos da necessidade urgente de ações afirmativas que minimizem ou superem tais desigualdades, optei por resgatar o que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – denominou como *elevador social quebrado*. No Brasil, integrantes de famílias mais pobres demoram nove gerações para alcançar a renda média da população brasileira, o que na maioria dos países acontece entre quatro e cinco gerações (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). Nesse levantamento, estamos atrás apenas da Colômbia.

Um aspecto importante nesse debate é o fato de estar centrado na figura do negro, como destacou Feres Júnior (2008):

Desde o princípio, uma característica interessante e fundamental deste debate deve ser destacada. Apesar de haver diversos programas para candidatos de escolas públicas e muitos programas para minorias indígenas, a vasta maioria dos textos sobre ação afirmativa que aparecem na mídia concentra-se somente nos programas para negros. Mas por quê? (Feres Júnior 2008: 48)

4 “Dessa maneira, a Lei nº 12.711/2012 institui, com prioridade, as denominadas cotas sociais, já que leva em consideração a origem socioeconômica das/os candidatas/os, seja pela frequência a escolas públicas, seja pela renda familiar. Das cotas sociais é que se extrai um percentual – variável conforme a composição étnico-racial da população do estado onde está instalada a instituição – destinado às cotas raciais.” (VAZ, 2022, p. 104)

Tal constatação continua verdadeira, a exemplo do *corpus* selecionado para essa investigação, textos publicados no ano de 2022, no qual apenas esporadicamente os demais beneficiários da reserva de vagas são mencionados. Portanto, a pergunta ainda precisa ser respondida: por que o debate sobre as cotas está centrado na figura do negro? Sodré (2015[1999]) discute o *mecanismo civilizatório de rejeição existencial*, denunciando a persistência da “rejeição à alteridade simbolizada pela fenotipia escura”.

Wilderson III (2021) também ressalta a negritude como um *locus* de abjeção, o que o conduz a uma perspectiva afropessimista que compreende a negritude como uma lente de interpretação que questiona os fundamentos, métodos, formas e utilidade do marxismo, do pós-colonialismo, da psicanálise e do feminismo. Wilderson III (2021) se refere à sociedade estadunidense, mas entendo que tal perspectiva pode ser aplicada também ao *modus operandi* da sociedade brasileira, já que o próprio *corpus* desta investigação confirma a similaridade.

Tendo em vista que tal abjeção pode ser (re)configurada por meio do discurso, bem como pode ser contestada, também por meio do discurso, é importante tecer, ainda que brevemente, algumas considerações sobre o discurso racista e o discurso antirracista.

1.1 Discurso racista e discurso antirracista: algumas considerações

À luz da concepção de ideologia como um sistema de crenças de determinado grupo social (van Dijk, 2008), pode-se dizer que o racismo e o antirracismo constituem ideologias que podem fundamentar práticas racistas ou antirracistas, respectivamente. O racismo ou o antirracismo são, portanto, constituintes de práticas sociais que envolvem, entre outros aspectos, a linguagem, tendo em vista seu uso “*ancorado* em estruturas semióticas e sociais, sem perder de vista a *flexibilidade* dos eventos comunicativos, que permite a *criatividade* na produção de textos.” (Ramalho y Resende 2011: 14, grifos das autoras). Nessa perspectiva, pode-se dizer que o racismo, assim como o antirracismo, é discursivo, já que funciona por meio de uma cadeia de imagens e palavras (Kilomba 2019) a partir da ideologia de um grupo social.

Tendo em vista a relação interna e dialética entre linguagem (discurso) e sociedade, compreende-se como esses discursos tanto moldam quanto são moldados pela sociedade. A relação entre linguagem e questões étnico-raciais já havia sido discutida por autores como Frantz Fanon, Lélia Gonzalez e Achille Mbembe, como bem destacou Nascimento (2019: 47) com o intuito de mostrar “como a linguagem é um processo multiplicador do racismo enquanto instituição básica e estrutural das nossas sociedades modernas”. Tal processo envolve relações abusivas de poder, uma vez que defendem os interesses do grupo dominante ao mesmo tempo em que agem de encontro aos interesses do grupo dominado (van Dijk 2008).

Se o racismo é um sistema de dominação étnica, o antirracismo é antes de tudo um macromovimento global e histórico de resistência contra tal dominação (van Dijk 2021a). Destaca o autor ainda que nem o racismo, nem o antirracismo são inatos ou naturais, mas aprendidos principalmente por meio do discurso. E se podem ser aprendidos, podem também ser desaprendidos. É nessa perspectiva que se pode falar em discurso racista e discurso antirracista ancorados em modelos mentais que podem ser amplamente compartilhados, por exemplo, por meio de veículos de comunicação em função de seu grande alcance.

Como grave problema social, o racismo, em seu aspecto discursivo, é o foco de análise nessa investigação, tendo como alvo o contexto jornalístico digital. Para tanto, entende-se que os Estudos

Críticos do Discurso, notadamente a perspectiva adotada pelo linguista holandês Teun van Dijk, constituem arcabouço teórico-metodológico pertinente para tal propósito.

2. Estudos Críticos do Discurso: Teun van Dijk

De acordo com van Dijk (1995), pesquisas críticas discursivas partem de um problema social, tal abordagem crítica deve ser explícita, deve ser multidisciplinar, deve estar centrada em todas as dimensões do discurso, tendo em vista que trata da investigação, entre outros aspectos, das ideologias subjacentes a determinado discurso. A perspectiva crítica está ancorada na teoria crítica, tal como proposta pela Escola de Frankfurt, que defende que o pensamento crítico deve se relacionar com o social com o intuito de modificá-lo, para além de apenas descrever e explicar a sociedade.

A abordagem sociocognitiva de Teun van Dijk (2009, 2017) para uma análise de discurso crítica é pertinente para a análise aqui proposta, tendo em vista meu objetivo de refletir sobre como modelos mentais são (re)produzidos por meio do discurso midiático, com potencial para serem assimilados pelas/os leitoras/es. O tema das cotas e os 10 anos da Lei constituem o ponto de partida para investigar como o discurso antinegritude (Oliveira 2023) ainda está presente nesse contexto, já que essa discussão, bem como qualquer outra que envolva questões raciais, invariavelmente, resvala em pressupostos, valores e ideologias antinegritude. Ressalto, ainda, a pertinência de discutir a Lei de Cotas, dada sua importância como política pública inclusiva no Brasil.

Nesta investigação, o intuito maior é tentar mostrar como determinados modelos mentais antinegritude são difundidos de forma sutil por meio de um discurso que se pretende não preconceituoso e aberto à diversidade⁵. Ancorado na psicologia cognitiva, van Dijk (2021) compreende o modelo mental como “uma representação mental de experiência armazenada na memória autobiográfica” (p. 33). Sendo assim, quando usamos a linguagem para (re)contar uma experiência que vivemos, acionamos o modelo mental que construímos a partir dessa experiência. Esse modelo foi construído em termos de “tempo, local, participantes (e suas identidades, papéis e relações), um evento ou ação, bem como objetivos, conhecimentos e opiniões” (van Dijk 2021: 33). Se, por exemplo, uma pessoa antirracista presencia um ato racista, ela tende a relatar esse evento a partir de seus modelos mentais fundamentados em opiniões antirracistas e, com isso, sua versão do evento provavelmente vai ressaltar o quanto a ação racista é errada, criminosa etc. No caso de uma denúncia, essa pessoa poderia testemunhar em favor da vítima, dificilmente do racista.

Van Dijk (2021) ressalta que apesar de o modelo mental ser pessoal, ele é socialmente construído, tendo em vista que nossas interpretações das ações e eventos que presenciamos partem também de cognições socialmente compartilhadas, tais como ideologias. O que aponta para a relevância de estudos sobre o discurso midiático, tendo em vista seu alcance e, consequentemente, forte potencial para influenciar a formação de modelos mentais pessoais.

Além dos modelos mentais, van Dijk (2021) destaca também que interpretamos a situação comunicativa específica em que participamos, uma cena de racismo, por exemplo, além de situ-

5 Voltarei a essa discussão na sessão de análise.

ações racistas de modo mais genérico. Trata-se, nesse caso, dos “modelos de contexto [que] nos permitem adaptar nosso discurso à situação comunicativa” (34). Dessa forma, e continuando no exemplo dado acima, a pessoa que presenciou o ato racista será capaz de adaptar essa experiência como testemunha na delegacia, numa conversa entre amigos ou até mesmo numa entrevista para um webjornal, considerando que aspectos deve destacar em cada caso a partir do modelo de contexto. Em resumo, o modelo mental *semântico* controla o *conteúdo* dessa história, mas é o modelo de contexto *pragmático* que define *como* contar essa história (van Dijk 2021).

Me interessa nesse trabalho *como* a *Folha* conta a história dos dez anos da Lei de Cotas, com o intuito de apreender quais estratégias discursivas são acionadas pelo webjornal e que discursos elas promovem. De acordo com van Dijk (2009, 2017), uma forma adequada de se iniciar a análise é a partir das macroestruturas semânticas do discurso em tela. Para o autor, as macroestruturas são configurações hierárquicas de (macro)proposições, que representam temas ou tópicos dos respectivos episódios do discurso de acordo com vários níveis de generalidade ou abstração (van Dijk 2010), o que também pode ser compreendido como a ideia mais importante e que melhor resume, por exemplo, o conteúdo de um texto jornalístico. Além disso, a macroestrutura ou o tópico que confere a coerência global do discurso, em geral, está inscrita no próprio texto, por exemplo, em títulos, sumários e/ou em sentenças temáticas (van Dijk 2010a).

A relevância da análise centrada nas manchetes e *leads* do discurso jornalístico se evidencia justamente pelo fato de as macroestruturas geralmente serem expressas nesse local do texto. Tendo em vista que crenças, opiniões e objetivos dos participantes podem variar a partir de suas ideologias, as macroestruturas também serão orientadas ideologicamente. No discurso jornalístico, esse aspecto é particularmente importante, pois, em função de seu alcance, tais ideologias são mais amplamente difundidas e, portanto, têm um forte potencial para (re)formar modelos mentais.

Além disso, pesquisas já têm mostrado que, muitas vezes, a leitura não vai além dos títulos dos textos. Anspach, Jennings e Arceneaux (2019) demonstraram como leitoras/es na rede social Facebook se informam com o que chamaram de *pílulas de informação*, ou seja, a maioria das/os leitoras/es não clica nos links das notícias e se informam apenas com o recorte destacado pela rede, em geral, o título e um resumo do conteúdo. Dessa forma, considero de fundamental importância investigar o que é disponibilizado nas manchetes e *leads* dos textos jornalísticos, tendo em vista que, na contemporaneidade, muitas vezes, essa é toda a informação que a/o leitor/a vai acessar.

No nível micro, a análise foi feita a partir de categorias propostas por Fairclough (2003), tais como a representação de atores sociais, avaliação e metáfora. A representação de atores sociais parte do repertório sócio-semântico proposto por van Leeuwen (2008) e permite investigar quais atores sociais foram incluídos e quais foram excluídos de determinado discurso, quando incluídos como isso foi feito, entre outras possibilidades que não vou explorar neste trabalho. A avaliação se refere a como o locutor aprecia determinados aspectos do mundo, o que é bom ou ruim para ele, etc. Essa categoria remete à subjetividade inerente ao discurso e, portanto, permite acessar posicionamentos ideológicos ainda que não estejam explícitos no texto, a partir de *afirmações avaliativas*, *afirmações com modalidade deontica*, *afirmações afetivas* e *presunções valorativas* (Fairclough 2003; Ramalho e Resende 2011). Já a categoria analítica metáfora é proposta por Fairclough (2003), a partir da concepção de Lakoff e Johnson (2002). Para esses autores, a base do nosso sistema conceitual é metafórico, ou seja, compreendemos uma coisa em termos de outra; e também a partir dos aspectos culturais aos quais estamos

expostos. Os tipos de metáforas discutidos por Lakoff e Johnson (2002) são as metáforas *conceituais*, as *orientacionais* e as *ontológicas*.

3. A Lei de Cotas no discurso da *Folha* 10 anos depois

Como já foi dito, a proposta desta investigação foi analisar como foi feita a discussão sobre a questão da Lei de Cotas, no contexto jornalístico, aqui representado pelo webjornal *Folha de S. Paulo*, no ano de 2022. O ano foi escolhido por ser o ano em que a Lei completou 10 anos e seria o ano da revisão já prevista no próprio texto da Lei. Tal revisão acabou não acontecendo em 2022, porque esse debate foi ofuscado pela intensa campanha eleitoral para a Presidência da República. Mesmo assim, algum debate aconteceu, até porque diversos Projetos de Lei vinham sendo apresentados desde 2015, seja para alterar, prorrogar ou até mesmo extinguir a Lei de Cotas. Pode-se dizer então que esse debate é contínuo, tendo em vista que interessa sobremaneira aos movimentos negros e aos observatórios que lidam com violência racial.

A escolha do webjornal *Folha de São Paulo* se deve, além de sua importância no cenário nacional, em termos de alcance, por ter se posicionado veementemente contra a política de reserva de vagas para negros no contexto da discussão para implementação da Lei de Cotas. Em editorial publicado no mesmo ano da sanção da Lei de Cotas, 2012, a *Folha* se posiciona explicitamente já no título: *Cotas raciais, um erro*⁶, fundamentando seu argumento na suposta ausência de um racismo sistêmico na sociedade brasileira. E hoje em dia, o webjornal mantém em seu site, na seção *O que a Folha pensa*⁷, *princípios e valores inegociáveis para o jornal*, além de seu posicionamento relativo a *controvérsias cotidianas*, tais como redes sociais e fake news, combate a corrupção, segurança pública, entre outros. Nessa seção, reforçada pelo epíteto *inegociáveis*, em seu título, sobre as cotas raciais, a *Folha* informa que “O jornal não apoia a reserva de vagas no ensino ou no serviço público a partir de critérios raciais. Considera, porém, que são bem-vindas experiências baseadas em critérios objetivos, como renda ou escola de origem.” Em suma, na essência, a *Folha* é contra a reserva de cotas raciais, ainda hoje, de forma inegociável. Ressalto aqui a presença do discurso antinegritude, já que a *Folha* se posiciona contra cotas raciais e não, por exemplo, contra cotas sociais (estudantes de escolas públicas) ou cotas para indígenas, o que ilustra também a abjeção à fenotipia escura (Sodré 2015 [1999]).

Tal posicionamento também é sugerido quando da publicação da reportagem, *11 signatários de carta de 2006 contra cotas raciais dizem por que mudaram de posição* (26/02/2022). Tendo em vista que a carta de 2006⁸ contou com 114 assinaturas, entre intelectuais, artistas e poucos integrantes do movimento negro, evidenciar no título que apenas 11 mudaram de posição, pressupõe que 103

6 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/39477-cotas-raciais-um-erro.shtml> acesso 24.02.2024

7 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/o-que-a-folha-pensa.shtml> acesso 23.02.2024.

8 A carta de 2006 foi um manifesto contra os projetos da Lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000) que tramitavam no Congresso.

a mantiveram inalterada. Na prática, a *Folha* procurou 32 dos signatários vivos, o que é explicado no corpo do texto. Desses, 21 optaram ou por não se manifestar ou apresentaram outros argumentos para não responder à demanda do webjornal (luto, receio, trabalho, desinteresse).

Van Dijk (2017a) já havia destacado a relevância do *jogo de números*, movimento retórico típico do discurso jornalístico, já que sugere credibilidade estatística. Nesse caso, o número 11 é usado para sugerir que poucas pessoas mudaram de opinião em relação às cotas, se considerarmos que o total de signatários foi 114. Na realidade, além dos que optaram por não se manifestar, muitos desses signatários já estão mortos e, por óbvio, não se pode saber se chegaram a mudar de opinião em algum momento. Dessa forma, o número onze sugere uma conclusão equivocada, a partir da presunção genérica de que os números não mentem. Acrescento ainda que o fato de aparecer no título, lugar de maior destaque do texto e, em muitos casos, a totalidade de informações que o leitor vai acessar, pode induzir, portanto, a conclusões e, conseqüentemente, à construção de modelos mentais também equivocados.

Na coleta de dados para análise, foram encontrados 60 textos que discutiam, direta ou indiretamente, a Lei de Cotas no webjornal *Folha de S. Paulo*, no ano de 2022. A busca foi feita a partir das palavras-chave: *cota*, *cotas*, *ação afirmativa*, *ações afirmativas*, no buscador do próprio webjornal. O que permite afirmar que houve algum debate sobre a Lei de Cotas, ainda que tímido. É importante registrar também que a Lei acabou por ser reformulada e revista em novembro de 2023, entre as mudanças, agora quilombolas também são beneficiários do sistema e a cada 10 anos deverá ser feita uma nova avaliação⁹.

Inicialmente a proposta seria analisar apenas os títulos e *leads* desses textos. No entanto, no decorrer da análise foi constatada a necessidade de, em alguns casos, discutir também trechos dos textos propriamente ditos. Sendo assim, o foco desta pesquisa está centrado nas macroproposições mais recorrentes em relação a esse debate, uma vez que constituem a base do discurso presente no webjornal em tela. A despeito da importância da multimodalidade, notadamente no contexto jornalístico, optei por concentrar a análise no texto verbal tendo em vista as limitações de espaço para acrescentar uma análise consistente de outros aspectos dos textos que compõem o *corpus*.

O primeiro aspecto que chamou a atenção na leitura desse *corpus* foram os atores sociais (van Leeuwen, 2008) convocados para o debate. Mais especificamente, os que não foram convocados ou apenas em pequena medida, que são as/os próprias/os cotistas. O grupo social mais interessado na discussão praticamente não teve oportunidade de se expressar no debate encontrado da *Folha*. Após levantamento, identifiquei que o ator social mais frequentemente presente é a própria universidade brasileira por meio de seus representantes: professoras/es e reitoras/es. Em números, significa dizer que a universidade se manifestou 88 vezes, ao passo que estudantes cotistas apenas 13.

É evidente que a universidade, compreendida como instituição social que deve refletir a pluralidade e a diversidade da comunidade na qual se insere, bem como se ocupar de suas demandas, tem papel fundamental nessa discussão, na pessoa de suas/eus professoras/es e reitoras/es, mas impressiona a desproporção em relação aos estudantes cotistas que deveriam ter espaço equivalente.

9 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/14/sancionada-ampliacao-da-lei-de-cotas>
Acesso 18.01.2024

Estudantes cotistas são importantes no debate porque elas/es poderiam contribuir mais com os ajustes feitos no texto da Lei, tendo em vista que são suas/eus beneficiárias/os e, após 10 anos de implementação, já é possível contar com sua experiência para propor também novas estratégias para que a Lei seja cumprida de modo a atender de forma mais ampla e eficiente suas demandas. Refiro-me, por exemplo, a ações afirmativas que garantam a permanência desses estudantes na universidade. Voltarei a esse tópico mais adiante.

Além de representantes da universidade e das/os próprias/os cotistas, identifiquei outras/os atoras/es sociais, todas/os em menor número que o de cotistas: representantes da área jurídica, políticas/os, estudantes não cotistas, representantes da iniciativa privada e outras/os.

Considerando a importância do debate, me debrucei também sobre as temáticas presentes (ou ausentes) no discurso da *Folha*, nas manchetes e leads¹⁰. Aqui a pergunta a ser respondida é: quais macroproposições podem ser extraídas da discussão sobre a Lei de Cotas nas manchetes e *leads* da *Folha* publicadas em 2022? E mais, quais interdiscursos foram acionados?

A leitura atenta do *corpus* selecionado para esta investigação demonstrou que, de fato, as manchetes e *leads*, por si só, já permitem acessar o posicionamento da *Folha* em relação às cotas, já que foca em aspectos secundários e, consequentemente, omite aspectos mais centrais. Se não, vejamos, entre as diversas macroproposições, no escopo da Lei de Cotas, as mais recorrentes nas manchetes e *leads* são: (i) a Lei almeja superar ou ao menos minimizar desigualdades, (ii) a Lei de Cotas precisa ser aperfeiçoada e (iii) fraudes são praticadas por candidatas/os que não se encaixam no perfil de cotistas. Evidentemente, há outras macroproposições problematizadas nesse contexto, mas com menor frequência e, portanto, não serão foco desta investigação, o que não significa dizer que são consideradas menos relevantes. O que se pode demonstrar com o foco nas macroproposições mais recorrentes é para quais aspectos da discussão a *Folha* direciona o olhar de sua/eu leitora/r, o que consequentemente poderá impactar na (re)formulação de modelos mentais (Van Dijk 2009) da/o leitora/r do webjornal.

A temática da desigualdade é abordada principalmente a partir do argumento de autoridade:

- 1) Não quero ser uma exceção, diz jovem negra aprovada em medicina na UFRJ
Formada em escola pública e de família de baixa renda, Mayara Cardoso estudou para o vestibular durante quatro anos (17/03)¹¹
- 2) Cotas são remédio mais exitoso no combate às desigualdades, diz Sueli Carneiro
Filósofa e outros pesquisadores participaram de seminário sobre os 10 anos da Lei de Cotas (11/08)
- 3) O lugar do pobre na universidade: políticas sociais e ações afirmativas
Avanço nas instituições de educação vem de ampla mobilização dos movimentos populares (13/06)

10 Em alguns momentos foi necessário recuperar trechos do corpo do texto como forma de elucidar determinadas afirmações.

11 As manchetes serão apresentadas, seguidas dos respectivos *leads* destacados em itálico e da data de publicação, considerando que todos os textos foram publicados no ano de 2022.

Dessa forma, destacam-se as falas de uma das mais importantes referências nas discussões sobre questões raciais no Brasil, Sueli Carneiro (2) e também a de uma estudante cotista (1) que ilustra como a Lei atua, permitindo o ingresso de estudantes de baixa renda acessar o ensino superior público. Note-se que a estudante citada cursa medicina, um dos cursos mais concorridos na maioria das universidades, mas a despeito de Mayara Cardoso ter conseguido, medicina ainda é um dos cursos mais brancos nas universidades brasileiras, por exemplo, na Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹². A escolha de uma estudante de medicina pode induzir a/o leitora/r a concluir que o perfil racial das/os estudantes é adequado à realidade local¹³ em todos os cursos ofertados, até mesmo nos cursos mais desejados, o que está longe de ser verdade.

É importante perceber também que o crédito sobre o avanço das políticas sociais e ações afirmativas é concedido aos (3) *movimentos populares*, única ocorrência nas manchetes e *leads* em tela. Na realidade, como assevera Gomes (2011), o protagonismo no que se refere às políticas públicas que almejam diminuir a gigantesca desigualdade racial do Brasil, é, mais especificamente, do movimento negro, como já foi destacado anteriormente. O que pode parecer mero detalhe, nada mais é do que um grande veículo de imprensa ofuscando o protagonismo negro nas lutas por equidade racial. Essa percepção é corroborada pela leitura dos textos, já que o movimento negro, apesar de mencionado nesse contexto, não recebe o devido crédito pela atuação na luta pela implementação da Lei.

De fato, a maioria das vezes em que o genérico *movimento negro* ou algum movimento específico (Coalização Negra por Direitos, Mulheres Negras Decidem, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros etc) é mencionado no corpo dos textos é para indicar a filiação de algum ativista. E nas poucas ocorrências em que se reconhece a importância do movimento negro na luta pela implementação da Lei de Cotas, trata-se de apenas uma menção sucinta ao fato, como em:

- 4) A Lei de Cotas resultou de ampla mobilização do movimento negro e trouxe avanços para toda a sociedade, ainda que insuficientes diante da extrema desigualdade entre nós. (03/01)
- 5) O recorte racial das cotas sempre esteve no centro dos debates mais intensos: fruto da mobilização do movimento negro, enfrentou resistências de vários setores da sociedade e de dentro do mundo acadêmico. (12/06)

Os trechos (4) e (5) ilustram como a menção ao movimento negro atuante nessa luta é superficial por não explicitar mais detalhadamente como se deu essa atuação, sua importância histórica e sua centralidade no debate e nos avanços nas conquistas de direitos pela população negra. Tais menções são as únicas nos respectivos textos. Esse *modus operandi* tende a personalizar o trabalho da militância, apagando também o aspecto coletivo da luta.

12 Dados fornecidos pela Pro-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd) e pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

13 Como já foi dito, a reserva de vagas é feita em função do percentual de população parda e negra do estado onde se situa a universidade.

O aperfeiçoamento da Lei de Cotas em geral é referido nos títulos e *leads* de maneira mais genérica:

6) Combate ao retrocesso nas cotas

Lei poderá ser revista, e é preciso se manifestar pela manutenção das ações afirmativas (02/02)

7) Pesquisadores defendem novo algoritmo no Sisu para não prejudicar cotistas

Exigir que aluno tenha cursado parte do ensino fundamental em escola pública é outra sugestão para lei (10/05)

8) Os dez anos da lei de cotas

Cinco direções promissoras para aprimorar a política nos próximos anos (29/08)

De um modo geral, observam-se formas genéricas de se afirmar a necessidade de aperfeiçoamento da Lei, tais como (6) *combate ao retrocesso* ou (8) *Cinco direções promissoras*, sem que fique claro, nesse contexto, a que tipo de retrocesso especificamente se refere. Apenas um texto de todo o *corpus* destacou, de modo explícito e direto, no título e no *lead*, ações específicas que podem ser implementadas com intuito de aperfeiçoar a Lei, reproduzido em (7) acima.

No entanto, é importante registrar que quatro textos apontaram e explicaram ações específicas para o aprimoramento da Lei, ainda que em dois deles essa “discussão” seja um tanto objetiva e, em geral, relacionada ao combate às fraudes. Dessa forma, pode-se dizer que não houve, ou apenas superficialmente, uma discussão sobre formas concretas de aprimoramento da Lei, por exemplo, com os próprios cotistas e ex-cotistas discutindo a partir de sua experiência. Um tópico que poderia ter sido melhor explorado é a questão da permanência. Para além do acesso, é fundamental pensar formas de manter a/o estudante cotista na universidade até a conclusão do curso. A questão da permanência foi destacada em apenas dois *leads*.

O uso dos processos materiais (6) *combater* e (7) *defender* também merece nossa atenção, por se tratar de metáforas conceituais da guerra, tendo em vista que “A essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra” (Lakoff; Johnson 2002: 47-48). A seleção lexical do campo da guerra acionada nesse contexto sugere como o webjornal concebe a discussão sobre a Lei de Cotas, ou seja, como uma guerra. Tendo em mente que no discurso não se faz escolhas ao acaso, a conceptualização da guerra nesse contexto permite afirmar o estado belicoso da situação do ponto de vista da *Folha*. Uma leitura mais rápida desse *corpus* pode induzir a uma percepção equivocada em relação a esse discurso que, na superfície, parece muito fundamentado em seu posicionamento conscientemente favorável às cotas para acesso ao ensino superior, mas, na realidade, guarda resquícios importantes da época em que a *Folha* se posicionava veementemente contra as cotas, como no já mencionado editorial *Cotas, um erro*, publicado pela *Folha* em 2012.

Essa percepção pode ser induzida também pelo uso da afirmação com modalidade deôntica (Fairclough 2003) para avaliar a necessidade de apoio à continuidade das cotas (6) *Lei poderá ser revista, e é preciso se manifestar pela manutenção das ações afirmativas*.

Chama a atenção nesse discurso também a recorrência da problematização das fraudes que acontecem:

9) Coibir fraudes e garantir direitos da Lei de Cotas

Bancas de heteroidentificação racial são fundamentais nas universidades públicas (22/04)

- 10) Universidades apostam em curso para identificar negros e evitar fraudes nas cotas
Bancas avaliam traços físicos dos candidatos para verificar validade de autodeclaração (28/08)

Dado que se trata de uma Lei relativamente recente é natural que falhas ainda estejam sendo ajustadas para que ela seja cada vez mais eficiente e justa, tanto em seu texto quanto em sua aplicação prática. Sendo assim, qual o interesse em destacar exatamente o aspecto das fraudes nessa breve existência da Lei de Cotas? Por exemplo, não foi destaque em nenhuma manchete ou *lead* a contribuição para as discussões em sala de aula com o incremento da diversidade racial nas universidades. O que, no longo prazo, tem potencial para contribuir com o próprio avanço da ciência nas mais diversas áreas do conhecimento, como já vem acontecendo, por exemplo, na própria ampliação do debate sobre relações raciais que agora incluem a branquitude (Oliveira 2022). Tal destaque seria esperado se considerarmos o argumento, repetido *ad nauseam*, segundo o qual a qualidade do ensino cairia com a adoção das cotas. Seria uma forma de demonstrar exatamente a falácia desse argumento defendido no início das discussões sobre a Lei de Cotas (Martins 2018).

A questão das fraudes precisa, de fato, ser enfrentada, é importante que se tenha mecanismos que impeçam ou, ao menos, minimizem sua ocorrência. Mas o aperfeiçoamento da Lei vai muito além disso. É importante pensar também em mecanismos de assistência às/os estudantes cotistas para que possam se manter no curso até o final, como bolsas, assistência médica etc. e como essa assistência se daria em termos financeiros mesmo. O genérico (6) *Combate ao retrocesso nas cotas*, visto acima, não problematiza como, na prática, a Lei poderia ser aperfeiçoada.

Ressalto, por fim, a ausência de uma problematização do conceito de racismo estrutural, tendo em vista que tal concepção explica em grande medida, não só o racismo à brasileira, como, mais especificamente, o racismo presente nas entrelinhas do discurso da *Folha*. A expressão *racismo estrutural* aparece apenas sete vezes em todo o *corpus*, nenhuma nas manchetes ou *leads* e a quase totalidade sem qualquer problematização do conceito:

- 11) Para que o Brasil possa continuar formando os jovens de todos os estratos sociais para os complexos desafios profissionais, científicos e tecnológicos contemporâneos e para o exercício pleno da cidadania com qualidade, é preciso que os cortes orçamentários sejam revertidos o quanto antes, restabelecendo-se o investimento substantivo em todo o sistema de educação brasileiro, além de combater com seriedade o *racismo estrutural* e os discursos de intolerância e ódio que circulam em nossa sociedade historicamente e no tempo presente. (28/01, grifo meu)
- 12) Associados à raça há estereótipos que foram construídos ao longo de séculos. O *racismo estrutural* é um equilíbrio de expectativas autorrealizáveis muito persistente. (02/04, grifo meu)
- 13) Originalmente, os arautos das cotas as justificaram como iniciativa para reduzir o racismo. A se dar crédito aos textos que assinam atualmente, a política de cotas fracassou. Hoje, na avaliação deles, um "*racismo estrutural*" triunfante contamina todas as esferas da vida nacional, na política, na economia, na mídia e nas relações interpessoais. Daí, extraem a conclusão paradoxal de que é necessário dobrar o remédio contraproducente, estendendo a vigência da lei de cotas por várias décadas. (02/09, grifo meu)

Nos trechos (11), (12) e (13), mantive o conteúdo integral dos respectivos parágrafos, para que se tenha a dimensão de como o conceito é acionado, sem qualquer problematização nos textos em

que aparece. Dessa forma, a *Folha* perde uma oportunidade de contribuir para o letramento racial crítico (Ferreira 2015) de suas/eus leitoras/es como fazem colunistas negras/os no escopo de suas colunas, tais como Djamila Ribeiro e Cida Bento.

O trecho (13) precisa ser dissecado de forma mais detida por compor o único texto veementemente e abertamente contrário à política de cotas, reproduzindo, para sustentar seu posicionamento, argumentos racistas. Vejamos: *A se dar crédito aos textos que assinam atualmente, a política de cotas fracassou*. Um dos pressupostos desta afirmação é que não se pode dar crédito aos textos assinados pelos defensores das cotas. A própria expressão *arautos das cotas*, para se referir a eles, na oração que a antecede, está revestida de presunção valorativa negativa, além de uma ironia, em relação a eles. Nesse excerto, o processo material, que também os pressupõem (ou os avaliam) como “fracassados”, informa uma avaliação negativa em relação ao ator *política de cotas*.

Ainda em (13), a expressão *racismo estrutural* emerge entre aspas que é uma das formas de contestar o significado original de uma palavra, expressão ou oração, nesse caso, para definir um termo exógeno e de embate ao contexto da branquitude, que tendem a naturalizar. Dito de outro modo, a própria existência do racismo estrutural está sendo questionada. Além disso, está seguida por um irônico *triunfante*, epíteto de presunção valorativa positiva que sugere uma vitória do racismo estrutural, seguido pelo processo *contamina* que, por sua vez, materializa uma metáfora conceptual da área da saúde, ao mesmo tempo que assume presunção valorativa negativa, por remeter a vírus e doenças. Nessa metáfora, o conceito de racismo estrutural é compreendido como algo nocivo ao debate sobre a Lei de Cotas e não como uma forma de se compreender a discussão de forma mais ampla e complexa.

Dessa forma, ainda que a quase totalidade¹⁴ dos textos encontrados aparentemente expresse posicionamento favorável à manutenção e à reformulação para ampliação do escopo da Lei, a problematização sobre como isso poderia se concretizar acontece apenas no nível superficial, não há um aprofundamento da discussão.

Considerações finais

Tendo em vista o objetivo de investigar como o webjornal *Folha de S. Paulo* discute a questão das cotas, foi possível identificar aspectos textual-discursivos que apontam para uma discussão superficial e, portanto, capaz de (re)formar modelos mentais também superficiais acerca da temática por suas/eus leitoras/es, reforçando e perpetuando, dessa forma, a estrutura racista da sociedade. Os atores sociais que têm voz nesse discurso não são os beneficiários da Lei de Cotas, mas as/os representantes das universidades. Dessa forma, como discutir avanços na própria Lei? Não seriam seus atuais e antigos beneficiários as pessoas mais aptas a contribuir com a discussão relativa a seu aperfeiçoamento?

Nesse sentido, pode-se destacar também o papel que o webjornal poderia desempenhar de promover um letramento racial crítico (Ferreira 2015) de suas/eus leitoras/es, acionando

14 Apenas um texto se manifestou explicitamente contrário à Lei de Cotas, do qual extraí o excerto (13) acima.

um discurso antirracista. Dessa forma, suas publicações seriam fundamentadas no que dizem pesquisadoras/es da área, no próprio movimento negro, ativistas etc., com o intuito de evitar colocações questionáveis que depreciem as políticas de ações afirmativas, reforçando modelos mentais racistas.

Além disso, um dos focos desse discurso está na possibilidade de fraudes no sistema de reserva de vagas, o que joga luz para um dos problemas a serem enfrentados e não na importância da reparação histórica, bem como em explicar para as/os leitoras/es os reais motivos de sua existência. Tal direcionamento poderia desnaturalizar o discurso racista sobre as cotas constituírem um privilégio concedido à população negra.

Essa análise evidencia a dificuldade no enfrentamento do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, já que até mesmo sua existência é questionada. Como e por que enfrentar algo que não existe? Evidencia também que há muito o que se fazer nesse sentido, desde a conscientização da população até ações mais práticas. Se a conscientização é o primeiro passo para a emancipação (Fairclough, 1989) e também para a superação de desigualdades sociais, é intuito desta reflexão alcançar leitoras/es menos atentas/os e, quem sabe, contribuir para uma reflexão que resulte na (re) formulação de modelos mentais (van Dijk 2021) antirracistas, além de contribuir para a reflexão sobre tais discursos, quanto às inter-relações étnico-raciais no meio midiático.

Referências bibliográficas

ANSPACH, N. M.; JENNINGS, J. T.; ARCENEUX, K. 2019. A little bit of knowledge: Facebook's News Feed and self-perceptions of knowledge. *Research & Politics*. January-March 2019, p. 1–9. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053168018816189>

AZEVEDO, C. M. M. 1987. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Routledge: London.

FAIRCLOUGH, N. 1989. *Language and power*. New York: Longman.

FERES JUNIOR, J. 2008. Ação afirmativa: política pública e opinião. *Sinais Sociais* 3, 8: 38-77. Disponível em: https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/sescrij_artigo_2008_JFeresJunior.pdf

FERREIRA, A. J. 2015. *Letramento racial crítico: através de narrativas autobiográficas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2018. *Desigualdade, mobilidade e a meritocracia à brasileira: anatomia de uma falácia*. Fundação João Pinheiro e Conselho Regional de Economia de Minas Gerais. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/desigualdade-mobilidade-e-a-meritocracia-a-brasileira-anatomia-de-uma-falacia-no-2/>

GOMES, N. L. 2011. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes.

KILOMBA, G. 2019. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. 2002. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras.
- MARTINS, Z. 2018. *Cotas raciais e o discurso da mídia: um estudo sobre a construção do dissenso*. Curitiba: Appris Editora.
- NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- OLIVEIRA, D. 2023. Antinegitude e resistência nos comentários à coluna de Djamila Ribeiro na *Folha de SP. Discurso y Sociedad* 17,2: 276-297. Disponível em: [http://www.dissoc.org/es/ediciones/v17n02/DS17\(2\)DeOliveira.pdf](http://www.dissoc.org/es/ediciones/v17n02/DS17(2)DeOliveira.pdf)
- OLIVEIRA, D. 2022. “Racismo é discriminar qualquer raça?”: proposta de análise crítica do discurso da branquitude discente da UFBA. EM: D. OLIVEIRA e A. P. P. FARIA e SILVA (eds.) *Análises de discursos: margens e entrelinhas*, pp. 17-49. Campinas: Pontes. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35918/1/an%C3%A1lises%20de%20discursos%20margens%20e%20entrelinhas%20Pronto.pdf>
- RAMALHO, V; E RESENDE, V. M. 2011. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores.
- SODRÉ, M. 2015[1999]. *Claros e escuros*. Petrópolis: Vozes.
- VAN DIJK, T. A. 1995. Aims of Critical Discourse Analysis. *Japanese Discourse* 1: 17-27. Disponível em: <https://discourses.org/wp-content/uploads/2022/07/Teun-A.-van-Dijk-1995-Aims-of-critical-discourse-analysis.pdf>
- VAN DIJK, T. A. 2021a. *Antiracist discourse: theory and history of a macromovement*. Cambridge: University Press.
- VAN DIJK, T. A. 2010a. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.
- VAN DIJK, T. A. 2009[2001]. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. EM: R. WODAK; M. MEYER (eds.). *Methods of Critical Discourse Analysis*, pp. 62-86. Los Angeles: SAGE.
- VAN DIJK, T. A. 2021. *Discurso antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas*. São Paulo: Contexto.
- VAN DIJK, T. A. 2008. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- VAN DIJK, T. A. 2017. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- VAN DIJK, T. A. 2017a. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. *Discourse & Communication* 11, 2: 199-229. Disponível em: <https://discourses.org/wp-content/uploads/2022/07/Teun-A.-van-Dijk-2017-How-Globo-media-manipulated-the-impeachment-of-Brazilian-President-Dilma-Rousseff.pdf>
- VAN DIJK, Teun A. 2010. *Prejuicio en el discurso: análisis del prejuicio étnico en la cognición e en la conversación*. Sevilla: ArCiBel Editores.

VAN LEEUWEN, T. 2008. *Discourse and practice. New tools for critical discourse analysis*. Oxford: University Press.

VAZ, L. S. 2012. *Cotas raciais*. São Paulo: Jandaíra.

WILDERSON III, F. B. 2021. *Afropessimismo*. São Paulo: Todavia.

DANIELE DE OLIVEIRA. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) na mesma universidade. Líder do grupo de pesquisa Margens e Entrelinhas (GME-CNPq). Atualmente é delegada da ALED Brasil (2024-2025). Sua área de pesquisa envolve principalmente os Estudos Críticos do Discurso, racismo, discurso jornalístico. Possui artigos e capítulos de livros publicados na área.

E-mail: danieloliveira99@gmail.com

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Este artigo foi desenvolvido por Daniele de Oliveira. O desenho e a coleta dos dados foram realizados por Daniele de Oliveira. A autora interpretou os resultados, redigiu e fez a revisão do artigo.



**A palavra alheia frente à objetividade jornalística:
análise da incorporação de discursos sobre o 8 de
janeiro em uma manchete digital brasileira**

*The word alien to journalistic objectivity: analysis
of the incorporation of discourses on January 8 in
Brazilian digital headlines*

ALINE MILENA BORGES DA SILVA DIAS

ORCID: 0000-0003-0874-1172
Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

EVERTON HENRIQUE SOUZA-SILVA

ORCID: 0000-0002-8260-8292
Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Recebido: 26 de abril de 2024 | Aceito: 29 de setembro de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.198-214

RESUMO

Este trabalho, inscrito na Análise Dialógica do Discurso (ADD), analisa a incorporação do discurso alheio em uma manchete jornalística digital sobre o 8 de janeiro no Brasil. O objetivo geral é investigar efeitos da integração da palavra alheia ao enunciado da manchete para a compreensão dos discursos sobre o 8 de janeiro no país. Para isso, fundamenta-se principalmente nos trabalhos de Bakhtin (1997), Volóchinov (2021), Cunha (2008), Ribeiro (2018), Francelino (2022), Messagi Júnior (2022) e Nunes e Silva (2020), seguindo a abordagem de pesquisa qualitativa (Jaccoud; Mayer, 2008) e descritivista-interpretativista (Moita Lopes, 1994). Os resultados apontam que, mediante o diálogo entre discurso citado e citante, a manchete constrói uma reapreciação do discurso alheio, possibilitando novas representações sobre o dia 8 de janeiro.

PALAVRAS CHAVE: *8 de janeiro. Atos antidemocráticos. Discursos alheios. Jornalismo brasileiro. Reacentuação.*

RESUMEN

Este trabajo, inscrito en el Análisis Dialógico del Discurso (ADD), analiza la incorporación del discurso ajeno en titulares periodísticos digitales sobre el 8 de enero en Brasil. El objetivo general es investigar efectos de la integración de la palabra ajena al enunciado de los titulares para la comprensión de los discursos sobre el 8 de enero en el país. Para ello, se fundamenta principalmente en los trabajos de Bakhtin (1997), Volóchinov (2021), Cunha (2008), Ribeiro (2018), Francelino (2022), Messagi Júnior (2022) y Nunes e Silva (2020), siguiendo el enfoque de investigación cualitativa (Jaccoud; Mayer, 2008) y descriptor-interpretativista (Moita Lopes, 1994). Los resultados indican que, mediante el diálogo entre el discurso citado y el citante, el titular construye una revalorización del discurso ajeno, posibilitando nuevas representaciones sobre el 8 de enero.

PALABRAS CLAVE: *8 de enero. Actos antidemocráticos. Discursos ajenos. Periodismo brasileño. Reacentuación.*

ABSTRACT

This work, inscribed in the Dialogic Discourse Analysis (ADD), analyzes the incorporation of the discourse of others in digital journalistic headlines about January 8 in Brazil. The general objective is to investigate the effects of the integration of the word alien to the utterance of the headlines for the understanding of the discourses on January 8 in the country. For this, it is based mainly on the works of Bakhtin (1997), Volóchinov (2021), Cunha (2008), Ribeiro (2018), Francelino (2022), Messagi Júnior (2022) and Nunes e Silva (2020), following the qualitative research approach (Jac-

coud; Mayer, 2008) and descriptive-interpretative (Moita Lopes, 1994). The results indicate that, through the dialogue between quoted and quoting discourse, the headline constructs a reappraisal of the other's discourse, enabling new representations of January 8th.

KEYWORDS: *January 8. Undemocratic acts. Discourses of others. Brazilian journalism. Reacentuation.*

Introdução

Diferentemente ao prescritivismo dominante em sua época, a “revolução teórica” bakhtiniana¹ foi responsável por elevar os estudos sobre a palavra alheia, centradas em formas gramaticais estáticas, às práticas dialógicas da língua/gem (Cunha 2008). Nesse sentido, houve o enfoque em práticas discursivas que são constitutivamente dialógicas, já que, “em sua essência, a palavra é um ato bilateral. [...] Toda palavra serve de expressão de ‘um’ em relação ao ‘outro’. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade” (Volóchinov 2021: 205). Desse modo, considerando os elos que lhe precederam e os que lhe sucederão, os enunciados, na perspectiva bakhtiniana, podem ser interpretados como uma ponte entre o “eu” e o “outro”.

Na esteira do dialogismo constitutivo de toda palavra, em seu sentido dinâmico, situado, acabado e irrepetível (Bakhtin 2016 [1952-1953]), há, portanto, o dialogismo composicional, pelo qual os sujeitos frequentemente se utilizam do discurso citado na construção de seus textos, abordado por Volóchinov (2021) como discurso indireto (analítico-objetual, analítico-verbal e impressionista), discurso indireto livre e discurso direto (preparado, objetificado/reificado, antecipado, dissipado e oculto e substituído/retórico). Por discurso citado, compreendemos “o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas, ao mesmo tempo, é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado” (Volóchinov 2021: 251). Por essa associação de vozes distintas, a natureza do enunciado como contrapalavra mostra-se mais claramente, já que o “eu” dá a ver, mesmo de forma diluída no fio do enunciado, a sua compreensão ativa do que foi dito pelo “outro”.

Tal aspecto é nítido na análise dos movimentos linguístico-discursivos do gênero notícia, visto que ele é o resultado do discurso reportado (Nunes; Silva: 2020). Dentro de sua construção composicional, as manchetes têm a função de sintetizar o conteúdo que será apresentado, como uma prévia instigadora das informações de potencial interesse do leitor. Para isso, conforme Nunes e Silva (2020: 54), elas “geralmente se utilizam de elementos estilísticos e estratégias discursivas, como por exemplo: discurso citado do sujeito que será relatado na notícia, verbos que refratam valorações, metáforas, ironia etc.”. Defendemos, ancorados nesses autores, que tais componentes, quando analisados dentro da enunciação e considerando os elementos extraverbais, são portadores de sentidos, comportando-se como pistas das projeções valorativas do sujeito-autor.

A partir disso, consideramos pertinente levantarmos um debate sobre as singularidades dos textos nativos digitais, ancorados na Análise do Discurso Digital (ADDg), para defendermos o

1 Originado na União Soviética, em plena ditadura stalinista (1927-1953), o Círculo de Bakhtin modelou, numa visada transdisciplinar, um olhar interacionista e sócio-histórico sobre a língua/linguagem, lançando destaque não só ao enunciado concreto e irrepetível, como também aos elementos que podemos intitular de essenciais para a perspectiva que estava se propondo - o enunciadador e o outro. Assim, apesar de não podermos defender que a perspectiva bakhtiniana sistematizou formalmente uma teoria do discurso, suas contribuições para com as práticas textual-discursivas fizeram emergir uma análise dialógica do discurso (Brait, 2018), que realça os fatores sócio-históricos, políticos e interacionais entre eu-outro no enunciado concreto. São teóricos do Círculo: Bakhtin, Volóchinov, Medvedev, entre outros/as autores/as.

que compreendemos e tomamos como webnotícia. Por webnotícia, entendemos um tecnogênero discursivo que tem como objetivo principal informar sobre um acontecimento que ocorreu num cronotopo, ou seja, num espaço-tempo específico, o qual consiste numa maneira de interpretar as experiências no mundo (Acosta Pereira; Brait 2020). Encontramos, nesse sentido, uma estrutura composicional recorrente nesse tecnogênero: sujeitos envolvidos, discursos reportados, descrição do acontecimento e as consequências do ocorrido aos sujeitos envolvidos e/ou à sociedade.

Em paralelo, assinalamos que a webnotícia é concebida e concretizada no ambiente virtual, fazendo com que ela apresente características específicas da internet em relação às notícias impressas, a depender de seu ecossistema (Paveau 2021), como no caso da página de um jornal, com as opções de compartilhamento em outras redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter/X* etc.), os vídeos que podem ser reproduzidos ao longo da matéria, entre outras singularidades. Logo, partimos dessas contribuições teóricas sobre a webnotícia para desenvolvermos a presente pesquisa.

Sendo assim, este trabalho analisa a incorporação do discurso alheio em uma manchete jornalística digital sobre o 8 de janeiro no Brasil. Ao se inscrever na Análise Dialógica do Discurso (ADD) e considerar as singularidades do ciberespaço, a presente pesquisa parte desse gênero pela constatação de que o uso do discurso alheio em enunciados pertencentes à esfera jornalístico-midiática ainda é muitas vezes caracterizado como neutro, como se fosse possível ao falante a transmissão “perfeita” da palavra do outro, isto é, como se, ao reportar-se às palavras do outro com uma determinada intenção discursiva, ainda que salvaguardadas certas distâncias estruturais (no caso do discurso direto e indireto), o sujeito não imprima nelas a sua própria expressividade (Bakhtin 1997). Tal é o primeiro ponto que julgamos relevante no estudo.

Em paralelo, o tema da manchete se justifica e, nesse sentido, mostra-se também notório, por abarcar a cobertura jornalística de um acontecimento singularmente memorável da história brasileira. Estamos nos referindo a 8 de janeiro de 2023, dia em que ocorreram atos antidemocráticos realizados por extremistas, sediados principalmente no Palácio do Congresso, o maior símbolo da democracia brasileira. Os atos consistiram na invasão e violação das sedes dos Três Poderes e foram motivados pela não aceitação do resultado da última eleição presidencial, na qual o candidato Jair Bolsonaro foi deposto pelo seu maior adversário – Luiz Inácio Lula da Silva, popularmente conhecido como “Lula”.

Tal fato constituiu o ápice da intolerância política quanto ao duelo que vinha se aquecendo entre direita e esquerda no Brasil, manifestado, no ambiente virtual, pelo espírito de revolta frente às manifestações pró-esquerda e, conseqüentemente, pelo discurso de ódio, assim como, no plano físico, pelos diversos levantes organizados nas capitais brasileiras, que defendiam a irregularidade dos resultados das urnas. Como era esperado, a proporção e a repercussão do 8 de janeiro levaram diferentes manchetes a incorporarem, no corpo de seus enunciados, as vozes figurantes nesse macro conflito político-partidário, seja reproduzindo-as (mantendo a autonomia estrutural e semântica entre discurso citado e citante), seja subsumindo-as (apropriando a voz alheia como própria e assim apagando as fronteiras entre discurso citado e citante).

Isso posto, a questão geral de pesquisa pode ser formulada do seguinte modo: como a incorporação da palavra alheia em uma manchete digital brasileira contribui à formação do posicionamento jornalístico sobre os discursos correntes a respeito do dia 8 de janeiro no Brasil? Com base nessa pergunta norteadora, o estudo tem por objetivo geral investigar efeitos da integração da palavra alheia ao enunciado da manchete digital para a compreensão dos discursos sobre o 8 de janeiro no

país, do qual decorrem os seguintes objetivos específicos: (i) identificar a que vozes sociais estão ligadas as palavras alheias inseridas no enunciado da manchete; (ii) demonstrar como a incorporação das palavras alheias pela manchete aponta para o diálogo constitutivo desses enunciados; (iii) verificar como, a partir desse diálogo, a manchete opera uma reapreciação do discurso alheio, implicando novas representações sobre o dia 8 de janeiro frente ao público leitor.

Para alcançar os objetivos elencados, organizamos o artigo da seguinte forma: primeiramente, na seção de fundamentação teórica, tratamos da esfera jornalística, situando o seu trabalho no universo dos discursos. Ainda nessa seção, apresentamos alguns conceitos pertinentes à análise do enunciado na esfera digital, bem como abordamos os modos de inserção da voz alheia nessa materialidade. Já na metodologia, discorremos sobre a natureza da pesquisa, os procedimentos e critérios adotados para seleção e análise do *corpus*; logo adiante, realizamos a análise de uma manchete, através da qual evidenciamos os princípios teóricos discutidos anteriormente. Por fim, trazemos as considerações finais, em que apontamos as principais conclusões da pesquisa e suas contribuições aos estudos linguístico-discursivos.

1. O trabalho sobre o discurso alheio

Bakhtin (1997) discute a ideia da relação indireta entre a palavra e a realidade ao apontar que o dizer do sujeito não está voltado apenas para seu objeto, mas também para os outros discursos acerca desse referente. Logo, o autor preconiza a diferença entre a relação eu-objeto e a relação eu-outro, ao afirmar que apenas a leve alusão à palavra alheia é capaz de conferir, ao enunciado do falante, um aspecto dialógico, o que não ocorre quando um tema de um enunciado está voltado puramente para o objeto. Nas palavras do filósofo, “a relação com a palavra do outro difere radicalmente por princípio da relação com o objeto, mas sempre acompanha esta última” (Bakhtin 1997: 321).

Uma prova de que os discursos, na sua busca por apreender um dado objeto, chocam-se também com outros discursos pode ser vista nos enunciados com função informativa, tidos, a princípio, como objetivos e neutros. A esse respeito, Megassi Júnior (2022: 175) questiona a noção de “fato” do jornalismo, mostrando que esse “[...] não lida, a não ser em pequena medida, com fatos. A realidade com que trabalha o jornalismo e, com ele, todas as formas de produção de conhecimento humano é o texto, é a matéria significativa [...]”. Percebemos, em suas palavras, que o estudioso não nega a existência de uma realidade natural diretamente observável, mas a sua validade como objeto de trabalho do jornalismo. Para ele, ao tomar o humano como objeto central, as ciências humanas lidam não com um objeto inerte ou mudo, mas que responde. Portanto, conforme o autor, o efeito resultante do estudo no campo de uma realidade subjetiva é naturalmente a intersubjetividade:

Ao afirmar qualquer coisa sobre um ser humano, corremos, evidentemente, o risco de sermos contrariados pelo nosso “objeto” de conhecimento. Este “objeto” se constitui em signos, sua consciência se constitui em signos, ele se percebe humano ao tomar contato com signos e, observado, guarda as mesmas características que o seu observador. Portanto, não há uma relação sujeito/objeto, mas uma relação sujeito/sujeito, que só pode se dar em signos. Em outras palavras, o diálogo é a única forma de conhecer o ser humano, pois é no diálogo que o humano se manifesta e se constitui (Megassi Júnior 2022: 175-176).

Compreendemos que a anterioridade dos discursos aos objetos da realidade constitui um ponto fundamental para a análise da manchete. De fato, Bakhtin (1997) deu imensa importância à questão do papel ativo do outro no contexto de caracterização do enunciado como elo da comunicação dialógica. Para o filósofo, a compreensão responsivamente ativa do outro não significa apenas que esse ouvinte é simultaneamente falante (rompendo com o lugar estanque no qual lhe aprisiona a teoria de comunicação de Jakobson), como também que sua resposta interfere na produção desse falante, quando este a presume ao mesmo tempo que a busca determinar. Assim posto, entendemos melhor a imagem bakhtiniana de elo: o enunciado, como um momento de um processo ininterrupto, existe ligado aos enunciados passados e futuros, “não pode ser separado dos elos anteriores que o determinam, por fora e por dentro, e provocam nele reações-respostas imediatas e uma ressonância dialógica” (Bakhtin 1997: 321). Com efeito, o autor chega a afirmar que essa reação-resposta é o objetivo preciso da elaboração do enunciado.

Mais adiante, Bakhtin (1997) detalha a figura do destinatário, mostrando que ele pode revestir diferentes formas que se determinam pela área da atividade humana e da vida cotidiana a que se reporta um dado enunciado. Isso tem por corolário a sua máxima de que “cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero” (Bakhtin 1997: 321). Assim, conhecendo o seu interlocutor, o falante, desde a criação do enunciado, posiciona-se em relação a ele de modo estratégico:

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. Esses fatores determinarão a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos linguísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado (Bakhtin 1997: 321).

O excerto acima mostra que o diálogo como princípio de existência do enunciado e dos próprios sujeitos não anula a individualidade desses, antes a ressignifica, fazendo com que os indivíduos alcancem e produzam esse mútuo reconhecimento como espelhos uns dos outros. Segundo Alves Filho e Santos (2013), é essa a razão pela qual um mesmo acontecimento nunca é visto por diferentes pessoas de um mesmo modo. Os autores apontam que a singularidade dos sujeitos está ligada ao excedente de visão que cada um tem em relação a seu interlocutor, por enunciar em um dado momento e em um dado espaço que só ele ocupa, inerentemente relacionados às experiências de vida do sujeito.

Alves Filho e Santos (2013) observam tal questão quando discutem a noção de tema. Sob tal ângulo, asseguram que “a constituição do tema depende do excedente de visão de cada um enquanto locutor” (Alves Filho; Santos 2013: 80). A propósito dessa teorização, podemos afirmar que a relação eu-objeto está para a significação, enquanto a relação eu-outro está para o tema. Na medida em que a significação se refere apenas ao elemento verbal em sua infinita repetibilidade de usos potenciais, o tema é a própria situação concreta em que, pelo diálogo, esse verbal passa agora a ter um sentido único. À vista disso, em diferentes manchetes, um mesmo assunto se desdobra, portanto, em temas diferentes a cada vez que é apresentado:

Considerando a relação do tema com a enunciação, podemos perceber o porquê de ele não ser reiterável. O assunto pode ser o mesmo, mas a situação comunicativa que o relaciona à vida nunca será a mesma, então o tema - conteúdo ideologizado, atravessado valorativamente pelas entoações relativas à situação comunicativa à qual pertence - terá a cada enunciação um acento de valor diferente [...]. (Alves Filho; Santos 2013: 80).

Tal mudança do acento de valor lembra a necessidade apontada por Ribeiro (2018) de, ao estudar o enunciado, o texto e a linguagem, se considerar o sujeito como principal agente e produtor de discursos. De acordo com ela, “quando Bakhtin destaca que os enunciados são respostas, podemos salientar que há sempre, por meio da enunciação, um projeto enunciativo. O enunciado, necessariamente, é a realização concreta do projeto de responder, de (re)significar, de se posicionar” (Ribeiro 2018: 105). Mais adiante, acerca da noção dialógica de estilo, Ribeiro (2018: 109) discute que “cada sujeito, ao utilizar a língua, deixa, em seu discurso, pistas mais ou menos veladas de sua história e sua visão sobre o mundo”.

Ao mesmo tempo, a autora reconhece que Bakhtin distingue os gêneros em face de uma maior ou menor possibilidade de expressão da individualidade. Assim,

[...] a maior elasticidade ou não do gênero está relacionada com a esfera discursiva a qual está filiado. A esfera midiática, esfera discursiva em que se inscreve a publicidade, a notícia, a charge, permite esta abertura, uma vez que trabalha com diversos tipos de produtos, serviços, ideias, dirigindo-se a um vasto e diferente público (Ribeiro 2018: 109).

Desse modo, à luz da teoria dialógica de linguagem e das colocações da autora, compreendemos que o “projeto enunciativo” do enunciado se desenvolve na relação com a esfera discursiva a que esse pertence, bem como surge da reação às palavras alheias, a qual pode se apresentar de maneira velada ou marcada textualmente, por meio das diferentes formas do discurso citado. Passaremos, por ora, à revisão dessas formas, visto que existem, na materialidade textual, indícios da constituição eminentemente dialógica dos discursos.

Durante séculos, a gramática normativa abordou o discurso citado de maneira reducionista, com a atenção voltada aos “procedimentos gramaticais necessários à transposição de fragmentos em estilo direto para o estilo indireto, sem a observação das modificações estilísticas correspondentes” (Cunha 2008: 132). Consequentemente, nesse tratamento do discurso citado, há uma concepção de interdependência, uma vez que “a gramática limita-se à descrição comparativa dos dois tipos de enunciados, sendo o discurso indireto segundo em relação ao primeiro, ou seja, ele só existe porque existe o primeiro” (Cunha 2008: 132).

Como exemplo, verificamos, na gramática normativa de Lima (2011), que as poucas ocorrências sobre o discurso citado ficam limitadas ao modo de construção de orações. O gramático demonstra como as construções justapostas de orações com objeto direto do verbo “dizer” apresentam discurso direto, como a oração “Aristóteles costumava dizer aos seus amigos: ‘Não há amigos’” (Lima 2011: 331). Semelhantemente, de acordo com o autor, “se transpusessemos este período para o discurso indireto, teríamos uma oração igualmente subordinada substantiva objetiva direta - porém de forma desenvolvida” (Lima 2011: 331), a exemplo de “Aristóteles costumava dizer aos seus amigos que não havia amigos”. Desse modo, a prescrição gramatical não ultrapassa as “amar-

ras” sintáticas, impossibilitando que sejam construídas reflexões sobre as funções discursivas da incorporação da voz alheia no enunciado.

Em contrapartida a tais noções prescritivas, ao conceber a linguagem como constitutivamente dialógica, a perspectiva bakhtiniana passa de uma noção voltada à análise de formas morfosintáticas de enquadramento da voz alheia para a de interação entre duas enunciações, sendo “a inter-relação dinâmica entre o contexto narrativo e o discurso citado o lugar de observação do diálogo e da manipulação da palavra alheia” (Cunha 2008: 135). Dessa forma, Bakhtin e o Círculo

Colocam o contraste e a mistura de vozes, de visões de mundo e de perspectivas de uma mesma realidade no centro do estudo da linguagem e do diálogo. No contato de duas enunciações, de dois sujeitos enunciando, constroem-se índices, indícios que se referem ao status sócio-ideológico da linguagem (Cunha 2008: 136).

De fato, Volóchinov (2021: 263) trata da dinâmica da orientação mútua entre o discurso autoral e o alheio. Segundo o autor, tal dinâmica se manifesta nos modelos de transmissão da voz externa e nas modificações desses modelos, os quais “são espécies de indicadores do desenvolvimento atingido pela língua em dado momento, bem como da correlação de forças entre o enunciado autoral e o alheio”. Desse modo, o autor abre, por meio do conceito de modificação, uma via de comunicação entre a sintaxe e a linguística, ao conceber como improdutiva a definição de um limite rígido entre as duas áreas.

Como primeira modificação, o autor apresenta o discurso indireto, com as modificações analítico-objetual, analítico-verbal e impressionista. O filósofo compreende que “o discurso indireto ‘ouve’ diferentemente o enunciado alheio, percebendo-o ativamente e atualizando, na sua transmissão, outros aspectos e tons em comparação com os demais modelos” (Volóchinov 2021: 270). À vista disso, enfatiza que o discurso indireto analítico-objetual mantém “uma distância nítida e rígida entre a palavra do autor e a alheia” (Volóchinov 2021: 272), e isso permite que o “eu” que enuncia cite a palavra alheia sem interferir em seu sentido, “preservando a solidez e a autonomia semântica em detrimento da construtiva” (Volóchinov 2021: 272) no contexto autoral de produção do discurso.

Já o analítico-verbal introduz, “na construção indireta, palavras e modos de dizer do discurso alheio que caracterizam a fisionomia subjetiva e estilística do enunciado alheio” (Volóchinov 2021: 273). Destacamos, também, o que Volóchinov (2021), a partir da perspectiva formalista, denomina de “estranhamento” da palavra do outro, pois, no discurso analítico-verbal, o filósofo acrescenta aspectos autorais, como ironia, humor etc., na voz alheia. Assim sendo, contrastando o discurso indireto analítico-objetual e o analítico-verbal, observamos como este último permite conhecer o enunciado alheio melhor em sua expressividade original. O discurso indireto impressionista, por sua vez, faz com que a construção indireta seja “usada principalmente para transmitir o discurso interior do personagem, seus pensamentos e sentimentos” (Volóchinov 2021: 276), sendo, assim, um meio-termo entre o analítico-objetual e o analítico-verbal.

No que tange a graus de interferências discursivas e encontro de diferentes entonações, o discurso alheio que tem mais destaque é o indireto livre para Volóchinov (2021: 285), no qual há a “confluência interferente de dois discursos com entonações de direções distintas”. São palavras que “compartilham simultaneamente duas entonações, dois contextos, dois discursos - o enunciado autoral e o alheio” (Luna; Cunha 2018: 172). Logo, o discurso indireto livre constitui-se como uma

nova “percepção ativa do enunciado alheio, uma orientação específica da dinâmica inter-relação entre o discurso autoral e o alheio” (Volóchinov 2021: 293), retificando qualquer ideia de neutralidade na retomada da voz de outrem.

Além disso, para o autor, há o discurso direto, que se apresenta enquanto preparado, objetificado/reificado, antecipado, dissipado e oculto e substituído/retórico. Compreendemos por discurso direto aquele que

Em sua forma padrão, apresenta o enunciado alheio como um todo compacto, mantendo sua integridade semântica e expressiva diante do contexto autoral. Esse esquema de transmissão, no entanto, apresenta diversas modificações em que os limites entre os discursos são enfraquecidos, ocorrendo troca mútua de palavras e de entonação entre eles (Luna; Cunha 2018: 172).

Dessa maneira, o discurso direto preparado é aquele em que a construção direta da palavra alheia surge da indireta ou indireta livre. No caso do discurso direto objetificado/reificado, “o contexto autoral se constrói de um modo em que as definições objetuais do personagem (dadas pelo autor) fazem sombras espessas sobre o seu discurso direto” (Volóchinov 2021: 279-280). Assim sendo, nesta forma de discurso direto, “a caracterização do enunciado alheio é mais importante que seu conteúdo semântico. A descrição da personagem (ou do sujeito representado, no caso dos gêneros não literários) é mais privilegiada que o aspecto temático do discurso outro” (Luna; Cunha 2018: 172).

Há, ainda, o discurso alheio antecipado, disperso e oculto, no qual o contexto autoral é tão subjetivo e demarcado, com os tons do personagem ou sujeito, que esse mesmo contexto passa a soar como se fosse o discurso de outrem (Volóchinov 2021). Por fim, temos o discurso direto substituído/retórico que se caracteriza por uma “solidariedade total entre o autor e o personagem nas avaliações e nas entonações, a retórica do autor e a do personagem às vezes começam a se sobrepor, as suas vozes se fundem” (Volóchinov 2021: 288), um fenômeno que quase não pode ser distinguido do discurso indireto livre, a não ser pelo fato de que prevalece a voz do autor falando em nome do outro (Luna; Cunha 2018: 172).

2. Metodologia

Este estudo segue uma abordagem de pesquisa qualitativa, com base na observação subjetiva do objeto que Jaccoud e Mayer (2008) defendem como princípio para esse método de investigação. Além disso, consiste em uma pesquisa descritivista-interpretativista (Moita Lopes 1994), uma vez que buscamos caracterizar e dar sentido à utilização do discurso citado em uma manchete jornalística virtual, no contexto das diferentes avaliações sociais sobre o 8 de janeiro. Para tal, efetuamos determinados procedimentos metodológicos, detalhados a seguir.

Primeiramente, como consequência da ampla divulgação jornalística de webnotícias sobre os episódios do dia 8 de janeiro e do espaço limitado do artigo, seguimos determinados critérios para a seleção da webnotícia que foi analisada, a saber: i) abordagem do dia 8 de janeiro de 2023 no Brasil como tema principal ou referência explícita à data que demonstre o caráter divisor do evento na história da democracia brasileira; ii) presença de formas sintaticamente marcadas ou não marcadas do discurso alheio; iii) jornal digital de ampla circulação regional ou nacional, observada

por intermédio do número de seguidores na rede social *Instagram*. Por intermédio desses critérios de seleção, coletamos uma manchete, pertencente ao site Uol Notícias, atuante no Brasil há mais de duas décadas. Em sua página do *Instagram*, tal portal conta com 1,6 milhões de seguidores, o que demonstra uma grande circulação das informações divulgadas pelo jornal selecionado.

A manchete foi coletada diretamente da página oficial do jornal através de *print* e registrada num documento do *Google Docs*, preservando, assim, as singularidades desse discurso digital, como defende Paveau (2021). Nessa operação, levamos em consideração também o subtítulo da webnotícia, já que se constitui como um aprofundamento das informações trazidas na manchete, combinando-se organicamente a essa no momento da leitura. Ademais, verificamos a estrutura tipificada da manchete em circulação no contexto brasileiro, pois recorrentemente há discursos reportados demarcados por meio das aspas e acompanhados de um verbo dicendi (afirma, diz, declara etc.), elementos que direcionam a interpretação do leitor e se constituem enquanto marcas linguístico-discursivas importantes na estabilização do gênero.

Escolhida a manchete, fizemos o levantamento bibliográfico de trabalhos do Círculo de Bakhtin e de seus intérpretes contemporâneos cujas conclusões contribuem ao objetivo do estudo – analisar como a palavra alheia entra na construção da valoração jornalística sob a aparente face objetiva do gênero – cf. Bakhtin (1997); Volóchinov (2021); Cunha (2008); Ribeiro (2018); Francelino (2022); Messagi Júnior (2022); e Nunes e Silva (2020). Na leitura dessas produções, buscamos por parâmetros que elucidassem o tratamento do *corpus*, mas sem transpor desses lugares categorias prontas, pois, na Análise Dialógica do Discurso, elas “[...] emergem das relativas regularidades dos dados, que são observadas/apreendidas no percurso da pesquisa” (Rohling 2014: 47). Tal posição é endossada por Destri e Marchezan (2021: 19), os quais explicam, em acréscimo, que cada *corpus* “terá necessidades de abrangência, aprofundamento e abordagem teórica diferentes e cabe ao pesquisador, em diálogo contínuo com o objeto, decidir sobre esses fatores”.

Quanto a esse último aspecto, não desconsideramos, conforme já sugerido na observação feita na seção anterior sobre as ciências humanas e à luz do que expõe Rohling (2014), que o objeto abordado na ADD não é propriamente um objeto, mas, sim, discursos produzidos por sujeitos sócio-historicamente constituídos, e que, ao entrar em relação com eles, o pesquisador o faz semelhantemente a partir de seu próprio horizonte valorativo, preponderante desde a escolha desse mesmo objeto até a sua análise. Cada análise, portanto, se faz única, porque único é o evento dialógico instaurado na relação com tal objeto.

Não obstante, o presente estudo fez uso de procedimentos consagrados nas reflexões teórico-metodológicas das pesquisas em ADD, a saber, análise, descrição e interpretação, atividades analíticas apontadas por Destri e Marchezan (2021) numa revisão sistemática de literatura na área. Os resultados dessas etapas são apresentados a seguir, de uma maneira entrelaçada ao longo da seção. Nela, desvendamos a composição material da manchete e o seu funcionamento enquanto gênero específico da webnotícia, por sua vez ligado a uma esfera de produção, circulação e recepção também específica. Paralelamente, analisamos os pontos enunciativos de articulação entre as vozes evidenciadores de suas tensas relações de sentido, bem como contemplamos, em nossas interpretações, a ligação dessas vozes com a realidade extralinguística – discursiva. Discutimos, ainda, tais elementos buscando apresentar, a partir do nosso lugar único de enunciação, sentidos observados quanto à alteridade constitutiva e material da manchete e assim produzir uma leitura original do fenômeno, que se reverta em contribuições para o crescimento do corpo de pesquisas em ADD.

3. Discurso alheio e a resposta da manchete ao 8 de janeiro

O dia 8 de janeiro de 2023 no Brasil mobilizou a imprensa nacional e internacional como exemplo de violento atentado popular aos valores democráticos constitucionais, materializado na invasão e depredação à Praça dos Três Poderes, o maior símbolo da democracia brasileira conquistada há quase três décadas, após o período da ditadura militar (1964-1985). O ato correspondeu ao momento mais radical do extremismo político perpetrado pela direita brasileira, a qual, desde então, tem vivido os efeitos da insurgência criminosa contra um bem nacional. Um exemplo deles é a operação “Lesá Pátria” da Polícia Federal e os seus consequentes desdobramentos legais para punição aos envolvidos (também amplamente divulgados pela mídia), os quais afetaram sensivelmente movimentos bolsonaristas posteriores. Desse modo, os danos causados pelo 8 de janeiro assumiram a força de uma arma voltada não apenas ao candidato recém-eleito e seguidores, mas principalmente aos seus oponentes bolsonaristas, que se viram na necessidade de buscar alternativas para uma reescrita compensatória do episódio frente à marca por ele deixada na memória política nacional.

À vista disso, as manchetes jornalísticas deram intensa vazão a essas contradições, sobretudo por meio da abordagem de falas dos agentes diretos do 8 de janeiro, bem como de “sujeitos-intérpretes” que se propuseram a reler e, conseqüentemente, a renomear o evento. Nesse trabalho de citação e referência a vozes externas, sob os moldes da tradicional formulação objetiva jornalística, as manchetes manifestaram, como todo enunciado, um “direito” e um “avesso” (Fiorin 2011). No “direito”, verificamos o jornal em sua função informativa, transmitindo, com limites ora mais ora menos definidos e de maneira supostamente desinteressada (neutra), o discurso alheio. No “avesso”, percebemos uma espécie de raio valorativo a incidir sobre esses dizeres e a remodelá-los conforme os sentidos construídos sobre o 8 de janeiro que se deseja sustentar, e isso fez emergir, no mesmo espaço da palavra do outro, uma contrapalavra autoral, marca de um alinhamento político inconfundivelmente oposto. A manchete a seguir é bastante representativa dessa característica biface do enunciado:

FIGURA 1

Manchete 1 - Uol Notícias (9 de janeiro de 2023).

'Vou pensar duas vezes', diz 'patriota' preso por vandalismo no DF ao deixar prisão

Observamos que a manchete faz uso das aspas simples para demarcar a palavra alheia por duas vezes. A composição sintética do gênero impossibilita operarmos uma classificação aprofundada das modificações de discurso direto e indireto conforme a que Volóchinov (2021) desenvolveu, pois o autor elabora tais distinções considerando sobretudo contextos narrativos. Além disso, esse não é o enfoque do trabalho, mas, sim, a função que o uso dessas formas de transmissão de discurso de outrem desempenha na construção de uma visão sobre o 8 de janeiro.

Logo, a separação entre discurso citante e citado é diferentemente motivada em cada caso. Na primeira ocorrência, as aspas delimitam um trecho da fala de um metalúrgico de Santa Catarina, cujo nome não é identificado na webnotícia, ao ser solto com sua família após prisão pela

participação nos atos extremistas. A posição em que a fala é trazida na manchete é por si só indicativa de sua relevância como meio de capturar a atenção do leitor e, ao mesmo tempo, realizar a avaliação velada que se estabelece a respeito do indivíduo que a proferiu. Podemos levantar algumas razões para esses pontos.

Primeiramente, o discurso do metalúrgico possui noticiabilidade, pois sugere um certo arrependimento da parte do agente ofensivo diante das consequências que sua adesão ao grupo de infratores causou e, paralelamente, a vitória das instituições democráticas, que reagiram de maneira enérgica e em curto período de tempo à violação cometida. O enunciado completo disponibilizado no restante da webnotícia é: “Hoje, eu vou pensar duas vezes se faria isso de novo”. Assim, entendemos que a supressão de uma parte tão significativa do texto do indivíduo na manchete cumpre o propósito de gerar no leitor as perguntas necessárias ao funcionamento adequado e harmônico das partes do tecnogênero webnotícia, na medida em que as informações principais tão esperadas e os detalhes do fato noticiado são objeto das próximas seções da matéria.

A manchete sozinha, portanto, não visa a informar completamente, mas, sim, antecipar a experiência de informação ao leitor acerca do conteúdo disponibilizado em sequência. Como meio de acesso à webnotícia, a manchete é elaborada pelo corpo editorial não para satisfazer, mas sim provocar a necessidade de preencher um vazio informativo. Nesse ponto em que o despertar da curiosidade vem à tona, o leitor é levado por esses pequenos indícios a recuperar diferentes acontecimentos e discursos do momento, procurando, com eles, reconstituir um lugar conhecido ou ainda um fundo de expectativa para o que se lhe apresentará adiante. Em outras palavras, a manchete convoca a diretamente compreensão responsiva ativa do leitor para a efetivação de seus propósitos, em última análise não objetivos.

Em segundo lugar, as aspas aparecem isolando a palavra “patriota”, que, na manchete, introduz ao leitor um novo e importante dado: o autor da fala reportada. Apesar de não haver elementos que identifiquem pessoalmente esse autor, o nome “patriota” serve bem à inicial caracterização pretendida pelo jornal dessa voz, remetendo-a aos seguidores de Bolsonaro e, mais especificamente, haja vista as informações das circunstâncias do proferimento apresentadas a seguir – “[...] preso por vandalismo no DF ao deixar prisão” –, aos eleitores extremistas envolvidos no atentado do dia 8 de janeiro. De fato, apenas um interlocutor que viveu ou acompanhou os detalhes da polarização política que se estendeu de 2018 até o momento no Brasil poderá perceber esse fio dialógico, a que passaremos a observar brevemente agora.

O patriotismo, como valor daquele que ama a pátria, foi uma das principais bandeiras levantadas pela direita brasileira, como vemos no *slogan* governamental de Bolsonaro: “Deus, pátria, família e liberdade”. Logo, “patriota” assumiu o valor de uma arma ideológica (embora apresentada como anti-ideológica) de luta e, na lógica bolsonarista, de defesa da pátria contra a ameaça esquerdista representada pelo oponente Lula, o qual passou, conseqüentemente, a ser associado pelos adeptos bolsonaristas ao não amor ao país. Por essa razão, “patriota” deixou de ser uma designação autorizada para qualquer cidadão brasileiro, tendo sido essencializada como uma qualidade de um grupo político específico.

Temos aqui, então, um exemplo do que Volóchinov (2021) afirma sobre a tentativa da classe dominante em esconder o confronto entre interesses sociais contraditórios existente no signo e torná-lo monovalente, isto é, portador de um único sentido posto como universal. Nas palavras do autor, ela “tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes,

bem como a apagar o embate das avaliações sociais no seu interior, tornando-o monoenfático” (Volóchinov 2021: 113). Essa força centrípeta que age sobre o signo “patriota”, ao calar outras vozes nele insurgentes, se repercute também nos símbolos pátrios, como as cores da bandeira brasileira, ressignificadas, de 2018 a 2022, como as cores da direita bolsonarista.

As aspas que isolam a palavra “patriota” constituem, na manchete, uma prova da falibilidade do projeto de monologização do signo. Isso porque elas atestam para uma outra posição distinta da ideia bolsonarista de patriotismo, evidenciada no distanciamento estrutural (mediante as aspas) pelo qual a natureza alheia da palavra é ressaltada. Mesmo podendo manter a referência à origem externa desse dizer sem utilizar as aspas, diluindo a palavra alheia no seu enunciado, o produtor escolhe não recobrir essa palavra alheia pela voz jornalística, evitando uma confusão entre os limites da palavra própria e da palavra citada. Tal ação tem, como efeito, o contraste do tema dessa palavra no contexto de vigência do bolsonarismo com os temas que ela realizava anteriormente a esse momento histórico no país, isto é, temas ligados a um sentimento humano *apartidário* de amor e entrega à causa da pátria.

Assim, vemos que os dois temas são construídos sob o propósito do bem-estar da nação - um sentido de patriota que ecoa diferenças e divisões no seio social e outro que, contrariamente, prevê a unidade do país, ao entender o compromisso e cuidado com a pátria como ações possíveis a todos os grupos sob a proteção de um dado ente federativo. A coexistência desses sentidos particulares para patriota na manchete parece apontar para a coexistência de dois modos de ser brasileiro, ou mesmo de dois “brasis”, o Brasil particular da direita reacionária bolsonarista que “ama” e, insuflada por esse sentimento, se põe em guerra “pela pátria”, e o “Brasil brasileiro”, cuja valorização não é tesouro exclusivo de um grupo político, mas de todas as gentes.

A leitura integral do discurso citante – “[...] diz ‘patriota’ preso por vandalismo no DF ao deixar prisão” – indica ainda mais a avaliação jornalística sobre o discurso alheio, pois a identidade dita patriótica do sujeito reportado entra em franca contradição com o vandalismo por ele praticado contra patrimônios da nação que julga defender. Logo, as informações sobre a situação de proferimento da fala do metalúrgico reforçam o questionamento implícito subjacente ao uso da palavra “patriota” entre aspas, palavra que, como vimos, isoladamente já aciona uma heterogeneidade de posições sobre as representações do amor à pátria. Dessa forma, ao marcar um desencontro com a ótica bolsonarista, o enunciado da manchete faz irromper um sentido de valor oposto para patriota e, por extensão, para o 8 de janeiro como gesto representativo de patriotismo. Os elementos analisados indicam que, para o jornal, ser patriota passa justamente por respeitar o Estado Democrático de Direito e, conseqüentemente, a vontade soberana do povo na escolha de seus representantes políticos. A intolerância, violência, incitação à desordem pública e a danos contra prédios de inegável importância histórico-nacional vistas no 8 de janeiro são, na recuperação da manchete, indiciadas como ações que se mostram por si mesmas avessas a um cidadão que ama sua pátria e milita em favor dela.

Considerações finais

Neste artigo, investigamos os efeitos de integração da palavra alheia ao enunciado de uma manchete digital do portal de notícias Uol para a compreensão dos discursos sobre o 8 de janeiro no Brasil. Podemos interpretar, como resultado, que, na manchete analisada, as vozes alheias são apresentadas

não de forma acessória, mas a partir de um contexto autoral específico e do propósito comunicativo do sujeito-autor. Portanto, através do diálogo entre discurso citado e citante, a manchete analisada consegue construir uma reapreciação do discurso alheio, possibilitando novas representações sobre o dia 8 de janeiro frente ao público leitor.

Logo, o emprego de aspas simples para demarcar o discurso alheio ocorre, no exemplar analisado, por dois motivos, como vimos: (i) delimitação do trecho da fala de um metalúrgico de Santa Catarina que estava envolvido nos atos antidemocráticos e que foi preso; e (ii) isolamento da palavra “patriota”, a qual, no enunciado, introduz ao leitor um novo e importante dado – o autor da fala reportada. Com essa construção de título, notamos que um novo sentido é construído em torno do termo “patriota” e, por extensão, ao 8 de janeiro como gesto representativo de patriotismo.

Tendo interpretado que a transmissão do discurso alheio envolve decisões tanto na mudança da modalidade linguística (do oral para o escrito) quanto na passagem do discurso direto para o indireto na manchete, e que tais decisões projetam-se nos diversos sentidos que o enunciado citante vem a construir, esta é uma pesquisa que se volta à relação ativa entre a voz alheia e a autoral. Uma vez que delimitamos o *corpus* a uma manchete, reconhecemos a limitação da pesquisa. Nesse sentido, fica aberta uma lacuna a ser preenchida por outros estudos circunscritos à ADD que podem analisar um *corpus* mais amplo de manchetes digitais, inclusive sobre outros momentos históricos e veiculadas por outros jornais brasileiros ou estrangeiros.

Assim, será possível ampliar a observação do fenômeno da incorporação da voz alheia em cada enunciado com a sua individualidade e, a partir disso, espera-se, chegar ao apontamento de algumas regularidades no modo como os sentidos são construídos nas manchetes digitais. Do mesmo modo, podem ocorrer transposições teóricas do estudo de Volóchinov, originalmente voltado ao romance, para gêneros de outras esferas – ou ainda para outros tipos de enunciados pertencentes também à esfera midiática –, gerando trabalhos futuros que apontem como, na vertente da ADD, a produção de sentidos é inesgotável (Destri; Marchezan 2021).

Referências bibliográficas

- ACOSTA PEREIRA, R.; BRAIT, B. 2020. [Disponível na Internet em <https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/139>]. A valoração em webnotícias direcionadas às mulheres. *Revista da Anpoll* 51, 2: 89–107 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].
- ALVES FILHO, F.; SANTOS, E. P. 2013. [Disponível na Internet em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2013v10n2p78>]. O tema da enunciação e o tema do gênero no comentário online. *Fórum Linguístico* 10, 2: 78-89 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].
- BAKHTIN, M. 1997. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BLIKSTEIN, I. 2008. [Disponível na Internet em <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138982>]. O direito e o avesso: análise semiótica do discurso político e empresarial. *Organicom* 5, 9: 36-48 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].
- BRAIT, B. 2006. Análise e teoria do discurso. Em B. Brait (eds.) *Bakhtin: conceitos-chave*. pp. 9-32. São Paulo: Contexto.

CUNHA, D. 2008. [Disponível na Internet em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27911/19983>]. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. *Matraga* 15, 22: 129-144 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].

DESTRI, A.; MARCHEZAN, R. C. 2021. [Disponível na Internet em <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1853>]. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. *Revista da ABRALIN* 20, 2: 1-25 [Consulta em: 18 de janeiro de 2024].

FIORIN, J. L. 2011. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática.

FRANCELINO, P. F. 2022. Discurso de outrem. Em S. Pereira e S. Rodrigues (eds.). *Diálogos em verbetes*: noções e conceitos da teoria dialógica da linguagem, pp. 63-67. São Carlos: Pedro & João Editores.

JACCOUD, M.; MAYER, R. 2008. A observação direta e a pesquisa qualitativa. Em J. Poupard, J. Deslauriers e L. Groulx (eds.). *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos, pp. 254-295. Rio de Janeiro: Vozes.

LIMA, R. 2011. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.

LUNA, T. S; CUNHA, D. 2018. [Disponível na Internet em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/143889>]. O discurso outro em narrativas ficcionais e não ficcionais. *Linha D'água* 31, 3: 167-190 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].

MESSAGI JÚNIOR, M. 2022. [Disponível na Internet em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/49210>]. Fato vs. texto: como a “objetividade” oculta o caráter discursivo do jornalismo. *Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso* 17, 1: 166–186 [Acesso: 18 de janeiro de 2024].

MOITA LOPES, L P. 1994. [Disponível na Internet em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45412>]. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *D.E.L.T.A.* 10, 2: 329-338 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].

NUNES, D.; SILVA, M. P. B. 2020. [Disponível na Internet em: <https://periodicos.upe.br/index.php/refami/article/view/438>]. O discurso de outrem como estratégia estilístico-socioideológica nas manchetes de notícias veiculadas pelos jornais digitais G1 e R7. *Falange Miúda - Revista de Estudos Da Linguagem* 5, 1: 49-64 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].

RIBEIRO, K. 2018. [Disponível na Internet em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1087>]. Por uma visão dialógica da forma: contribuições do Círculo de Bakhtin para os Estudos da Linguística. *Entrepalavras*, 8, 2: p. 100-119 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].

ROHLING, N. 2014. [Disponível na Internet em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7561>]. A pesquisa qualitativa e Análise Dialógica do Discurso: caminhos possíveis. *Cadernos de Linguagem e Sociedade* 15, 2: p. 44-60 [Consulta: 18 de janeiro de 2024].

VOLÓCHINOV, V. 2021. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34.

LORRAN, T. 2023. [Disponível na Internet em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/03/02/vou-pensar-duas-vezes-diz-patriota-ao-deixar-prisao.htm>]. ‘VOU pensar duas vezes’, diz ‘patriota’ preso por vandalismo no DF ao deixar prisão. *Uol* [Consulta: 18 de janeiro de 2024].

ALINE MILENA BORGES DA SILVA DIAS. Mestranda em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora na rede básica de ensino de Pernambuco. Graduada em Letras-Português/Licenciatura pela UFPE. Integra o grupo de pesquisa/CNPq Rede de Estudos Dialógicos (RED), da UFPE e tem interesse nas seguintes áreas: Análise Dialógica do Discurso e Análise do Discurso Digital.

E-mail: aline.borgessilva@ufpe.br

EVERTON HENRIQUE SOUZA-SILVA. Mestrando em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor na rede básica de ensino de Pernambuco. Graduado em Letras-Português/Licenciatura pela UFPE. É membro dos grupos de pesquisa/CNPq Rede de Estudos Dialógicos (RED) e Grupo de Estudos do Texto (GESTO), ambos da UFPE. Tem interesse nas seguintes áreas: Análise Dialógica do Discurso, Linguística Aplicada e Linguística Textual.

E-mail: everton.souzasilva@ufpe.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Este artigo foi desenvolvido por Aline Borges da Silva Dias y Everton Souza-Silva. O desenho e a coleta dos dados foram realizados por Aline Borges da Silva Dias y Everton Souza-Silva. Os autores interpretou os resultados, redigiu e fez a revisão do artigo.



Crianças invisíveis: uma análise das vozes silenciadas à luz das teorias de Bakhtin e Fairclough

Invisible children: an analysis of silenced voices in light of Bakhtin and Fairclough's theories

ROGÉRIA FATIMA MADALAZ

ORCID: 0000-0002-1928-2277
Universidades de Cruz Alta
Brasil

SIRLEI DE LOURDES LAUXEN

ORCID: 0000-0002-8260-0039
Universidades de Cruz Alta
Brasil

ANTONIO ESCANDIEL DE SOUZA

ORCID: 0000-0001-6531-3794
Universidades de Cruz Alta
Brasil

JOICE NARA ROSA SILVA

ORCID: 0009-0006-0980-0807
Universidades de Cruz Alta
Brasil

CARLA R. DA SILVA TAVARES A.

ORCID: 0000-0001-5295-0305
Universidades de Cruz Alta
Brasil

Recebido: 17 de maio de 2024 | Aceito: 20 de janeiro de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.215-232

RESUMO

Este estudo teve como propósito a análise das vozes de crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica no filme "Crianças Invisíveis", utilizando como referencial teórico as abordagens de Bakhtin e Fairclough. Os objetivos específicos incluíram a exploração das influências nas vozes infantis advindas de interações com comunidades, famílias e sistemas sociais, assim como a destacada perspectiva da criança de rua como exemplificação da complexidade dessas vozes. A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa, centrada na análise das diversas vozes presentes no contexto social do filme, selecionando cenas que retratam as interações das crianças com seus ambientes. As teorias de Bakhtin e Fairclough forneceram uma perspectiva valiosa para a análise proposta. Como conclusão, evidenciou-se a necessidade contínua de estabelecer espaços seguros e inclusivos, possibilitando que as crianças expressem suas vozes e atuem como agentes ativos em suas próprias vidas e comunidades.

PALAVRAS CHAVE: *Crianças invisíveis. Dialogismo. Filme. Polifonia. Teoria de Bakhtin.*

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las voces de niños en situación de vulnerabilidad socioeconómica en la película "Niños invisibles", utilizando como marco teórico los enfoques de Bakhtin y Fairclough. Los objetivos específicos incluyeron explorar las influencias en las voces de los niños que surgen de las interacciones con comunidades, familias y sistemas sociales, así como resaltar la perspectiva de los niños de la calle como un ejemplo de la complejidad de estas voces. El enfoque metodológico adoptado fue de carácter cualitativo, centrado en el análisis de las diferentes voces presentes en el contexto social de la película, seleccionando escenas que retratan las interacciones de los niños con su entorno. Las teorías de Bakhtin y Fairclough proporcionaron una perspectiva valiosa para el análisis propuesto. En conclusión, se destacó la necesidad constante de establecer espacios seguros e inclusivos que permitan a los niños expresar sus voces y actuar como agentes activos en sus propias vidas y comunidades.

PALABRAS CLAVE: *Niños invisibles. Dialogismo. Película. Polifonía. La teoría de Bajtin.*

ABSTRACT

This study aimed to analyze the voices of children in situations of socioeconomic vulnerability in the film "Invisible Children", using Bakhtin and Fairclough's approaches as a theoretical framework. Specific objectives included exploring the influences on children's voices arising from interactions with communities, families and social systems, as well as highlighting the perspective of street children as an example of the complexity of these voices. The methodological approach adopted was qualitative in nature, centered on the analysis of the different voices present in the social context of the film, selecting scenes that portray children's interactions with their environments.

The theories of Bakhtin and Fairclough provided a valuable perspective for the proposed analysis. In conclusion, the ongoing need to establish safe and inclusive spaces was highlighted, enabling children to express their voices and act as active agents in their own lives and communities

KEYWORDS: *Bakhtin's theory. Dialogism. Film. Invisible children. Polyphony.*

Introdução

"Crianças Invisíveis" é um filme composto por sete curtas-metragens, dirigidos por renomados cineastas de todo o mundo, incluindo Emir Kusturica, Spike Lee e Ridley Scott. Lançado em 2005, o filme destaca questões relacionadas aos direitos das crianças em diferentes partes do mundo. Cada curta-metragem conta uma história única e emocionante, abordando temas como pobreza, exploração, abuso e negligência, que afetam as vidas das crianças em diferentes contextos culturais e sociais. O filme retrata a resiliência das crianças diante das adversidades e destacam a importância de reconhecer e proteger seus direitos, independentemente de sua origem ou situação socioeconômica, dessa forma estimulando a reflexão sobre a necessidade de ação para melhorar suas vidas e garantir um futuro promissor para todas as crianças.

Este artigo propõe explorar a temática complexa e multifacetada das vozes infantis "invisíveis", examinando como as crianças em situações de exclusão social são capazes de resistir à adversidade, formar identidades resilientes e encontrar solidariedade, mesmo nos ambientes mais difíceis.

Ao adotarmos a perspectiva teórica da polifonia e dialogismo de Bakhtin (1999) e Fairclough (2001), este estudo investiga como as vozes infantis são formadas pelas interações com suas comunidades, famílias e sistemas sociais. Além disso, examinamos de perto a perspectiva da criança de rua, uma das vozes mais esquecidas, para entender como essa experiência singular é formada, não apenas por suas próprias vivências, mas também por interações dinâmicas com outros indivíduos à margem da sociedade. Ao dar voz a essas experiências, este artigo busca contribuir para "a ocorrência de" um diálogo mais amplo e inclusivo sobre justiça social, igualdade de oportunidades e respeito pelos direitos fundamentais de todas as crianças, independentemente de seu contexto socioeconômico.

1. Crianças invisíveis

Crianças Invisíveis é um filme colaborativo composto por cinco episódios, dirigidos por cineastas renomados de diferentes nacionalidades e comissionado pela UNICEF. A obra aborda as condições de vida de crianças em diversas partes do mundo, expondo as dificuldades que enfrentam devido à violência, exploração, negligência e a falta de perspectivas. Ao retratar realidades de pobreza extrema, guerra e marginalização, o filme provoca uma reflexão crítica sobre a infância vulnerável e a urgência de mudanças sociais e políticas para garantir um futuro mais justo e igualitário.

O filme não apenas narra histórias de crianças em situações extremas, mas também serve como um reflexo das estruturas sociais, políticas e econômicas que permeiam essas experiências. A complexidade das vozes infantis é explorada à luz da teoria de Bakhtin (1999) sobre polifonia, além dos conceitos de Fairclough (2001) sobre discurso e construção da identidade social. Essas perspectivas teóricas ajudam a compreender a multiplicidade de vozes presentes nas histórias, cada uma refletindo uma interação dinâmica com as estruturas de poder e as condições socioeconômicas que as moldam.

Um dos episódios mais impactantes é *Tanza*, dirigido por Mehdi Charef, que trata da realidade de crianças-soldado em um país africano durante uma guerra civil. A narrativa mostra Tanza, um garoto forçado a se tornar soldado, plantando explosivos em uma escola. Durante uma missão, ele se encontra em uma sala de aula e, ao olhar para um quadro negro com perguntas, reflete sobre o que poderia ter sido sua vida, se não tivesse sido capturado pelo ciclo de violência. A fala de Tanza,

em lágrimas, ao se questionar sobre sua vida como criança, revela o conflito interno entre os valores impostos pelo seu contexto e o desejo de uma infância normal. A frase de Tanza, "Eu queria estar na escola, eu queria ser uma criança," sintetiza a dor de alguém arrancado da infância.

Sob a ótica de Bakhtin (199), o episódio de Tanza exemplifica como a voz infantil é marcada pelas interações sociais e pela violência de seu ambiente. As experiências de crianças como Tanza não podem ser vistas como histórias isoladas, mas como expressões de um diálogo contínuo entre as múltiplas vozes que constroem sua identidade, como a dos líderes que o manipulam, das vítimas da guerra e das normas que regem o conflito. Cada uma dessas vozes contribui para a formação do ser de Tanza, entrelaçando sua experiência de sofrimento com a luta interna pela preservação de sua humanidade.

Além disso, a teoria de Fairclough ajuda a compreender como o discurso e as práticas sociais moldam a identidade das crianças em situação de vulnerabilidade. O discurso de Tanza, em que ele é forçado a adotar o papel de soldado em um ambiente de guerra, é resultado de um sistema de relações sociais desiguais e violentas, que moldam sua visão de mundo e sua identidade. O filme revela como a estrutura social impõe discursos de marginalização e controle, transformando as crianças em vítimas invisíveis para as sociedades que as cercam.

Outro segmento que amplia essa reflexão é *Bilu e João*, dirigido por Kátia Lund, que retrata a vida de duas crianças nas ruas de São Paulo, coletando materiais recicláveis para sobreviver. Em uma cena emblemática, as crianças utilizam um carrinho para transportar sucata, uma metáfora visual para sua luta pela sobrevivência. O diálogo entre Bilu e João reflete como suas vozes são formadas e transformadas pelas experiências cotidianas de exclusão social e pobreza. A fala de João, "Se a gente juntar tudo, dá pra comprar um pão," ilustra a precariedade de sua vida e o modo como eles negociam o significado da infância em um contexto de sobrevivência. Nesse caso, a palavra não apenas comunica necessidades imediatas, mas também carrega o peso de uma sociedade que nega às crianças o direito a uma vida plena.

A perspectiva de Fairclough (2001), que entende o discurso como um reflexo e uma ferramenta para a transformação social, torna-se evidente na análise das interações e das narrativas apresentadas no filme. As palavras e ações de Bilu e João evidenciam como as estruturas sociais operam para marginalizar crianças em situação de vulnerabilidade, forçando-as a viver em condições que roubam a essência da infância, substituindo-a por uma luta constante pela sobrevivência. O filme se configura, assim, como um chamado urgente à ação, utilizando a linguagem cinematográfica para expor as dinâmicas de poder, exclusão e controle que permeiam essas realidades.

Sob a perspectiva dialógica de Bakhtin (1999), a palavra é essencial para desvendar as complexas interações sociais que moldam as identidades das crianças. Cada diálogo, seja entre as crianças ou com o meio que as circunda, reflete como os sistemas de poder e as normas sociais influenciam suas experiências e trajetórias de vida. Nesse sentido, a obra não apenas expõe as cicatrizes deixadas por uma infância fragilizada, mas também convoca a sociedade a adotar uma postura crítica e responsável, reconhecendo seu papel na transformação das estruturas que perpetuam a desigualdade. Exemplos como a invisibilidade das crianças em espaços institucionais ou a falta de políticas públicas efetivas reforçam a urgência de intervenções que promovam uma infância digna, equitativa e inclusiva.

O filme enfatiza a necessidade urgente de criar oportunidades para crianças em situação de vulnerabilidade, destacando que a transformação de suas realidades exige ação coletiva, conscientização social e um compromisso efetivo com a preservação da infância como um período essencial

de desenvolvimento, aprendizado e liberdade. Essa reflexão dialoga com a teoria de Bakhtin (1999), segundo a qual a compreensão de cada palavra implica uma resposta interna, configurando uma réplica que reflete nossa interação com o discurso. Assim, quanto mais densas e significativas forem essas réplicas, mais profunda será nossa capacidade de interpretar e responder às necessidades dessas crianças, reforçando a importância de ações concretas para reverter os desafios que enfrentam.

Para Fairclough (2001), a palavra não é uma construção individualizada, pois, por meio do discurso, o indivíduo constrói sua identidade social, por intermédio das relações sociais entre as pessoas, o conhecimento e as crenças vão sendo construídas. O indivíduo reflete em seus discursos o meio em que está inserido. Porém, consegue transformá-lo, através de uma relação dialética com a estrutura social.

Um exemplo está em "Bilu e João", dirigido por Kátia Lund. Ambientado nas ruas de São Paulo, o curta retrata o cotidiano de duas crianças que coletam materiais recicláveis para sobreviver. A narrativa ressalta a criatividade e a resiliência de Bilu e João diante da pobreza e da exclusão social. Em uma cena emblemática, as crianças utilizam um carrinho alugado para transportar sucata, uma imagem que simboliza sua determinação em buscar uma vida melhor, mesmo em meio às adversidades.

Como apontam Vera Lúcia Pires e Fátima Andréia Tamanini-Adames, "as vivências de crianças em situação de vulnerabilidade não podem ser dissociadas das relações sociais e culturais que as envolvem, sendo construídas em um processo dinâmico e interativo" (Pires; Tamanini-Adames, 2016).

Nesse sentido, Bakhtin (2010) também nos oferece uma importante contribuição ao afirmar que o sujeito é construído não apenas por sua própria intenção, mas por meio de um processo de interação com o outro, com a linguagem e com as vozes do contexto. Para Bakhtin:

O sujeito de Bakhtin, construído pelo outro, é também um sujeito construído na linguagem, que tem um projeto de fala que não depende só de sua intenção, mas depende do outro: primeiro é o outro com quem fala; depois o outro ideológico, tecido por outros discursos do contexto; ao mesmo tempo, o sujeito é corpo, são as outras vozes que o constituem. (2010: 3).

A teoria bakhtiniana (1999), aliada à perspectiva de Fairclough (2001), é essencial para compreender a dinâmica do sujeito, destacando que a identidade de uma pessoa se edifica através da interação com os outros no âmbito da linguagem. Bakhtin enfatiza que o sujeito não é apenas um indivíduo com suas intenções próprias, mas é formado pelo diálogo com outros indivíduos. Sua identidade não é apenas resultado de sua intenção ao se expressar, mas também das reações e influências do outro com quem se relaciona, além das ideologias e discursos presentes no contexto social. Adicionalmente, o sujeito é percebido como um receptáculo que absorve as vozes e perspectivas alheias, elementos que o constituem como indivíduo dentro de uma estrutura social mais ampla. No contexto do filme "Crianças Invisíveis", essa interpretação ganha vida ao observarmos as histórias das crianças retratadas.

No contexto do filme *Crianças Invisíveis*, essa interpretação ganha vida ao observarmos as histórias das crianças retratadas, que refletem as complexas dinâmicas sociais e a resistência contra as opressões impostas pelas estruturas capitalistas, como afirma Bezerra:

Se por um lado o capitalismo reduz os indivíduos à condição de objetos, por outro também provoca a maior estratificação social e o maior número de conflitos da história da sociedade

humana, gerando vozes e consciências que resistem a tal redução. E Bakhtin afirma que o romance polifônico só pôde realizar-se na era capitalista (Bezerra 2005: 193).

O filme ilustra vividamente a pobreza e as diversas formas de pobreza, exploração laboral e abuso que permeiam as vidas de crianças ao redor do mundo. Essas condições, no entanto, não se limitam a desafios momentâneos. São barreiras estruturais que silenciam vozes e moldam profundamente as identidades das crianças, aprisionando-as em realidades marcadas por exclusão, estigma e falta de oportunidades. O longa evidencia como essas experiências vão além da privação material, destacando a negação das narrativas e vivências dessas crianças, frequentemente silenciadas pela sociedade que as ignora ou pelas circunstâncias opressivas que enfrentam.

No segmento *Jesus Children of America*, dirigido por Spike Lee, somos apresentados à história de Blanca, uma menina de 12 anos que descobre ser portadora do HIV, herdado de seus pais usuários de drogas. Essa narrativa mergulha nos efeitos devastadores do estigma e da discriminação enfrentados por crianças soropositivas, destacando os desafios emocionais e sociais que elas enfrentam. Em uma das cenas mais tocantes, Blanca é confrontada por colegas na escola, um momento que expõe o preconceito e a solidão que ela experimenta diariamente. Esse isolamento imposto pela sociedade, não apenas reforça a exclusão social, mas também afeta profundamente sua autoestima e sua capacidade de se imaginar em um futuro diferente. Blanca é um exemplo vivo de como a negação de uma voz e de um espaço de pertencimento pode limitar drasticamente o potencial de uma criança.

Outro segmento que exemplifica essa realidade é *Ciro*, dirigido por Stefano Veneruso. Situado em Nápoles, Itália, o curta acompanha Ciro, um menino envolvido em pequenos delitos como forma de sobreviver em um ambiente urbano degradado. A história evidencia como a pobreza e a falta de oportunidades podem empurrar jovens para a marginalidade, na qual a sobrevivência é constantemente ameaçada pela violência e pela falta de esperança. Em uma cena significativa, Ciro e seu amigo são perseguidos após um roubo, encapsulando a tensão constante e o perigo que marcam suas vidas. Esse segmento vai além de mostrar a criminalidade juvenil; ele expõe as forças estruturais que criam um ciclo de exclusão, deixando poucas ou nenhuma alternativa para crianças como Ciro.

Essas histórias, embora separadas por contextos culturais e geográficos, convergem em um ponto comum: a luta das crianças para encontrar uma voz em meio à adversidade. De acordo com Freire (1987), a opressão desumaniza tanto o oprimido quanto o opressor, e é apenas por meio da conscientização e da ação transformadora que a liberdade pode ser alcançada. Nesse sentido, o filme nos convida a refletir sobre o papel da sociedade em perpetuar esses ciclos de exclusão e a importância de criar espaços onde as vozes das crianças possam ser ouvidas e valorizadas.

O filme não apenas mostra o quão severo são essas circunstâncias, mas também evidencia a capacidade dessas crianças em se adaptarem à crueldade daqueles que deveriam protegê-las. Mesmo diante de adversidades avassaladoras, persistem em lutar, sonhar e resistir. Suas vozes, embora possam ser silenciadas pela sociedade, ecoam com uma força notável, revelando a profundidade da experiência humana e a resiliência, mesmo nos momentos mais desesperadores. Cyrulnik (2004) ressalta que qualquer pessoa é capaz de desenvolver resiliência. Aqueles que tiveram um início de vida com afeto e segurança possuem mais facilidade para transformar suas dores. No entanto, mesmo os desprovidos desse apoio, podem encontrar uma fonte externa de resiliência, seja um pai, mãe, familiar, vizinho, professor ou amigo, alguém disposto a ouvir atentamente, compreender e, sobretudo, aceitar a criança.

Além disso, o filme nos leva a refletir sobre a responsabilidade coletiva da sociedade em assegurar que essas vozes sejam ouvidas e respeitadas. A supressão das vozes infantis devido à pobreza, exploração e abuso não é apenas uma injustiça individual, é uma falha sistêmica que exige uma resposta global. Somente ao reconhecer e enfrentar essas barreiras podemos, verdadeiramente, permitir que as crianças se expressem e se desenvolvam plenamente, alcançando seu potencial máximo como seres humanos em desenvolvimento.

2. Barreiras e desafios enfrentados pelas crianças

A perspectiva bakhtiniana destaca a importância das vozes individuais e autênticas na construção do conhecimento e na formação da identidade. É dentro desse contexto teórico que analisamos o texto, identificando uma multiplicidade de vozes em interação, cada uma representando uma experiência única e autêntica das crianças em situações de vulnerabilidade ao redor do mundo.

Além disso, a teoria de Fairclough (2001) aprofunda essa análise ao revelar como a pobreza, a exploração laboral e o abuso atuam como vozes suprimidas, impondo suas próprias restrições às experiências das crianças. A pobreza, por exemplo, limita drasticamente o acesso a recursos essenciais, restringindo a capacidade das crianças de expressarem suas necessidades e aspirações de forma plena. A exploração laboral, por sua vez, priva essas crianças da oportunidade de viver uma infância comum, confinando suas vozes ao trabalho forçado e às condições desumanas.

E ainda mais profundamente, o abuso cria um silenciamento profundo, no qual o trauma e o medo impedem essas crianças de compartilharem suas experiências, perpetuando a supressão de suas vozes. Assim, sob a análise conjunta das teorias de Bakhtin (1999), e Fairclough (2001), evidencia-se não apenas a multiplicidade de vozes presentes, mas também a complexidade das forças que suprimem algumas delas, impedindo a plena expressão e participação dessas crianças na sociedade. Scorsolini-Comin e Santos (2010: 3) afirma que,

A palavra, em sua condição de signo, é adquirida no meio social e, uma vez interiorizada pelo sujeito, retorna ao meio social por meio dos processos interacionais, em uma forma diferenciada, o que aproxima Bakhtin das concepções de Vigotski. Ou seja, ela é dialeticamente alterada devido às colorações ideológicas que marcam as condições de produção. O sentido da palavra é totalmente determinado por seu(s) contexto(s), mas esses contextos não se encontram justapostos simplesmente, mas em uma situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto.

Neste caso, as vozes infantis estão representadas pela resiliência do meio onde estão vivendo. Apesar das adversidades, as crianças continuam a lutar pela expressão de suas experiências, sonhos e preocupações. Suas vozes, mesmo que abafadas, persistem como uma resistência ao silêncio imposto pelas barreiras sociais e emocionais. Ainda Scorsolini-Comin e Santos (2010: 4),

Ao destacar o caráter social da palavra, Bakhtin fez referência ao fato de que o desenvolvimento também não se dá ao acaso e de modo individual, como veiculado pelas teorias desenvolvimentais clássicas. Pelo contrário, a linguagem e o desenvolvimento se dão na interação social, no contato da pessoa com seus outros e o meio no qual vivem, sendo a palavra uma expressão possível dessa relação pessoa-cultura.

No contexto bakhtiniano (1999), a transformação social emerge da multiplicidade de vozes que se entrelaçam e dialogam entre si. A superação das barreiras descritas no texto implica em permitir que essas vozes se conectem em um diálogo autêntico, formando uma trama complexa de experiências e perspectivas. É somente quando as vozes das crianças em situação de vulnerabilidade são verdadeiramente ouvidas e respeitadas que podemos romper o ciclo de silêncio e exclusão social.

A teoria de Fairclough (2001) enriquece essa análise ao destacar a importância do poder das vozes na transformação social. Ao dar voz às crianças em situação de vulnerabilidade, abre-se espaço para que cada uma delas contribua não apenas para sua própria realidade, mas também para a sociedade como um todo. Promover um ambiente onde cada voz seja valorizada e tenha o poder de transformar não apenas a sua própria vida, mas também a estrutura social, é essencial para alcançar uma mudança significativa. É nesse diálogo autêntico entre vozes diversas que reside o potencial de uma transformação social verdadeira e inclusiva.

3. Impacto na construção de identidades e narrativas

As vivências de pobreza, exploração laboral e abuso exercem um impacto profundo e duradouro na construção da identidade das crianças, moldando não apenas sua visão de si mesmas, mas também suas expectativas em relação ao mundo que as cerca. A falta de acesso a oportunidades educacionais de qualidade é um fator central nesse processo, contribuindo para a desestabilização da autoestima e da confiança dessas crianças. Esse déficit educacional não apenas compromete o desenvolvimento acadêmico, mas também cria uma barreira para a realização de seus potenciais, gerando sensação de desesperança em relação ao futuro.

No Brasil, dados do UNICEF indicam que, até o início de 2020, 40% das crianças e adolescentes brasileiros viviam em situação de pobreza monetária, e cerca de 12% em pobreza extrema. Esses índices refletem a vulnerabilidade de uma parcela significativa da população infantil, que enfrenta dificuldades no acesso a direitos básicos, incluindo a educação (UNICEF 2020).

A exploração laboral precoce impõe responsabilidades excessivas às crianças e pode distorcer a percepção que elas têm de seu próprio valor. A experiência de ser utilizada como mão de obra em idade tenra pode deixar marcas profundas, tornando-as mais propensas à exploração contínua na vida adulta, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade. Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam tendências preocupantes de aumento do trabalho infantil no Brasil, com registros de acidentes graves envolvendo menores de 14 anos e áreas mapeadas de risco de tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial (OIT 2021).

Além disso, o trauma resultante do abuso tem implicações significativas na formação da identidade. Afeta negativamente a autoimagem das crianças e compromete sua capacidade de confiar nos outros, configurando-se como um obstáculo ao desenvolvimento saudável. Estudos de Bowlby (1990) sobre o apego indicam que experiências precoces de abuso ou negligência podem comprometer a formação de vínculos seguros, resultando em dificuldades na construção de relacionamentos interpessoais. Esse impacto é agravado pela sensação de insegurança e medo, que molda negativamente a percepção que a criança tem de si mesma e dos outros.

Adicionalmente, Miller (1984), em *O drama da criança bem-dotada*, destaca como o abuso infantil mina a capacidade da criança de desenvolver uma autoimagem positiva. Miller argumenta que crianças

submetidas a abuso frequentemente internalizam a culpa e a vergonha, sentimentos que as acompanham na vida adulta e que podem perpetuar ciclos de retraimento emocional e baixa autovalorização.

Assim, é crucial reconhecer a interconexão dessas experiências adversas e implementar políticas públicas que não apenas atendam às necessidades imediatas, mas também visem à transformação estrutural, proporcionando oportunidades educacionais inclusivas, proteção contra a exploração laboral e apoio integral às vítimas de abuso. Somente através dessas medidas é possível interromper o ciclo de desesperança e vulnerabilidade, permitindo que as crianças construam uma identidade sólida e positiva para enfrentar o futuro. Scorsolini-Comin, Santos (2010: 3) afirma que,

O ser humano seria considerado um intertexto, na medida que não existe isoladamente, já que a sua vida se tece, entrecruza-se e interpenetra-se com a experiência do outro. Os enunciados de um falante estão, sempre e inevitavelmente, atravessados pelas palavras do outro: o discurso elaborado pelo falante constitui e se constitui também do discurso do outro que o atravessa, condicionando o discurso do "eu".

Destaca-se a interconexão intrínseca entre os seres humanos, evidenciando que cada indivíduo é um intertexto, entrelaçado com a experiência dos outros. Isso significa que as palavras, pensamentos e ações de uma pessoa são influenciados e delimitados pelo discurso dos outros, criando uma teia complexa de interações e significados. No contexto das crianças em situação de vulnerabilidade, essa intertextualidade é particularmente relevante.

As experiências adversas, como pobreza, exploração e abuso, moldam profundamente as narrativas das crianças, entrelaçando seus desafios e sofrimentos com momentos de esperança, amor e resiliência. Embora essas dificuldades marquem suas histórias, as crianças demonstram força interior para superar obstáculos e resistir às adversidades. A supressão de suas vozes diante dessas condições ressalta a urgência de criar ambientes seguros e de apoio. Reconhecer não apenas os desafios, mas também a capacidade de superação das crianças, é essencial para promover sua expressão e valorizar suas perspectivas. Isso contribui para um ambiente mais inclusivo e equitativo, permitindo que todas as crianças se desenvolvam plenamente.

4. A teoria bakhtiniana e a ideia de polifonia: ampliando as vozes das crianças em "crianças invisíveis"

A teoria bakhtiniana, desenvolvida pelo filósofo e linguista russo Mikhail Bakhtin, oferece uma lente poderosa para analisar as vozes das crianças no filme "Crianças Invisíveis". No cerne dessa teoria estão os conceitos de polifonia e dialogismo, que são fundamentais para entender a complexidade das vozes infantis e sua interação com o mundo ao seu redor.

A polifonia, segundo Bakhtin, refere-se à multiplicidade de vozes e perspectivas presentes em qualquer discurso ou texto. Em outras palavras, qualquer forma de comunicação é um campo de vozes variadas, cada uma representando uma visão de mundo única. O dialogismo, por sua vez, destaca a natureza interativa da linguagem, onde as vozes estão constantemente em diálogo umas com as outras. O dialogismo reconhece que cada voz é influenciada e moldada pelo contexto social, histórico e cultural em que ocorre, resultando em um intercâmbio dinâmico de significados.

Ao aplicarmos os princípios da polifonia e do dialogismo à análise das vozes das crianças no filme "Crianças Invisíveis", somos capazes de desvendar as complexidades de suas experiências. Cada história no filme representa não apenas a voz da criança protagonista, mas um conjunto de vozes que incluem familiares, amigos, membros da comunidade e figuras de autoridade. Essas vozes entram em diálogo constante, influenciando e definindo as percepções das crianças sobre si mesmas e o mundo ao seu redor.

A polifonia no filme é evidente na diversidade das histórias infantis apresentadas. Cada criança interage com uma gama de personagens, cada um trazendo consigo suas próprias perspectivas e valores. Por exemplo, uma criança de rua pode dialogar com outros colegas de rua, mas também com adultos que ocupam diferentes posições sociais. Essas interações resultam em uma pluralidade de vozes, cada uma contribuindo para a riqueza e complexidade da experiência infantil.

O dialogismo, por sua vez, é observado nas interações dinâmicas entre as vozes das crianças e suas interações com o ambiente ao seu redor. Suas vozes são moldadas pelos sistemas sociais nos quais estão inseridas, incluindo sistemas educacionais, econômicos e culturais. A dialogicidade também é evidente nas trocas emocionais e sociais entre as crianças, à medida que expressam seus medos, esperanças e aspirações em um contexto de relações humanas multifacetadas. Scorsolini-Comin, Santos (2010: 5) diz que,

O conceito de dialogismo assume importância capital à medida que entende a palavra como portadora de um constante dinamismo e o ser humano como agente, isto é, ele não apenas é influenciado pelo meio, como também age ativamente sobre o mesmo, transformando-o. Além disso, do ponto de vista da comunicação, o dialogismo ratifica o conceito de comunicação como interação verbal e não-verbal, não meramente como transmissão da informação. O dialogismo operaria dentro de qualquer produção cultural, seja letrada ou analfabeta, verbal ou não verbal, elitista ou popular.

Dialogismo é um conceito fundamental que reconhece o dinamismo da linguagem e a interação constante entre o ser humano e seu meio ambiente. Isso implica que as vozes das crianças são absorvidas não apenas pelas influências externas, mas também pela sua capacidade ativa de interagir e transformar o mundo ao seu redor. No contexto das vozes infantis em "Crianças Invisíveis", essa interação dinâmica é evidente ao observarmos como as comunidades, famílias e sistemas sociais influenciam e moldam as vozes das crianças de maneiras diversas e significativas.

As comunidades desempenham um papel crucial na formação das vozes infantis, fornecendo um ambiente rico de interações sociais. As normas, valores e tradições absorvidos durante as interações diárias com vizinhos, colegas e líderes comunitários têm um impacto profundo na perspectiva de mundo das crianças. Isso é exemplificado em "Crianças Invisíveis" através das diferentes histórias apresentadas, onde as vozes das crianças são moldadas pelas comunidades solidárias ou empobrecidas em que vivem.

A dinâmica familiar desempenha um papel crucial na autoexpressão das crianças, podendo ser um ambiente de apoio ou desafio, dependendo do incentivo à criatividade ou das restrições impostas. Além disso, os sistemas sociais, como educação, economia e saúde, influenciam fortemente as vozes infantis. A falta de acesso à educação de qualidade ou a discriminação social pode silenciar as crianças, limitando suas oportunidades de expressão. No filme *Crianças Invisíveis*, essas influências

são evidentes nas histórias de crianças que enfrentam barreiras educacionais ou trabalham em condições precárias, ilustrando a complexidade e diversidade das experiências infantis.

5. A construção das vozes infantis dentro da teoria bakhtiniana: uma análise da perspectiva da criança de rua no filme "crianças invisíveis"

A perspectiva de uma criança de rua, apresentada no filme "Crianças Invisíveis", é um exemplo vívido da complexidade das vozes infantis no contexto da polifonia bakhtiniana. A voz dessa criança não é isolada, ela é moldada por uma rede intrincada de interações com outros indivíduos em situação de exclusão social na sociedade. Ao explorar essa dinâmica, podemos entender como a interação de vozes cria uma interconexão de experiências únicas e complexas, cada uma intrinsecamente ligada ao contexto social em que ocorre.

A criança de rua¹, frequentemente invisível aos olhos da sociedade, possui uma voz que ressoa com as experiências de marginalização, pobreza e solidão. A vida nas ruas impõe desafios inimagináveis, desde a busca diária por alimento e abrigo até a luta constante contra o estigma social. A voz dessa criança é forjada por suas próprias vivências, mas também é profundamente influenciada pelas interações com outros indivíduos marginalizados, incluindo outros colegas de rua, mendigos e pessoas em situações semelhantes. Scorsolini-Comin e Santos (2010: 7) afirma que,

O pensamento bakhtiniano permite uma compreensão radical da alteridade, pois apresenta uma visão multirreferenciada, na qual tempo e espaço estão em constante interação no processo de construção eu/outro. Assim, é possível entender o outro de uma maneira original, pois ele é referido não como alguém que está fora de mim, que é estranho a mim, mas como alguém que me constitui, que contribui para o processo de construção de um eu que não me pertence integralmente e que somente existe a partir do olhar do outro. Assim, eu e outro se constroem mutuamente a partir de referenciais temporais e espaciais que os antecedem, são seus contemporâneos e, ao mesmo tempo, são seus herdeiros, no bojo de um processo no qual há múltiplas possibilidades de vir a ser.

A perspectiva bakhtiniana oferece uma compreensão radical da alteridade ao destacar a interação dinâmica entre eu e o outro. Segundo Bakhtin (2010), o outro não é apenas alguém externo a mim, mas uma parte intrínseca da minha identidade, contribuindo para a construção do eu.

1 Sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (Conanda; SN-DCA/MDH; CNER 2017: 27).

Nesse contexto, as vozes das crianças de rua se tornam particularmente significativas, pois são internalizadas não apenas por suas experiências individuais, mas também pelas interações com outros indivíduos excluídos socialmente.

A interação entre as vozes das crianças em situação de rua gera uma complexidade de experiências, sendo que cada interação, compartilhamento de conhecimento e ato de solidariedade contribuem para a formação de suas identidades. Por exemplo, ao trocarem estratégias para encontrar alimento ou orientações sobre locais seguros para passar a noite, não apenas melhoram suas chances de sobrevivência, mas também fortalecem sua percepção do mundo circundante.

Essa interação de vozes não apenas enriquece as experiências individuais, mas estabelece uma rede de histórias compartilhadas. Cada criança em situação de rua traz consigo uma narrativa única, entrelaçando-se em um diálogo constante. A solidariedade entre elas, frequentemente mal compreendida pela sociedade, evidencia a resiliência e a capacidade humana de formar laços mesmo em condições adversas.

A voz da criança em situação de rua, portanto, representa uma síntese singular de suas experiências individuais e das compartilhadas com outros em vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com Furtado (2018), em sua obra "Formação Econômica do Brasil", a vulnerabilidade socioeconômica é abordada como uma condição na qual certos grupos ou indivíduos enfrentam riscos agravados devido a fatores sociais e econômicos, destacando as desigualdades estruturais e os desafios no desenvolvimento econômico do Brasil.

Essa narrativa é rica e multifacetada, refletindo não apenas as adversidades, mas também a força, esperança e solidariedade presentes nas vidas dessas crianças. Compreender essas interações de vozes não apenas nos permite adentrar nas complexidades das experiências infantis nas ruas, mas também sublinha a importância de valorizar e proteger essas vozes, oferecendo oportunidades para que sejam ouvidas e reconhecidas na sociedade.

6. Discurso, identidade e vozes infantis: conexões para justiça, inclusão e transformação social

A valorização das vozes das crianças e a construção da identidade social por meio do discurso revelam a centralidade da linguagem na promoção da justiça social e inclusão. A teoria de Bakhtin destaca que as interações dialogadas permitem compreender e dar espaço às narrativas das crianças, historicamente silenciadas, especialmente em contextos de exclusão. Scorsolini-Comin e Santos (2010: 7) apontam que “a linguagem evidencia desigualdades e disputas de poder, transformando o sujeito falante em um agente ativo na construção de significados”. Assim, ao promover o diálogo contínuo e reconhecer as vozes infantis em processos decisórios, conforme garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cria-se um ambiente que favorece a inclusão e a emancipação social.

Complementarmente, a Análise do Discurso Crítico (ADC) de Fairclough (2001) reforça que o discurso é um meio de construção da realidade social, revelando como estruturas sociopolíticas moldam identidades e perpetuam dinâmicas de poder. Segundo Fairclough (1989), aumentar a consciência sobre como a linguagem contribui para a dominação é o primeiro passo para a emancipação. Bakhtin (1999) contribui ao afirmar que a palavra é uma ponte entre locutor e interlocu-

tor, mediando interações que estruturam a identidade social. Essa construção ocorre por meio de gêneros textuais, como sugere Pires (1997), que os interpreta como práticas sócio-históricas e não apenas formas linguísticas.

O impacto do contexto social na formação da identidade infantil é frequentemente representado simbolicamente em narrativas culturais, como filmes e obras literárias que exploram as múltiplas facetas de infâncias negligenciadas pela violência, pobreza e exclusão. Essas produções não apenas retratam as dificuldades enfrentadas por crianças em contextos adversos, mas também desafiam o público a refletir sobre as desigualdades estruturais que moldam essas experiências. Ao abordar temas como tráfico, trabalho infantil, exploração sexual, fome e marginalização social, essas narrativas expõem como as condições de vulnerabilidade interferem diretamente na construção da identidade infantil, muitas vezes suprimindo direitos básicos, como o de brincar, de sonhar e de vivenciar a infância em sua plenitude.

O conceito de "infância perdida" emerge como um signo ideológico que reflete a substituição do direito ao lúdico pelo imperativo de sobrevivência e adaptação a realidades violentas e opressoras. Em tais contextos, as crianças deixam de ser vistas como sujeitos de direitos e passam a ser percebidas como agentes forçados de resistência. A infância, portanto, é desumanizada, transformando-se em uma fase marcada por privações, responsabilidades precoces e exclusão social. Castilhos (2008: 111-112), referenciando Hall, enfatiza que "as identidades não são estáticas, mas sim construções temporárias, moldadas continuamente por práticas discursivas e pelos contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos". Nesse sentido, as identidades dessas crianças refletem a violência simbólica e material presente nos ambientes que habitam.

Ao reconhecer e analisar essas representações, é possível perceber a potência da linguagem e da cultura como ferramentas para a transformação social. Narrativas que denunciam essas realidades funcionam como um convite ao diálogo e à conscientização, desafiando a sociedade a repensar suas práticas e políticas voltadas à infância. Além disso, elas podem criar espaços para a ampliação das vozes das crianças, especialmente daquelas historicamente silenciadas. Quando essas vozes são ouvidas e valorizadas, não apenas se resgata sua dignidade como sujeitos de direitos, mas também se constrói um ambiente em que suas perspectivas são incorporadas em decisões sociais, educacionais e políticas.

Portanto, ao ampliar as vozes das crianças e compreender a linguagem como uma ferramenta de transformação social, promove-se uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Isso implica não apenas reconhecer o impacto do contexto social na formação das identidades infantis, mas também adotar ações concretas para enfrentar as causas da exclusão e da desigualdade. A justiça social, nesse contexto, não é apenas uma meta, mas um processo contínuo de empoderamento e de inclusão, no qual as crianças se tornam protagonistas de suas próprias histórias e agentes de transformação em suas comunidades.

Considerações finais

A análise das vozes infantis no filme "Crianças Invisíveis" à luz da teoria de Bakhtin do discurso crítico, aliada à perspectiva de Fairclough, revela a complexidade das experiências vividas por crianças em situações de vulnerabilidade social. A interconexão entre pobreza, exploração laboral e abuso não apenas molda a identidade individual, mas também as narrativas coletivas dessas crianças. A

teoria bakhtiniana destaca a polifonia e o dialogismo como elementos cruciais na compreensão das vozes infantis, ressaltando a importância das interações sociais na formação da identidade. Por sua vez, a teoria de Fairclough contribuiu com uma abordagem integrada, entrelaçando a análise do discurso com a análise social, destacando como as práticas discursivas refletem e moldam as relações de poder na sociedade, influenciando a construção da identidade das crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O filme oferece uma visão impactante das vidas permeadas por desafios como violência, tráfico, AIDS e vulnerabilidade social, onde a aspiração por uma vida melhor muitas vezes é eclipsada pela luta diária por dignidade. A análise crítica destaca a construção ideológica das diferenças sociais, sublinhando como as identidades são temporariamente moldadas por práticas discursivas.

Este estudo ressalta a necessidade de estabelecer ambientes inclusivos e seguros para que as crianças expressem suas vozes, sendo ouvidas e valorizadas em suas comunidades. Adicionalmente, destaca-se a importância de políticas públicas e práticas sociais voltadas para a promoção da igualdade, justiça e respeito pelos direitos das crianças, assegurando oportunidades equânimes para o pleno desenvolvimento de cada indivíduo. A conjugação desses esforços é essencial para criar um contexto onde as vozes das crianças sejam não apenas reconhecidas, mas verdadeiramente valorizadas, consolidando um caminho em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. 1999. *Marxismo e filosofia da linguagem*: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec.

BEZERRA, Paulo. 2005. Polifonia. *Bakhtin*: Conceitos-chave. Rio de Janeiro: Contexto.

BOWLBY, John. 1990. *Attachment: Attachment and Loss*, 2nd ed., vol. 1. Nova York: Basic Books.

BRASIL. 2017. [Disponível na Internet em https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/08/0344c7_4fe2ba1cd6854b649d45d71a6517f80d.pdf]. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Campanha Nacional Criança não é de Rua. *Diretrizes Nacionais para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua*, Brasília. [Consulta: 17 fevereiro de 2024].

BRASIL. Nações Unidas. 2021. [Disponível na Internet em <https://brasil.un.org/pt-br/132200-estatisticas-da-oit-indicam-tendencias-preocupantes-de-aumento-do-trabalho-infantil-no>] *Estatísticas da OIT indicam tendências preocupantes de aumento do trabalho infantil no Brasil*. [Consulta: 18 de novembro de 2024].

BRASIL. Nações Unidas. 2022. [Disponível na Internet em <https://brasil.un.org/pt-br/175893-criancas-e-adolescentes-foram-os-mais-afetados-pela-pobreza-no-brasil-na-pandemia>]. *Crianças e adolescentes foram os mais afetados pela pobreza no Brasil na pandemia*. [Consulta: 18 de novembro de 2024].

CASTILHOS, Maria Lúcia. [Disponível na Internet em https://ead.unicruz.edu.br/pluginfile.php/130744/mod_resource/content/1/A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%20identida

des%20de%20estudantes%20de%20licenciatura%20%20-%20CASTILHO_MARA_LUCIA.pdf]. O significado identificacional do discurso de estudantes de licenciatura: revelando identidades. *III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS)*. Dilemas e Desafios na contemporaneidade. [Consulta: 6 dezembro de 2023].

CRIANÇAS Invisíveis. 2005. [Disponível na Internet em <https://www.youtube.com/watch?v=-T51eWnlV9DU>]. Direção: Ridley Scott, John Woo, Jordan Scott. Roteiro Stribor Kusturica, Joie Lee. Festival Veneza: UNICEF. [Consulta: 18 outubro de 2023].

DI FANTE, Maria da Glória Corrêa. 2003. A linguagem em Bakhtin: pontos e pesponto. *Veredas – Rev. Est. Ling. Juiz de Fora*, v.7, n.1 e n.2: 95-111, jan./dez.

FAIRCLOUGH, Norman. 1989. *Language and power*. New York: Longman.

FAIRCLOUGH, Norman. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília.

FURTADO, Celso. 2018. *Formação Econômica do Brasil*. 33ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

LUCENA, Thiago Isaías Nóbrega de. 2009. [Disponível na Internet em file:///C:/Users/Administrator/Downloads/editoresinterlegere,+4836-11645-1-SM.pdf]. Resenha do livro: Os patinhos feios. *Revista Inter-Legere: Leituras Os Patinhos Feios*, n.4, 2. [Consulta: 20 novovembro de 2023].

MILLER, Alice. 1984. *O drama da criança bem-dotada: como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos filhos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PIRES, Vera Lúcia; TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. 2010. [Disponível na Internet em <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>]. *Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia: estudos semióticos*. Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 6, Número 2: 66–76. [Consulta: 08 novembro de 2023].

PIRES, Marília Freitas de Campos. [Disponível na Internet em <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD/?format=pdf&lang=pt>]. *O materialismo histórico-dialético e a educação*. [Consulta: 6 dezembro de 2023].

PONTES, Herimatéia. 2009. [Disponível na Internet em <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9295/8239>]. A construção discursiva de identidades sociais no gênero noticioso. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 10 (2). DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v10i2.9295>. [Consulta: 06 dezembro de 2023].

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. 2010. [Disponível na Internet em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000300009&lng=pt&nrm=iso]. Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 20, n. 3 : 745-756. [Consulta: 08 novovembro de 2023].

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. 2010. *Intertextualidade e o ser humano como intertexto: implicações para a constituição da identidade*. São Paulo: Educação e Realidade.

ROGÉRIA FATIMA MADALAZ. Possui graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Franciscano. Especialista em Gestão e Políticas em Segurança Pública e Assistência Familiar pela Faculdade Avantis. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Atualmente encontra-se no Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social Unicruz – Universidade de Cruz Alta.

E-mail: rfmadaloz@gmail.com

JOICE NARA ROSA SILVA. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande, graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande e mestrado em Letras pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Atualmente é bibliotecária-documentalista do Instituto Federal Farroupilha. Presentemente encontra-se no Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - Unicruz – Universidade de Cruz Alta.

E-mail: joicergs@yahoo.com.br

SIRLEI DE LOURDES LAUXEN. Professora Titular da Universidade de Cruz Alta -UNICRUZ. Coordenadora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social -Mestrado e Doutorado. Doutora em Educação pela UFRGS, com Estágio pós-doutoral em Educação pela UFRGS/ULisboa. Bolsista PNPd/CAPES. Mestre em Educação pela UPF e Graduada em Pedagogia - Orientação Educacional/Unijuí. Participa da organização de eventos da Universidade. Possui experiência na Educação Básica (ensino fundamental e médio) e no Ensino Superior (Graduação e Pós - Graduação). Tem experiência na área da gestão e docência.

E-mail: slauxen@unicruz.edu.br

CARLA ROSANE DA SILVA TAVARES ALVES. Possui graduação em Letras-Português/ Inglês e respectivas Literaturas pela Associação de Professores de Cruz Alta – APROCruz, graduação em Direito pela Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente é professora adjunta da Universidade de Cruz Alta.

E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

ANTONIO ESCANDIEL DE SOUZA. Possui Doutorado em Letras (Linguística Aplicada) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS; Mestrado em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM; Especialização em Linguística textual pela Universidade de Cruz Alta, UNICRUZ e graduação em Letras - Licenciatura Português/ Inglês, pela Universidade de Cruz Alta. Professor titular II na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

E-mail: asouza@unicruz.edu.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Rogéria Fatima Madaloz: Responsável pela concepção e delineamento do projeto, bem como pela análise e interpretação dos dados. Atuou na redação do artigo e na revisão crítica, garantindo a relevância do conteúdo intelectual. Aprovou a versão final do manuscrito a ser submetido para publicação e assumiu integralmente a responsabilidade pela exatidão e integridade de todas as partes do trabalho. Joice Nara Rosa Silva: Envolvida na concepção e desenvolvimento do projeto, além da análise e interpretação dos dados. Contribuiu para a redação do artigo e a revisão crítica do conteúdo intelectual. Aprovou a versão final do manuscrito para publicação e assumiu a responsabilidade pela precisão e integridade do trabalho em sua totalidade. Sirlei de Lourdes Lauxen: Contribuiu na estruturação do texto e na sugestão de conteúdo. Exerceu o papel de orientadora acadêmica, com destaque para a revisão e correção do trabalho. Carla Rosane da Silva Tavares Alves: Atuou na organização e sugestão de conteúdo, desempenhando o papel de orientadora acadêmica. Realizou a revisão e correção do texto. Antonio Escandiel de Souza: Contribuiu para a estruturação e sugestão de conteúdo, exercendo a função de orientador acadêmico. Foi responsável pela revisão e correção do trabalho.



Modos de Operação da Ideologia na multimodalidade da Feira da Mulher Empreendedora de Tauá

Modes of Operation of Ideology in the Multimodality at the Women's Entrepreneur Fair of Tauá

MARIA EDUARDA NORONHA GONÇALVES

ORCID: 0009-0000-5847-133X

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
Brasil

JOÃO PAULO LIMA CUNHA

ORCID: 0009-0001-4843-9827

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)
Brasil

Recebido: 8 de julho de 2024 | Aceito: 01 de outubro de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.233-252

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar como as ideologias são operacionalizadas por meio de recursos multimodais nos cartazes de divulgação da Feira da Mulher Empreendedora de Tauá (FeMET), a fim de compreender como as ideologias atuam para a manutenção, legitimação e dominação do discurso hegemônico. Temos como arcabouço teórico uma abordagem transdisciplinar estruturada a partir da Análise Crítica do Discurso e da Semiótica Social. Com isso, estudamos o papel das semioses em contextos socioculturais e sua capacidade de moldar significados e influenciar as normas. Nosso *corpus* de análise consiste em 12 cartazes de divulgação da FeMET, publicados na página oficial da Prefeitura do Município de Tauá, no Sertão dos Inhamuns, no Ceará. Os resultados apontam para constatação de diferentes modos de funcionamento das ideologias, em que grupos instanciam discursos por meio de recursos multimodais, estabelecendo valores sociais hegemônicos, relações assimétricas e controle do discurso.

PALAVRAS CHAVE: *Feira da Mulher empreendedora de Tauá. Modos de operação da Ideologia. Multimodalidade.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo las ideologías se operacionalizan a través de recursos multimodales en los carteles de promoción de la Feira da Mulher Empreendedora de Tauá – FeMET (Feria de la Mujer Emprendedora de Tauá), con el fin de comprender cómo las ideologías actúan para mantener, legitimar y dominar el discurso hegemónico. Nuestro marco teórico es un enfoque transdisciplinario estructurado a partir del Análisis Crítico del Discurso y la Semiótica Social. Con esto, estudiamos el papel de las semiosis en contextos socioculturales y su capacidad para moldear significados e influenciar normas. Nuestro *corpus* de análisis consta de 12 carteles promocionales de FeMET, publicados en la página oficial del Municipio de Tauá, en el Sertón de Inhamuns, en Ceará. Los resultados apuntan al hallazgo de diferentes modos de funcionamiento de las ideologías, en los que los grupos instancian discursos a través de recursos multimodales, estableciendo valores sociales hegemónicos, relaciones asimétricas y control del discurso.

PALABRAS CLAVE: *Feria de la Mujer Emprendedora de Tauá. Modos de operación de la ideología. Multimodalidad.*

ABSTRACT

This article aims to analyze how ideologies are operationalized through multimodal resources in the posters promoting the Feira da Mulher Empreendedora de Tauá - FeMET (The Women's Entrepreneur Fair of Tauá), in order to understand how ideologies act to maintain, legitimize, and dominate hegemonic discourse. Our theoretical framework is a transdisciplinary approach structured around Critical Discourse Analysis and Social Semiotics. With this, we study the role of semioses in socio-

cultural contexts and their ability to shape meanings and influence norms. Our *corpus* of analysis consists of 12 promotional posters of FeMET, published on the official page of the Municipality of Tauá, in the Inhamuns Backlands, in Ceará. The results point to the finding of different modes of functioning of ideologies, in which groups instantiate discourses through multimodal resources, establishing hegemonic social values, asymmetrical relationships, and control of discourse.

KEYWORDS: *The Women's Entrepreneur Fair of Tauá. Modes of Operation of Ideology. Multimodality.*

Introdução

Este artigo discute os modos pelos quais as ideologias presentes nos cartazes da Feira da Mulher Empreendedora de Tauá são operacionalizadas para sustentar a hegemonia. Com intuito de compreender essa temática abrangente e complexa, que envolve múltiplas semioses e institucionalidades, adotamos uma abordagem transdisciplinar sociosemiótica. Dessa forma, empregando as abordagens da Semiótica Social (Hodge; Kress 1988), por meio dos recursos da Gramática do Design Visual (Kress; van Leeuwen 2021), e da Análise Crítica do Discurso (Fairclough 2008; 2003; Dijk 2008), este artigo tem o objetivo geral de analisar como as ideologias são operacionalizadas por meio de recursos multimodais nos cartazes de divulgação da Feira da Mulher Empreendedora de Tauá (doravante FeMET) a fim de provocar manutenção, legitimação e dominação do discurso hegemônico. Além disso, propomos os seguintes objetivos específicos: compreender como os sentidos são construídos ideologicamente; mapear quais elementos linguísticos e visuais são instanciados por ideologias dominantes; e refletir como as práticas discursivas contribuem para a legitimação e naturalização de discursos hegemônicos sobre o papel da mulher na sociedade e no trabalho.

Estruturamos este texto em seções que se complementam, além dessas considerações iniciais. A primeira contextualiza a FeMET para o leitor, apresentando os valores situacionais e culturais que a envolvem. Em seguida, destacamos a proposta transdisciplinar edificada nos pressupostos da Semiótica Social e da Análise Crítica do Discurso (ACD). A terceira seção diz respeito à principal categoria que fundamenta a nossa análise: o conceito de ideologia. O quarto tópico é sobre a definição e o tratamento do *corpus* que compõe a pesquisa. Logo após, discutimos os resultados encontrados, promovendo o debate analítico acerca das semioses e dos discursos. Finalizamos o texto apresentando as considerações finais, em que refletimos sobre os principais resultados encontrados e provocamos discussões posteriores a este texto. Sendo assim, sigamos para o primeiro tópico.

1. A Feira da Mulher Empreendedora de Tauá

Em março de 2022, a primeira edição da FeMET foi realizada pela Prefeitura Municipal de Tauá. Já desde seu início ela se constituiu enquanto uma prática social e um evento discursivo, sendo na e pela linguagem que ela se materializou (Fairclough 2003). Um evento discursivo pode ser entendido, de acordo com Fairclough (2008), como um exemplo de discurso que deve ser visto simultaneamente como texto, prática discursiva e prática social. A dimensão textual refere-se à análise linguística propriamente dita; a prática discursiva diz respeito aos processos de produção e interpretação, abrangendo a interação e os modos como diferentes discursos se articulam; já a prática social está vinculada ao contexto institucional e organizacional que influencia a constituição e os efeitos do discurso.

Como pontos relevantes para problematização, ressaltamos algumas conjunturas da realização da feira. Ela é realizada, corriqueiramente, na praça pública Capitão Citó, Centro de Tauá. Além disso, a FeMET nasce no período pós-pandêmico (COVID 19) em que os discursos de retomada econômica e de recuperação de renda se tornaram frequentes. Ainda temos o dado de que as mulheres envolvidas são predominantemente de classe econômica baixa, reflexo da distribuição de renda e das inúmeras barreiras estruturais. Tais condições sistêmicas colocam-nas em uma posição assimétrica de poder. Outro dado relevante é que a FeMET foi instituída na vigência do governo de

Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), sendo Tauá um dos municípios que mais receberam recursos em emendas parlamentares do orçamento secreto.¹ Por fim, a realização da feira no mês de março evidencia o interesse deliberado e estratégico de alinhar o evento à comemoração do Dia Internacional da Mulher. A feira emergiu nessas conjunturas sociais, com significados complexos e contraditórios. Na próxima seção, apresentamos o arranjo transdisciplinar que fundamenta nosso estudo.

2. A transdisciplinaridade entre Semiótica Social e Análise Crítica do Discurso

Ao longo deste artigo, construímos uma discussão pautada sobre a égide da transdisciplinaridade, que é a capacidade de ir além da mera relação entre disciplinas. Como defendem Chouliaraki e Fairclough (1999), a transdisciplinaridade é um diálogo, sem que a última seja reduzida à primeira. Na década de 70 do século passado, houve uma mudança significativa no paradigma dos estudos linguísticos, em busca de uma compreensão crítica da linguagem (Caldas-Coulthard 2016). A associação entre a Semiótica Social e a ACD neste artigo é a implementação da transdisciplinaridade em busca de uma leitura crítica.

A Semiótica Social é uma abordagem que tem o objetivo de descrever e discutir as múltiplas maneiras que os sentidos são produzidos em fenômenos semióticos. Além disso, busca interpretar os modos pelos quais os sentidos são instanciados em recursos disponíveis, potenciais de significação, em contextos socioculturais específicos (Bezerra; Silveira; Ferraz 2021). Hodge e Kress (1988) entendem que a interpretação dos processos semióticos só é possível por meio da compreensão da dimensão social e das lutas de poder que caracterizam, refletem e estruturam-se em eventos comunicativos (Souza; Santos; Mendes 2021). Fundamentados nisso, fizemos uso do aparato descritivo dos recursos da Gramática do Design Visual (GDV) para apresentar os sentidos e valores ideológicos presentes nas semioses, construindo assim uma análise textual e visualmente orientada.²

Já a ACD possui um posicionamento claro em favor das minorias e dos grupos minorizados, com o intuito de desvelar como as ideologias funcionam para manter desigualdades e promover abusos de poder. Embora se constitua enquanto campo bem variado e diversificado acerca de suas abordagens e seus posicionamentos, esse aporte teórico objetiva “compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social” (van Dijk 2008: 113).

É a associação dos pressupostos dessas duas correntes, suas reflexões ontológicas e epistemológicas, que permitem a abordagem sobre ideologia que passaremos a refletir no próximo tópico e que problematizamos nas nossas análises.

1 Programa GregNews produzido pela HBO Brasil, 11º episódio - Orçamento Secreto da sexta temporada, 27 de mai. de 2022, entre os minutos 26:35 a 27:35. Disponível em <https://youtu.be/JbggQG-nu1Sk?si=3kHavH0TMhhvv-Ft>.

2 Não realizamos neste artigo uma descrição aprofundada dos mecanismos da GDV, tanto pela limitação de espaço quanto pelo foco da análise. Os conceitos mobilizados foram detalhados, por questão didática, junto com as análises. Para maior aprofundamento da GDV, indicamos as referências utilizadas: Kress; van Leeuwen 2021; Souza; Santos; Mendes 2021 e Monte Mor 2021.

3. Os modos de operacionalização das ideologias

A abordagem do conceito de ideologia revela-se abundante, demandando um recorte delineado, pois há uma diversidade de abordagens teóricas existentes. Neste artigo, exploramos o conceito de ideologia sob a ótica da Análise de Discurso Crítica, defendido por Fairclough (2008) e Thompson (2011).

Caracterizada por uma relação dialética entre discurso e sociedade, para Fairclough, a linguagem é revestida de ideologia, materializando-se nos discursos (Barros 2015). Como assegura Wodak e Meyer (2015), a linguagem não é poderosa em si, mas ganha poder pelo uso que os sujeitos fazem dela. Logo, há poder no discurso e poder por trás do discurso (Fairclough 1989). Segundo Fairclough (2008), as ideologias são significações que constroem uma dada realidade, atuam em variadas dimensões das formas de sentidos das práticas discursivas, contribuindo para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação, que são as manifestações do poder.

Justamente nessa perspectiva epistêmica, Thompson (2011) desenvolveu um pressuposto teórico detalhado sobre os modos de operação da ideologia, analisando como o discurso é utilizado para consolidar e difundir certos ideais e preceitos. Na visão do autor, a ideologia assume um papel crucial na manutenção e legitimação das relações de poder e dominação em uma sociedade. Diferentemente da percepção tradicional iniciada com Marx e Engels, que associa a ideologia apenas a distorções da realidade ou ilusões, Thompson ressalta o valor negativo das ideologias como uma ferramenta de opressão. Ele argumenta que a ideologia não se restringe simplesmente a distorcer a verdade, mas ela pode operar de forma sutil e insidiosa, muitas vezes, por meio do ocultamento e mascaramento das relações sociais. Essa dinâmica permite que as estruturas de poder existentes sejam mantidas e perpetuadas sem necessariamente dependerem da falsidade das representações. Temos assim a ideologia a serviço do poder.

QUADRO 1

Modos de Operação da Ideologia

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas	RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações)
	UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais)
	NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)
DISSIMULAÇÃO Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões)
	EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações)
	TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)

UNIFICAÇÃO Construção simbólica de identidade coletiva	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado)
	SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)
FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo)
	EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)
REIFICAÇÃO Retratação de uma situação transitória como permanente e natural	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural)
	ETERNALIZAÇÃO (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes)
	NOMINALIZAÇÃO/ PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em prejuízo de outros, com apagamento de atores e ações)

Fonte: Vieira; Resende 2016: 29-30; Thompson 2011: 81.

A análise da ideologia, de acordo com Thompson, concentra-se principalmente nas interações entre as formas simbólicas e as relações de poder. Prioriza entender como o significado é empregado no contexto social para fortalecer indivíduos e grupos que detêm posições de autoridade. “Estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson 2011: 76). Como visto no Quadro 1, o autor identifica cinco modos gerais pelos quais as ideologias operam, além de elencar subcategorias para cada um dos modos. Estes funcionam como estratégias específicas para efetivação ideológica. A partir da identificação dos vários modos de operação da ideologia e das estratégias típicas de construção simbólica, é possível iniciar a compreensão da interação entre sentido e poder na vida social. Para o teórico, entender a ideologia não é apenas analisar as representações simbólicas, mas também reconhecer seu papel fundamental na manutenção das estruturas de poder existentes. Somente através da compreensão crítica podemos desvelar as estratégias ideológicas que perpetuam a opressão e a dominação em uma sociedade.

Entendemos, com base em Fairclough e Thompson, que as ideologias não apenas refletem os valores e interesses de um grupo, mas também desempenham um papel ativo na formação e manutenção da identidade coletiva e na orientação das ações dos seus membros. A compreensão delas é imperativa para desvelar os mecanismos discursivos subjacentes às relações de dominação, ao passo que fornece subsídios para novos caminhos de investigação alinhados às práticas contemporâneas, bem como abre caminho para uma análise que investiga como as ideologias são manifestadas de forma mais sistemática. Sigamos à próxima seção, destacando nossas escolhas metodológicas.

4. Dimensões das escolhas metodológicas

Desde que tomamos conhecimento da FeMET, acompanhamos uma divulgação massiva dela nas redes sociais da prefeitura de Tauá, especialmente, pelo *Instagram* Oficial da Prefeitura (@tauao-

ficial). Assim, entendemos que a feira se materializou enquanto evento discursivo (Fairclough 2028, 2003) e se estabeleceu nas vidas das pessoas, tanto *on* e *off-line*, como postula Blommaert (2020). Com isso, constituímos um *corpus* de pesquisa, composto por 12 cartazes de divulgação da FeMET, publicados no *Instagram* da Prefeitura. Cabe destacar que o recorte desta pesquisa contempla exclusivamente a análise dos cartazes publicados no *Instagram*, sem considerar para a análise os textos das legendas que os acompanharam na rede social. Essa escolha metodológica justifica-se pelo fato de que esses cards são as materialidades discursivas centrais, visto que eles podiam ser facilmente compartilhados em outras postagens por diversas secretarias municipais e em outras redes. Assim, ainda que eles tenham sido originalmente veiculados a legendas, em muitos casos, estas eram informações circunstanciais: data, local, horário e de orações deônticas - elementos já estavam contemplados na investigação.

A seleção desses materiais abrangeu o período de um ano de postagens, iniciada a partir da primeira edição da feira, em março de 2022, até a edição de aniversário, em março de 2023, conforme pode ser visto na montagem da Figura 1.

FIGURA 1

Cartazes de Divulgação.



Fonte: montagem dos autores a partir das postagens da página @tauaoficial.

A organização acima nos ajuda a perceber como os cartazes combinam recursos multimodais para transmitir informações. No entanto, propomos uma análise crítica com o intuito de desnaturalizar essas semioses apenas como uma informação. Compreendê-las, sim, enquanto valores ideológicos-hegemônicos operacionalizados para estruturação e manutenção do poder, a partir de representações visuais e linguísticas específicas. Com isso, passemos para a seção que problematizamos a FeMET a partir de suas ideologias.

5. Reflexões problematizadoras

Iniciamos com o discurso utilizado pela prefeitura municipal de Tauá para apresentar a FeMET ao público através da divulgação nas redes sociais:

IMAGEM 1

Cartaz de Divulgação.



Fonte: @tauaoficial.³

3 Disponível em: https://www.instagram.com/p/CbxvAyUuQNO/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==.

Baseados nos pressupostos teóricos e metodológicos elencados, analisamos como a ideologia se manifesta e quais construções simbólicas são empregadas no discurso da FeMET, mobilizando recursos verbais e visuais para reforçar ou contestar determinadas ideologias, influenciando a percepção e o comportamento das participantes e do público em geral. Para essa investigação, recorreremos aos modos de operação da ideologia, propostos por Thompson (2011). O autor propõe que a ideologia pode operar através de cinco modos gerais: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação. Escolhemos a estratégia didática de subdividir a análise em subtópicos respectivamente.

5.1. Legitimação

A legitimação envolve a representação das relações de dominação como legítimas, justas e dignas de apoio. No contexto do cartaz, a legitimação pode ser alcançada através da narrativa visual e textual que retrata certas práticas ou valores como naturais e aceitáveis. Thompson (2011) identifica três estratégias comuns de construção simbólica usadas para legitimar relações de dominação: racionalização, universalização e narrativização.

A **racionalização** ocorre quando uma cadeia de raciocínio é construída para justificar ou defender as relações de dominação ou instituições sociais, apelando para a lógica, a razão ou a legalidade, no intuito de persuadir o público de que elas são dignas de apoio (Thompson 2011). Isso pode ser evidenciado por mensagens que defendem determinadas hierarquias sociais como necessárias ou benéficas. No cartaz da feira, essa estratégia pode ser identificada em recursos que buscam justificar a realização do evento e a participação das “mulheres empreendedoras”. A exemplo disso, destacamos que o texto do cartaz apresenta a feira como um evento que proporciona oportunidades de negócios para as mulheres, promove o desenvolvimento econômico da região e incentiva o empoderamento feminino. Ao utilizar elementos que representam a feira como uma tradição consolidada, pode-se legitimar a iniciativa e a existência da FeMET, sugerindo que ela é uma parte essencial da comunidade local. Por exemplo, o *slogan* da feira “Rodando negócios que é uma beleza” colabora para a justificativa de sua existência, uma vez que a apresenta como um evento bem-sucedido, realizado de maneira eficiente e satisfatória. Ou seja, enfatiza-se que a situação é benéfica para as mulheres, antes mesmo da realização da primeira edição da feira. Essa abordagem que busca apresentar a FeMET como essencial para a comunidade local, reflete a crença neoliberal de que a inserção econômica é o caminho para o empoderamento feminino e o desenvolvimento econômico, promovendo a ideia de que o sucesso está garantido pelo ambiente de livre iniciativa, adotando um viés mercadológico que destaca as oportunidades de negócios como justificativas para a realização do evento. “O ‘mito da autonomia’ funciona socialmente, colaborando para que as desigualdades sejam justificadas e naturalizadas” (Biroli 2018: 89). Essa perspectiva estabelece a importância da participação das mulheres no mercado, sugerindo que o sucesso financeiro individual é um meio eficaz de alcançar a igualdade de gênero e o progresso socioeconômico.

Além disso, a FeMET materializa o fenômeno da comodificação, que segundo Fairclough, é “o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, que não têm como objetivo principal a produção de mercadorias para venda, passam a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias” (2008: 255).

O *slogan* do evento utiliza uma linguagem mercadológica para atrair participantes, associando o sucesso feminino à capacidade de gerar lucro econômico. Isso opera em outra ordem do discurso, além do empoderamento feminino, ao colocar a rentabilidade e eficiência comercial em destaque. Fairclough descreve esse fenômeno como "a colonização de ordens de discurso institucionais e da ordem de discurso societária por tipos de discurso associados à produção de mercadoria" (2008: 255). Essa colonização altera o funcionamento das instituições e a maneira como os indivíduos interagem dentro delas, promovendo uma visão utilitarista e comercial das relações sociais e dos objetivos institucionais. Dessa forma, o foco se desloca de objetivos sociais mais amplos, como a luta pela igualdade de gênero e o papel das mulheres na economia, para uma lógica de mercado centrada na lucratividade, reduzindo o empoderamento feminino a uma narrativa comercial.

Esses argumentos são construídos de forma a apresentar a feira como uma iniciativa lógica, razoável e até mesmo necessária para a comunidade. Além disso, a racionalização também é manifestada na maneira como os organizadores se apropriam do tema da feira, voltado para a luta pela igualdade de gênero, que é um "tema de interesse global" (Magalhães; Martins; Resende 2017), demonstrando apoio à causa. Assim, a prefeitura pode justificar seu envolvimento na organização do evento com base na premissa de que está promovendo oportunidades para as mulheres da cidade, demonstrando sua preocupação com o desenvolvimento local e com a luta pela igualdade de gênero, destacando uma imagem progressista e engajada no combate às desigualdades. Essa estratégia busca persuadir o público de que a feira é uma iniciativa legítima e benéfica, tanto para as mulheres empreendedoras quanto para a comunidade em geral. Com esses argumentos, a mensagem do cartaz legitima as relações de poder e dominação subjacentes à organização do evento pela prefeitura, contribuindo para sua aceitação e apoio por parte do público. Segundo van Dijk (2008), a manipulação da informação e da representação contribui para a reprodução das hierarquias sociais. Quem detém o controle das narrativas e dos recursos discursivos na interação social exerce influência sobre as percepções coletivas, influenciando processos cognitivos e produzindo consensos, "eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos" (van Dijk 2008: 45). Isso se conecta à ideia de que o poder não reside apenas em instituições formais, mas também nas estruturas discursivas que moldam nossas compreensões do mundo, pois quem controla o discurso controla, em grande parte, a mente das pessoas (van Dijk 1993).

Já a segunda estratégia de construção simbólica, a **universalização**, acontece quando interesses particulares são apresentados como interesses gerais, válidos para todos os membros da sociedade, ou seja, são acordos institucionais que beneficiam alguns indivíduos que são retratados como atendendo aos interesses de toda a comunidade. Esses acordos são apresentados como acessíveis a qualquer pessoa com habilidade e inclinação para alcançar sucesso neles (Thompson 2011). Essa estratégia é identificada na construção da mensagem do cartaz pelo fato de que ela retrata a feira como acessível a todas as mulheres empreendedoras, destacando que ela oferece oportunidades iguais àquelas que desejam participar, e que qualquer uma delas pode alcançar sucesso participando do evento. A representação dessa acessibilidade e desse potencial de sucesso para as mulheres é evidenciada através de estratégias de comunicação que estão textualmente marcadas na divulgação dos posts da FeMET, pela publicização da abertura de inscrições (segundo cartaz da Figura 1), demonstrando que ela está disponível para qualquer mulher com interesse de participar, e pelo *slogan* da feira que, como discutimos no tópico anterior, implica que o evento não só é acessível, mas também recompensador.

Ainda sobre a universalização, podemos discutir o próprio nome da feira: Feira da Mulher Empreendedora de Tauá. Ele sugere que o evento é inclusivo e aberto a todas as mulheres que se identificam como empreendedoras, independentemente de sua área de atuação, experiência ou recursos disponíveis. O adjunto restritivo "de Tauá" é particularmente significativo na construção dessa mensagem de universalização, pois implica que o evento abrange todas as mulheres do município envolvidas em atividades econômicas, criando uma sensação de totalidade, de que a feira é uma representação completa e abrangente de todas as iniciativas empreendedoras femininas da região. Isso não só cria uma identidade coletiva, mas também reforça a ideia de que o evento é um esforço comunitário, beneficiando a totalidade das mulheres da região.

A terceira estratégia de construção simbólica pela qual manifesta-se a ideologia como legítima é a **Narrativização**. Esta envolve o modo de reproduzir histórias que legitimam relações de dominação, fundamentadas em tradições, costumes, carisma pessoal e prestígio de pessoas particulares (Vieira; Resende 2016; Thompson 2011). É válido destacar que avaliamos a narrativa nesse texto multimodal com base na abordagem de Kress e van Leeuwen (2021), que propõe que o processo narrativo ocorre quando os participantes representados são conectados por um vetor e são representados fazendo algo a alguém, ou seja, há uma ação sendo realizada (Kress; van Leeuwen 2021).

Na Imagem 1, a narrativa visual conecta a imagem da mulher ao evento. Na logomarca, a mulher desempenha uma ação ao olhar para o nome da feira. Esse olhar atua como um vetor que guia a atenção do espectador e é significativo, criando uma representação narrativa transacional unidirecional (Kress; van Leeuwen 2021), em que a mulher (ator-reator) olha para a feira (fenômeno-meta), mas não é olhada de volta, portanto não há interação. Isso indica que a mulher está interessada e deseja participar do evento. O olhar fixo e centrado da mulher reforça essa ideia, dando o sentido de que todas aquelas que se identificam como empreendedoras ou que buscam renda e realizam as atividades presentes na feira devem ou podem participar, excluindo do grupo de "mulheres empreendedoras" as que não participarem. Além disso, podemos interpretar que a mulher representada observa um segundo fenômeno, o símbolo "♀", posicionado ao lado da logomarca. Portanto, esses itens que são apresentados como meta simbolizam o objetivo desejável. Essa narrativa visual é construída por ações materiais, representadas pelas imagens laterais em que as mulheres produzem manualmente: itens artesanais, de costura e de beleza. Assim, observadora ativa, a mulher conecta-se à narrativa da feira, que define as atividades que podem/devem ser realizadas, e à identidade biológica.

Para avaliar como se realiza a estratégia de narrativização, é importante considerar o contexto que influencia a forma como a feira é conduzida. Sabemos que a coordenação e a organização da FeMET são incumbidas à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Juventude, Idoso, Drogas e Família de Tauá (SEMUJIDF), que é liderada por pessoas cristãs, protestantes-neopentecostais-evangélicas. Nesse caso, a narrativa presente no cartaz, bem como a realização geral da feira, pode refletir os valores e as crenças desse grupo específico, legitimando as relações de dominação de acordo com sua perspectiva ideológica. Isso é revelado pela representação de tradições, costumes e valores que estão alinhados com o pensamento conservador protestante, que expressa como o "maternalismo" permanece influente na construção das identidades políticas, atribuindo às mulheres um papel central na esfera doméstica e maternal, retornando a uma noção idealizada de "natureza" feminina (Biroli 2018). Podemos confirmar essas observações através da lista que é apresentada

no cartaz, voltada à comercialização de itens de “alimentação, vestuário, beleza, produtos artesanais...”, atrelando as mulheres à vida doméstica familiar e limitando sua atuação (Beauvoir 2008). Isso implica que, mesmo em ambientes que devem promover a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres, ainda há a valorização do aspecto maternal, inclinado a atividades domésticas e voltadas ao cuidado, como parte essencial da identidade feminina.

5.2. Dissimulação

A Dissimulação, enquanto um segundo modo geral da ideologia, refere-se à prática de ocultar, negar ou obscurecer as relações de dominação, seja para estabelecê-las ou mantê-las. Isso pode ser alcançado por meio de diversas estratégias de construção simbólica, uma delas é o **deslocamento**, que ocorre quando um termo normalmente associado a um objeto ou pessoa é aplicado a outro, transferindo assim as conotações positivas ou negativas do termo para esse outro objeto ou pessoa (Vieira; Resende 2016; Barros 2015). Outra estratégia é a **eufemização**, que, segundo Thompson, realiza-se quando “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (2011: 84). A terceira e última estratégia é o **tropo**, que “refere-se ao uso figurado da linguagem voltado para ocultar, negar, obscurecer relações assimétricas de poder” (Vieira; Rezende 2016: 29).

Na mensagem da FeMET, a estratégia que podemos apontar é o deslocamento, materializado na escolha do *slogan*, que cria uma conexão entre a tradicional associação da beleza com as mulheres e o plano econômico. A palavra “beleza” é convencionalmente associada a atributos femininos (Perrot 2007), reforçando estereótipos de que as mulheres estão naturalmente ligadas a aspectos estéticos. Quando esse termo é deslocado para o contexto econômico da feira, ele carrega consigo algumas conotações, ele é “recontextualizado” (Barros 2015). Ao integrar a noção de beleza com a atividade econômica, o *slogan* pode indicar que os negócios conduzidos pelas mulheres são tão atraentes quanto a própria beleza feminina. Ou ainda, que o sucesso no empreendedorismo é tão natural e inerente quanto essa beleza, “apagando” a realidade de desigualdades estruturais e dos recursos necessários para que as mulheres realmente prosperem.

A partir dessas observações podemos entender como a dissimulação opera dentro da mensagem construída pela narrativa apresentada no cartaz de divulgação da FeMET. De acordo com a abordagem de Thompson, quando ocorre a dissimulação, relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas “pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes” (2011: 83). É exatamente esse movimento estratégico que se realiza quando a narrativa construída busca concentrar nossa atenção numa imagem positiva e convidativa da FeMET, promovendo ao mesmo tempo uma “valoração positiva” da feira e a “ocultação das relações de dominação”. Para isso, não só o *slogan* é estratégico como também a posição privilegiada em que ele é posicionado dentro do quadro principal do cartaz, sendo apresentado antes das demais informações e criando essa “primeira impressão” positiva. Há uma “saliência” para este item do cartaz, o que indica que a logomarca fora intencionalmente realçada para ser notada de imediato, com o objetivo de atrair a atenção do leitor (Kress; van Leeuwen 2021; Monte Mor 2021). É através da estratégia de saliência que se cria uma “hierarquia de importância” entre os participantes representados (Kress; van Leeuwen 2021; Santos; Mendes 2020).

5.3. Unificação

O terceiro modo de operação da ideologia é a unificação, que ocorre quando as relações de dominação são estabelecidas e mantidas por meio da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que une os indivíduos em uma identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam existir entre elas (Vieira; Resende 2016; Barros 2015). Uma das estratégias desse modo é a **padronização**, em que formas simbólicas são ajustadas a um padrão de referência, apresentada como base comum e aceitável. No cartaz, observamos um valor universal sendo apresentado por meio do nome da feira, através da utilização do termo “empreendedora”, uma ideologia capitalista, neoliberal, construindo uma ideia unificada e positiva, o que confirma que o “poder simbólico é também uma forma de poder ideológico” (van Dijk 2008: 45). O discurso do empreendedorismo promove uma visão de progresso e crescimento pessoal, em que cada indivíduo (cada mulher), através do próprio esforço, pode alcançar o sucesso. Isso resulta na “difusão de uma ideologia, na medida em que se coloca o empreendedorismo como uma espécie de panaceia para todos os problemas econômicos e sociais de forma acrítica” (Ésther 2019: 858). A segunda estratégia, **simbolização da unidade**, implica “a construção de símbolos de unidade, identidade e identificação coletivas” (Thompson 2011: 86). Essa simbolização também se faz presente na manifestação ideológica da feira através da logomarca. Tanto pelo nome oficial do evento, que indica uma identidade coletiva em torno das mulheres empreendedoras de Tauá, quanto pela imagem símbolo da feira, que reforça essa ideia de unificação em torno do gênero feminino. Os organizadores da feira, por meio dessas estratégias, alinham o evento com a ideologia econômica contemporânea, que aponta o “empreendedorismo” como um caminho para o sucesso que independe das desigualdades estruturais.

É possível dizer que isso destaca como o poder político e econômico se relacionam com a construção de consenso e hegemonia na sociedade, utilizando-se tanto da coerção quanto da manipulação simbólica (Bourdieu 1989). No contexto do poder político, a busca pelo consenso e pela hegemonia é essencial para que uma classe dominante se torne a classe dirigente, influenciando e controlando as estruturas sociais e políticas (Fairclough 2008). Isso se relaciona com a estratégia de unificação mencionada, pois a padronização e a simbolização da unidade são formas de construir uma identidade coletiva que pode ser manipulada pela classe dominante para alcançar seus objetivos. No que se refere à apropriação de discursos, vemos como o poder econômico pode ser utilizado para manipular símbolos e discursos a fim de promover uma imagem positiva da classe dominante.

5.4. Fragmentação

A fragmentação é o quarto *modus operandi* da ideologia. Ela consiste em um processo pelo qual a coesão, ou integridade de algo, é dividida em partes menores ou segmentos. No contexto social e político, a fragmentação refere-se à divisão de grupos ou indivíduos em partes separadas, muitas vezes com o objetivo de enfraquecer sua capacidade de resistência às forças dominantes. Isso efetiva-se pela ênfase em diferenças ou divisões entre grupos, impedindo sua coesão - **diferenciação** -, ou por representação de certos grupos como inimigos que devem ser combatidos ou excluídos - **expurgo do outro**. A fragmentação é uma estratégia comum em contextos em que o poder hegemônico busca manter sua posição dominante ao dividir e enfraquecer possíveis desafios e/ou oposições.

Essas estratégias materializam-se em representações que dividem o mundo em "nós *versus* eles", promovendo uma visão simplista e polarizada da sociedade, criando uma identidade pela diferença (Hall 2012). O grupo hegemônico é colocado em destaque, em detrimento dos demais grupos, contribuindo para o que van Dijk (2012: 33-34) aponta como situações de competição e conflito entre ideologias. No cartaz em análise, a fragmentação é manifestada principalmente pela utilização do símbolo "♀", estratégia utilizada para destacar e enfatizar as diferenças de gênero. Historicamente, esse símbolo tem sido utilizado em contextos diversos, como em banheiros designados para mulheres, sinalizações de gênero em documentos ou formulários, entre outros. Na medida em que esse símbolo é empregado como uma forma de diferenciação de gênero, ele contribui para a fragmentação ao enfatizar a distinção entre homens e mulheres a partir de características biológicas. Ao utilizar os símbolos de identificação de gênero, seja em espaços físicos ou em representações simbólicas, essa diferenciação reforça e perpetua a divisão binária tradicional entre os gêneros masculino e feminino.

O símbolo não apenas diferencia as mulheres dos homens, mas também cria uma divisão dentro do próprio grupo das mulheres. Isso ocorre porque o símbolo é utilizado de forma excludente, destacando características que são consideradas prototípicas do que é ser mulher, enquanto marginaliza e exclui outras identidades de gênero que não se encaixam nesse estereótipo, como mulheres trans, não-binárias ou de outras identidades de gênero que não se identificam com as características tradicionalmente associadas ao feminino. É importante notar que essas práticas de fragmentação se manifestam não necessariamente de maneira explícita, mas também por meio de "*tokens* de julgamento" (Ikeda 2011), isto é, avaliações implícitas. Ou seja, no texto do cartaz não se diz explicitamente que algumas ideologias de gênero são desprezadas, mas ao focar num grupo específico, podemos concluir que os demais não são valorizados ou incluídos no perfil de "mulheres" para qual a feira é dedicada. Dessa forma, essa representação simbólica pode perpetuar divisões e hierarquias dentro do próprio grupo das mulheres, reforçando ideias preconcebidas sobre o que é ser mulher e quem pertence ou não a esse grupo.

5.5. Reificação

A reificação, como discutido por Thompson (2011), refere-se à transformação de situações transitórias e históricas em algo que parece permanente, natural e atemporal. Essa prática oculta o caráter social e histórico das relações e processos, fazendo-os parecer inevitáveis e/ou naturais. A ideologia pode ser manifestada como reificação através de três construções simbólicas. A primeira delas é a **naturalização**:

Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais, do mesmo modo como, por exemplo, a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres pode ser retratada como um resultado de características fisiológicas nos sexos, ou de diferenças entre sexos. (Thompson 2011: 88)

Na narrativa construída, a naturalização manifesta-se especialmente por meio de elementos visuais. O cartaz apresenta nas laterais algumas imagens em que podemos observar o trabalho manual na

produção de alguns itens, como de costura e artesanais. Além disso, como mencionamos anteriormente, ele apresenta na parte superior o símbolo de identificação do sexo feminino (♀). Este símbolo não apenas serve como um marcador de gênero, mas também reforça a ideia de que certas características e papéis são "naturais" para as mulheres. Ao usar esse símbolo e demonstrar tais atividades sendo realizadas, o cartaz sugere que as mulheres, por sua própria natureza, são predispostas a certas atividades e comportamentos, como aqueles destacados na feira, situando as mulheres com base em sentidos atribuídos ao sexo biológico (Wollstonecraft 2016; Beauvoir 2008). Isso implica que ser mulher e participar dessas atividades específicas é algo inato e imutável. Tal representação elimina o reconhecimento de que essas características e papéis são, na verdade, produtos de construção social e histórica, e não atributos inerentes ao gênero. Ao destacar a naturalização do que é ser mulher (ter as características biológicas e fisiológicas e realizar determinado tipo de trabalho) o cartaz perpetua a ideia de que essas atividades são uma "extensão natural da identidade feminina" (Biroli 2018). É nessa ideia de "continuidade histórica" que nos encaminhamos para a segunda parte da discussão sobre reificação.

A segunda estratégia é a **eternalização**, que se refere ao processo pelo qual fenômenos sócio-históricos são transformados em algo que parece permanente, imutável e recorrente, perdendo assim seu caráter histórico e sua conexão com contextos específicos de origem. Segundo Thompson (2011), isso ocorre quando costumes, tradições e instituições são apresentados como se existissem desde tempos imemoriais, de forma que qualquer questionamento sobre sua origem ou finalidade se torna impensável. Esse processo de "cristalização na vida social" é reforçado por formas simbólicas que reafirmam a ideia de que tais fenômenos são naturais e inevitáveis, tornando difícil desafiá-los ou alterá-los.

A mensagem da feira usa narrativas que destacam atividades historicamente atribuídas e realizadas por mulheres, apresentando-as como tradições atemporais, imutáveis e permanentes. Ao focar na continuidade histórica dessas atividades, o cartaz indica que as mulheres sempre desempenharam esses papéis e sempre os farão, como se fossem uma parte inevitável e eterna de sua identidade e função social. Isso oculta a realidade de que essas práticas são, na verdade, sujeitas a mudanças sociais e históricas, reforçando uma visão rígida dos papéis de gênero.

Com essa ideia, o cartaz contribui para a eternalização desses papéis na sociedade, dificultando a mudança ou a contestação dessas normas de gênero. No contexto das "atividades femininas" como costura, alimentação e artesanato, manifesta-se o que Bourdieu (1989) chama de "dominação simbólica", através da atribuição de significados que perpetuam papéis de gênero tradicionais. Segundo a análise de Bourdieu sobre poder simbólico, essas práticas não são apenas reproduzidas socialmente, mas também internalizadas como parte da identidade feminina. Ao relacionar essas atividades com a dominação simbólica, entende-se que a perpetuação desses estereótipos não ocorre apenas através da imposição direta, mas a partir da criação de narrativas simbólicas que naturalizam e reforçam a divisão de gênero. Isso revela como o poder simbólico atua enquanto uma força transformadora na percepção coletiva do mundo, legitimando relações de poder que poderiam ser questionadas se fossem vistas como construções históricas e sociais, em vez de essências/habilidades naturais.

Finalmente, tratamos da terceira construção simbólica: **nominalização/passivização**. Esta ocorre quando a reificação é expressa através de recursos gramaticais e sintáticos. A nominalização e a passivização "concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízo de outros" (Thompson 2011: 88), ou seja, direcionam a atenção para temas específicos enquanto prejudicam

a consideração de outros aspectos. É fácil entender se voltarmos à Figura 1 e observarmos as estratégias utilizadas pelos cartazes. A nominalização pode ser exemplificada pela lista de atividades focais da feira: "alimentação, vestuário, beleza, produtos artesanais, exposição, desfile, música". Ao listar essas atividades, o cartaz concentra a atenção do público nesses temas específicos, marginalizando outras áreas de interesse ou contribuição das mulheres, "é nesse contexto de restrição às escolhas, constituído pelos padrões estruturais da divisão sexual do trabalho, que se definem *formas desiguais de inclusão na esfera pública*" (Biroli 2018: 64-65, grifos da autora). Esse processo cristaliza a percepção de que essas são as únicas ou principais atividades que devem/podem ser realizadas pelas mulheres que desejarem participar da FeMET, limitando as escolhas das participantes e a visão delas e do público em geral sobre suas capacidades e papéis na sociedade.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar como as ideologias são operacionalizadas por meio de recursos multimodais nos cartazes de divulgação da Feira da Mulher Empreendedora de Tauá (dora-vante FeMET) a fim de provocar manutenção, legitimação e dominação do discurso hegemônico (Thompson 2011). Para isso, apresentamos uma discussão sobre elementos de múltiplas semioses e institucionalidades, a partir de uma abordagem transdisciplinar sociosemiótica da Semiótica Social (Hodge; Kress 1988; Kress; van Leeuwen 2021) e da ACD (Fairclough 2008; 2003; van Dijk 2008). Encontramos como resultados realizações ideológicas dominantes instanciadas em práticas discursivas que legitimam e naturalizam discursos hegemônicos acerca do papel da mulher na sociedade e no trabalho. Este artigo inicia um frutífero debate sobre as discursividades constituintes da FeMET. A continuidade dessa pesquisa contribuirá significativamente para o entendimento e a desconstrução dos mecanismos hegemônico-ideológicos de poder e de dominação presentes na comunicação visual e na promoção de eventos sociais. Dessa forma, este trabalho não apenas enriquece o debate no campo dos estudos de gênero e da Semiótica Social e ACD, mas também provoca um olhar mais atento e crítico para as formas de representação das mulheres em diferentes contextos sociais e profissionais.

REFERÊNCIAS

- BARROS, S. M. 2015. *Realismo crítico e emancipação humana* – contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 11. Campinas, SP: Pontes Editores.
- BEAUVOIR, S. 2008. *O segundo sexo*. v. 1: Os factos e os mitos. Lisboa, Bertrand.
- BEZERRA, F.; SILVEIRA, R. C. P. da; FERRAZ, J. de A. 2021. [Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/37705/30236>.] Festschrift para Gunther Kress: comunicação, sociosemiose, cultura e design em discursos multimodais. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v. 22, n. 1, 273-277. Acesso em: 17 set. 2023.
- BIROLI, F. 2018. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo.

- BLOMMAERT, J. 2020. [Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658276/22506>.] Political discourse in post-digital societies. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, [S.L.], v. 59, n. 1, p. 390-403. Acesso em: 19 fev. 2024.
- BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. 2016. Análise do Discurso Anglo-saxônica e semiótica social crítica. In: FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K. (org.) *Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso*. Campinas: Pontes, p. 199-224.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. 1999. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- ÉSTHER, A. B. 2019. *A política de identidade do empreendedorismo: uma análise na perspectiva da sociologia figuracional e da psicologia social crítica*. Cadernos EBAPE.BR, 17(esp.), 857-870.
- FAIRCLOUGH, N. 2008. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, N. 2006. *Language and globalization*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing discourse: textual analysing for social research*. London; New York: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. 1989. *Language and power*. New York: Longman.
- HALL, S. 2012. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, p. 103 - 133.
- HODGE, R.; KRESS, G. 1988. *Social semiotics*. New York: Cornell University Press.
- IKEDA, S. N. 2011. O julgamento na argumentação de um editorial. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade**. São Carlos: Pedro & João Editores, pp. 167-188.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. 2021. *Reading images: the grammar of visual design*. 3. ed. London: Routledge.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. 2017. *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MONTE MOR, W. 2021. [Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/37249/30243>]. Os estudos de Kress em foco: gramática visual, construção de sentidos e design. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v. 22, n. 1, 300-320. Acesso em: 17 set. 2023.
- PERROT, M. 2007. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- SANTOS, F. R. S.; MENDES, W. V. 2020. [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53838/1/2020_art_frssantoswvmendes.pdf]. *Multimodalidade e leitura crítica de imagens: análise de livros didáticos de línguas estrangeiras*. Entrepalavras, Fortaleza, v. 10, n. esp., p. 29-49. Disponível em: Acesso em: 17 set. 2023.

SOUZA, M. M.; SANTOS, F. R. da S.; MENDES, W. V. 2021. [Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/37265/30245>]. Gunther Kress, Ciência e Multimodalidade: do Mar ao Sertão e do Sertão ao Mar. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v. 22, n. 1, 342-364. Acesso em: 17 set. 2023

THOMPSON, J. B. 2011. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.

VAN DIJK, T. A. 2012. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto. Discursos Contemporâneos Em Estudo, p.151–153.

VAN DIJK, T. 2008. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.

VAN DIJK, T. 1993. Discourse and Cognition in Society. In: CROWLEY, David; MITCHELL, David. *Communication Theory Today*. Oxford: Pergamon Press, p. 107-126.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. M. 2016. *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. 2 Ed. Campinas, SP: Pontes Editores.

WODAK, R.; MEYER, M. 2015. 1993 Critical discourse studies: History, agenda, theory and methodology. In: Wodak, R.; Meyer, M. (eds.). *Methods of Critical Discourse Studies*. Sage: London, p. 1-22. Acesso em: 19 de maio de 2016.

WOLLSTONECRAFT, M. 2016. *Reinvindicação dos direitos da mulher*. Trad. Ivania Pocinho Motta, São Paulo, Boitempo.

MARIA EDUARDA NORONHA GONÇALVES. Graduanda em Letras Português e Inglês do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Integrou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Realiza pesquisas em Estudos Críticos do Discurso e Semiótica Social.

E-mail: eduarda.noronha07@aluno.ifce.edu.br

JOÃO PAULO LIMA CUNHA. Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Doutor em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-Graduado em Teoria e Prática Textuais e Graduado em Letras Português. Realiza pesquisas e orientações em Estudos Críticos do Discurso e Linguística Sistêmico-Funcional.

E-mail: profjplcunha@gmail.com e joao.cunha@ifs.edu.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Este artigo foi desenvolvido por Maria Eduarda Noronha Gonçalves e João Paulo Lima Cunha. O desenho da pesquisa, a coleta e a análise dos dados foram realizados conjuntamente pelos dois autores. Ambos também colaboraram integralmente na interpretação dos resultados, na redação e na revisão do artigo.

RALED

VOL. 25(2) 2025



RESENHA

Coletiva Ciborga. *Etnografia digital: um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais*, 2022

179 págs. Cegraf UFG, 2022.

ISBN: 978-85-495-0509-5

HELENA SARMENTO BARROS

PPGL/UNB

Brasil

VIVIANE CRISTINA VIEIRA

PPGL/UNB

Brasil

Recebido: 20 de janeiro de 2025 | Aceito: 29 de outubro de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.253-259

O livro *Etnografia digital: um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais*, escrito e revisado por Amanda Diniz Vallada, Ana Luiza Krüger Dias, Bianca Alencar Vellasco, Carolina Fernanda Soares Silva, Joana Plaza Pinto, Karoline de Sousa Soares Silva, Maria Rosaria Colangeli de Souza e Thaís Elizabeth Pereira Batista, que numa autoria conjunta se nomeiam Coletiva Ciborga, é uma obra que propõe, de forma corajosa e desembaraçada, um mapa pelos caminhos possíveis de uma etnografia dedicada à linguagem em meio digital.

A subversão do termo ciborgue, que é posto no feminino para nomear a autoria conjunta das pesquisadoras, é prévia da postura presente em toda a obra: uma “busca por suscitar novos olhares interpretativos para a relação entre estruturas linguísticas e os corpos híbridos em que elas habitam, explorando a potência das rupturas e (re)invenções diante delas.” Numa linguagem objetiva e de forma anticonvencional, o texto escrito dialoga com prints de tweets, memes, charges e imagens que enriquecem as discussões levantadas inserindo-as em seu espaço de origem, a internet.

O estudo se situa na interdisciplinaridade entre os estudos linguísticos, os estudos da internet e os fazeres etnográficos entre os mundos online e offline. No primeiro capítulo, as autoras argumentam que a principal motivação para escrever o livro é uma lacuna em literatura metodológica sobre etnografia digital em língua portuguesa e propõem um manual para as pessoas interessadas em investigar etnograficamente como a linguagem afeta o meio digital e como o meio digital afeta a linguagem.

No primeiro capítulo, “Introdução à etnografia digital”, é posto o que é a etnografia e como a etnografia digital é estabelecida enquanto vertente etnográfica. As autoras partem das críticas de ordem epistemológica e ética que a etnografia recebeu em obras clássicas, como as de Malinowski e Boas, e citam Blommaert (2010, apud COLETIVA CIBORGA 2021: 26, grifo no original) ao defender que tais críticas reduzem o campo ao trabalho de campo, no sentido em que as questões de crítica epistemológica enredadas em práticas de trabalho de campo aparentemente simples não são levadas em consideração.

Aprofundando-se na escolha da etnografia digital contra todas as suas alternativas de conceito, mais uma vez a perspectiva crítica da Coletiva Ciborga é posta e, segundo as autoras, essa vertente dos estudos digitais não prioriza apenas a dimensão online, como faz a etnografia virtual, a exemplo, cuja tendência é excluir a dimensão offline (COLETIVA CIBORGA 2021: 32).

O segundo capítulo é um “Glossário de termos básicos”, onde são apresentados termos considerados fundamentais para etnografar o espaço digital. Entre os termos do glossário estão: os três Vs, affordance, Big Data, colapso e expansão do contexto, internet incorporada, corporificada e cotidiana, letramento digital, nexos online-offline e redes sociais. Além de conceituá-los, são comentadas as tensões neles contidas.

Refletindo sobre a interface entre teoria e prática na etnografia digital, o capítulo defende que o meio digital não apenas amplia as formas de prática social, mas também as modifica, demandando um novo aporte teórico para capturar suas complexidades. Sob essas lentes está o termo Big Data, que se refere ao massivo conjunto de dados que é associado a big techs como a Amazon, o Google e a Meta, cujo armazenamento e interpretação demandam tecnologias específicas (estas ainda seminais em trabalhos etnográficos atuais brasileiros) e cujas escolhas de aplicação impactam diretamente na construção dos algoritmos.

A escolha de termos aponta para um cuidado no transplante de teorias “analógicas” para a realidade digital. Nas palavras das autoras, enfatizar “(...)justamente o caráter de deslocamento teórico operado pelo meio digital naquilo que entendemos tradicionalmente por linguagem e por etnogra-

fia (COLETIVA CIBORGA 2022: 38). O conceito de *affordance*, que é a forma como o suporte molda e limita as práticas linguísticas e interacionais, também estrutura um regime metadiscursivo próprio, condicionando a interação online ao hierarquizar participações em posições pré-definidas, como " Postagem " e " comentário ". Isso facilita a extração e recontextualização de interações dentro desses moldes, muitas vezes, desconsiderando a cadeia interacional original. Essa regulação meta-discursiva é um ponto de contestação e utilização constante no contexto digital.

São ainda definidos os termos expansão de contexto e colapso de contexto, que se referem respectivamente à capacidade do meio digital de ampliar informações e de desestruturá-las. As autoras explicam o conceito de Alice Marwick e Danah Boyd (2010) de colapso e se filiam a sua crítica feita por Jan Blommaert, Laura Smits e Noura Yacoubi (2018), que propõem a ampliação como contrapartida. É defendido que o intenso trabalho de contextualização feito pelas participantes das interações online mostra que o contexto não colapsa, apenas a ideia de contexto óbvio e transparente deixa de ser útil. (COLETIVA CIBORGA 2022:46). Além de evidenciar o espírito crítico do livro como um todo, há também otimismo nesse posicionamento: para as autoras a internet é complexa, mas não um caos intangível.

Os conceitos de internet incorporada, corporificada e cotidiana são definidos enquanto três características centrais da internet que permanecem relevantes, mesmo com as rápidas mudanças tecnológicas. A saber, a internet incorporada refere-se à sua integração em múltiplos contextos e significados, tornando o digital uma parte essencial das práticas socioculturais. A internet corporificada reconhece que nossas práticas online são inseparáveis de nossos corpos e identidades sociais, desafiando a ideia de um " ciberespaço " isolado e confluindo no argumento da coletiva de uma etnografia digital que não se dissocia da vida offline; e ainda a internet cotidiana, que é a presença habitual da internet em nossas vidas, exigindo uma análise crítica de como as plataformas digitais moldam nossas atividades diárias.

O letramento digital é localizado no campo mais amplo das práticas de letramento, entendidas como ações sociais e culturais relacionadas ao uso da leitura e escrita, conforme descrito por David Barton e Mary Hamilton (2000 apud COLETIVA CIBORGA 2022:50). Usar mídias online é simultaneamente consumir e criar conteúdo. Nessa ótica, o processo de letramento digital é visto como " mais justo com todas, pesquisadoras e pessoas envolvidas na pesquisa, quando este processo é visto a partir de uma perspectiva processual, contextual, contestadora e com práticas coletivas " (COLETIVA CIBORGA 2022:51).

O conceito de nexo online-offline é dado como a interconexão entre ações no ambiente digital e suas repercussões no mundo offline, considerando esta uma relação bidirecional em uma etnografia digital. Trata-se, portanto, da sobreposição do agir online e offline, exigindo que em uma etnografia digital haja um olhar atento a essa conexão e reconhecendo que práticas digitais são uma extensão das interações no mundo físico.

Há por fim as redes sociais, conceituadas como plataformas nas quais as pessoas estabelecem relações por meio de conexões mediadas pela internet (COLETIVA CIBORGA 2022:52). A coletiva comenta o *affordance* da plataforma como limitadores das formas de se relacionar nesses meios, onde há, por exemplo, diferentes níveis de privacidade e diferentes opções de conexões. O uso dessas redes tem alterado as fronteiras entre esfera pública e privada, na medida em que todas as ações realizadas de forma online geram dados em sistemas de controle e vigilância que podem afetar nossas vidas ainda que de forma praticamente invisível (Blommaert e Jie 2019 apud COLETIVA CIBORGA 2022:53).

No terceiro capítulo, “Etapas da Pesquisa”, são abordadas as etapas fundamentais do desenho de uma pesquisa etnográfica digital, a ideia central é que a pesquisa etnográfica deve ser moldada pelas interações e eventos do campo, mantendo compromisso com a empiria e tendo como expectativa imprevistos que invariavelmente ocorrem numa coleta de dados etnográficos, especialmente num campo de estudo cuja mutabilidade é sua própria natureza. O capítulo destaca a importância da escolha de um tema de pesquisa e como essa escolha é direcionada pelas condições sócio-históricas do assunto. A forma que os exemplos dessa escolha são elencados é em perguntas diretas a quem etnografa o digital:

Um assunto está bombando? Você viu um meme no Facebook e depois notou que a imagem do mesmo meme foi pintada num muro da cidade, fotografada e também postada no Facebook? Que trânsito é este entre postagem, muro da cidade e de volta à postagem? Há muitos tweets com a mesma hashtag e ela está no top trend desta semana? Um evento ocorreu num bairro da cidade e foi filmado e compartilhado nas mídias? Um perfil anônimo nas mídias provocou uma manifestação de rua? Estava querendo pesquisar um movimento social edescobriu que o movimento bomba no Instagram? (COLETIVA CIBORGA 2022:55)

A revisão bibliográfica é descrita como etapa crucial que ajuda a identificar se o campo escolhido já foi explorado, além de oferecer orientação sobre os temas e problemas relevantes. O caso da pesquisa de Carolina Silva (2020) sobre a imagem de “Rosie, a Rebitadora” é citado para demonstrar como uma contextualização histórica e cultural pode enriquecer a compreensão de um fenômeno digital. O capítulo também discute a importância dos recursos materiais e infraestruturais na etnografia digital, e que a escolha de hardware e software adequados é essencial para a coleta e armazenamento de dados. São dados como exemplos práticos a necessidade de memória suficiente em dispositivos para salvar material empírico e a importância da velocidade e estabilidade da internet. A ética é outro ponto abordado no capítulo. A ideia de uma “Linguística do Tensionamento” proposta por Ana Luiza Krüger Dias (2020) é discutida, ressaltando, mais uma vez, a importância de considerar falhas e imprevistos como parte integral do processo de pesquisa.

Sobre a exploração do campo e exequibilidade da pesquisa, é apresentada uma análise detalhada das etapas envolvidas na escolha e viabilidade de um tema de pesquisa. A partir da experiência da pesquisadora Karoline Silva e seu interesse em questões étnico-raciais no ambiente digital, o capítulo parte da premissa de que a escolha do material empírico está intrinsecamente ligada ao interesse de quem pesquisa. Postos os dois caminhos possíveis para a exploração do campo — seguir um ambiente digital específico ou analisar as múltiplas entextualizações de um texto —, Karoline Silva optou inicialmente pelo segundo caminho, examinando a associação feita pelo Google entre “mulher negra dando aula” e imagens pornográficas, explorando diferentes blogs e sites que abordavam essa questão. Para as autoras esta é a flexibilidade necessária na pesquisa etnográfica digital, onde quem pesquisa deve se preparar para alterações de rota conforme os dados gerados se apresentam.

A importância da seleção de dados, exemplificada com a pesquisa de Karoline Silva (2020), atesta a importância do glossário enquanto preparação para o fazer etnográfico digital. A pesquisadora em questão se deparou com um dos Vs da Big data: volume excessivo de dados e a consequente necessidade de refinamento das perguntas de pesquisa. A etapa de sistematização e organização se dá na criação de categorias e subcategorias de análise, e um esquema visual do fluxo de pesquisa

inclui o caos como uma de suas etapas. É discutido ainda o armazenamento e gerenciamento de dados e medidas de segurança, como redundância de arquivos e evitar o armazenamento em nuvem, além da atenção a detalhes técnicos como extensões de arquivos e metadados.

A análise dos dados é descrita como uma fase desafiadora e crucial, em que a pesquisadora deve lidar com a incerteza e a sensação de dados incompletos. A abordagem sugerida de retornar às perguntas de pesquisa e evitar a imposição de teorias preexistentes também está no esquema visual, este aliás que apresenta visualmente toda a estrutura do livro de forma concisa e com iconografia própria do ambiente digital.

O capítulo 4, "Desafios Atuais", aborda as complexidades e obstáculos enfrentados por quem utiliza plataformas digitais e redes sociais como campo de estudo. Entre os principais desafios estão as dinâmicas sociais online que afetam a pesquisa e a influência da presença da pesquisadora nos dados coletados. A migração de métodos tradicionais de etnografia face a face para o ambiente digital também é abordada, destacando que mesmo em contextos físicos específicos, como áreas rurais, os processos de globalização e a presença digital são inescapáveis.

Os autores utilizam exemplos práticos e estudos de caso para ilustrar como essas transições e desafios impactam a pesquisa. A crítica reside na necessidade de uma constante reavaliação dos métodos e na importância de um olhar híbrido que transcenda a separação entre o digital e o não digital. A pandemia de Covid-19 é citada como um acelerador dessas mudanças, forçando uma adaptação rápida e revelando desigualdades no acesso às infraestruturas digitais. Mais uma vez a abordagem adaptativa e reflexiva para lidar com as constantes transformações do cenário digital:

E a pandemia, em certa medida, nos mostra a fragilidade de nossos modelos de planejamento. Ao mesmo tempo, passamos a entender que o que vivemos e fizemos ao longo desta experiência absolutamente inédita e atravessada pelo medo e pela dor da perda, está permanentemente atravessado por lutos que, afinal de contas, não poderiam estar previstos em planilhas do Excel. (COLETIVA CIBORGA 2022:135)

Quanto à etnografia digital e à convergência com métodos não digitais, o texto oferece uma visão crítica sobre a pesquisa social em um mundo cada vez mais conectado. A globalização e a rápida expansão das tecnologias digitais transformaram não só as interações sociais, mas os métodos de pesquisa, e a integração da etnografia digital com métodos tradicionais parte da necessidade de captar a complexidade das interações contemporâneas, que se desenrolam tanto no mundo físico quanto no digital. Essa ideia é sustentada pela ideia de Jan Blommaert (2010) sobre a intensificação da velocidade e complexidade das comunicações e pelas discussões sobre desigualdades no acesso às tecnologias.

A discussão sobre o nexos online-offline revela um campo fértil para a reflexão crítica sobre as transformações metodológicas na pesquisa social. O texto examina como a combinação da etnografia digital com métodos tradicionais não digitais redefine o fazer etnográfico, desafiando conceitos estabelecidos e exigindo novas abordagens.

O capítulo conta ainda com uma materialização da mutabilidade e complexidade da etnografia digital: publicado em 2022, quando a pandemia estava em sua fase final (à esta altura, já havia quem considerasse a possibilidade de ser eterna), as autoras comentam o impacto da pandemia de Covid-19, que acelerou a adoção de métodos digitais e forçou uma adaptação rápida à nova realidade de pesquisa. Essa reflexão não apenas avalia os impactos do digital no redesenho de pesquisa,

como também sugere um caminho para a evolução da pesquisa, onde a integração de diferentes métodos, e sensatez etnográfica —para Garcez e Schulz (2015) é o fato de a pesquisa de cunho etnográfico ter um compromisso justamente com o diálogo e com a sensibilidade adaptativa aos contextos (COLETIVA CIBORGA 2022:129) — são essenciais para uma compreensão mais rica e profunda dos fenômenos sociais contemporâneos.

O capítulo final, “Chegou até aqui?”, oferece uma visão panorâmica das questões essenciais abordadas ao longo do livro e sublinha a riqueza e complexidade da etnografia digital. São propostas questões a se atentar: a natureza dinâmica da realidade digital, em que o cenário em constante transformação exige uma abordagem flexível e adaptativa; a etnografia digital enquanto não um processo estático, mas uma construção contínua da realidade em que estamos imersos e a realidade digital evoluindo em contínuo e a necessidade de ajustar o planejamento de pesquisa em resposta às mudanças.

Um aspecto notável é a reflexão sobre a instabilidade do campo digital como parte integrante dos dados gerados. As autoras argumentam que tanto o processo etnográfico quanto o ambiente digital produzem novos vocabulários e elaborações teóricas, permitindo uma compreensão mais aprofundada das transformações contemporâneas. A aceitação das imperfeições e a capacidade de lidar com os desafios são apresentados não como falhas, mas como aspectos naturais e enriquecedores do processo de pesquisa e ainda a ênfase na análise das camadas de contextos, bem como a consideração de fatores como tempo, condições materiais e infraestruturas digitais.

Ao final da leitura, fica evidente a postura crítica constantemente enfatizada ao longo do livro como fragmentos conclusionários de um diálogo constante entre as autoras, como numa conversa que conflui na percepção coletiva de uma flexibilidade tanto nos métodos quanto na linguagem para se fazer uma etnografia digital. Essa forma de construir ideias, que numa perspectiva tradicional sobre o fazer acadêmico pode carecer de rigor e formalismo, é proposta como um caminho que permite integrar a pesquisa digital no que se apresenta como seu principal desafio: sua dinamicidade. Para além de um ato político, que está também na escolha do pronome feminino ao longo do texto e na linguagem acessível a um público amplo, os trabalhos utilizados como casos ilustrativos da realidade de pesquisa são de fácil auto-identificação para quem está numa jornada etnográfica digital.

De forma algo reconfortante, é enfatizado que a pesquisa etnográfica não segue um caminho linear e sem obstáculos. Em repetidos momentos ao longo do livro a etnografia digital é vista como um campo dinâmico onde as falhas e desestabilizações são oportunidades para novas compreensões e ressignificações. Para as autoras esta é a flexibilidade necessária na pesquisa etnográfica digital, onde quem pesquisa deve se preparar para alterações de rota conforme os dados gerados se apresentam. Neste livro cuja forma é o próprio conteúdo, a Coletiva Ciborga mergulha no online e volta à superfície com ele impregnado em seu corpo (meio humano, meio robótico).

Referências bibliográficas

- BARTON, D., e HAMILTON, M. 2000. *Literacy Practices*. In *Situated Literacies: Reading and Writing in Context*, pp. 7-15. Londres: Routledge.
- BLOMMAERT, J. 2010. *The Sociolinguistics of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLOMMAERT, J., e JIE, D. 2019. *Ethnographic Fieldwork: A Beginner's Guide*. Bristol: Multilingual Matters.

DIAS, A. L. K. 2020. *Imagens e Representações de Gênero: Estudo sobre o Papel da Mulher Trabalhadora durante a Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Editora UFPR.

GARCEZ, P., e SCHULZ, I. 2015. *Práticas Linguísticas e Culturas*. Porto Alegre: Editora Penso.

MARWICK, A., e boyd, d. 2010. "I Tweet Honestly, I Tweet Passionately": Twitter Users, Context Collapse, and the Imagined Audience. *New Media & Society*, 13(1), pp. 114-133.

SILVA, C. 2020. *Rosie, a Rebitadora: A Imagem e Suas Representações no Imaginário Coletivo*. São Paulo: Editora Senac.

RALED

VOL. 25(2) 2025



RESEÑA

Oteíza, Teresa. (2023). *What to Remember, What to Teach. Human Rights Violations in Chile's Recent Past and the Pedagogical Discourse of History*

308pp. University of Toronto Press.
ISBN: 9781781798690

CLAUDIA CASTRO

Estudiante de doctorado
University of Sydney

Recibido: 10 de agosto de 2025 | Aceptado: 10 de septiembre de 2025

DOI: 10.35956/v.25.n2.2025.p.260-263

What to Remember, What to Teach se centra en la recontextualización del pasado reciente de Chile en la enseñanza secundaria de historia, un periodo marcado por la dictadura militar liderada por Augusto Pinochet (1973-1990) y las violaciones a los derechos humanos cometidas en ese periodo.

La obra examina la construcción de este pasado reciente tanto desde la producción de la historia como disciplina, como desde otras instancias sociales y políticas en contextos locales y globales. En particular, analiza los informes oficiales producidos y promovidos por el Estado chileno que documentan las violaciones a los derechos humanos durante la dictadura, y su impacto en la formulación del currículum oficial y en los libros de texto utilizados en la enseñanza secundaria.

Las prácticas pedagógicas de enseñanza y aprendizaje que recontextualizan esta historia reciente se analizan en tres niveles. A nivel nacional, el foco está en el discurso pedagógico oficial del Ministerio de Educación, expresado en el currículum nacional de historia y en los libros de texto oficiales que de él se derivan. A nivel local, el análisis se centra en las interacciones en aulas de historia entre profesores y estudiantes de enseñanza secundaria. Finalmente, a nivel personal, se consideran los discursos de estudiantes y profesores de historia, entendidos no solo como receptores, sino también como agentes de estas prácticas de construcción de memorias.

Como la autora señala en su capítulo introductorio, este es un libro que combina historia, discurso y memoria. Historia, porque examina el pasado traumático de la dictadura y las violaciones de los derechos humanos en Chile, un pasado compartido en la región del Cono Sur de Latinoamérica y fuertemente marcado por el contexto global de la Guerra Fría (1950-1990). Discurso, porque entiende que la construcción de la historia está mediada por artefactos semióticos, tanto verbales como visuales, con distintos potenciales de significado y patrones realizacionales. Memoria, finalmente, porque se ocupa de la transmisión y la co-construcción intergeneracional de la memoria, lo que supone analizar cómo los gobiernos chilenos deciden recordar y enseñar la historia reciente, y cómo este pasado es negociado por profesores y estudiantes en el espacio del aula, en interacción con otras formas de recordar provenientes de prácticas sociales y culturales en los espacios familiares y locales.

El libro se fundamenta en una perspectiva sociosemiótica, crítica y multimodal del discurso, que además incorpora reflexiones y teorizaciones provenientes de disciplinas como los estudios de la memoria y las historias locales y orales. La perspectiva sociosemiótica se refleja en el análisis de artefactos de memoria desde un enfoque multimodal, que amplía el trabajo de autores como Kress y Leeuwen (2021) al examinar imágenes simbólicas y no simbólicas y su papel en la co-construcción de significado tanto en textos escolares como en la interacción en el aula. En el modo verbal, se ofrece un análisis detallado desde el modelo de la valoración (Martin y White, 2005), considerando cómo se expresan los subsistemas de este modelo en el campo de la historia y los patrones específicos de realización en español de Chile. La perspectiva crítica sobre el discurso enfatiza no solo la deconstrucción de las ideologías reproducidas y negociadas en los productos semióticos, sino también la recuperación de la agencia de los participantes desde un enfoque reconstructivo, reflejado metodológicamente en entrevistas y focus groups con estudiantes y docentes. Finalmente, la interpretación se nutre de los desarrollos provenientes de los estudios de la memoria, que la conciben como prácticas comunicativas dinámicas e intersubjetivas, cultural e históricamente situadas, y como espacios de disputa entre diferentes sectores políticos y sociales, donde memorias emblemáticas cohabitan el espacio social (Stern 2010).

Cada capítulo del libro se centra en un nivel distinto de recontextualización del pasado reciente chileno. A nivel nacional, el capítulo 2 analiza la memoria de las violaciones a los derechos

humanos a partir de informes oficiales del Estado de Chile y su impacto en el currículo de historia y los libros de texto; el capítulo 3 continúa en este nivel examinando críticamente los libros de texto publicados entre 1990 y 2020, mostrando cómo construyen memoria social y transmiten prosodias evaluativas de poder, conflicto y miedo. A nivel local, los capítulos 4 y 5 se enfocan en las interacciones en el aula, donde estudiantes y profesores negocian la memoria mediante recursos lingüísticos y visuales, construyendo evidencialidad histórica y utilizando imágenes simbólicas y no simbólicas para co-construir significado. Finalmente, a nivel personal, el capítulo 6 aborda las memorias personales y sociales de estudiantes y profesores y su influencia en la enseñanza y aprendizaje del pasado reciente, mientras que el capítulo 7 concluye evaluando cómo estos distintos niveles interactúan en la recontextualización de la memoria histórica en la educación secundaria chilena.

El libro consolida el extenso trabajo de la autora en el análisis del discurso de la historia y de su enseñanza, y lo hace mediante un enfoque social, ideológico y sociosemiótico (véase, por ejemplo, Oteíza y Pinuer 2019), que incorpora aportes de distintas disciplinas para comprender la recontextualización pedagógica del pasado. Un aspecto central de esta contribución es la atención simultánea a distintos niveles de análisis, nacional, local y personal, junto con la consideración de la intersemiosis de modos verbales y visuales.

La autora asume además el desafío de desarrollar categorías de análisis específicas para el campo de la historia y para el español de Chile, lo que constituye un aporte sustantivo al análisis del discurso en la región dentro del marco de la Lingüística Sistémico-Funcional. Esto se evidencia especialmente en los desarrollos propuestos para el sistema de valoración, utilizado como herramienta principal para el análisis del modo verbal en sus datos. El sistema de valoración no debe ser entendido como una teoría rígida, sino como una propuesta de sistematización de recursos para construir significados interpersonales en el estrato semántico-discursivo. Es precisamente el hecho de que los significados de la valoración y su expresión pertenecen a distintos estratos lo que permite su diversidad realizacional. Adoptar una orientación tipológica hacia la valoración, como lo hace la autora, implica considerar los contextos específicos en que ocurre la evaluación y las particularidades de su realización en español de Chile, en contraste con enfoques que aplican de manera mecánica las categorías desarrolladas para el inglés, ignorando diferencias lingüísticas y culturales.

Entre los aportes más relevantes destacan las propuestas de categorías para el subsistema de apreciación, que permiten describir de manera precisa los procesos de legitimación y deslegitimación de procesos y eventos en el discurso histórico. En el subsistema de graduación, las categorías propuestas permiten dar cuenta de la construcción cronológica y simbólica del tiempo, aspecto clave en el discurso de la historia. Finalmente, en el subsistema de compromiso, la mayor delicadeza en las opciones para la inclusión de voces externas es fundamental en el diálogo de la voz autorial con fuentes históricas y su contribución a la construcción de posicionamientos ideológicos. Todos estos desarrollos se sustentan en el contexto chileno, pero a la vez abren la posibilidad de enriquecer los estudios discursivos en otros espacios de habla hispana.

En conjunto, el libro constituye un hito en los estudios de discurso, memoria y enseñanza de la historia en Chile, así como una contribución central al análisis crítico del discurso histórico en español. Su enfoque aplicable permite establecer comparaciones con otros contextos latinoamericanos e internacionales, donde la disputa por las memorias del pasado reciente sigue siendo un desafío social y educativo. Frente a un escenario global marcado por el resurgimiento de discursos de derecha y tendencias autoritarias, la obra subraya la importancia de los procesos de memoria y

ofrece un enfoque multidimensional con herramientas concretas para comprenderlos y abordarlos críticamente. Su lectura será valiosa para analistas sociales y críticos del discurso, académicas dedicadas al estudio de la memoria, investigadoras en historia y educación, así como para quienes aplican la Lingüística Sistémico-Funcional o se interesan en sus desarrollos en español.

Referencias

KRESS, G. y VAN LEEUWEN, T. 2021. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. 3rd ed. London and New York: Routledge.

MARTIN, J.R. y WHITE, P. 2005. *The Language of Evaluation. Appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan.

OTEÍZA, T. y PINUER, C. 2019. El sistema de VALORACIÓN como herramienta teórico-metodológica para el estudio social e ideológico del discurso. *Logos* 29.2: 207-228.

STERN, S. 2010. *Reckoning with Pinochet. The Memory Question in Democratic Chile, 1989-2006*. Book three of the trilogy: The Memory Box of Pinochet's Chile. Durham/London: Duke University Press.